UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DAVID RICARDO SOUSA RIBEIRO

**Da crise política ao Golpe de Estado: conflitos entre o Poder
Executivo e o Poder Legislativo durante o governo João Goulart**

Versão Corrigida

SÃO PAULO

2013

DAVID RICARDO SOUSA RIBEIRO

**Da crise política ao Golpe de Estado: conflitos entre o Poder
Executivo e o Poder Legislativo durante o governo João Goulart**

Dissertação apresentada à
Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade
de São Paulo para a obtenção do
título de Mestre em História Social

Orientador: Prof. Dr. Marcos
Francisco Napolitano de Eugênio.

Versão Corrigida

SÃO PAULO

2013

Nome: RIBEIRO, David Ricardo Sousa.

Título: Da crise política ao Golpe de Estado: conflitos entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo durante o governo João Goulart

Dissertação apresentada à
Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade
de São Paulo para a obtenção do
título de Mestre em História Social

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Optei por escrever a dissertação na terceira pessoa porque, na realidade, ela é o resultado da colaboração de inúmeras pessoas. Todos que conviveram comigo durante esses três anos e meio, acompanhando de perto minhas angústias e descobertas, foram de extrema importância para que eu conseguisse terminar esta pesquisa. Dentre elas, dedico alguns agradecimentos especiais:

Inicialmente ao meu orientador Marcos Napolitano, que desde os tempos de Iniciação Científica acompanha de perto meu trabalho, me ajudando a evoluir como historiador. Agradeço também aos professores Caio Toledo e Francisco Fonseca, integrantes da minha banca de qualificação, pelas valiosas indicações que deram novos caminhos para esse trabalho.

Gostaria de agradecer dois amigos de graduação: Danilo Nakamura por toda a ajuda com as questões teóricas e Lucas “Legume” pela leitura atenta e crítica sincera. Agradeço também a meu grande amigo Felipe Sanches, que desde os tempos de jardim de infância me ajuda a encarar os desafios da vida com os seus incentivos, e que neste trabalho me emprestou um pouco do seu enorme talento com as palavras.

Não poderia também deixar de agradecer a Camila Ribeiro, por ter sido a pessoa que acompanhou mais de perto minha transformação como pessoa durante esses últimos três anos. Obrigado por ter sido uma ótima interlocutora, pelos incentivos nos momentos de maior insegurança e principalmente por me inspirar na tentativa de entender esse mundo.

Finalizando, faltam palavras para descrever o apoio que recebi de toda a minha família. Agradeço meus irmãos por termos construído essa linda relação de companheirismo e, principalmente, aos meus pais por nunca terem poupado esforços para que eu pudesse correr atrás dos meus sonhos. Viver o cotidiano é realmente muito mais fácil ao lado de vocês!

Agradeço também à FAPESP, que financiou o projeto de pesquisa, do qual está dissertação é derivada.

Quando os trabalhadores perderem a paciência - Mauro Iasi

As pessoas comerão três vezes ao dia
E passearão de mãos dadas ao entardecer
A vida será livre e não a concorrência
Quando os trabalhadores perderem a paciência

Certas pessoas perderão seus cargos e empregos
O trabalho deixará de ser um meio de vida
As pessoas poderão fazer coisas de maior pertinência
Quando os trabalhadores perderem a paciência

O mundo não terá fronteiras
Nem estados, nem militares para proteger estados
Nem estados para proteger militares prepotências
Quando os trabalhadores perderem a paciência

A pele será carícia e o corpo delícia
E os namorados farão amor não mercantil
Enquanto é a fome que vai virar indecência
Quando os trabalhadores perderem a paciência

Quando os trabalhadores perderem a paciência
Não terá governo nem direito sem justiça
Nem juízes, nem doutores em sapiência
Nem padres, nem excelências

Uma fruta será fruta, sem valor e sem troca
Sem que o humano se oculte na aparência
A necessidade e o desejo serão o termo de equivalência
Quando os trabalhadores perderem a paciência

Quando os trabalhadores perderem a paciência
Depois de dez anos sem uso, por pura obscelescência
A filósofa-faxineira passando pelo palácio dirá:
“declaro vaga a presidência”!

RESUMO

RIBEIRO, David Ricardo Sousa. **Da crise política ao Golpe de Estado: conflitos entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo durante o governo João Goulart.** 2013. 235 páginas. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

O objeto central desta dissertação é a transição da crise política estabelecida durante o governo João Goulart para o Golpe Político Militar de 1964. Trabalhando especificamente com a dimensão política do Golpe de Estado, analisamos o conflito conjuntural sistêmico existente entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo como sendo sua principal causa político-institucional. Partimos então da seguinte questão: como em um intervalo de menos de três anos o Poder Legislativo foi capaz de abandonar sua postura anti-golpista, sendo determinante para a efetivação do regime militar? Nesse contexto, formulamos a hipótese de que, além de potencializar os conflitos ideológicos da sociedade, as decisões políticas tomadas no Congresso Nacional em meio aos debates sobre as reformas foram cruciais para o desgaste e isolamento político de João Goulart. De tal modo, avaliamos como a incompatibilidade entre o caráter reformista do Poder Executivo e a predominância de uma postura conservadora no Congresso Nacional foi determinante para o término do período democrático da República de 46. Utilizamos os Diários do Congresso Nacional, os discursos presidenciais e as atas de algumas Convenções Partidárias, para analisar os principais conflitos políticos ocorridos entre 1963 e 1964, sendo eles: o restabelecimento do presidencialismo, o Plano Trienal, as negociações em torno de diferentes projetos de Reforma Agrária, a Vigília Cívica, e os conflitos ocorridos durante o mês de março de 1964. Deste modo, buscamos contrapor as teses que tendem a explicar o Golpe de 1964 a partir da justificativa de que ele foi resultado da radicalização dos autores, ou até mesmo, da falta de um compromisso com o regime democrático. Assim, no decorrer da pesquisa buscamos apresentar o protagonismo exercido pelo Poder Legislativo no processo de formulação, execução e legitimação do Golpe de Estado.

Palavras-chave: Poder Executivo, Poder Legislativo, Crise Política, Democracia, Golpe de Estado.

ABSTRACT

RIBEIRO, David Ricardo Sousa. **From the political crisis to the coup: conflicts between Executive Power and Legislative Power during the government of João Goulart.** 2013.235 pages. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

The main object of this dissertation is the transition of the political crisis established during the government of João Goulart, to the Political Military Coup of 1964. Considering specifically the political dimension of the coup, we analysed the existing conflict between the executive and the legislative power based on a systemic conjuncture, and as the main political-institutional cause. Therefore, we assume the following question: How was the legislative power capable, in less than three years, of abandoning its anti-coup position, being decisive on the validation of the military regime? In this context, we came up with the hypothesis that, besides potentiating ideological conflicts of society, the political decisions taken in congress during debates about reforms were crucial for the political wearing out and isolation of João Goulart. In that way, we evaluated how the incapability between the reformist character of the executive power and the predominance of a conservative posture on congress was decisive to the end of the democratic times of the Republic of 46. We used the National Congress diaries, presidential speeches and the minutes of a few party conventions to analyse the main political conflicts occurred between 1963 and 1964, being them: the reestablishment of the presidential system, the Triennial Plan, negotiations surrounding different agrarian reform projects, civic vigil, and the conflicts occurred during the March of 1964. Among the objectives of this research, we intended to oppose the thesis, which tend to explain the Military Coup with the justification that it was the result of a radicalization of its authors, or even a lack of

compromise with the democratic regime. Therefore, along the research, we intended to present the role of the legislative power in the formulation, execution and legitimation process of the coup.

Key Words: Executive Power, Legislative Power, Political Crisis, Democracy, and Coup.

LISTA DE SIGLAS

ARENA: Aliança Renovadora Nacional

ADP: Ação Democrática Parlamentar

CAMDE: Campanha da Mulher pela Democracia

CGT: Comando Geral dos Trabalhadores

CPC: Centro Popular de Cultura

CRB: Confederação Rural Brasileira

FJD: Frente da Juventude Democrática

FPN: Frente Parlamentar Nacionalista

IBAD: Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IPES: Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

ISEB: Instituto Superior de Estudos Brasileiros

JK: Juscelino Kubitschek

MSD: Movimento Sindical Democrático

PEI: Política Externa Independente

PSD: Partido Social Democrático

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

SUPRA: Superintendência da Reforma Agrária

UDN: União Democrática Nacional

UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNE: União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – A HEGEMONIA CONSERVADORA DO PODER LEGISLATIVO DURANTE A REPÚBLICA DE 46	32
1.1 O CONGRESSO NACIONAL E A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DOS INTERESSES DE CLASSE	33
1.2 A CONSTITUIÇÃO DE 1946	38
1.3 DIFERENTES FORMAS DE ASSOCIAÇÃO	43
1.3.1 <i>Os partidos políticos</i>	45
1.3.2 <i>Os blocos interpartidários</i>	68
CAPÍTULO 2 – A AGENDA REFORMISTA DO PODER EXECUTIVO	79
2.1 FORMAÇÃO DA POLÍTICA NACIONALISTA DESENVOLVIMENTISTA	80
2.2 O PTB ADERE À IDEOLOGIA NACIONAL-POPULAR	84
2.3 AS REFORMAS DE BASE	88
CAPÍTULO 3 - O PROTAGONISMO DESEMPENHADO PELO PODER LEGISLATIVO E A ASCENSÃO DE JOÃO GOULART À PRESIDÊNCIA.	98
CAPÍTULO 4 - AS REFORMAS DE BASE E A INTENSIFICAÇÃO DA CRISE POLÍTICA	111
4.1 O PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO	112
4.2 O INÍCIO DOS CONFLITOS ENTRE PODER EXECUTIVO E PODER LEGISLATIVO	115
4.2.1 <i>Restabelecimento do presidencialismo</i>	119
4.2.2 <i>O Plano Trienal</i>	122
4.2.3 <i>Negociação dos diferentes projetos de Reforma Agrária</i>	126
CAPÍTULO 5: QUANDO A CRISE DO GOVERNO TORNOU-SE UMA CRISE DO REGIME: A ECLOSÃO DO GOLPE DE 64	150
5.1 GOLPE PROLONGADO	151
5.2 A POLARIZAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO	156
5.2.1 <i>Quando o PSD tornou-se oposição ao governo João Goulart</i>	157
5.2.2 <i>PSD: da oposição para a conspiração</i>	166
5.3 O PODER EXECUTIVO E O PODER LEGISLATIVO ADOTAM NOVAS ESTRATÉGIAS DA AÇÃO POLÍTICA	172
5.3.1 O PODER EXECUTIVO RECORRE ÀS MASSAS	173
5.3.2 <i>O Poder Legislativo adere ao projeto golpista conservador</i>	184
5.4 O GOLPE POLÍTICO MILITAR DE 1964	195
5.4.1 <i>Divergências entre as Forças Armadas e o Poder Executivo</i>	196

5.4.2 A legitimação do Golpe de Estado	204
CONSIDERAÇÕES FINAIS	216
REFERÊNCIAS	226

Introdução

No dia 25 de agosto de 1961, durante o discurso de Nogueira da Gama no Senado Federal, os membros do Congresso Nacional foram pegos de surpresa pela questão de ordem apresentada pelo senador Jefferson de Aguiar: “O Senado acaba de ser surpreendido com notícia de grande relevância e excepcional gravidade: afirma-se que o Senhor presidente da República renunciou ao seu mandato”¹. Após aproximadamente oito meses de um governo marcado por intensos conflitos políticos entre os poderes Executivo e Legislativo - caracterizado pela falta de apoio parlamentar tanto da esquerda quanto da direita² – Jânio Quadros renunciou a presidência. Iniciava-se, assim, mais uma crise política, como inúmeras outras que ocorreram durante a República de 46³.

Segundo a Constituição Federal vigente na época, caberia ao vice-presidente assumir o cargo vago. Porém, prontamente os militares se opuseram à efetivação de João Goulart, contribuindo decisivamente para a intensificação da crise política. Somente após uma série de negociações entre congressistas e membros das Forças Armadas, no simbólico dia de 07 de setembro de 1961, Jango assumiu a presidência tendo, contudo, seus poderes limitados em função da implantação do regime parlamentarista⁴.

A alteração do sistema de governo não foi suficiente para esgotar as tensões que pairavam sobre a cena política brasileira. Além da grave crise financeira que assolava o país, a incompatibilidade entre os diferentes projetos político-econômicos

1 Diário do Congresso Nacional, Sessão II, sábado 26 de agosto de 1961. p. 1818.

2 Pedimos licença para utilizar aqui a mesma nota de rodapé presente no livro “PTB: do Getulismo ao Reformismo” de Lucília Delgado, a qual elucida a concepção política de esquerda e direita com a qual estamos trabalhando: “a classificação das orientações políticas em termos de esquerda, centro e direita, no contexto político brasileiro é sempre difícil de ser estabelecida com exatidão e pode prestar-se a muitas controvérsias. Nós o estamos utilizando no sentido corrente, tal como se popularizaram nos últimos anos, tendo como marcas de referência questões como reforma agrária, a política externa, a estatização. Estaremos chamando de esquerdistas correntes ou agrupamentos partidários que proclamaram a necessidade e incrementar a participação do Estado na economia, de realizar a reforma agrária, a sindicalização rural, a nacionalização das empresas estrangeiras e um conjunto de medidas de cunho igualitário e democratizante”.

3 Este período inicia-se a partir da eleição de General Dutra para presidente, em 02/12/1945, e vai até a consolidação do Golpe de 1964, no dia 11/04/1964.

4 Este evento passou a ser classificado pelos setores mais à esquerda do PTB como o “Golpe branco”. Ver em TOLEDO, Caio Navarro de. O Governo Goulart e o Golpe de 64. São Paulo: Brasiliense, 1983. Retomaremos a questão no primeiro capítulo da dissertação.

em disputa na estrutura partidária nacional, associada ao clima de tensão e polarização política que pairava sobre o sistema partidário, foram alguns dos muitos motivos que contribuíram para que o governo João Goulart fosse um dos mais tumultuados do período republicano.

Para agravar ainda mais a situação, os poderes Executivo e Legislativo enfrentaram-se constantemente durante o ano de 1963 em torno de questões relacionadas às Reformas de Base. A polarização do sistema partidário e a tensão entre diferentes setores da sociedade chegaram a patamares jamais vistos na história republicana brasileira. Já no final de 1963, a mídia e os parlamentares começaram a alertar a sociedade sobre a possibilidade de eclosão de um Golpe de Estado⁵, partindo tanto da direita quanto da esquerda. Menos de três anos após a renúncia de Jânio Quadros, novamente o risco de um levante militar tornou-se iminente no país.

Isolado, João Goulart adotou uma postura ambígua. Ao mesmo tempo em que incitou a pressão popular sobre os congressistas no Comício da Central do Brasil, também reforçou a legitimidade das casas que compunham o Congresso Nacional, em mensagem destinada à abertura do ano legislativo. Em meio aos conflitos entre os poderes Executivo e Legislativo, as Forças Armadas evidenciaram sua inserção no movimento conspiratório conservador, através de uma instrução reservada assinada por Castelo Branco. A gota d'água ocorreu no dia 31 de março,

5 Em princípio utilizaremos a definição do conceito de Golpe de Estado estabelecida por Norberto Bobbio. Segundo o autor, o conceito passou por um intenso processo de modificação até chegar à sua definição moderna. Essa transformação foi marcada principalmente pela análise da atuação de seus atores (quem faz?) e do ato (como se faz?). As primeiras referências surgiram no século XVII atreladas à conduta de Catarina de Médici contra os huguenotes. A guinada para sua atual acepção esteve vinculada ao advento do constitucionalismo, passando a significar uma forma de violação da Constituição Legal do Estado. Um dos marcos históricos que permitiu seu emprego a partir desse novo significado foi o Golpe do 18 Brumário de Napoleão Bonaparte. Portanto, Bobbio conclui que “O Golpe de Estado moderno consiste em apoderar-se, por parte de um grupo de militares ou das forças armadas em seu conjunto, dos órgãos e das atribuições do poder político, mediante uma ação repentina, que tenha certa margem de surpresa e reduza, de maneira geral, a violência intrínseca do ato com o mínimo emprego possível de violência”. Buscando uma utilização mais específica do conceito para abordar a queda de João Goulart em 1964 trabalharemos com a seguinte definição: mudança súbita de governo, imposta por uma minoria que age como elemento surpresa. Sua realização acarreta em uma ruptura institucional vigente, que leva ao controle do Estado pessoas que não haviam sido legalmente designadas a esta função, sendo o processo geralmente realizado por vias excepcionais com apoio militar.

quando tropas lideradas pelo general Olympio Mourão Filho saíram de Juiz de Fora com destino ao Rio de Janeiro, iniciando o levante militar.

Enquanto João Goulart tentava articular sua permanência na presidência, diversos setores do Poder Legislativo rapidamente aderiram ao movimento conspiratório, legitimando o Golpe de Estado. No dia 02 de abril de 1964, em uma sessão extraordinária, o então presidente do Senado Auro de Moura Andrade, senador do PSD pelo estado de São Paulo, coordenou a reunião que sacramentou o decreto de vacância. Nela foi definido que o presidente havia abandonado suas obrigações executivas, levando o Congresso a não ter alternativa, se não a de declarar vago o cargo presidencial; “comunico ao Congresso Nacional que o Sr. João Goulart deixou, por força dos notórios acontecimentos de que a Nação é conhecedora, o governo da República (...) o Sr. Presidente da República abandonou o governo (...) Não podemos permitir que o Brasil fique sem governo, abandonado (...) Assim sendo declaro vaga a Presidência da República” ⁶. De tal modo, essa atitude atribuiu um caráter legal e democrático à ação militar perante a Constituição Federal e a sociedade brasileira.

Balanço do debate bibliográfico

O conjunto de estudos que têm como temática central o Golpe de Estado ocorrido no Brasil em 1964 é bastante heterogêneo⁷. Mesmo assim, podemos afirmar que a grande maioria das obras se preocupa em definir como ele foi realizado e, principalmente, em identificar quais foram os fatores e atores responsáveis por sua execução. As primeiras produções foram realizadas por jornalistas ou personagens diretamente envolvidos com o objeto de análise. Possuindo um forte caráter memorialista⁸, elas vinculam a eclosão do Golpe aos atos dos principais personagens políticos atuantes durante a República de 46.

6 Declaração feita pelo presidente do Congresso Nacional: “Da vacância do cargo de presidente da República e posse do presidente da Câmara” in FICO, Carlos. Além do Golpe. Versões e Controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 330.

7 O levantamento bibliográfico foi estruturado a partir do livro “Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar”, de Carlos Fico.

8 ALVES, Márcio Moreira. Torturas e torturados. Rio de Janeiro: [s.n.]

Posteriormente, autores da ciência política e sociologia começaram a se debruçar sobre o tema, produzindo, majoritariamente, estudos que se caracterizavam por esclarecer o evento a partir de análises estruturais, seja enfatizando o determinismo dos fatores econômicos⁹, ou então frisando a influência gerada por elementos políticos e institucionais. Nesse contexto, destacam-se as análises que utilizam como enfoque uma leitura marxista¹⁰, constatando que o Golpe de Estado foi resultado de resoluções econômico-estruturais; pesquisas baseadas na micro análise¹¹, que desenvolvem a tese de que a ação dos militares resultou de uma suposta incapacidade/fragilidade política de João Goulart¹²; e as correntes que enfocam a esfera política, as quais afirmam ser o Golpe de 1964 fruto de uma paralisia decisória¹³ do Congresso ou da falta de compromisso, tanto da direita quanto da esquerda, com as instituições democráticas¹⁴.

Por outro lado, existem também estudos que ressaltam o caráter decisivo da conspiração internacional/direitista. Dentre eles, obtiveram maior repercussão as pesquisas que analisam a atuação das Forças Armadas¹⁵ para afirmar que o papel da burguesia, em relação à queda de João Goulart, foi secundário. Os autores vinculados a essa corrente entendem que o projeto de tomada do poder foi essencialmente militar.

Superada a etapa inicial, atualmente nos encontramos em uma “segunda fase” de intensa produção acadêmica, marcada pelo trabalho de diversos historiadores. A transição ocorreu graças ao esforço de alguns autores¹⁶ que, motivados pela aproximação de datas “comemorativas”, como os 40 anos da queda

9 Entre eles, CARDOSO, Fernando Henrique. O modelo político brasileiro e outros ensaios. São Paulo: Brasiliense, 1979.

10 GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. São Paulo: Ática, 1999

11 GASPARI, Elio. A ditadura envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

12 STEPAN, Alfred. Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

13 SANTOS, Wanderley Guilherme. Sessenta e Quatro: Anatomia da Crise. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1986.

14 FIGUEIREDO, Argelina. Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961 – 1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

15 D ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. Os anos de Chumbo. A memória sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume –Dumará, 1994.

16 Entre eles podemos citar: Carlos Fico, Jorge Ferreira, Lucília Neves Delgado, Marieta Ferreira, Daniel Arão, Marcelo Ridenti, Rodrigo Motta, entre outros.

de João Goulart e os 30 anos de sua morte, passaram a destinar maior atenção ao Golpe de 1964.

Examinando os trabalhos acadêmicos, encontramos uma lacuna na produção historiográfica. Poucos estudos abordam o papel ativo do Congresso Nacional na formação da crise política que resultou na queda de João Goulart. Segundo levantamentos feitos pelo Grupo de Estudos sobre a Ditadura Militar da UFRJ, entre 1971 e 2000 foram produzidas 214 teses de doutorado e dissertações de mestrado sobre a história do regime militar, sendo apenas seis delas referentes propriamente a estudos do Golpe de 1964. As poucas obras que abordam a tensão entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo remetem à fase em que somente cientistas políticos trabalhavam com essa temática. Para Carlos Fico o pequeno número de estudos realizados pode ser explicado pela “grande dificuldade teórica de bem correlacionar os eventos da pequena política aos condicionamentos estruturais”¹⁷.

Tendo como objetivo contribuir com as interpretações sobre o processo que resultou no fim do período democrático da República de 46, realizaremos um balanço do debate bibliográfico, abordando algumas teorias explicativas que analisam o Golpe de 64 a partir da análise do político e da política¹⁸, entre elas: “paralisia decisória”, “radicalização dos atores”, “contragolpe”, “incapacidade administrativa” e “conspiração perfeita”. Ao invés de efetuar um resenhismo das teorias mencionadas, identificaremos e avaliaremos os principais argumentos utilizados por cada uma das correntes explicativas, traçando uma possível relação entre elas. De tal modo, descreveremos a importância que cada uma atribui à atuação dos poderes Executivo e Legislativo no processo que determinou o desgaste e a queda de João Goulart.

Uma das primeiras análises realizada sobre as variáveis políticas que contribuíram para a efetivação do Golpe de 64 define-o como resultado do colapso

17 FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar IN Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº47. p. 47

18 Estamos trabalhando com a nomenclatura proposta por Nicos Poulantzas, onde por político se entende a “superestrutura jurídico-política do Estado” e por política “as práticas políticas de classe (luta política de classes)”. In POULANTZAS, Nicos. Poder político e classes sociais do Estado capitalista. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

do sistema político brasileiro decorrente de uma crise de paralisia decisória¹⁹. A tese está ancorada na hipótese de que, quando os sistemas se tornam polarizados²⁰, a consequência imediata é a perda da capacidade operacional, evidenciada pela falta de competência, tanto do Poder Legislativo quanto do Executivo, de tomar decisões sobre questões conflitantes.

Essa corrente adota uma linha teórica que privilegia os aspectos políticos, em detrimento dos elementos econômicos e sociais, no exame da crise que marcou o governo João Goulart. Desta maneira, são criticadas as interpretações do Golpe de 64 ancoradas em fatores macrossociais ou macroeconômicos, através da justificativa de que a “grande variedade de estudos de caso sobre desenvolvimento político fornece suporte empírico à hipótese de que os processos sociais e econômicos são sempre mediados pelas instituições políticas existentes”²¹. Consequentemente, também é descartada a possibilidade de a intervenção militar ter sido uma reação originada por medidas substantivas tomadas pelo governo João Goulart.

É evidente a enorme influência exercida por essa corrente explicativa sobre os estudos que partem da interpretação dos tensionamentos políticos existentes no Congresso Nacional para explicar os motivos que levaram à queda de João Goulart. O detalhado mapeamento das forças congressuais, o rigoroso levantamento dos dados empíricos e a importância atribuída às questões parlamentares constituem-se em um sólido suporte para as análises documentais que realizaremos no decorrer da dissertação. Destacamos principalmente, a forma esclarecedora como é exposta a existência de projetos políticos heterogêneos dentro de cada um dos partidos atuantes durante a República de 46.

No entanto, certas conclusões, como “o Golpe militar resultou mais da imobilidade do governo Goulart do que de qualquer política coerente por este

19 SANTOS, Wanderley Guilherme. Sessenta e Quatro: Anatomia da Crise. São Paulo: Revista dos Tribunais. 1986.

20 O sistema político polarizado é caracterizado por diversos fatores, entre eles: a existência de oposições bilaterais, a disputa entre dois grupos de oposição mutuamente excludentes e/ou quando existem partidos anti-sistema.

21 SANTOS, Wanderley Guilherme. Sessenta e Quatro: Anatomia da Crise. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1986. p. 21.

patrocinada e executada”²² e “a incerteza quanto às intenções do presidente com respeito ao problema da reeleição efetivamente impediu um acordo sobre a reforma agrária”²³, nos levam à formulação de algumas questões: não estaria o autor atribuindo ao Poder Executivo a responsabilidade pela instauração da crise no Congresso Nacional e, conseqüentemente, pelo surgimento dos elementos que resultaram na ação golpista realizada pelos militares? Os partidos conservadores realmente barraram a efetivação das Reformas de Base por temerem as pretensões golpistas de João Goulart, ou este teria sido apenas um pretexto para manterem sua postura antireformista, sem entrar em conflito direto com os anseios da sociedade? Podemos atrelar a paralisia decisória ao fato de o Poder Executivo não possuir a maioria no Congresso, ao invés de explicá-la em decorrência de uma suposta radicalização ou inabilidade do presidente?

Por mais que o autor afirme que a ação dos militares em 1964 não foi resultado de uma reação contra medidas substantivas apresentadas por João Goulart, entendemos que a forma como sua hipótese é desenvolvida contribui para a responsabilização do Poder Executivo. No que se refere à disputa ideológica, eixo central da tese apresentada, afirma-se que Jango optou pela radicalização doutrinária no último mês de seu governo, levando à inevitabilidade do Golpe. Em última análise, afirma-se que ele conduziu o país ao caos administrativo em decorrência da maneira desarticulada como reagiu perante a desordem parlamentar. Partindo do conjunto de críticas apresentadas, é elaborada a conclusão de que o período do seu mandato foi caracterizado pela ausência de governo. Já o Poder Legislativo é descrito apenas como uma instituição a mercê das decisões tomadas pelo presidente, ocultando assim seu protagonismo no processo de transformação da crise política em Golpe de Estado.

Já no final da década de 1980, surgiu uma corrente explicativa do Golpe de 1964 vinculada à interpretação dos conflitos políticos ocorridos entre atores radicalizados durante o governo João Goulart. Seu modelo de análise “concentra-se na conduta estratégica de atores políticos em situações históricas concretas, enfatizando interesses e percepções e formulando os problemas em termos de

22 Idem. p. 37.

23 Idem. p.113.

possibilidades de escolhas” ²⁴. Logo, são descartadas as explicações de que a intervenção realizada pelas Forças Armadas foi resultado de uma conspiração direitista ou consequência de fatores estruturais econômicos e/ou políticos. A crítica é estabelecida através da constatação de que as variáveis já existiam no momento em que Jânio Quadros renunciou a presidência, e que mesmo assim, havia sido possível a articulação do compromisso antigolpista. A teoria da paralisia decisória, anteriormente apresentada, também é alvo de críticas, uma vez que seu caráter determinista é condenado por resultar na concepção de inevitabilidade do Golpe de Estado. Segundo a autora, a ênfase destinada aos aspectos político-institucionais é uma forma de subestimação do caráter sócio-econômico dos principais atritos ocorridos durante o governo João Goulart, principalmente aqueles referentes às Reformas de Base.

Analisando os momentos de maior tensionamento entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, foi estabelecida a hipótese de que os próprios indivíduos vitimados pelo Golpe foram os responsáveis pela elaboração do cenário de crise democrática que resultou na sua eclosão, uma vez que “ambos os grupos subscreviam a noção de governo democrático apenas no que servisse às suas conveniências. Nenhum deles aceitava a incerteza inerente às regras democráticas” ²⁵. Assim, sustenta-se a concepção de que o principal inimigo da democracia é a competição que envolve seus sujeitos.

Partindo do pressuposto de que os conflitos entre os atores políticos foram o principal fator responsável pela eclosão do Golpe de Estado, a autora examina os momentos nos quais, ela acredita, teria existido a possibilidade de efetivação de soluções político institucionais, que combinassem democracia com reformas sociais²⁶. No entanto, chega-se à conclusão de que os atores fracassaram na realização dos acordos, uma vez que optaram pela radicalização na defesa de seus ideais, contribuindo, conseqüentemente, para o crescimento do grupo

24 FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961 – 1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993. p. 29.

25 Idem. p. 202.

26 Entendemos que a hipótese elaborada está ancorada em um anacronismo, uma vez que a autora analisa as possibilidades de evitar o Golpe de Estado após já ter destacado os elementos responsáveis pela sua eclosão.

antigovernamental. De tal modo, o Golpe de 64 é definido como resultado da tensão existente entre as forças polarizadas e radicalizadas, as quais estavam a favor ou contra o projeto reformista defendido pelo Poder Executivo.

As conclusões apresentadas por essa corrente explicativa nos direcionam a uma série de questões, que abordaremos no decorrer da dissertação: ao atribuir, principalmente, ao presidente a responsabilidade pela manutenção do compromisso democrático, a tese apresentada não acaba responsabilizando-o pela eclosão do Golpe de 1964? A postura adotada por diversos congressistas durante os momentos de crise não foi tão inflexível quanto a apresentada pelos setores da sociedade que rejeitavam a realização das Reformas de Base? Que influência as tentativas anteriores de tomada do poder, articuladas pelas Forças Armadas com apoio de setores do Congresso Nacional, exerceram sobre a formação do cenário de crise democrática? Com qual definição do conceito de democracia trabalham os autores vinculados a essa corrente, ao defenderem a tese de que a aproximação de João Goulart junto às massas caracterizou uma postura radical? Quais fatores conjunturais foram responsáveis pelo surgimento das tensões entre as forças polarizadas no Poder Legislativo?

Entendemos que, mesmo destacando a radicalização existente em ambos os lados, a grande maioria dos estudos vinculados a essa corrente acaba responsabilizando somente o Poder Executivo pela formação do cenário de crise no Congresso Nacional. Afirma-se que João Goulart adotou “a lógica de uma ideologia que não aceitava nenhuma alternativa aquém da solução ótima” ²⁷. Em contrapartida, as mesmas obras simplesmente desconsideram a influência exercida pelo antigo projeto golpista das Forças Armadas e dos udenistas sobre o impedimento de uma solução negociada. Ao responsabilizar Jango pelo fracasso na construção de alianças nos momentos mais propícios, Argelina Figueiredo, conseqüentemente, condena o Poder Executivo pela formação da crise política que deu origem ao Golpe de 64. No entanto, ela não exige do Poder Legislativo o mesmo comprometimento para a efetivação de acordos que permitissem a conciliação entre reformas e democracia.

²⁷ Ibid.

Nos últimos anos, alguns autores vêm destacando a necessidade de analisar a participação dos movimentos sociais de esquerda no processo que resultou na formação da crise política ocorrida durante o governo João Goulart. Eles defendem a tese de que a maioria dos estudos aborda apenas a atuação dos setores conservadores de direita, “sobretudo porque foram eles que patrocinaram e desferiram o Golpe de Estado” ²⁸. Seguindo a mesma linha da “teoria da radicalização dos atores”, esse grupo de historiadores é responsável pela reintrodução do tema no campo da historiografia, dando continuidade às interpretações que definem os próprios indivíduos vitimados pela ação dos militares como co-responsáveis pela intervenção das Forças Armadas. O eixo central das análises afirma que o Golpe de 64 foi resultado de um crescente processo de radicalização política, marcado pelos conflitos travados entre os grupos de esquerda, que visavam à efetivação das Reformas de Base, e as alianças sociais e partidárias de direita, que impediram sua realização²⁹.

Em linhas gerais, parte dos novos trabalhos alega que os grupos esquerdistas se caracterizavam pela conduta radical e intransigente perante a possibilidade de tomada de decisões negociadas, contribuindo assim, diretamente para a falência do regime democrático. As análises negam que os movimentos sociais de esquerda tivessem a intenção de realizar um Golpe de Estado contra o governo João Goulart. No entanto, é construída a tese de que a maioria deles desprezava as instituições da democracia-liberal, atacando constantemente o Congresso Nacional e a Constituição de 1946. Logo, eles também acabam sendo responsabilizados pela intervenção das Forças Armadas, uma vez que sua conduta é apontada como um elemento determinante para a antecipação da ação golpista militar.

Paralelamente, os mesmos estudos defendem a tese de que o presidente adotou uma postura radical por ter se vinculado aos movimentos sociais de

28 FERREIRA, Jorge. Esquerdas no Panfleto. A crise política de 1964 no jornal da Frente de Mobilização Popular. Anos 90 (UFRGS. Impresso), v. 16, p. 81-124, 2009. p. 116

29 Diversos artigos de Jorge Ferreira desenvolvem essa tese, entre eles: “Esquerdas no Panfleto. A crise política de 1964 no jornal da Frente de Mobilização Popular”, “Brizola em Panfleto - as idéias de Leonel Brizola nos últimos dias do governo de João Goulart” e “Sexta-feira 13 na Central do Brasil. Nossa História”.

esquerda. A aproximação entre eles é descrita como fruto do fracasso de João Goulart na formação de uma aliança política com o centro pessedista, voltada à aprovação da agenda reformista. Assim, os autores atrelados a essa corrente defendem a tese de que “se não havia planos de Golpe de Estado, como as direitas perpetraram, estava em curso um projeto de rompimento institucional e o estabelecimento de um governo exclusivo das esquerdas” ³⁰.

Contestamos algumas teses explicativas produzidas por essa corrente, as quais, a nosso ver, tendem também a responsabilizar o Poder Executivo pela eclosão do Golpe de 1964. Mais uma vez, questionamos o fato das obras mencionadas não examinarem a contribuição do Poder Legislativo à formação da crise política que resultou na queda de Jango. Os parlamentares são descritos apenas como atores políticos passivos, que apenas reagiram perante as decisões tomadas pelo Poder Executivo. Entendemos inclusive que esse tipo de análise oferece um risco para o processo de formação da memória histórica sobre o Regime Militar, pois como afirma Caio Navarro de Toledo, elas podem contribuir para legitimar a ação golpista vitoriosa, ou serem utilizadas para atenuar a responsabilidade dos militares e da direita civil na supressão da democracia política.

Seguindo a mesma linha de interpretação, surgiu no início do século XXI, uma nova corrente de estudos caracterizada por análises marcadas por um revisionismo liberal³¹. Essas obras costumam explicar o Golpe de 1964 a partir da interpretação das individualidades de seus atores, desconsiderando as motivações sócio-econômicas e as sucessivas ações golpistas articuladas pelas Forças Armadas durante a República de 46. Uma de suas principais características é a construção de uma imagem pejorativa de João Goulart, a qual é utilizada constantemente para justificar a intervenção realizada pelos militares. Coincidentemente, ou não, muitas das críticas apresentadas são exatamente iguais as que eram feitas, durante a década de 1960, pelos opositores do presidente. A mais comum delas, questiona a capacidade de João Goulart presidir o país; indagação semelhante àquela feita

30 FERREIRA, Jorge. Esquerdas no Panfleto. A crise política de 1964 no jornal da Frente de Mobilização Popular. Anos 90 (UFRGS. Impresso), v. 16, p. 81-124, 2009. p. 118.

31 Ver: GASPARI, Elio. A Ditadura Envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; VILLA, Marco Antonio. Jango: um perfil (1945-1964). São Paulo: Globo, 2004

pelos militares logo após a renúncia de Jânio Quadros. De tal modo, ele é descrito como um homem que teve a sorte de assumir a presidência, não contribuindo com nenhuma “ideia, uma frase, uma lei, enfim, algo de relevante para a posterioridade”³² do povo brasileiro.

Já os estudos que representam a versão das Forças Armadas sobre o evento que deu início ao Regime Militar surgiram durante o processo de reabertura política, na década de 1980. A exclusão de João Goulart do cargo presidencial não é descrita como um Golpe de Estado, mas sim como uma Revolução, uma espécie de “contragolpe” destinado a impedir a efetivação do projeto golpista arquitetado pelo presidente. A tese se estrutura a partir da acusação de que ele cultivava o choque com o Congresso Nacional, desrespeitando constantemente valores militares como a hierarquia e a disciplina. Por fim, o pedido de Estado de Sítio, feito no final de 1963, é interpretado como uma tentativa clara do presidente de se perpetuar no poder. A teoria da radicalização dos atores é retomada aqui, sob a premissa de que João Goulart poderia ter evitado sua queda se

“tivesse um papel construtivo, materializado em um projeto de governo que obtivesse hegemonia política, que fornecesse sustentação à sua presidência. Todavia, em momento algum, esteve propenso a encontrar uma saída para o impasse”³³.

Distante das análises que propõem explicar a crise que originou o Golpe de 64 a partir da sobrevalorização dos aspectos políticos, inseridos em um breve recorte cronológico, existem outras teorias que interpretam o mesmo evento partindo da premissa de que a intervenção militar foi o resultado de um movimento conspiratório internacional e/ou direitista. Esses estudos desenvolvem uma leitura marxista, trabalhando diretamente com as determinações econômico-estruturais vinculadas aos condicionamentos de classe.

Dentre eles, destacamos o livro *“1964: a conquista do Estado”* de Rene Dreifuss. Essa pesquisa promove um grande avanço analítico ao constatar que o capital multinacional/monopolista foi responsável pela criação de novos atores e grupos de ação política contrários ao governo João Goulart. Atenção especial é destinada ao IBAD, bloco de poder responsável pela articulação e desenvolvimento

32 VILLA, Marco Antonio. Jango: um perfil (1945-1964). São Paulo: Globo, 2004. p. 237.

33 Idem. p. 241.

de um projeto conservador para a sociedade brasileira; e ao IPES, organização político-militar voltada para a formulação de ideologias, através das quais a elite orgânica adquiria um caráter genuinamente político. Mesmo que esse estudo não trabalhe especificamente com a análise do político, recorreremos constantemente a ele para avaliar como Golpe de Estado foi efetivado através do objetivo de resguardar determinados interesses de classe. De tal modo, entendemos que o processo de construção, legitimação e execução do Golpe de 1964 também deve ser interpretado a partir da atuação das instituições representantes das ambições multinacionais na esfera política nacional.

Concluimos esta breve análise bibliográfica destacando o fato da maioria das correntes teóricas apresentadas apontar, primordialmente, para o protagonismo político desempenhado pelo Poder Executivo durante o processo que resultou no Golpe de 64. Assim, responsabilizam-no, direta ou indiretamente, pela ruptura do regime democrático. A maioria dos autores mencionados não exige do Poder Legislativo a adoção de uma postura conciliatória perante a necessidade de formulação de soluções de compromisso. Inclusive, muitos deles deixam de analisar de que maneira o acirramento da luta de classes interferiu na alteração das forças que compunham a cena política durante a presidência de João Goulart. Em contrapartida, evidenciaremos, no decorrer da dissertação, o quanto Congresso Nacional foi decisivo para a queda de João Goulart, abordando principalmente sua interferência na transformação da crise política em um Golpe de Estado.

Trajetória da dissertação

Defendemos que o Golpe de 1964 seja interpretado como resultado da convergência de uma série de fatores, sejam eles políticos, econômicos e sociais³⁴. No entanto, abordaremos apenas a maneira como os aspectos políticos contribuíram para a instauração do Regime Militar. Destacamos, desde já, que nos contrapomos às análises mecanicistas, uma vez que elas acabam menosprezando a importância do político ao estabelecer uma relação de primazia da estrutura sobre a

34 FICO, Carlos. Além do Golpe. Versões e Controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

superestrutura. Seguindo a mesma linha de raciocínio elaborada por Décio Saes, não negamos a interferências dos fatores econômicos no decorrer do processo que resultou na queda de João Goulart, no entanto nos concentraremos em examinar como determinados interesses de classe se expressaram politicamente.

Em meio a inúmeras crises políticas ocorridas durante a República de 46, optamos por abordar apenas o último estágio do processo de golpismo prolongado, trabalhando especificamente com a crise que marcou o governo João Goulart durante o período presidencialista (1963-1964). Além de examinarmos os elementos que contribuíram para a queda do presidente democraticamente eleito, analisaremos também o processo de transição da crise política para o Golpe de Estado. Partiremos do pressuposto de que o evento pode ser explicado a partir da interpretação do grande esforço conspiratório civil (de longa data), corriqueiramente expresso pela via partidária, atrelado à rebelião das Forças Armadas.

Assim, no decorrer da dissertação, focalizaremos nossas análises no processo de ruptura institucional patrocinado por forças políticas situadas dentro do Congresso Nacional e do sistema partidário. Tudo isto, não esqueçamos, sob os auspícios do governo estadunidense - sempre desconfiado de Goulart. Trabalharemos assim com a concepção de que o Golpe de 1964 possuiu para alguns setores das Forças Armadas e da elite nacional um caráter preventivo³⁵, sendo sua principal motivação o “forte descontentamento de setores conservadores da política brasileira com a crescente e autônoma organização da sociedade civil naquela conjuntura”³⁶.

Como mostramos anteriormente, diversos autores³⁷ já abordaram o mesmo objeto na tentativa de descrever os fatores que determinaram a intervenção realizada pelos militares com o apoio de setores da sociedade civil. De tal modo, as problematizações que pautam o desenvolvimento desta dissertação não são

35 O conceito de Golpe Preventivo foi criado pela historiadora Lucilia Neves Delgado para agrupar as teses desenvolvidas por Florestan Fernandes, Caio Navarro de Toledo, Lucilia de Almeida Neves Delgado e Jacob Gorender.

36 DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o Golpe de 1964: memória, história e historiografia. Tempo. Revista do Departamento de História da UFF, v. 28, p. 123-144, 2010. p. 132.

37 Dentre eles destacamos: Wanderley Guilherme dos Santos, Argelina Figueredo, Lucilia Delgado e Jorge Ferreira.

necessariamente inovadoras: “como poderia o cenário político mudar tanto, a ponto de os oponentes de Goulart serem capazes de forçar sua deposição em lapso de tempo inferior a três anos?”³⁸. Quais fatores explicam a transformação do comportamento do Poder Legislativo que, durante o governo João Goulart, abdicou sua pré-disposição antigolpista para tornar-se a força determinante para a consolidação do Golpe de 1964? Quais elementos contribuíram para a formação de um quadro de crise política durante o governo João Goulart? O que distingue essa crise política das outras que marcaram a República de 46? Qual é a relação existente entre elas? Por que justamente essa crise originou o Golpe de Estado? É possível responsabilizar o presidente pela formação da crise política entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo? Podemos encarar o Golpe como fruto da falta de comprometimento, tanto da esquerda quanto da direita, com as instituições democráticas? Que influência os últimos dias do governo João Goulart exerceram sobre o processo de formulação e consolidação do Golpe de Estado?

Perante a esse amplo conjunto de problematizações apresentadas optamos por trabalhar com dois grupos de fontes documentais. O primeiro deles é composto basicamente pelos Diários do Congresso Nacional³⁹, os quais utilizaremos para analisar a rotina do Poder Legislativo e interpretar a maneira como os parlamentares agiam durante os debates políticos. Os documentos estão divididos em Diário da Câmara Nacional (sessão I) e Diário do Senado Federal (sessão II). Em virtude da grande quantidade de fontes, optamos por selecioná-los a partir dos eventos que caracterizaram os principais conflitos entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo.

No entanto, percebermos que a realização de uma análise isolada de qualquer outro tipo de fonte que se refira à atividade parlamentar não seria suficiente para compreendermos as disputas políticas ocorridas entre os congressistas, uma vez que a maioria dos conflitos não surgia durante a realização das sessões, mas,

38 SANTOS, Wanderley Guilherme. *Sessenta e Quatro: Anatomia da Crise*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1986. p. 15.

39 Os diários são publicações oficiais informativas das atividades desenvolvidas pelo Poder Legislativo. Neles estão presentes as Atas das sessões parlamentares, onde podemos verificar: a composição da mesa diretora; a apresentação dos líderes da maioria e da minoria, assim como os líderes e vice-líderes de cada um dos partidos representados; as comissões existentes e seus membros; a lista diária de presença dos senadores e deputados; o expediente e a ordem do dia que regem os trabalhos; o texto integral dos projetos e dos pareceres lidos e votados; e principalmente os discursos e debates realizados entre os congressistas.

sim, em contextos externos, sendo apenas expostos de maneira direta ou indireta no plenário. Por isso, no decorrer da pesquisa tornou-se necessário utilizar outras fontes primárias que permitissem uma melhor compreensão da dinâmica do Poder Legislativo. Assim sendo, trabalhamos ainda com as atas das convenções partidárias dos principais partidos (PSD/PTB/UDN) e com seus planos de governo, na tentativa de encontrar uma linha de atuação dos congressistas pré-definida pelos respectivos partidos.

Já para analisar a conduta política do presidente, interpretando basicamente como ele lidava com os diversos episódios de crise que marcaram seu governo, utilizamos os discursos presidenciais que obtiveram maior repercussão no Congresso Nacional e as mensagens emitidas pelo Poder Executivo destinadas a dar início aos trabalhos dos parlamentares. A escolha desses documentos possibilitou uma melhor compreensão do debate entre João Goulart e os congressistas, uma vez que boa parte de suas falas era dedicada a rebater as críticas das quais era alvo.

Portanto, realizaremos uma releitura das análises sobre a dimensão política do Golpe de 1964, promovendo assim a superação de alguns paradigmas explicativos, que por vezes, contribuem para amenizar a responsabilidade do Poder Legislativo e de setores da sociedade pela queda do presidente democraticamente eleito. Reexaminaremos as interpretações que apontam o conflito conjuntural entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, durante o governo João Goulart, como sendo o elemento político-institucional responsável pela eclosão do Golpe de Estado. Essa reflexão será desenvolvida a partir da hipótese de que, além de potencializar os conflitos ideológicos da sociedade, as decisões políticas tomadas no Congresso Nacional, em meio aos debates sobre as Reformas de Base, foram cruciais para o desgaste político do presidente e, conseqüentemente, para a realização e a legitimação da intervenção militar.

A forma como as divergências entre os poderes Executivo e Legislativo foram examinadas pelos autores mencionados explica de maneira precisa o surgimento da crise política, a qual, a nosso ver, é condição necessária, porém não fundamental, para a eclosão de um Golpe de Estado. Defendemos que a crise política não seja

encarada como causa mecânica do Golpe de 1964, uma vez que o país passou por vários outros momentos conflituosos no decorrer da República de 46, que não resultaram em intervenções armadas contra os governos democraticamente eleitos. De tal modo, temos, dentre nossos principais objetivos, que destacar as particularidades da crise política vigente durante o governo João Goulart.

Desde já gostaríamos de afirmar que não temos o objetivo de promover uma defesa de João Goulart, isentando-o dos erros que cometeu durante o período em que presidiu o país. No entanto, não trabalharemos com a concepção de que os parlamentares apenas reagiram à suposta radicalização e falta de flexibilidade do Poder Executivo. Também optamos por abordar o processo de transição da crise política para o Golpe de Estado para além de uma interpretação restrita à análise do comportamento político de determinados atores. O que buscamos é a compreensão das vicissitudes e dinâmicas do protagonismo desempenhado pelo Poder Legislativo - sob a influência de um intenso processo de politização da sociedade - frente à crise política que resultou na queda do governo democraticamente eleito.

No primeiro capítulo da dissertação abordaremos o caráter conservador predominante no Poder Legislativo durante a República de 46. Iniciaremos as análises avaliando como o Congresso Nacional pode ser encarado como um espaço de representação de diferentes interesses de classe. Em um segundo momento, avaliaremos a interferência de fatores políticos no processo de redação da Constituição Federal que vigorou durante o período. Ainda no primeiro capítulo, examinaremos como os diferentes partidos políticos representavam projetos divergentes de modernização capitalista do Estado brasileiro. É necessário destacar que desenvolveremos as interpretações para além da simples divisão partidária, mapeando a heterogeneidade de correntes políticas existente dentro de cada um dos partidos. Finalizando essa primeira etapa, investigaremos a maneira como o processo de polarização do sistema partidário contribuiu para o surgimento dos blocos interpartidários.

Após constataremos a predominância do conservadorismo na postura do Poder Legislativo, examinaremos no segundo capítulo o caráter reformista do projeto de governo proposto pelo PTB. Dessa maneira, avaliaremos a forma como foi

formulado e apresentado o projeto das Reformas de Base, contrapondo as teses de que sua suposta fragilidade originou as tensões e articulações responsáveis pela eclosão do Golpe de Estado. Já no terceiro capítulo, destacaremos o protagonismo desempenhado pelo Poder Legislativo no decorrer da efetivação da “solução parlamentarista”; a qual possibilitou a ascensão de João Goulart à presidência.

Em seguida, no quarto capítulo, examinaremos alguns conflitos políticos responsáveis pelo tensionamento da relação entre os poderes Executivo e Legislativo após o restabelecimento do regime presidencialista. Desta maneira, descreveremos o processo de transição da crise do governo para a crise do regime, dirigindo atenção especial aos debates vinculados aos três projetos de Reforma Agrária apresentados durante o ano de 1963, com enfoque para a identificação dos diferentes interesses de classe que cada um deles representava.

Já no quinto e último capítulo examinaremos o processo de transformação da crise política em um Golpe de Estado. Inicialmente avaliaremos o quanto a aproximação dos pessedistas em relação aos udenistas contribuiu para a formulação e consolidação do Golpe de Estado. A análise parte da premissa de que, mesmo após a adoção do regime parlamentarista, setores da UDN mantiveram seu projeto golpista, o qual começou a ser reforçado pelo PSD no último trimestre de 1963. Deste modo, utilizaremos o conceito “Golpe Prolongado” para destacar a relação existente entre as diversas ações golpistas realizadas no decorrer da República de 46, refutando teses que tendem a explicar o Golpe de 1964 somente a partir da análise de acontecimentos ocorridos durante o governo João Goulart.

Dialogando com o paradigma explicativo da “paralisia decisória”, originada pela radicalização dos atores, defenderemos a tese de que a diminuição da efetividade do Poder Legislativo não foi resultado apenas de uma suposta postura inflexível, ou da incapacidade administrativa, do Poder Executivo. Questionaremos as leituras que tendem a explicar a eclosão do Golpe de 1964 enquanto um processo reativo das Forças Armadas perante a adoção de uma postura radical de João Goulart. Também refutaremos, através de análises documentais, as teorias que promovem uma leitura de “inevitabilidade do Golpe” ancorada em interpretações que apontam para a realização de uma “conspiração perfeita”.

Em contrapartida, defenderemos a tese de que a ruptura da base congressional do Poder Executivo, composta pela aliança PSD e PTB⁴⁰, teria ocorrido antes mesmo da suposta radicalização do governo João Goulart, a qual, segundo a historiografia, pode ser caracterizada pelo pedido de Estado de Sítio, ou pela aproximação do presidente junto aos movimentos sociais. Consequentemente, também reexaminaremos as interpretações que defendem a teoria de uma intervenção armada executada pelos militares, antecipada em decorrência de um temor em relação à possibilidade de uma ação revolucionária articulada por alguns setores da esquerda.

Concluiremos a dissertação analisando o protagonismo político desempenhado pelo Poder Legislativo no processo de consolidação e legitimação do Golpe de Estado. Portanto, justificaremos a opção pela utilização do conceito “Golpe Político Militar” para classificar a intervenção realizada pelas Forças Armadas, com o apoio de setores da sociedade civil, contra o governo democraticamente eleito. Realizando uma análise comparativa em relação aos acontecimentos que marcaram a renúncia de Jânio Quadros, interpretaremos a mudança na postura dos parlamentares frente à defesa do regime democrático.

Esperamos que o conjunto de reflexões apresentadas venha a contribuir para uma melhor compreensão do papel desempenhado pelo Poder Legislativo na transformação da crise política do governo João Goulart no Golpe de 1964. Mesmo não tendo a pretensão de interpretar todos os motivos que convergiram para o estabelecimento do regime militar, acreditamos que essa dissertação possa demonstrar a grande relevância dos aspectos políticos existente no processo de consolidação do projeto golpista.

Pretendemos ainda que o estudo contribua para evidenciar o quanto era instável a democracia vigente durante a República de 46. Assim, defendemos que sua fragilidade não pode ser caracterizada somente a partir da queda de João Goulart, ou pelo fato dos agrupamentos políticos de direita e de esquerda terem cogitado a realização de uma ação golpista contra o presidente. Acreditamos que a

40 Em um primeiro momento, analisaremos a transição do PSD da base governista para a condição de oposição ao governo. Em seguida, identificaremos o momento no qual o PSD passa da oposição para a conspiração contra João Goulart.

vulnerabilidade do regime democrático também era decorrente da visão instrumental e da falta de compromisso das Forças Armadas e da burguesia com o regime, uma vez que ambas tentaram constantemente derrubar o Poder Executivo no decorrer do período entreditaduras.

Capítulo 1 – A hegemonia⁴¹ conservadora do Poder Legislativo durante a República de 46

No decorrer deste capítulo examinaremos a cena política na qual o objeto central da dissertação está inserido. Conforme mencionamos na introdução, interpretaremos a eclosão do Golpe de 1964 a partir das divergências existentes entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo. Partimos da premissa de que a postura antireformista predominante no Congresso Nacional, ancorada em uma Constituição liberal, foi um dos fatores que mais colaborou para a intensificação da crise política durante o governo João Goulart. De tal maneira, iniciaremos a reflexão descrevendo o caráter conservador hegemônico no Congresso Nacional durante a República de 46.

Em um primeiro momento, apresentaremos as bases teóricas que sustentaram as análises documentais que realizamos no decorrer da pesquisa. Trabalhando com a dimensão política da sociedade de classes, descreveremos as classes sociais que compunham e eram representadas pelos partidos com maior número de congressistas. O mesmo será feito em relação aos blocos interpartidários. A realização dessa reflexão é de fundamental importância para explicarmos a interferência exercida pelo processo de politização da sociedade sobre os debates realizados no Congresso Nacional e, conseqüentemente, na relação do Poder Legislativo com o Poder Executivo. De tal modo, poderemos examinar como os diferentes interesses classistas⁴², expressos através de projetos políticos e econômicos distintos, se concretizaram e entraram em disputa no período anterior ao Golpe de 1964.

Ainda neste capítulo, examinaremos a Constituição de 1946, partindo do pressuposto de que ela é um instrumento de representação de determinados

41 Não estamos trabalhando diretamente com o conceito de hegemonia formulado por Antonio Gramsci. Partindo basicamente da esfera etimológica da palavra, recorreremos ao conceito de hegemonia para definir a supremacia dos interesses de uma classe social sobre o das outras (do grego "hegemon" = líder).

42 Trabalharemos com a definição conceitual de Nicos Poulantzas, que além de diferenciar os interesses econômicos dos interesses políticos de classe, faz uma ressalva destacando que os interesses de classe estão atrelados a um estágio anterior à formação da consciência de classe.

interesses de classe. Assim, demonstraremos o quanto ele tornava restrita a atuação política dos trabalhadores urbanos e do campo na democracia representativa brasileira, ao mesmo tempo em que, contribuía diretamente para a formação do caráter conservador predominante no Poder Legislativo.

1.1 O Congresso Nacional e a representação política dos interesses de classe

Em meio a buscas pela base teórica necessária para analisar os fatores políticos que contribuíram para a elaboração, a execução e a legitimação do Golpe de 1964, encontramos na categoria “bloco histórico”, formulada por Antonio Gramsci, um interessante caminho de reflexão. A definição do conceito desenvolvida pelo autor não se limita apenas à distinção entre os elementos que o compõem a estrutura (conjunto das forças sociais e do mundo da produção) e a superestrutura (o reflexo do conjunto das relações sociais de produção). Na realidade, ele descarta a realização de uma análise em que ambos sejam encarados de forma separada, apontando para a existência de um vínculo orgânico entre eles, o qual resulta na formação de uma relação dialética igualmente determinante. Portanto, ao atribuir à superestrutura ético-política uma importância semelhante a destinada à base econômica, Gramsci rompe tanto com as leituras caracterizadas pelo economicismo quanto com aquelas que se pautam pelo ideologicismo.

A interpretação do movimento do bloco histórico deve ser feita em um processo dividido em dois momentos igualmente determinantes. O primeiro deles é definido como sendo a base, efetivado por um deslocamento de caráter relativamente estático da estrutura, que engendra diretamente a superestrutura, a qual é, no início, apenas o seu reflexo. Ainda nessa primeira etapa a superestrutura se desenvolve restringida por limites estruturais bem definidos. No entanto, isso não indica a primazia da estrutura, uma vez que durante a segunda etapa, a esfera ético-política desempenha um papel motor em função da base. Ou seja, a partir dela se desenvolve a consciência de classe⁴³ dos grupos sociais, responsável por sua

43 Para que um grupo de agentes sociais se concretize enquanto classe é necessária a existência de uma organização política e ideológica própria, a qual deve estar diretamente vinculada ao processo de formação da consciência de classe. Sua elaboração é o resultado de um processo histórico e dialético constituído por homens concretos inseridos em determinado modo de produção e relações

organização política e ideológica, promovendo, assim, o essencial do “movimento histórico”. Examinando o progresso desse processo, Hugues Portelli afirma que

“as ideologias e atividades políticas tornam-se, assim, o verdadeiro terreno onde os homens tomam consciência dos conflitos que se desenvolvem no nível da estrutura, o que lhes confere um valor estrutural e confirma a noção de bloco histórico em que justamente as forças materiais são o conteúdo, e as ideologias, a forma”⁴⁴.

Consequentemente, a estrutura torna-se o instrumento da atividade superestrutural, configurando o que Gramsci classifica como “movimento superestrutural orgânico”.

Esta pesquisa abordará somente a segunda etapa do movimento do “bloco histórico”. Logo, partindo da concepção de que é no nível das atividades superestruturais que se traduzem e resolvem as contradições surgidas na base, analisaremos a influência dos aspectos políticos no processo que resultou na execução do Golpe de 1964. No caso específico da esfera política atrelada à superestrutura, passamos a encará-la como o prolongamento das tendências de desenvolvimento da estrutura.

Nesse contexto, trabalhamos com o conceito de “cena política”, formulado por Nicos Poulantzas, para definir o espaço de atuação política das diferentes classes sociais por meio de partidos políticos. É importante destacar que é através da sua composição que se formam os efeitos determinantes das práticas políticas institucionais de classe. Portanto, definimos a análise da cena política vigente durante o governo João Goulart como fundamental para compreendermos a maneira como a dinâmica interna do Poder Legislativo contribuiu decisivamente para a intensificação da crise política que resultou na eclosão do Golpe de 1964. Porém, não podemos encará-la apenas como um espaço de representação dos atos

sociais correspondentes. No caso específico do operariado ela pode ser entendida como o reconhecimento de seu devir histórico e dos objetivos a serem alcançados através da luta de classes. Refletindo sobre esse processo, Gramsci afirma que ela “não se realiza unilateralmente a partir da agudeza das contradições produzidas pelo capitalismo, ou pelas determinações da vontade revolucionária, mas na conjugação orgânica entre a reflexão acerca das condições aviltantes de exploração e alienação e a luta para abolição dessas relações” (OLIVEIRA, Thiago Chagas; FELISMINO, Sandra Cordeiro. Formação política e consciência de classe no jovem Gramsci (1916 - 1920). In: MENEZES, Ana Maria Dorta de; LIMA, Cláudia Gonçalves de; LIMA, Kátia Regina Rodrigues; SANTOS, Laura Karine Maia. (Org.). Trabalho, Educação, Estado e a Crítica Marxista. Fortaleza: UFC, 2009. p. 68). Nesse contexto, a consciência da classe operária, segundo a teoria marxista, possui uma finalidade revolucionária voltada para a formação de uma sociedade sem distinção de classes.

44 PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 56.

políticos, nos prendendo, assim, a uma leitura factual. Ela é o lugar de desvelamento das práticas de classe e das instituições políticas, ao mesmo tempo em que promove o encobrimento das suas relações, “através do sistema de partidos e das relações entre eles, e das relações complexas que se estabelecem entre classe e partido”⁴⁵.

Chegamos então à conclusão de que a mediação realizada pelas instituições políticas no processo de dominação social do capitalismo se situa e se manifesta na “cena política”. Segundo Adriano Codato (2006), esse intermédio se realiza de quatro maneiras: como lugar de transformação de um grupo socioeconômico em um grupo especificamente político; lugar de expressão refratada dos interesses sociais; lugar de tradução dos interesses sociais numa linguagem política; e também como lugar de ocultação dos interesses sociais. Atentaremos para todas essas variações no decorrer das análises dos conflitos políticos ocorridos no Congresso Nacional durante o governo presidencialista de João Goulart.

Após apresentarmos resumidamente a base de sustentação teórica que orientará a realização da dissertação, devemos, ainda, definir nossa concepção sobre o papel político desempenhado pelo Poder Legislativo em um regime democrático. Partimos da premissa de que o Congresso Nacional pode ser compreendido como o espaço onde ocorre a representação política de diferentes interesses de classe⁴⁶, os quais, por sua vez, são responsáveis pelo surgimento de tensões e conflitos institucionais⁴⁷. Nesse contexto, geralmente sua atuação “tem se concentrado na tentativa, geralmente bem sucedida, de diminuir os conflitos políticos e exercer a arte da conciliação”⁴⁸ (por conciliação entendemos a “habilidade política de disfarçar conflitos de classe e setoriais”⁴⁹). Logo, passamos a interpretar o

45 CODATO, Adriano. O espaço político em Marx: a noção de cena política revisitada. In: 3º Congresso Latino-americano de Ciência Política: democracia & desigualdades, 2006, Campinas - SP. CD-ROM, 2006.

46 Esses interesses de classe podem ser expressos de diferentes formas, seja através de interesses corporativos, regionais ou fisiológicos.

47 Deste modo, discordamos das análises que compreendem a ocorrência de conflitos no Congresso Nacional como sendo uma disfunção, uma vez que elas contribuem para o ocultamento do fato de este ser um local de expressão refratada de determinados interesses de classe

48 REGO, Antônio Carlos Pojo do. O Congresso Brasileiro e o Regime Militar (1964-1985). Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 17.

49 SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getulio Vargas a Castelo (1930-1964). Rio de Janeiro: Saga, 1969, P. 491

Congresso Nacional como o local de disputa política entre projetos dos diferentes setores da sociedade nele representados, ou não⁵⁰.

Inicialmente é necessário destacar que essa mediação de interesses de classe no Congresso Nacional não se dá de forma direta, mas sim mediada, através de partidos e projetos políticos. Consequentemente, no cotidiano do parlamento, diferentes partidos exercem o papel de representação da luta política, promovendo a formação de alianças em meio a diversos enfrentamentos, ou seja, “as facções que representavam múltiplos interesses tinham a possibilidade de conciliar-se e acomodar-se, compartilhando o poder”⁵¹. De tal modo, identificaremos neste capítulo quais classes sociais⁵² encontravam-se representadas no Congresso Nacional, examinando, principalmente, os fatores que determinaram a formação de uma hegemonia conservadora nesse espaço.

50 Trabalhamos com a concepção de Aspásia Camargo presente no artigo “A Questão Agrária: Crise de Poder e Reformas de Base (1930 a 1964)”, onde a autora afirma que no período pré-golpe os trabalhadores rurais brasileiros ainda não se constituíam enquanto uma classe social, uma vez que viviam um processo de formação da própria ideologia e consciência política, não possuindo assim nenhuma representação legítima no Congresso Nacional. Em sua grande maioria estavam submetidos a condições de vida miseráveis, fruto da concentração de terra e do monopólio do poder político local exercido pelas oligarquias agrárias. Seus anseios pela redistribuição de terras no interior do país foram representados durante a primeira metade do século XX ou por movimentos messiânicos ou por políticos progressistas, mas nunca diretamente pelos próprios camponeses. No entanto, no decorrer do governo João Goulart, o movimento camponês começou a se institucionalizar rapidamente através da criação de órgãos de representação de classe, seja através da fundação de sindicatos camponeses ou do surgimento das Ligas Camponesas.

51 LAFER, Celso. Sistema Político Brasileiro. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 89.

52 Assim como acontece com muitos outros termos teóricos oriundos da obra de Marx, a noção de “classe social” possuiu diversas concepções. No decorrer da dissertação utilizaremos a formulação de Nicos Poulantzas, destacando a influência da superestrutura na formação das classes sociais, superando, assim, as definições restritas aos fatores estruturais. A noção de classe social precisa designar uma realidade situada no efeito de um conjunto de estruturas dadas, que determinam as relações sociais como relações de classe. Deste modo, Nico Poulantzas não descarta o papel determinante exercido pelos elementos econômicos na distinção entre as classes sociais. No entanto, ele afirma que a sua análise de forma isolada não é suficiente para uma plena compreensão, sendo necessário, também, o exame das instâncias político e ideológica. Devemos, então, situá-las exatamente na sua associação com as estruturas, seja de um modo de produção - definido por uma dupla relação: dos homens com o objeto e com o meio de trabalho - ou de uma formação social. Trabalharemos então com a premissa de que são as relações de produção que detêm a primazia sobre o processo de divisão social do trabalho e também sobre as forças produtivas. Desta modo, passamos a encarar as classes sociais como o efeito de um conjunto de instâncias (econômico, político e ideológico) e das suas relações. Portanto, passamos a entender por classes sociais os grupos de agentes definidos por sua posição no conjunto da divisão social do trabalho, e não apenas pela sua posição no sistema de produção. Devemos ir além da distinção entre ricos e pobres (diferença real do montante dos lucros), uma vez que o conceito nos indica os efeitos da matriz de um modo de produção no domínio das relações sociais. Entendemos ainda, que a formação das classes sociais também se dá a partir da oposição entre grupos já existentes.

No caso brasileiro, desde o início do período republicano, a máquina estatal e a estrutura partidária estiveram sob controle das oligarquias agrárias⁵³, compostas, basicamente, pelos grandes latifundiários do nordeste e pelos agroexportadores do sul e sudeste. Ancorada no monopólio da terra, na exclusão do direito de voto aos analfabetos e nas práticas políticas clientelistas, essa fração de classe conseguiu garantir o cumprimento de seus interesses no Congresso Nacional durante toda a República de 46. Porém, o controle do sistema político não era uma exclusividade sua. Com a intensificação do processo de industrialização ocorrido no Brasil a partir da Era Vargas, começou a ganhar força uma nova classe social formada pela burguesia industrial-financeira, geralmente situada nas regiões sul e sudeste. É necessário destacar, que essa nova classe social “não destruiu, nem politicamente nem economicamente, as antigas classes agrárias dominantes para impor sua presença no Estado; pelo contrário, aceitou, em grande parte, os valores tradicionais da elite rural”⁵⁴. Desta forma, utilizaremos, no decorrer da dissertação, o conceito “bloco no poder”, elaborado por Poulantzas (1986), para definir a ação conjunta dessas duas frações da burguesia a favor dos interesses industriais, financeiros e agroexportadores.

Ao relatar as decisões realizadas no Congresso Nacional iremos nos referir ao Poder Legislativo sempre no singular. No entanto, gostaríamos de destacar, desde já, que todas elas foram resultado de inúmeros conflitos e divergências internas, elementos que demonstram a heterogeneidade dos interesses de classes existentes entre os congressistas.

Finalizando, gostaríamos de destacar que, diferentemente de alguns autores com os quais trabalhamos, encaramos os conflitos como situações intrínsecas ao jogo político, e não como anomalias do sistema, muitas vezes descritas como responsáveis pela formação de crises institucionais. Porém, é necessário ressaltar que, nos momentos de crise política aguda, os interesses de classe e as grandes divisões ideológicas tendem a predominar, contribuindo diretamente para a

53 Estamos utilizando o conceito formulado em: SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1985.

54 DREIFUSS, René Armand. 1964: *A Conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 22.

formação das crises de regime. Portanto, as atitudes tomadas nessas ocasiões não devem ser encaradas como meros atos de radicalização.

1.2 A Constituição de 1946

Antes de iniciarmos a identificação dos membros e das respectivas classes sociais que compunham o Congresso Nacional, precisamos, ainda, examinar a estrutura da Constituição Federal promulgada em 1946. A análise será pautada pelo objetivo de demonstrar como a elaboração de uma Constituição⁵⁵ pode refletir os interesses e os conflitos entre diferentes classes sociais. Trata-se de um exercício de essencial importância para entendermos a fundamentação legal que pautou a relação entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo durante a República de 46. A reflexão também contribuirá para uma melhor interpretação das disputas relacionadas à realização das Reformas de Base, que desenvolveremos no próximo capítulo.

Formulada após o término da ditadura do Estado Novo, a Constituição Federal de 1946 refletia a expectativa de construção de um sólido regime democrático no Brasil, em contraposição às práticas autoritárias do governo anterior. Deste modo, os congressistas alegavam ser necessário o fortalecimento das instâncias de representação, entre elas, principalmente, o Poder Legislativo. Podemos afirmar que o trabalho de redação dessa Constituição sofreu uma dupla influência. Por um lado, as Cartas Magnas de 1891 e 1934 serviram como exemplo para a formação de um texto que se pretendia fiel às linhas do Liberalismo Clássico. Por outro, a Constituição de 1937 serviu como um anti-modelo, uma vez que promoveu o enfraquecimento do Parlamento e a limitação dos direitos civis.

É nítida a interferência de fatores políticos no processo de elaboração do texto constitucional. Pautada pelo objetivo de romper com a centralização política

55 De forma bem ampla, e em meio a inúmeras compreensões, podemos definir “Constituição” como o conjunto de normas fundamentais criadas para a construção e legitimação de um novo sistema político. A Constituição, basicamente, estabelece regras de convivência política, econômica e social, enumerando e limitando os poderes e funções de uma entidade, um Estado. Além de constituir princípios políticos, procedimentos, direitos e deveres de um governo, destacamos o fato dos textos constitucionais também serem utilizados como mecanismos de controle de eventuais conflitos entre as diferentes classes sociais que habitam o território sobre o qual legislam.

em torno do Poder Executivo, a Constituição de 1946 ampliou as atribuições do Poder Legislativo. É nesse ponto que reside sua principal semelhança com a Carta de 1934, uma vez que ambas reagiram contra os exageros da personalização do poder, caracterizado, respectivamente, pelo intervencionismo estatista de Getúlio Vargas e pelo presidencialismo da República Velha. No entanto, uma ressalva deve ser feita: a Assembléia Constituinte “negou o Estado Novo, mas não se livrou de muitas de suas construções antidemocráticas, mantendo a legislação trabalhista tuteladora e as medidas equivocadas de segurança nacional” ⁵⁶. Identificamos, assim, a presença de uma das inúmeras contradições existentes no discurso liberal adotado pelas lideranças políticas brasileiras na primeira metade do século XX.

Trabalhando com a premissa de que o conjunto de leis é criado por representantes da sociedade, eleitos ou não, entendemos que as constituições são o resultado de um conjunto de interesses de classes, expressos pelos grupos que compõem as assembleias constituintes. Se bem fundamentadas, elas podem se caracterizar como um entrave ao “exercício ilimitado do poder de um grupo, em detrimento de outros” ⁵⁷. No entanto, no caso da Constituição Federal de 1946, ela garantiu e legitimou os privilégios dos integrantes do “bloco no poder”, atribuindo a eles o monopólio do exercício do poder político e de todo o direito civil e comercial.

Ao analisarmos as leis que compõem a Constituição de 1946, encontramos inúmeros artigos que confirmam a interferência dos interesses de classe “do bloco no poder” na sua redação e que, conseqüentemente, acabaram dificultando a realização das Reformas de Base. Os artigos 132/138⁵⁸ exemplificam bem essa ingerência, uma vez que estabeleciam a proibição do direito de voto aos analfabetos e oficiais militares de baixa patente. A elaboração da lei originou uma das principais polêmicas ocorridas durante o trabalho da Assembléia Constituinte. Sua efetivação só foi possível graças à atuação coesa dos proprietários de terra e pecuaristas das

56 IGLÉSIAS, Francisco. *Constituintes e Constituições brasileiras*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 63.

57 PEREIRA, Osny Duarte. *Que é a Constituição: crítica à carta de 1946 com vistas a Reformas de Base*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. p. 14.

58 Art. 132 - Não podem alistar-se eleitores: I - os analfabetos; II - os que não saibam exprimir-se na língua nacional; III - os que estejam privados, temporária ou definitivamente, dos direitos políticos. Parágrafo único - Também não podem alistar-se eleitores as praças de pré, salvo os aspirantes a oficial, os suboficiais, os subtenentes, os sargentos e os alunos das escolas militares de ensino superior. Art. 138 - São inelegíveis os inalistáveis e os mencionados no parágrafo único do art. 132.

regiões Norte e Nordeste do país. Posteriormente, a proposta de ensino gratuito em todos os estágios também foi negada pelos parlamentares, dificultando ainda mais o acesso de boa parte da sociedade ao voto. Ao eliminar um dos principais direitos cívicos dos analfabetos, o texto constitucional contribuiu para que a elite conservadora monopolizasse as esferas de decisão política.

Porém, foi o artigo 141⁵⁹, formulado por iniciativa de Aliomar Baleeiro e Monsenhor Arruda Câmara, o que mais expressou a dominação dos interesses de classe na redação da Constituição de 1946. Ao definir que a indenização das terras desapropriadas pelo governo deveria ser feita em dinheiro e não em títulos públicos, ele tornou-se o principal elemento de divergências entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo durante o governo João Goulart. Sua elaboração favorecia os grandes latifundiários, uma vez que o Estado brasileiro não possuía fundos necessários para cobrir as indenizações, impossibilitando, assim, a realização de uma Reforma Agrária efetiva. Ao invés de contribuir para a resolução dos conflitos no campo, esse artigo apenas intensificou as divergências entre as diferentes classes sociais. Não é de se estranhar que muitos parlamentares que participaram da Assembléia Constituinte eram proprietários de terra⁶⁰, frente à ausência de representantes diretos dos trabalhadores rurais⁶¹.

Em meio a inúmeros artigos que representavam os interesses das oligarquias agrárias, existia um que poderia beneficiar os trabalhadores rurais. Ao definir que o uso da propriedade deveria estar condicionado ao bem estar social, caso contrário, a mesma deveria ser desapropriada, o artigo 147 abria a possibilidade para a expropriação de grandes extensões de terra. No entanto, constantemente, o Poder Judiciário preteria sua execução frente os interesses de classe representados pelo artigo 141.

59 Art. 141 §16: É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro. Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, as autoridades competentes poderão usar da propriedade particular, se assim o exigir o bem público, ficando, todavia, assegurado o direito a indenização ulterior.

60 Entre eles, Galeano Paranhos (PSD-GO), Israel Pinheiro (PSD-MG) e Costa Neto (PSD-SP) foram três dos maiores defensores da indenização em dinheiro.

61 Estamos aqui trabalhando com o mesmo conceito formulado por Caio Prado Jr. no livro “A Questão Agrária no Brasil”.

Referente ao fortalecimento do Poder Legislativo em detrimento do Poder Executivo, destacamos os artigos 67 e 70⁶², os quais atribuíam, tanto ao presidente quanto aos congressistas, direitos iguais no processo de redação de novas leis, incluindo o poder de veto sobre as mesmas. Todos os projetos de iniciativa presidencial deveriam passar primeiro pela aprovação da Câmara dos Deputados, sendo, em seguida, encaminhados para a avaliação do Senado. Além disso, o presidente tinha que enviar, no início de cada ano, a proposta de orçamento da Nação ao Congresso Nacional, solicitando, assim, sua aprovação. Já o artigo 88⁶³ permitia que os deputados declarassem procedente ou improcedente qualquer acusação feita contra o presidente da República, encaminhando-a para julgamento no STF. Esses são apenas alguns dos indícios que nos levam a crer que a Constituição de 1946 deu “ao Congresso enorme poder de decisão no jogo político”⁶⁴. Portanto, assim como o jurista Luis Roberto Barroso (2009), entendemos que, na tentativa de conter os abusos do Executivo, a Constituição Federal restringiu sua liberdade, principalmente no âmbito da produção legal. Essa falha foi decisiva, como veremos no quarto capítulo, para o fracasso da realização das Reformas de Base e, conseqüentemente, para a intensificação da crise política durante o governo João Goulart.

É necessário destacar que não houve eleições para a formação da Assembléia Constituinte, a qual foi composta pelos parlamentares eleitos em 1945⁶⁵. Desta maneira, formou-se uma Comissão⁶⁶ encarregada de elaborar as leis que

62 Art. 67 - A iniciativa das leis, ressalvados os casos de competência exclusiva, cabe ao Presidente da República e a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Art. 70 - Nos casos do art. 65, a Câmara onde se concluir a votação de um projeto enviá-lo-á ao Presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará.

63 Art. 88 - O Presidente da República, depois que a Câmara dos Deputados, pelo voto da maioria absoluta dos seus membros, declarar procedente a acusação, será submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal nos crimes comuns, ou perante o Senado Federal nos de responsabilidade. Parágrafo único - Declarada a procedência da acusação, ficará o Presidente da República suspenso das suas funções.

64 CAMARGO, Aspásia. *A Questão Agrária: Crise de Poder e Reformas de Base (1930 a 1964)*. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano, Tomo III. São Paulo: Difel, 1986. p. 143.

65 Lei Constitucional nº 13, de 12/11/1945, estabelece que “os representantes eleitos a 2 de dezembro de 1945 para a Câmara dos Deputados e o Senado Federal reunir-se-ão no Distrito Federal, sessenta dias após as eleições, em Assembléia Constituinte ...”.

66 A Comissão era composta por 37 membros com ao menos um representante de cada partido que possuía representação no Poder Legislativo. A divisão era: 19 membros do PSD, 10 da UDN, 2 do PTB e 1 do PCB/PR/PL/PDC/PRP/PPS. Destes “31 juristas, vários dos quais eram professores

seriam posteriormente votadas no Congresso Nacional. Quase 80% dos seus membros eram integrantes do PSD e da UDN, partidos conservadores que utilizavam a Constituição para defender os interesses das diversas elites locais que representavam. Nenhum operário ou trabalhador rural participou do processo de formulação das leis, salvo a exceção exercida por um único representante filiado ao PCB.

Encaminhando para a finalização dessa reflexão, discordamos do caráter democrático atribuído à Constituição de 1946. Não estamos aqui questionando os termos procedimentais (mecanismos internos de tomada de decisão) que determinaram a redação do conjunto de leis. Na verdade, contestamos o domínio exercido pelos membros do “bloco no poder” sobre a Assembléia Constituinte. Em decorrência de uma série de limitações, como a proibição do voto de analfabetos e de militares de baixa patente, os parlamentares encarregados da formulação do texto constitucional foram escolhidos por apenas 6% da população, demonstrando a fragilidade e o caráter elitista da democracia representativa brasileira vigente durante a República de 46. De tal modo, concordamos com Décio Saes, quando ele afirma que a estrutura política do período entreditaduras “tratava-se de uma democracia representativa, onde as classes mais humildes eram excluídas, uma vez que não tinham direito à representação por conta da limitação do voto de analfabetos” ⁶⁷.

Concluimos que a democracia delimitada por essa Carta Magna tinha uma amplitude muito restrita, uma vez que ela havia sido elaborada em busca de “um pacto social apto a conciliar, numa fórmula de compromisso, os interesses dominantes do capital e da propriedade com as aspirações emergentes de um proletariado que se organizava” ⁶⁸. Desta maneira, encaramos a Constituição de 1946 como um dos principais fatores responsáveis pela formação de uma estrutura política conservadora no país. Na prática, ela tornou-se um estatuto utilizado para garantir os privilégios das classes dominantes, seja excluindo o povo da participação

universitários; 2 médicos; 2 sacerdotes; 1 militar e apenas 2 não tinham cursos superior”. In: PEREIRA, Osny Duarte. Que é a Constituição: crítica a carta de 1946 com vistas a Reformas de Base. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. p. 32.

⁶⁷ SAES, Décio. Classe média e sistema político no Brasil. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985. p. 134.

⁶⁸ BARROSO, Luís Roberto. O direito constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da Constituição brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 2009. p. 26.

política - através da proibição do voto - ou por meio da inviabilização da Reforma Agrária, “contribuindo para a dominação daqueles que não detêm os meios de produção, isto é, aqueles que vendem sua força de trabalho para sobreviver” ⁶⁹. Portanto, passamos a entendê-la como um dos principais condicionamentos estruturais responsáveis pela intensificação da crise política durante o governo João Goulart.

Juntos, o domínio dos integrantes do “bloco no poder” sobre o Congresso Nacional e a Constituição de 1946, nos levam ao entendimento de que o Poder Legislativo não era uma instituição que representava os anseios da totalidade dos brasileiros. Ao reivindicar para si o papel de defensor da vontade do povo, na realidade o Congresso Nacional ocultava a existência de interesses de classe diversos e conflitantes. Principalmente aqueles das camadas populares, as quais ele não representava. Trata-se, conforme afirma Poulantzas, do processo de ocultamento sistemático do caráter político de classe do Estado capitalista, promovido por intermédio de todo um funcionamento complexo ideológico ao nível de suas instituições políticas.

“Este Estado apresenta-se como a encarnação da vontade popular do povo-nação, sendo o povo-nação institucionalmente fixado como conjunto de cidadãos, indivíduos, cuja unidade o Estado capitalista representa, e que tem precisamente como substrato real esse efeito de isolamento que as relações sociais econômicas do Modo de Produção Capitalista manifestam” ⁷⁰.

1.3 Diferentes formas de associação

Concluída a reflexão sobre a configuração do Congresso Nacional como um espaço de representação de diferentes interesses de classe, atrelada à constatação de que a Constituição de 1946 contribuía para a manutenção dos privilégios políticos do “bloco no poder”, interpretaremos agora a maneira como diferentes interesses de classe estavam representados na estrutura partidária. Não nos preocuparemos em reconstruir a trajetória histórica dos principais partidos atuantes durante a República

69 PEREIRA, Osny Duarte. *Que é a Constituição: crítica à carta de 1946 com vistas a Reformas de Base*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. p. 15.

70 POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais do Estado capitalista*. São Paulo: Martins Fontes, 1986. p. 156.

de 46⁷¹, atividade já desempenhada com grande êxito por autoras como Maria Benevides (1981), Lúcia Hippolito (1985) e Lucilia Delgado (1989). Na realidade, nosso objetivo é descrever as identidades partidárias como formas de expressão de interesses de classe específicos.

É necessário destacar a relevância dessa análise, uma vez que o período entreditaduras marcou o início do processo de ideologização do sistema político brasileiro como um todo, em meio à formação de “um movimento de conscientização e mobilização das classes sociais, e de ideologização do sistema político com fins eleitorais” ⁷². De tal modo, retomando a premissa de que os conflitos institucionais são intrínsecos ao jogo político, abordaremos a maneira como os partidos políticos representavam os conflitos ideológicos oriundos das disputas entre projetos organizados (sociais e políticos) divergentes, sempre destacando suas aproximações e distanciamentos.

No decorrer das análises, não estabeleceremos a relação existente entre partido e classe social a partir da origem dos votos recebidos, ou seja, pelo perfil dos eleitores. Tal proposta se mostra ineficaz, uma vez que não existem indícios de que os eleitores do período analisado se atrelavam aos partidos a partir da identificação de classe. Além disso, as próprias organizações partidárias não se apresentavam à sociedade como defensoras de interesses de classes específicos, ocultando, assim, seu vínculo com determinados setores. Adotaremos, como premissa, a concepção de que os partidos não devem ser julgados unicamente pelos seus programas de governo, mas também através de sua conduta. Portanto, no decorrer do capítulo, utilizaremos conjuntamente três diferentes critérios para identificar a relação proposta: a origem social dos parlamentares que representavam cada um dos partidos; os diferentes conteúdos ideológicos⁷³ presentes nos programas partidários,

71 Trabalharemos especificamente com os três partidos com maior representação no Congresso Nacional durante a República de 46: PSD, PTB e UDN. Juntos possuíam pelo menos 75% do Poder Legislativo durante a República de 46.

72 SOARES, Gláucio. *A experiência pluripartidária (1945-1965)* IN: FLEISCHER, David. *Os Partidos Políticos no Brasil*. Brasília: UNB, 1981. p. 11.

73 Trabalharemos com a mesma concepção de ideologia utilizada por Maria Victoria Benevides, onde o conceito é definido como sendo “um sistema de crenças e valores que informam certas ideias ou representações sociais; estas são vistas em função do grau de interdependência ou coerência interna – para o mesmo referente empírico – e das consequências objetivas numa estrutura de poder dada”.

discursos e depoimentos; e, principalmente, a interpretação de quais setores da sociedade foram mais beneficiados pelos projetos efetivados por cada um deles.

A realização do conjunto de análises propostas está ancorada na concepção de que “a politização da sociedade originou transformações no sistema partidário e na vida parlamentar, ao mesmo tempo em que o antigo projeto golpista de setores do Poder Legislativo contribuiu para uma articulação das classes médias” ⁷⁴. O que Caio Toledo define por “politização da sociedade” pode ser entendido a partir da intensificação da formação da consciência de classe⁷⁵, estágio essencial no desenvolvimento da luta política de classes. Logo, concluiremos a reflexão, examinado a influência que o processo de politização da sociedade exerceu sobre a organização partidária.

Finalizando, é necessário ressaltar que não concebemos as relações de classe reduzidas somente às relações entre partidos. No entanto, optamos por esse recorte analítico para evitar o distanciamento em relação ao objeto central da pesquisa. Portanto, não abordaremos teoricamente em que medida um partido político representa uma classe social determinada.

1.3.1 Os partidos políticos⁷⁶

Graças à promulgação da Constituição de 1946, pela primeira vez na história brasileira, desde a proclamação da República, nosso país passou a ter partidos com

IN: BENEVIDES, Maria Victória. UDN e o udenismo: ambigüidade do liberalismo brasileiro 1945-1965. São Paulo: Paz e Terra, 1981. p. 241.

74 TOLEDO, Caio Navarro de. O Governo Goulart e o Golpe de 64. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 68.

75 O processo de formação da consciência de classe dos operários também é resultado da luta coletiva realizada contra as relações capitalistas de trabalho, uma vez que, assim, eles se descobrem enquanto sujeitos capazes de transformar a realidade histórico-social. Consequentemente, quanto mais consolidada é a consciência de classe de determinado grupo, mais distante ele se encontra de sua classe antagônica. De tal modo, o operariado adquire a noção exata do próprio poder e dos meios para expressá-lo na ação política contra a burguesia. Entendemos, então, que a consciência de classe está “diretamente vinculada à atividade material e coletiva dos homens, sendo impossível concebê-la em cada homem isolado no conjunto das relações sociais” (CARDOSO, Francisco Gomes. Organização, luta e consciência de classe: condições para a conquista da hegemonia pelas classes subalternas. In: I Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2003, São Luís: [s.n.], 2003. p. 5).

76 De forma genérica, definimos os partidos políticos como sendo organizações complexas que, ao expressar os interesses de diferentes classes sociais, disputam espaço em um meio ocupado por outras organizações semelhantes.

atuação em âmbito nacional⁷⁷. Surgiu assim um sistema político pluripartidário⁷⁸, cujo funcionamento era orientado pela relação existente entre os diferentes partidos. Estes, por sua vez, representam interesses e articulam demandas - “que agregam, selecionam e, eventualmente, deturpam”⁷⁹ - pleiteando o poder com reais possibilidades de alcançá-lo; características estas inexistentes até então no nosso sistema partidário. Nesse contexto, Gláucio Soares (1973) afirma que a formação da nova democracia, iniciada já em 1943, contribuiu para o aceleração do nível ideológico do sistema político e, conseqüentemente, para o surgimento de conflitos institucionais.

Pensando a intermediação de diferentes projetos políticos realizada pelos partidos, encaramos a representação política como um ato de exposição de interesses de classe vinculados a uma determinada realidade objetiva. Os interesses podem ser tanto fixos (claramente definidos e na maioria das vezes econômicos), quanto objetivos (claramente definidos, não vinculados a uma classe ou grupo, porém expressos como sendo o interesse da Nação). Desta forma, para que o ato de representar se efetive totalmente, ou seja, represente de forma fiel as necessidades dos representados, é necessário que a formação da consciência de classe esteja em um estágio avançando, caso contrário, o que, de fato, ocorre é a representação dos interesses do próprio representante e do grupo com o qual ele está envolvido. Segundo Maria Kinzo, a grande transformação ocorre “no momento em que uma classe tem consciência de seus interesses verdadeiros e passa a haver uma correspondência entre representantes e representados, o que leva os primeiros a se tornarem apenas porta-vozes da vontade popular”⁸⁰. Porém, mesmo que uma determinada classe social não tenha a percepção plena de seus interesses, a

77 Segundo a Lei Agamenon aprovada no dia 28/05/1945 só poderiam habilitar-se eleitoralmente os partidos que possuísem representação em no mínimo cinco estados, sendo referendado por no mínimo dez mil eleitores.

78 Por sistema político pluripartidário entendemos: “conjunto de relações dos diversos partidos entre si, com o corpo eleitoral e com os grupos de interesse, por um lado, e com os diversos aparatos que compõem o Estado, em sentido estrito, por outro”. IN: KINZO, Maria D’Alva. *Representação Política e Sistema Eleitoral*. São Paulo: Símbolo, 1980. p. 41

79 BENEVIDES, Maria Victória. UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro: 1945-1965. São Paulo: Paz e Terra, 1981. p. 157.

80 KINZO, Maria D’Alva. *Representação Política e Sistema Eleitoral*. São Paulo: Símbolo, 1980. p. 41.

efetivação de sua prática política contribui diretamente para o processo de formação de sua consciência de classe.

Voltando nossas atenções para o objetivo de identificar a identidade ideológica dos principais partidos da 4ª República⁸¹, estabelecendo, assim, a relação com os interesses de classe que representavam, analisaremos inicialmente o perfil sócio-econômico de seus integrantes. A reflexão será pautada pela influência exercida pelo getulismo, seja através do continuísmo ou da negação, na divisão dos atores responsáveis pela fundação do PSD, PTB e da UDN, já no final da ditadura do Estado Novo.

Segundo a nomenclatura proposta por Maurice Duverger, podemos afirmar que o Partido Social Democrático foi criado de fora para dentro, ou seja, não havia se originado a partir de movimentos sociais ou políticos autônomos fortemente centralizados. O PSD era, na realidade, um partido de quadros “compostos por notáveis, que preparam eleições, conduzem-nas e mantêm contato com os candidatos”⁸². Seus principais fundadores haviam sido interventores⁸³ nomeados por Getúlio Vargas para governar os estados brasileiros durante a ditadura do Estado Novo. Ou seja, políticos que já dominavam a máquina estatal antes mesmo da formação da nova estrutura partidária. Deste modo, a ligação com a estrutura política vigente durante a Era Vargas garantiu ao PSD a maior representação tanto no Poder Executivo quanto no Legislativo, sendo o único partido a possuir diretórios em todos os municípios do país, no início da República de 46.

81 Wanderley Guilherme dos Santos ordena os partidos da 4ª República da seguinte maneira, ideologicamente da esquerda para a direita: PTB, PSB, PSP, PR, PSD, PDC, UDN, PL e PRP. Para chegar a esse ordenamento, o autor analisou o comportamento partidário em nove votações nominais, todas elas referentes a mudanças constitucionais. O autor ainda apresenta a organização desses partidos em pólos da seguinte maneira: 1) Esquerda: PSB + PTB; 2) Centro-Esquerda: PDC + PSP; 3) Centro-Direita: PSD + PR; e 4) Direita: UDN + PL + PRP. Por fim, ele classifica os partidos em apenas três categorias, o que nos permite comparar as duas classificações. Na direita estariam a UDN, PL e PRP; no centro ficariam o PSD, PR e PSP, e, finalmente, na esquerda, PSB, PTB e PDC. IN: SANTOS, Wanderley Guilherme. *Sessenta e Quatro: Anatomia da Crise*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1986.

82 HIPÓLITO, Lúcia. *De raposas e reformistas – o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 41.

83 A carreira política dos interventores dependia diretamente da nomeação feita pelo Executivo Federal, favorecendo assim controle político exercido por Getúlio Vargas sobre as administrações estaduais.

Basicamente, não havia uma linha ideológica orientando a filiação ao partido. Notamos apenas que o fato de serem atores políticos já ligados à máquina estatal, ou seja, membros da confiança de Vargas, representava um elemento decisivo no momento da adesão. Em muitos estados, o que decidia o ingresso ou não ao PSD era a lógica da disputa regional, fazendo com que aspectos ligados à República Velha interferissem no processo.

Seus integrantes eram oriundos de dois espaços diferentes, porém complementares: o rural e o urbano. A grande maioria deles era originária da oligarquia agrária, com presença nas pequenas localidades do interior do país, identificando-se, em boa medida, com a cultura e os interesses políticos dos grandes latifundiários. Quanto menos urbanizado o estado, maior era a força do PSD. Esse é um, dentre inúmeros elementos, que nos ajudará a compreender os constantes conflitos que o partido teve com o PTB em virtude dos diferentes projetos de Reforma Agrária. Já nas cidades, o PSD era composto por advogados, profissionais da saúde, grandes industriais, comerciantes e empresários ligados à área de bancos e finanças (burguesia industrial-financeira). Além dos funcionários vinculados a estrutura burocrática do Estado, o partido contava também com homens de vida pública que ocupavam cargos de direção em empresas estatais. É necessário ressaltar que o PSD se mantinha financeiramente através de doações feitas por empresários simpatizantes, vinculando-se, assim, aos interesses da elite urbana.

O Partido Trabalhista Brasileiro também foi criado de fora para dentro, sob nítida influência do getulismo. Porém, surgiu a partir da promessa de que seria um partido voltado à efetivação dos anseios dos trabalhadores, especialmente o operariado urbano vinculado aos sindicatos. Dessa maneira, no momento de sua fundação, e principalmente no decorrer da República de 46, adotou, como principal projeto, a luta pela consolidação e ampliação da legislação trabalhista e social elaborada durante o Estado Novo. No entanto, já no final da década de 1950, passou por um processo de reformulação interna, se distanciando de sua origem getulista na tentativa de se organizar como um partido de massas.

Ao analisar a estrutura organizacional e ideológica do Partido Trabalhista Brasileiro, é necessário diferenciar um partido que propõe representar os interesses dos trabalhadores urbanos, de um composto por trabalhadores urbanos nos principais cargos de sua direção. O PTB se limitava ao primeiro caso. Possuindo quadros basicamente de áreas urbanas, muitos de seus integrantes eram profissionais liberais, predominando advogados e engenheiros, ou ex-funcionários públicos ligados ao governo Vargas através do Ministério do Trabalho e do aparelho burocrático de controle dos sindicatos. Outro fator que caracteriza a homogeneidade de seus membros decorria do fato de muitos serem oriundos da classe média⁸⁴. João Goulart, uma das principais figuras do PTB durante o período entreditaduras, possuía uma formação singular em relação a seus companheiros, uma vez que além de ser advogado era também dono de grandes extensões de terra, trabalhando como pecuarista.

Durante os primeiros anos da República de 46 a base eleitoral do PTB era majoritariamente urbana, se sobressaindo nos estados economicamente mais desenvolvidos. Isso ocorria por questões óbvias, uma vez que somente as grandes cidades possuíam uma quantidade significativa do eleitorado alvo do partido, os operários. Além disso, diferentemente do PSD e da UDN, que possuíam uma estrutura política vinculada a lideranças políticas atuantes desde a Era Vargas, o PTB ainda se encontrava em processo de estruturação, não possuindo representação na maioria dos estados. Isso ocorreu também porque o partido havia sido criado com uma composição organizacional incompleta e sem uma imagem consolidada na consciência social das classes que poderiam apoiá-lo.

84 O surgimento da classe média no Brasil está relacionado ao processo de alargamento da composição do setor urbano de serviços vinculado ao processo de urbanização. O agrupamento é composto basicamente por trabalhadores “improdutivos”, ou seja, aqueles que não participam diretamente do processo de produção de mercadorias e, conseqüentemente, da mais valia. Sua atuação é basicamente vinculada à realização de um sobretrabalho destinado aos proprietários do capital, como por exemplo: advogados, engenheiros, médicos, comerciantes, etc. Dentre suas principais características ideológicas podemos destacar o civilismo anti-intervencionista, os anseios elitistas e, principalmente, o temor em relação à proletarianização da sociedade. Assim como afirma Décio Saes, entendemos que esse grupo não está diretamente engajado “no antagonismo entre as classes fundamentais e não constituem, pois, um dos agentes principais do conflito político capaz de destruir a sociedade capitalista” (SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1985. p. 18). No entanto, veremos a seguir que, em decorrência de sua dependência econômico-profissional em relação ao “bloco no poder”, as classes médias desempenharam um papel decisivo no processo de execução e legitimação do Golpe de 1964.

O movimento sindical e toda sua infraestrutura de representação corporativa era o espaço de sustentação do PTB no plano da sociedade civil, tornando-se, assim, o alvo da sua militância política. O sindicalismo vigente na época possuía cunho assistencialista e corporativista, estando preso à ordem legal em vigor e ao rígido controle do Estado. Nesse contexto, a atuação do partido junto aos sindicatos possuía a clara função de “intermediar as relações entre o Estado, os sindicatos e os trabalhadores”⁸⁵, em torno de seu projeto econômico de caráter nacionalista.

Reivindicando a representação das novas forças sociais nascidas com a industrialização, o PTB tinha como verdadeira função, nos primeiros anos de sua existência, a mobilização do voto operário em benefício de Vargas e de seus seguidores. A vinculação do partido aos sindicatos tornou possível a preservação do carisma e o forte apelo personalista getulista sobre os trabalhadores, relação indispensável para a realização de manobras e articulações políticas no início da República de 46. Sua fundação, assim como a do PSD, permitiu que o ex-presidente não fosse totalmente excluído da nova cena política, garantindo certo continuísmo na passagem do Estado Novo para a República de 46. Nesse contexto, Lucília Delgado entende que coube ao PTB

“a incumbência de colorir, com tons populares, o projeto continuísta de Vargas, bem como de isolar e desarticular, junto aos trabalhadores, quaisquer projetos organizativos e de mobilização que pudessem obstaculizar a expansão do populismo getulista junto aos setores populares”⁸⁶.

Também sob influência do getulismo, no entanto pela via da negação, a União Democrática Nacional surgiu agregando diversos setores da sociedade, das mais variadas tendências políticas e raízes históricas, na luta contra a ditadura varguista. Assim como todos os outros partidos fundados na transição do Estado Novo para a República de 46, a UDN se formou de fora para dentro, constituindo-se em um partido de quadros marcados pela ausência de setores populares entre seus integrantes. Em um primeiro momento, seus fundadores não haviam se unido a partir de afinidades ideológicas, mas exclusivamente em torno da luta pela

85 DELGADO, Lúcia de Almeida Neves. *PTB: do Getulismo ao Reformismo*. São Paulo: Marco Zero, 1989. p. 95.

86 Idem. p. 49.

redemocratização da estrutura política brasileira. Portanto, tratava-se de uma organização partidária com uma identidade multifacetada, unida apenas pela bandeira do antigetulismo.

Na sua fundação, a UDN uniu pessoas que se atuavam fora do sistema político, como “grupos de pressão ou associações civis de fins variados (intelectuais, religiosas, militares, estudantes)”⁸⁷. Boa parte de seus integrantes eram oriundos das oligarquias estaduais destronadas pela Revolução de 30. Outros, eram antigos aliados (ex-interventores) de Getúlio Vargas que haviam rompido com ele durante o Estado Novo. Destacavam-se nas fileiras do partido, um elevado número de grandes proprietários rurais, os quais passaram a comandar os diretórios regionais udenistas no Norte e Nordeste.

Identificamos, assim, uma primeira semelhança entre o PSD e a UDN. A base dos políticos que compunham os dois partidos era formada por membros ligados às oligarquias agrárias. O poder político desses latifundiários possuía uma grande amplitude, tendo em vista que, na década de 1960, a população rural ainda representava 54,9% da população. Apoiados pela Confederação Rural Brasileira, a bancada ruralista formada por integrantes dos dois partidos, tornou-se, como veremos no quarto capítulo, um dos principais opositores do projeto de Reforma Agrária proposto pelo PTB.

Analizando o quadro partidário vigente durante a República de 46, Gláucio Soares afirma que a

“estrutura oligárquica não é indeterminada: ela se apóia em uma infraestrutura sócio-econômica particular, o que explica a correlação encontrada entre a força dos partidos ancorados nas oligarquias locais e os indicadores de desenvolvimento da infra-estrutura sócio-econômica”⁸⁸.

Deste modo, conseguimos compreender porque tanto o PSD quanto a UDN tinham a maior parte dos seus votos oriundos das zonas rurais, regiões marcadas pelo analfabetismo e pela concentração de renda.

87 BENEVIDES, Maria Victória. *UDN e o udenismo: ambigüidade do liberalismo brasileiro 1945-1965*. São Paulo: Paz e Terra, 1981. p. 161.

88 SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Sociedade e Política no Brasil. Desenvolvimento, Classe e Política durante a Segunda República*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973. p. 216.

Já no âmbito urbano, os membros da UDN eram, na sua maioria, bacharéis, médicos, profissionais liberais e alguns militares que reivindicavam principalmente os votos da classe média⁸⁹. É necessário destacar, desde já, a inexistência de operários ou qualquer outro tipo de trabalhadores manuais dentre seus fundadores. Além de caracterizar o perfil de seus integrantes, essa ausência também determinava o caráter da agenda política proposta pelo partido.

Além disso, a UDN possuía ainda uma identificação, em específico, com os setores das classes médias, tendo em vista que era o único grande partido a se dirigir diretamente a esse setor da sociedade. Ao se autoproclamarem herdeiros dos movimentos liberais atuantes na história do Brasil, os udenistas angariavam importantes votos na disputa eleitoral. O êxito na formação desse vínculo decorre da forma manipuladora como o partido utilizava a grande mídia e, principalmente, do seu discurso político pautado pelas denúncias de proletarização e de corrupção administrativas.

Curiosamente, no momento de sua fundação, a UDN contou com a adesão de diversos setores da esquerda, que encontraram nela a única possibilidade de realizar uma oposição partidária contra Vargas. Isso ocorreu porque tanto o PSD quanto o PTB eram nítidas heranças da forma de governo varguista. O próprio PCB não era encarado por esses militantes como uma alternativa oposicionista, em decorrência de sua intensa participação no movimento queremista. Com o passar dos anos, e principalmente após a morte de Vargas, as bases do partido tornaram-se cada vez mais semelhantes às bases conservadora do PSD. Porém, isso não significa que o partido possuía uma organização interna homogênea, dividindo-se, na realidade, em diversos grupos com projetos políticos conflitantes⁹⁰.

Chegamos à conclusão de que a maneira como se formou os partidos representa, de forma clara, como o sistema partidário vigente durante a Quarta República favoreceu os setores da sociedade que já se encontravam no controle do

89 Segundo levantamento feito por Wanderley Guilherme dos Santos, dentre os fundadores da UDN havia: 26 advogados, nove médicos, nove jornalistas, nove professores, três engenheiros, cinco industriais.

90 Entre os diferentes grupos que compunham a UDN podemos destacar: os bacharéis, os realistas, os golpistas, a “Banda da Música” e a “Bossa Nova”.

Estado desde o final da Era Vargas. O caráter homogêneo é decorrente principalmente da ascendência oligárquica da maioria dos membros que compunham o PSD e a UDN, e também do fato de operários e trabalhadores rurais não terem sido introduzidos no sistema partidário. Ou seja, os três principais partidos apresentavam grandes semelhanças quanto ao perfil sócio-econômico de seus integrantes.

Estamos nos referindo ao que Lucilia Delgado (1989) classifica como “continuidade na transformação” ou “transformações com permanências”. O fato é que o fim do Estado Novo não transformou a estrutura sócio-econômica brasileira. Consequentemente, a restauração democrática de 45, marcada pelo surgimento dos novos partidos políticos após a ditadura do Estado Novo, não alterou a configuração dos grupos no poder. Não houve interferência no exercício do poder oligárquico estabelecido nos níveis municipais e estaduais. Gláucio Soares reafirma essa tese ao constatar que, para os dois principais partidos fundados no início da República de 46 (PSD e UDN), o fim do Estado Novo “significou somente um trabalho de articulação no nível nacional, de estruturas estaduais e locais já montadas”⁹¹. O que de fato ocorreu foi a sua divisão entre pró (PSD e PTB) ou anti (UDN) getulistas. De certa forma, a velha estrutura partidária brasileira, caracterizada pelo caráter regional, continuou existindo através da formação de coligações locais e da força dos diretórios regionais. Desta maneira, o surgimento dos novos partidos promoveu somente a rearticulação das bases sócio-econômicas e do aparelho de Estado já atuante desde a Era Vargas, tornando o Poder Legislativo um espaço de expressão refratada, e até mesmo de ocultamento, dos interesses de classe dos trabalhadores.

No entanto, a homogeneidade referente à origem social dos parlamentares não resultou na formação de identidades partidárias unitárias, uma vez que dentro dos próprios partidos existiam membros com perfis ideológicos contrastantes. Como veremos a seguir, PSD, PTB e UDN possuíam correntes internas com diferentes propostas políticas, as quais tiveram influência tanto na formação de alianças regionais quanto no surgimento de conflitos internos.

91 SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Sociedade e Política no Brasil*. Desenvolvimento, Classe e Política durante a Segunda República. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973. p. 70

Ao analisarmos o conteúdo ideológico adotado pelo Partido Social Democrático na cena política, notamos que sua atuação foi pautada pela influência exercida por dois fatores ligados à sua criação. Conjuntamente, o fato de possuir a maior representação tanto no Poder Legislativo, quanto no Executivo, e a situação privilegiada de seus principais integrantes, que já se encontravam no comando da máquina estatal antes mesmo do término da ditadura do Estado Novo, colaboraram para que o partido adotasse uma postura conservadora, voltada à manutenção da ordem sócio-econômica vigente e à conservação de seu domínio sobre o sistema partidário. Nesse contexto, conciliação tornou-se o norte da conduta dos pessedistas. Consequentemente, podemos afirmar que o PSD assumiu o papel de “poder moderador” do sistema partidário brasileiro durante a República de 46, atuando como o grande partido de centro.

Esses elementos contribuíram para a construção de uma auto-representação dos integrantes do PSD, intitulada “o bom pessedista”. Dentre suas características, destaca-se o comportamento moderado e conciliatório, o fato de se apresentarem como políticos de centro, a grande força eleitoral, a competência administrativa e a ação firme nos momentos de decisão e execução. Não entraremos no mérito se os pessedistas realmente possuíam tais atributos. No entanto, esta era a imagem que a maioria deles tinha dentro do Poder Legislativo e também perante a opinião pública elaborada pela imprensa.

Desenvolvimento, transformações sociais e modernização administrativa, foram algumas das bandeiras alçadas pelo partido. No entanto, o PSD nunca teve o objetivo de promover grandes alterações estruturais na sociedade voltadas para o favorecimento dos setores populares. Essa conclusão se sustenta a partir da posição contrária adotada pela maioria de seus integrantes perante as propostas de extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores rurais, o projeto de Reforma Agrária, defendido pelo PTB, e também em relação à maneira ambígua como se comportaram frente à proposta de Reforma Política destinada à expansão do direito ao voto.

Devemos destacar que nem todos os integrantes do PSD agiam politicamente sob influência dos interesses de classe das oligarquias agrárias. No decorrer da

década de 1950, surgiu uma nova corrente entre os pessedistas intitulada “Ala Moça”⁹². Seus membros ganharam notoriedade na cena nacional em decorrência da atuação decisiva que tiveram durante a campanha eleitoral de JK e nos conflitos relacionados à tentativa udenista de forçar a realização de um segundo turno. Caracterizado por uma postura mais reformista, o grupo defendia bandeiras como a do nacionalismo e desenvolvimentismo, pregando a realização da modernização administrativa e de transformações sociais. Tendo desempenhado importantes funções no governo JK, eles acabaram recebendo apoio contínuo da imprensa e de diversos intelectuais ligados ao ISEB. Porém, o fracasso do grupo durante a campanha eleitoral de 1960 originou a sua extinção, sem que tivesse conquistado postos de comando no partido ou até mesmo no controle do Estado.

Durante muito tempo a relação entre os fundadores (Raposas) e as novas lideranças (Ala Moça) foi marcada pelo equilíbrio, mesmo contrapondo propostas conservadoras frente às modernizantes. No entanto, a partir do final do governo JK, os dois grupos passaram a divergir constantemente, principalmente em decorrência da defesa que as novas lideranças faziam dos projetos reformistas caracterizados pela conduta nacionalista. Na opinião de Lucia Hippolito, ao

“debater temas e não pessoas, ao propor a implementação de políticas e não solicitar nomeações, a Ala Moça coloca em risco as próprias bases nas quais se assenta grande parte do domínio pessedista: o clientelismo, a coronelização da prática política”⁹³.

Aos poucos, a coesão interna, que sustentava o PSD no comando do sistema partidário, começou a ruir.

Ao mesmo tempo em que temiam o crescimento do PTB no Poder Legislativo, as lideranças do PSD não souberam perceber a transformação do centro político-ideológico do sistema partidário brasileiro. Em suas análises, Lucia Hippolito constata que somente os membros da Ala Moça tiveram essa compreensão. Porém,

92 No momento de sua fundação o grupo era formado por nove deputados, dentre os 114 que o PSD possuía. Dentre eles: Cid Carvalho, Ulisses Guimarães, Oliveira Brito, Nestor Jost, Leoberto Leal, José Joffily e Viera de Melo. JK era o fator de união deste grupo. Entre 59 e 60 o número cai para sete deputados.

93 HIPPOLITO, Lucia. *De raposas e reformistas – o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 185.

“as raposas” do partido os encaravam como uma ameaça, fato que fez com que eles se distanciassem cada vez mais do centro político, contribuindo, assim, para a polarização ideológica do Congresso Nacional. Tratava-se de um perigoso processo de desagregação, não apenas partidária, mas do sistema partidário como um todo, uma vez que o PSD era considerado o fiador do equilíbrio político nacional. É interessante notar que o partido que se colocava como o principal defensor dos valores democráticos nas crises ocorridas durante a República de 46 não adotava a mesma postura frente à disputa interna quando o assunto era o acesso aos seus postos de comando. Isso acontecia pelo fato de “dissidências ideológicas não serem bem digeridas”⁹⁴ entre os pessedistas.

Dentre os partidos analisados, podemos afirmar que o PTB foi o que passou pelo maior processo de reformulação de seu conteúdo ideológico durante a República de 46. Duas das principais bandeiras alçadas pelo partido no momento de sua fundação, o getulismo e o anticomunismo, deixaram de exercer grande influência sobre os petebistas no decorrer da década de 50 e, principalmente, durante o governo João Goulart.

Em decorrência da estreita relação que o PTB possuía com os trabalhadores, pautada principalmente pelo doutrinamento dos sindicatos pelegos⁹⁵, constantemente o partido era associado ao comunismo. No entanto, a alta cúpula petebista fazia questão de negar todas as associações às quais era submetida em relação às correntes políticas de esquerda. Ainda neste primeiro momento, o anticomunismo tornou-se uma das temáticas predominantes no discurso que impulsionou a criação de sua máquina partidária. Essa estratégia foi adotada para promover uma mobilização popular controlada, e também para disputar contra o PCB os votos do operariado urbano. Nesse contexto, é necessário destacar que a clandestinidade do Partido Comunista Brasileiro favoreceu os trabalhistas. Além de herdar seus eleitores, o PTB também passou a aceitar a candidatura de inúmeros comunistas através de sua legenda.

94 Idem. p. 49.

95 O sindicalismo existente na época era marcado pelo cunho assistencialista, sob domínio estatal, preso à ordem legal em vigor e vinculado a princípios corporativistas.

Podemos afirmar que o crescimento eleitoral do PTB, decorrente da sua difusão em âmbito nacional, foi impulsionado pela vinculação que o partido possuía em relação à mística que envolvia a imagem política de Getúlio Vargas. De tal modo, a influência getulista exercida através do controle do movimento sindical tornou o partido, ao mesmo tempo, um intermediário e um beneficiário da via da concessão e da mobilização operária. Porém, é importante ter a ciência de que “amalgamado a tudo que o getulismo representava: paternalismo, assistencialismo, controle, nacionalismo e capacidade de mobilização e conciliação social, o PTB ficou por um longo período dependente da trajetória política de Vargas”⁹⁶. Portanto, a estreita relação com o getulismo limitou a formulação de uma linha ideológica própria.

No entanto, devemos destacar que o grande apelo do getulismo, responsável pela formação da ala getulista-pragmática dentro do PTB, diminuiu com o passar dos anos, abrindo espaço para a formação de uma nova identidade partidária. Ainda que preso às vicissitudes de práticas clientelistas, aos poucos, o partido adotou uma conduta caracterizada pelo reformismo. Foi nesse momento que começou a ganhar força o grupo dos doutrinários reformistas⁹⁷. Seus integrantes despontaram na cena política nacional a partir do governo JK, apresentando um elevado grau de independência em relação ao getulismo. Segundo Lucilia Delgado, a relação entre os dois grupos foi marcada por divergências “tanto em relação a propostas de atuação política como em sua concepção doutrinária”⁹⁸, que contribuíram para a formação de uma estrutura partidária envolta de uma complexidade de posições e propostas. Mesmo assim, durante a década de 60, quando a plataforma política do partido adquiriu contornos reformistas mais incisivos, a herança de Vargas permaneceu presente através da figura de João Goulart, que era tido por seus adversários “como o herdeiro de Getúlio, em todos os aspectos da sua política social, da política econômica com intervenção estatal e nacionalismo”⁹⁹.

96 DELGADO, Lúclia de Almeida Neves. *PTB: do Getulismo ao Reformismo*. São Paulo: Marco Zero, 1989. p. 58.

97 Dentre os principais membros desse agrupamento podemos destacar: Almino Afonso, Leonel Brizola, Fernando Ferrari, Aarão Steinbruch, Doutel de Andrade e Sérgio Magalhães

98 DELGADO, Lúclia de Almeida Neves. *PTB: do Getulismo ao Reformismo*. São Paulo: Marco Zero, 1989. p. 70.

99 Idem. p. 119.

O fortalecimento dos doutrinários reformistas alterou a relação do partido com o movimento sindical, o qual deixou de ser considerado apenas um instrumento para adquirir votos. Percebendo a possibilidade de ampliar sua participação política, os sindicalistas passaram a exercer um papel mais atuante na relação com os petebistas, cobrando de maneira incisiva a efetivação das Reformas de Base. Porém, é necessário destacar que essa relação não extinguiu o caráter de controle e tutela exercido pelo partido sobre os diferentes sindicatos. Mesmo assim, o crescimento da influência do sindicalismo dentro do PTB tornou-se mais um fator responsável pelo distanciamento do partido em relação ao PSD.

A partir do momento em que os petebistas passaram a reivindicar um modelo de desenvolvimento nacional e autônomo, o trabalhismo e o nacionalismo se tornaram as duas principais bandeiras políticas do partido na luta contra os interesses econômicos imperialistas. De forma ampla e resumida, o nacionalismo petebista pode ser caracterizado pela postura protecionista dos domínios de vital importância da economia brasileira, como a indústria primária e os setores de energia e minérios¹⁰⁰. Isso não significa que os petebistas eram contrários ao ingresso de capitais estrangeiros no país. No entanto, o PTB defendia a regularização do processo de entrada e saída de tais investimentos.

Inspirado no trabalhismo inglês, o PTB se colocava como meio de promoção da institucionalização organizativa do trabalhismo no Brasil. A adoção dessa prática política pode ser identificada no conjunto de propostas de concessão de direitos trabalhistas aos sindicatos, e na luta incessante pela execução das Reformas de Base, encampada por seus integrantes. Consequentemente, os petebistas passaram a formar alianças com grupos de esquerda, entre eles o PCB, que defendia os mesmos projetos. Porém, é necessário enfatizar que o conjunto de reformas propostas não estava vinculado à implantação do regime socialista, compondo, na realidade, parte de um projeto de modernização do sistema capitalista vigente no país.

Situado no outro pólo do sistema partidário, a União Democrática Nacional promoveu a formação de sua ideologia partidária no decorrer da luta pela

100 Nos aprofundaremos sobre essa questão no tópico 2.1 da dissertação.

redemocratização do sistema político brasileiro, ancorada em um discurso liberal. Tratava-se, na realidade, de um liberalismo burguês voltado aos privilégios do “bloco no poder”, mais político do que social, e solidamente assentado na defesa da propriedade privada. Na interpretação de Maria Benevides, “as raízes da tradição liberal reivindicada pelos udenistas expõem a feição indisfarçavelmente elitista, de um liberalismo limitado, restrito, expresso nas aspirações do tribuno liberal” ¹⁰¹. Atrelado a isto, existia uma concepção pejorativa das classes populares, as quais eram vistas pelos udenistas com desprezo e tidas como imaturas e incapazes de possuir e exercer seus direitos políticos.

Além do discurso liberal, outros elementos colaboraram para a formação da identidade ideológica udenista. A origem aristocrática da maioria de seus integrantes contribuiu para a que o partido adotasse um sólido caráter elitista, pautado pela crença inabalável da presciência das elites, ou seja, na ideia de que a burguesia seria a classe mais indicada para governar o país. Nesse contexto, inúmeros eventos exemplificam a adoção do elitismo como norteador da prática política udenista. Dentre eles, a oposição intransigente frente à extensão da legislação trabalhista para os trabalhadores rurais e a defesa de um sistema educacional que privilegiava o ensino particular, religioso e economicamente seletivo. De tal modo, entendemos porque constantemente os udenistas questionavam o resultado das eleições presidenciais, afirmando ser a falta de maturidade das camadas populares brasileiras o fator responsável por suas sucessivas derrotas.

Associado ao comportamento elitista, o partido possuía uma ética extremamente moralista e conservadora, calcada na ênfase da defesa da ordem. Deste modo, a UDN adotou, como uma de suas principais bandeiras, o combate à corrupção no sistema político, auto intitulando-se o partido da eterna vigilância. Esse discurso foi utilizado como uma de suas principais armas contra os governos Vargas, JK e João Goulart. No entanto, o auge do projeto de moralização administrativa ocorreu com a vitória de Jânio Quadros, a qual foi garantida por uma campanha baseada na luta contra a corrupção. Tratava-se de uma interessante

101 BENEVIDES, Maria Victória. *UDN e o udenismo: ambigüidade do liberalismo brasileiro 1945-1965*. São Paulo: Paz e Terra, 1981. p. 247.

estratégia eleitoral; uma vez que “o moralismo reflete aspirações das classes médias, perdidas em suas perplexidades e frustrações” ¹⁰².

Além do elitismo e do moralismo, outra característica fundamental da ideologia udenista era o bacharelismo, comportamento político marcado pela negação das práticas identificadas como sinais de radicalismo. Basicamente, tratava-se da adoção da negociação como norte do exercício da política. É possível identificar sua utilização durante alguns dos principais momentos de crise da República de 46, principalmente no decorrer do processo de sucessão presidencial ocorrido após a renúncia de Jânio Quadros. É importante destacar que essa conduta, na maioria das vezes, vinha acompanhada de uma postura conservadora, voltada para a manutenção da ordem sócio-econômica vigente; sendo, deste modo, muito comum também entre os pessedistas. Consequentemente, os partidos e movimentos sociais de esquerda criticavam-na constantemente,

“pois as normas jurídicas seriam, assim, consideradas ficções democráticas, na medida em que ocultam contradições, escamoteiam os conflitos e terminam por perpetuar, como um instrumento ideológico dos mais eficazes, o sistema de dominação vigente” ¹⁰³.

Na visão dos udenistas, só seria possível atingir a verdadeira democracia pela via autoritária, efetivando-a através de um governo temporário com características ditatoriais. Eles acreditavam que a formação de um governo autoritário possibilitaria o avanço no processo de modernização capitalista, tornando mais amplas as garantias de controle da subversão popular através da intervenção estatal. Formou-se, assim, dentro da UDN, a ideologia golpista voltada para a ascensão ao poder. Ancorado na construção de um temor social em relação ao “inimigo comunista”, o golpismo tornou-se, para a maioria dos udenistas, uma alternativa válida de ação política para chegar à presidência. Eles beiravam o absurdo de “defender o golpe para evitar o golpe por via eleitoral”, ou seja, entendiam que o Golpe de Estado era mais legítimo do que um processo eleitoral como a participação dos setores populares da sociedade.

102 Idem. p. 269.

103 Idem. p. 261.

Não se tratava apenas da defesa do Golpe de Estado como um instrumento rápido e eficiente para se chegar ao poder, mas sim de um golpismo como princípio político. Sua prática associada ao elitismo também pode ser interpretada como indício do receio em relação ao processo de proletarização vivenciado pela sociedade brasileira na segunda metade da República de 46. Logo, é um sinal evidente de como, tanto o empresariado urbano quanto as oligarquias agrárias, temiam a formação de consciência da classe operária e dos trabalhadores rurais. Consolidava-se, assim, o discurso da democracia da “gravata lavada”, pautado pelo conservadorismo udenista.

Alegando que o reforço do poder estatal seria a única forma de conter o assalto esquerdista, a UDN passou a defender a intervenção direta no domínio econômico e a militarização do aparelho de Estado como formas de repressão aos movimentos sociais. Desta maneira, torna-se mais fácil compreender porque o partido sempre esteve próximo das Forças Armadas na cena política nacional. Segundo Maria Benevides, “a defesa da democracia e da ordem (entenda-se a ordem social estabelecida pelas elites) justificará o combate implacável ao comunismo e a aliança duradoura com os militares” ¹⁰⁴, uma vez que ambos compartilhavam de uma visão extremamente elitista de democracia, pautada pela exclusão política dos operários e trabalhadores rurais.

Ao relacionarmos todos os aspectos da identidade ideológica da UDN chegamos à formulação do conceito “udenismo”, o qual pode ser definido como o “conjunto de ideologias e práticas políticas que poderiam extrapolar os limites institucionais da UDN (o partido político), mas com ela se identificam, no reconhecimento público e num circuito simbólico de mútua realimentação” ¹⁰⁵. Nesse contexto, não entraremos no debate das “ideias fora de lugar”. Porém, é necessário destacar como o liberalismo proposto pelos udenistas era repleto de ambigüidades, uma vez que ele constantemente se atrelava ao conservadorismo intrínseco à elite brasileira. Se, por um lado, reivindicavam “liberdade de imprensa e de associação,

104 Idem. p. 262.

105 Idem. p. 147.

anistia, restabelecimento da ordem jurídica, eleições livres e sufrágio universal”¹⁰⁶, por outro, contradiziam o discurso calcado na liberdade, através dos constantes apelos à intervenção militar promovidos durante os momentos de crise política da República de 46. Além disso, os udenistas sempre se mantiveram intransigentes frente às propostas de extensão da participação política popular, comprovando assim, como “a UDN é progressista no que se opõe, reacionária no que propõe”¹⁰⁷.

Vale destacar que, assim como o PSD e o PTB, a UDN também não possuía uma identidade ideológica coesa entre seus integrantes. Em um primeiro momento, a grande heterogeneidade era decorrente do fato de terem sido a única via partidária de real oposição ao getulismo. No entanto, a “primeira geração” da UDN perdeu sua razão de ser após o suicídio de Vargas, abandonando paulatinamente o discurso antigetulista à medida que o anticomunismo passou a ser a sua principal base de atuação política.

Porém, mesmo após a morte de Vargas, a falta de coesão continuou se fazendo presente, principalmente através da atuação do grupo intitulado “Bossa Nova”¹⁰⁸. Além de se oporem constantemente à ala da “Banda da Música” - maior corrente dentro do partido e responsável pela sustentação do discurso conservador - o grupo dissidente gerou um grande desconforto interno ao apoiar o projeto de Reformas de Base proposto pelo governo João Goulart. Em inúmeros momentos foram acusados pelos outros udenistas de constituírem uma corrente de centro esquerda dentro do partido.

Em meio ao processo de modernização capitalista ocorrido no Brasil durante a República de 46, dois elementos ainda indicavam a existência de resquícios do arcaísmo estrutural reinante em nossa sociedade desde a proclamação da República: a concentração de terras - sendo boa parte delas improdutivas - e a exclusão das camadas mais carentes da população do direito de escolher seus representantes políticos. Acreditamos que a análise dos debates políticos atrelados

106 Idem. p. 25.

107 Idem. p. 250.

108 Dentre os principais integrantes dessa corrente podemos destacar: José Sarney, Clóvis Ferro Costa e João Seixas Dória.

a esses dois fatores contribuirá para entendermos quais classes sociais foram mais favorecidas pelos projetos políticos efetivados pelos partidos que analisamos. Passamos assim, de uma interpretação da função representativa dos partidos para a função governativa, caracterizada pela “análise simultânea da estrutura de decisões em relação à qual, em última instância, os grupos e interesses se fazem representar”

109

Abordaremos somente no próximo capítulo, de maneira mais completa, os debates relacionados à Reforma Agrária. Porém, indicamos, desde já, que as divergências entre PSD, UDN e PTB em relação à distribuição das terras improdutivas refletem suas vinculações com determinados interesses de classe.

Ao exigir que a remuneração pelas terras improdutivas fosse realizada em dinheiro, assim como previsto na Constituição, a UDN favorecia diretamente os grandes proprietários rurais. Essa tese se sustenta no fato do Governo Federal não possuir fundos necessários para saldar as indenizações, inviabilizando, assim, uma maior redistribuição das terras. Acreditamos que o projeto defendido pelos pessedistas também beneficiava as oligarquias agrárias, uma vez que este defendia a manutenção da existência de latifúndios, perpetuando o quadro de grande concentração fundiária brasileiro, promovendo também – através dos valores estipulados – a valorização do conjunto das fazendas improdutivas. Dentre os diferentes projetos apresentados, acreditamos que aquele elaborado pelo PTB era o que mais satisfazia as reivindicações das populações carentes do campo, tendo em vista que ele combatia a existência de latifúndios e defendia uma forma de indenização que possibilitaria a realização de uma Reforma Agrária de maior amplitude.

Em relação à extensão do direito de voto aos analfabetos, notamos novamente uma divergência perante a representação dos diferentes interesses de classe. Enquanto o PTB defendia a realização da Reforma Política, o PSD adotava uma postura ambígua, evidenciando toda a fragmentação interna existente no partido. Já a UDN, ancorada em sua postura política elitista, se declarava

109 SOUZA, Maria do Carmo Campelo. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa – Ômega, 1990. p. 31.

abertamente contrária à extensão desse direito às populações mais carentes. Deste modo, tornava-se ainda mais acentuada as discordâncias entre os partidos.

O projeto de extensão da legislação trabalhista, voltado diretamente para o benefício social e econômico dos trabalhadores rurais, é mais um fator que nos ajuda a identificar quais setores da sociedade foram mais favorecidos pelos diferentes projetos políticos elaborados durante a República de 46. Os petebistas eram os principais defensores da proposta, tendo em vista que ela possibilitaria, entre outras coisas, a expansão da sua força eleitoral. Não podemos esquecer que o PTB era um partido majoritariamente urbano, que carecia dos votos do interior do país para garantir resultados mais efetivos nas eleições executivas. No entanto, a UDN e o PSD adotaram uma postura intransigente frente à adoção da medida por entender que ela aumentaria os gastos dos grandes proprietários de terra, ou seja, prejudicaria os interesses econômicos das oligarquias agrárias que compunham suas bases partidárias.

Assim como a realização da Reforma Política, a extensão das leis trabalhistas para o campo poderia colocar em risco o domínio que o PSD e a UDN exerciam sobre o Poder Legislativo, uma vez que a maioria de suas bases partidárias era oriunda das regiões menos urbanizadas do país. Temendo perder sua principal fonte de votos, os pessedistas e udenistas sempre adotaram uma postura conservadora frente qualquer medida política que pudesse colocar em risco os privilégios das oligarquias agrárias e, conseqüentemente, alterar a estrutura de sua política clientelista. Além disso, eles acreditavam que a regularização jurídica do trabalho dos trabalhadores rurais contribuiria para o processo de proletarização que vinha ocorrendo no país.

O lado elitista e conservador dos udenistas se expressava também através da postura adotada frente à negociação das reformas que poderiam favorecer o operariado urbano. Em termos gerais, a UDN comportou-se como qualquer partido conservador. Seus parlamentares combatiam corriqueiramente os projetos reformistas e o nacionalismo expresso na política estatizante que o PTB havia herdado de Vargas. Todas as propostas de cunho trabalhista mais elementar que

chegaram a ser discutidas durante a República de 46, como a majoração dos salários, o estabelecimento do direito de associação em organizações sindicais mais amplas (CGT, pactos de ação conjunta) e a criação de sindicatos rurais foram negadas pelos udenistas através do argumento de que instaurariam a anarquia no país. O próprio direito de greve era desrespeitado pelos integrantes da UDN, que, constantemente, definiam as mobilizações populares como sendo atos ilícitos à sociedade. Segundo Benevides, “tratava-se de eterna vigilância contra tudo o que pudesse ser interpretado como subversão, ou como ameaça aos interesses dos proprietários de terras ou proletarização das classes médias”¹¹⁰. Na realidade, a UDN nunca conseguiu transcender sua origem elitista, evidenciando o quanto era restrito o liberalismo que defendia. Em contrapartida, o PTB reivindicava para si o a luta pelos direitos dos trabalhadores assalariados urbanos, apoiando os projetos de expansão da liberdade sindical e de acréscimo dos benefícios trabalhistas.

O caráter privatista e liberal que determinava as ações dos udenistas se fazia presente em suas práticas de incentivo ao capital internacional. Em diversas ocasiões, parlamentares da UDN, atuando em favor do empresariado urbano, elaboraram projetos de leis que isentavam taxas de importação e consumo para bens manufaturados estrangeiros. Não por coincidência, como bem indicou Dreifuss (1981), muitas empresas multinacionais financiaram as campanhas eleitorais dos candidatos ligados ao partido. Vale destacar que os udenistas também favoreciam os grandes proprietários rurais, legislando sob a orientação de interesses agrários regionais bem específicos.

Caminhando para a conclusão da reflexão proposta, gostaríamos de destacar que os partidos analisados apresentavam uma carência ideológica, caracterizada, entre outras coisas, pela falta de programas políticos claramente definidos¹¹¹. No entanto, isso não impossibilita a identificação da relação que eles estabeleciam com determinados setores da sociedade e seus respectivos interesses de classe. Interpretando a maneira como seus integrantes negociavam os projetos políticos

110 BENEVIDES, Maria Victória. *UDN e o udenismo: ambigüidade do liberalismo brasileiro 1945-1965*. São Paulo: Paz e Terra, 1981. p. 278.

111 É importante ressaltar que, mesmo assim, acreditamos que os partidos políticos possuíam conteúdo ideológico.

com o Poder Executivo e analisando quais eram seus grupos hegemônicos, é possível identificar uma postura coesa no favorecimento de determinadas classes sociais.

Por mais que o PSD e o PTB tenham construído famosas alianças políticas em âmbito nacional durante a República de 46, ancoradas em práticas estatistas e corporativistas, defendemos a tese de que, no início da década de 1960, os pessedistas tornaram-se mais próximos ideologicamente dos udenistas do que dos próprios petebistas. Um dos fatores que nos ajuda a compreender essa transformação é o processo de reformulação da agenda política do PTB, impulsionado pela morte de Getúlio Vargas. Além disso, como bem explica Lúcia Hippolito (1985), o sistema partidário nacional passou por uma transformação, marcado pelo surgimento de um novo eleitorado sob influência da urbanização e industrialização. Nesse contexto, a alta cúpula do PSD não soube acompanhar as modificações ocorridas no centro político-ideológico do sistema, distanciando-se, cada vez mais, do centro, rumo ao conservadorismo representado pela UDN. Porém, vale destacar, que embora o PSD tenha se afastado politicamente do PTB durante a República de 46¹¹², alguns setores do partido permaneceram apoiando os projetos reformistas petebistas até a eclosão do Golpe de Estado.

Seja através da análise da origem social de seus integrantes ou da identificação de uma postura conservadora perante o projeto de Reformas de Base, constatamos a existência de inúmeras semelhanças entre a prática política do PSD e a da UDN. Entendemos que a atuação política de ambos os partidos estava voltada à manutenção da ordem sócio-econômica vigente, através da defesa da mesma política agrária e salarial. Além disso, eles temiam que o programa político do PTB intensificasse o processo de politização da sociedade, originando transformações tanto econômicas, quanto políticas – como a alteração no perfil do eleitorado nacional, das pautas políticas e, conseqüentemente, das organizações partidárias -, as quais poderiam resultar na ampliação da participação política dos operários e trabalhadores rurais, e até em um possível enfrentamento entre classes sociais opostas.

112 Daremos maior ênfase a esse processo no quarto capítulo.

É evidente a existência de algumas divergências políticas entre os dois partidos. No entanto, elas foram amenizadas no decorrer da década de 1960. Tais discordâncias não estavam relacionadas às concepções sócio-econômicas, mas sim ao papel do Estado na política. Uma das principais decorria da postura anti-estatista defendida pela UDN, favorável à abertura da economia para o capital estrangeiro, “enquanto o PSD, numa linha mais progressiva, admitia, ao mesmo tempo e com igual ênfase, a intervenção estatal e o capital estrangeiro” ¹¹³. Além disso, o elitismo era outro elemento de diferenciação entre eles, uma vez que, mesmo defendendo interesses econômicos semelhantes, o PSD não compartilhava da postura intransigente dos udenistas frente os projetos que poderiam favorecer as classes populares. Vale lembrar que, mesmo dentro da UDN, o elitismo era um elemento delimitador das correntes internas do partido.

Concordamos, assim, com a avaliação feita por Paul Singer, de que tanto a UDN quanto o PSD eram partidos que atuavam politicamente voltados para o favorecimento dos

“grupos da grande burguesia, tanto industrial e comercial como latifundiária, e tanto nacional quanto estrangeira: grupos da pequena burguesia, tanto empresarial (pequenos e médios industriais, comerciantes, lavradores), como profissional (profissionais liberais, altos tecnocratas e gerentes da indústria)” ¹¹⁴.

Satisfaziam, desta forma, os interesses do “bloco no poder”, colocando em prática um liberalismo restrito (antipovo) caracterizado pelo alto elitismo. Maria Benevides compartilha da mesma concepção ao afirmar que

“por interesses econômicos, por convicções doutrinárias, por origens sociais (por identificações de classe, enfim), pouca distinção havia entre a UDN e o PSD, em termos de uma postura política global e definidora frente à sociedade: eram ambos partidos conservadores” ¹¹⁵.

Já a prática política do PTB se aproximava mais dos anseios políticos do operariado urbano e do campesinato. Constantemente seus integrantes recorriam ao

113 BENEVIDES, Maria Victória. *UDN e o udenismo: ambigüidade do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. São Paulo: Paz e Terra, 1981. p. 179.

114 Fazemos uso da mesma nota utilizada por Maria Vitória Benevides IN: Idem. p. 212.

115 Idem. p. 219.

discurso de que o partido havia sido fundado para defender os interesses dos trabalhadores, lutando pela consolidação de seus direitos sociais. Concordamos que o PTB era o partido que mais representava os interesses de classe dos trabalhadores no Congresso Nacional. Porém, é necessário destacar que essa representação não se dava de maneira direta, uma vez que operários e trabalhadores rurais não foram incorporados aos altos cargos executivos do partido e nem participaram da elaboração dos projetos de governo¹¹⁶. Nesse contexto, assim como alerta Lucília Neves (2010), entendemos que a proposta reformista dos petebistas não era isenta de posturas fisiológicas e igualmente clientelistas, tendo-se em vista que o Ministério do Trabalho estabelecia uma relação de peleguismo e doutrinação com os sindicatos. Tudo isso sem esquecer que a política nacionalista e reformista adotada, junto ao processo de dominação do sindicalismo, também eram estratégias voltadas para a consolidação e ampliação do seu eleitorado.

Por mais que diversos interesses de classe estivessem representados, direta ou indiretamente, no sistema partidário é necessário destacar a existência de uma ampla maioria de congressistas oriunda, principalmente, dos setores que compunham o “bloco no poder”. Consequentemente, assim como Caio Toledo, entendemos que os partidos políticos existentes no período não eram capazes “de refletir, em toda a sua extensão, a correlação de forças existentes no interior da formação social (...) reproduziam com pouca fidelidade a diversidade das tendências e dos conflitos ideológicos que perpassavam a realidade social do país”¹¹⁷. Deste modo, a precária representatividade contribuiu decisivamente para tornar questionável a legitimidade do sistema partidário enquanto organizador dos anseios políticos dos cidadãos e como fonte efetiva de poder.

1.3.2 Os blocos interpartidários

Como podemos notar, por mais que seja possível definir uma relação de favorecimento entre os diferentes partidos e as classes sociais às quais se

116 Portanto, não era a agenda política dos trabalhadores, mas sim para os trabalhadores.

117 TOLEDO, Caio Navarro de. *O Governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 68.

vinculavam, inexistia uma identidade ideológica homogênea entre seus integrantes. A grande diversidade de interesses, frações e tendências presentes em cada um dos partidos, que possuíam grupos que variavam da direita para a esquerda, pode ser explicada em decorrência da inexistência de uma organicidade programática coesa e sólida, da falta de pré-requisitos ideológicos no momento de adesão, de articulações regionais díspares, da falta de disciplina partidária, da inexistência de alianças sólidas e das constantes divergências entre os diretórios nacionais e os regionais. Somados à ausência de um corpo doutrinário e ideológico, esses elementos contribuíam para o surgimento de disputas internas e para a inconstância do Poder Legislativo no final da República de 46, tornando o sistema partidário incapaz de gerir sua diversidade interna e dificultando a resolução das crises políticas que emergia da sociedade.

Porém, a análise isolada da atuação dos partidos políticos é insuficiente para compreendermos a representação dos diferentes interesses de classe dentro do Poder Legislativo. Em meio ao contexto de fragmentação da estrutura política nacional, na segunda metade da década de 1950 surgiram blocos interpartidários articulando parlamentares de diferentes partidos. Diferentemente do PSD, da UDN e do PTB, a atuação desses agrupamentos no Congresso Nacional era muito mais homogênea quanto ao posicionamento político de seus integrantes, facilitando, assim, a identificação da relação por eles estabelecida com os diferentes interesses de classe.

Passamos, então, a analisar o surgimento e a organização desses agrupamentos, comparando-os constantemente com os partidos políticos, na tentativa de descobrir de que forma eles refletiam a crise de representatividade do sistema partidário brasileiro. Examinaremos também como a formação dos blocos interpartidários contribuiu para a intensificação do processo de polarização em torno de dois projetos político-econômicos divergentes e conflitantes. Assim, revelaremos como as alianças interpartidárias se tornaram meios mais efetivos de representação dos diferentes interesses de classe e tendências políticas no Congresso Nacional.

Surgida no mês de junho de 1956, a Frente Parlamentar Nacionalista apresentou-se ao Congresso Nacional através de um discurso realizado por Abguar Bastos (PTB). Em sua fala, o senador defendeu a adoção de um programa político onde já se fazia presente o forte nacionalismo e reformismo que caracterizou a atuação da frente. Não existe nenhum documento oficial que comprove quem eram seus verdadeiros membros fundadores. No entanto, especula-se que a organização agrupava em torno de 55 parlamentares¹¹⁸, oriundos das mais diversas organizações partidárias, inclusive da União Democrática Nacional. Entendemos que a grande maioria dos congressistas que se filiaram à FPN, principalmente aqueles que não eram do PTB, o fizeram justamente por não encontrar em seus partidos o respaldo ideológico necessário para os projetos políticos que defendiam.

A política nacionalista¹¹⁹ proposta pela FPN era caracterizada principalmente pela postura protecionista em relação à cultura e a estrutura econômica brasileira. Dessa maneira, o nacionalismo era apresentado como solução para os problemas que impediam o aceleração do processo de desenvolvimento econômico do país. Entre outras coisas, os integrantes desse bloco propunham: a reformulação das normas que regularizavam o acesso da produção brasileira aos mercados internacionais; a limitação da remessa de lucros das empresas estrangeiras ao

118 Entre os possíveis membros da FPN durante o período de sua existência podemos destacar: Aarão Steinbruck (PTB - Movimento Trabalhista Renovador-RJ), Abguar Bastos (PTB-SP), Adail Barreto (UDN-PTB-CE), Almino Afonso (Partido Social Trabalhista - PTB - AM), Atílio Vivacqua (PSD - Partido Republicano-ES), Aurélio Viana (PSB-GB), Astênio Bagueira Leal (UDN-ES), Alexandre Barbosa Lima Sobrinho (PSD-PSB-PE), Bento Gonçalves (PR-MG), Luís Fernando Bocaiúva Cunha (PTB-RJ), Breno da Silveira (PSB-GB), Romeu de Campos Vergal (PRP - Partido Social Progressista-SP), Celso Brant (PR-NIG), Cid Carvalho (PSDMA), Clidenor Freitas (PTB-PI), Ítório Correia da Costa (UDN-MT), Joaquim Coutinho Cavalcanti (PTB-SP), Dagoberto Sales (PSD-SP), Jerônimo Dix-Huit Rosado (UDN-RN), Djalma Maranhão (UDN-RN), Domingos Velasco (PTB-PSB-RJ), José Esteves Rodrigues (PR-MG), Eusébio Rocha (PTB - Partido Democrata Cristão-SP), Fernando Ferrari (PTB-MTR-RS), Fernando Santana (PTB-PSD-BA), Clóvis Ferro Gosta (UDN-PA), Gabriel Passos (UDN-MG), Hélio Ramos (PR-PSD-BA), Jacó Frantz (PTB-PB), Jarbas Maranhão (PSD-PE), João Lima Guimarães (PTB-MG), José Joffily (PSD-PA), José Sarney (PSP-UDN-MA), José Silveira (PTB-PR), José Talarico (PTB-GB), Josué de Castro (PTB-PE), Lício Hauer (PTBGB), José Neiva Moreira (PSP-MA), Nelson Carneiro (PSD-GB), Nelson Omegna (PDC-PTB-SP), Camilo Nogueira da Gama (PTB-MG), Osmar Cunha (PSD-SC), Osvaldo Lima Filho (PTB-PE), Ramon de Oliveira Neto (PTB-ES), José Antônio Rogê Ferreira (PSP-PSB-PTB-SP), Rachid Saldanha Dersi (UDN-MT), Salvador Lossaco (PTB-SP), João Dória (UDN-SE), Sérgio Magalhães (PTB-GB), Sílvio Braga (PSP-PA), Armando Temperani Pereira (PTB-RS), Último de Carvalho (PSD-MG), Unírio Machado (PTB-RS), Valério Magalhães (PSD-RO e PSP-AC), Valdir Pires (PSD-BA), Valdir Simões (PTB-GB) e Wilson Fadul (PTB-MT). Informação retirada do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Acervo CPDOC.

119 Realizaremos no próximo capítulo uma análise mais profunda sobre a influência do nacionalismo na prática política brasileira durante o período entreditaduras.

exterior; a defesa das reservas minerais e energéticas do país; o favorecimento das empresas nacionais perante a concorrência com as indústrias estrangeiras; a realização de estímulos federais à infraestrutura ligada ao processo de produção industrial, seja no ramo de energia, transportes, entre outros; o estímulo à educação e a defesa da cultura brasileira no que se refere aos seus padrões históricos e tradicionais.

Não identificamos nenhuma vinculação formal entre a Frente Parlamentar Nacionalista e os partidos da 4ª República. No entanto, a intensa defesa que seus integrantes faziam do projeto das Reformas de Base a aproximava do PTB e, conseqüentemente, do governo João Goulart. Também existiam nítidas semelhanças entre as reivindicações do bloco e o programa político defendido pelo PCB que, mesmo na ilegalidade, havia adotado as bandeiras do nacionalismo e do reformismo. Porém, seria um equívoco associar a identidade ideológica da FPN aos valores comunistas, julgamento constantemente realizado na época pela maioria de seus opositores.

O auge da atuação da Frente Parlamentar Nacionalista correu durante a quarta legislatura (1959-1963), quando se processou seu fortalecimento numérico e ideológico. No entanto, também houve momentos de fragilização e fragmentação interna, ocorridos, não por coincidência, durante os processos eleitorais. As eleições de 1958 representaram a primeira crise, uma vez que alguns de seus integrantes, de elevada importância, acabaram não conseguindo se reeleger. Em seguida, nas eleições presidenciais de 1960, houve outro indício de ruptura, originado pela divisão de seus membros entre as candidaturas de Jânio Quadros e do Marechal Henrique Teixeira Lott. Isso ocorreu porque ambos os candidatos estruturavam seus programas políticos sobre elementos nacionalistas. Já nas eleições de 1962, diversos candidatos forjaram adotar um discurso nacionalista na tentativa de se apropriar do forte apelo eleitoral que a FPN possuía perante alguns setores da sociedade, dando início a um novo momento de desconforto interno.

Motivados pela necessidade de fazer frente ao fortalecimento político que os parlamentares nacionalistas vinham adquirindo no final de década de 1950, integrantes de diversos partidos fundaram em 1960 a Ação Democrática

Parlamentar. Segundo levantamentos feitos por Lucia Hippolito (1985), a ADP possuía 94 membros no momento de sua fundação, divididos da seguinte maneira: 41 deles eram oriundos da UDN, 32 do PSD, 5 do PSP, 4 do PDC e do PL, 3 do PRP, 2 do PTN e do PR e 1 do PTB. A presença de um petebista incorporando o bloco é mais um indício da ausência de coesão ideológica no sistema partidário brasileiro durante a República de 46. O auge da sua atuação ocorreu no ano de 1961, quando, se especula, chegaram a ter 155 membros ¹²⁰. É importante ressaltar que a ADP também enfrentou momentos delicados, uma vez que algumas de suas principais lideranças políticas tiveram que passar por cima de antigos conflitos locais, e até mesmo pessoais, para unirem-se contra o inimigo comum.

Nitidamente atrelados a um discurso conservador, os membros da ADP atuaram em defesa da iniciativa privada, pelo impedimento da realização das Reformas de Base, e também nas negociações pela abertura da economia aos investimentos estrangeiros. Enquanto frente política, o agrupamento caracterizava-se por ser o canal ideológico da elite brasileira, tanto no Congresso Nacional, quanto perante a opinião pública. Desta maneira, seus integrantes tiveram atuações contundentes em conflituosos debates políticos, sendo decisivos na pressão exercida contra Jânio Quadros em decorrência da Política Externa Independente, na derrota imposta ao projeto petebista de Reforma Agrária e na legitimação do Golpe de 64 através do Congresso Nacional.

É necessário destacar a existência de inúmeras características semelhantes entre a identidade política da UDN e a da ADP. Além de uma visão elitista de democracia, pautada pelo preconceito em relação às classes populares e pelo discurso moralista em defesa das instituições democráticas, os membros da Ação Democrática Parlamentar também adotaram o discurso anticomunista sob o lema: “anticomunistas sempre; reacionários nunca”. O conservadorismo tornou-se, assim, marca registrada das duas organizações políticas.

120 Entre eles, merecem destaque pela incisiva atuação parlamentar: Raul Pilla (PL do Rio Grande do Sul e integrante do conselho executivo do movimento), Bento Munhoz da Rocha (PR do Paraná), padre José de Sousa Nobre (PTB de Minas Gerais), Hamilton Prado (PTN de São Paulo), Antônio Geraldo Guedes (PL de Pernambuco), Alde Sampaio (UDN de Pernambuco), Dirceu Cardoso (PSD do Espírito Santo), Francisco Leite Neto (PSD de Sergipe) e Geraldo Freire (UDN de Minas Gerais). Informação retirada do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Acervo CPDOC.

A proximidade em relação aos projetos políticos defendidos pelos principais partidos não era a única semelhança existente entre os blocos interpartidários. Eles também possuíam relações estreitas com diferentes organizações sócio-econômicas, a partir das quais podemos identificar elementos de suas identidades ideológicas. A vinculação junto aos movimentos sociais indicava a constituição de associações de classes, contribuindo assim para a intensificação do processo de formação da consciência de classe na sociedade brasileira.

Durante o governo João Goulart, constantemente, as Ligas Camponesas, a CGT, e a UNE manifestaram publicamente seu apoio ao projeto político defendido pelos integrantes da Frente Parlamentar Nacionalista. Apoio este muitas vezes atrelado à pressão que exerciam pela efetivação imediata das Reformas de Base. Ao incorporar as “manifestações oficiais, o conjunto das demandas e reivindicações que a sociedade civil organizada apresentava a público” ¹²¹, a FPN passou a representar os anseios de alguns movimentos sociais junto ao Congresso Nacional. Conforme indica Caio Navarro de Toledo (1983), a aproximação efetivada entre eles era fruto do recrudescimento da luta de classes ocorrido início dos anos 1960, o qual pode ser caracterizado pela politização do operariado e dos trabalhadores rurais, e também pela interferência que eles passaram a exercer no sistema partidário e na vida parlamentar brasileira. Nesse contexto, a influência da politização da sociedade sobre a estrutura partidária contribuiu decisivamente para a consolidação da ideologização do sistema político com fins eleitorais. De tal modo, o processo de polarização política foi um dos principais indícios da iminência do cenário de luta de classes que se formava no Brasil em meados da década de 1960.

Em contrapartida, a ADP aproximou-se de diversas organizações sócio políticas conservadoras, que possuíam forte apelo sobre a sociedade brasileira, principalmente junto aos setores da classe média. Entre elas podemos destacar a Confederação Rural Brasileira, a Campanha da Mulher pela Democracia, a Frente da Juventude Democrática e o Movimento Sindical Democrático. Em relação às principais bandeiras propostas por esses grupos, destacamos a defesa do direito de propriedade privada, da moral da família brasileira, dos valores cristãos e,

121 DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Frente Parlamentar Nacionalista: utopia e cidadania*. REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA, São Paulo, v. 24, n.27, p. 61-71, 1995 p. 69.

principalmente, a adoção de uma postura alarmista frente à ameaça representada pelo suposto inimigo comunista.

Nesse contexto, a principal aliança estabelecida pela ADP foi firmada com o complexo formado pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais e pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática, organizações voltadas para a defesa dos interesses empresariais contra o projeto reformista proposto pelo governo João Goulart. Na realidade, ambos os institutos atuavam como grupos de ação política e ideológica, com o objetivo de moldar a opinião pública e também de tomar o controle do Governo Federal. Os dois concentravam suas ações, basicamente, na luta pela manutenção dos privilégios econômicos e sociais do “bloco no poder”, além de defenderem a existência de uma democracia liberal e restrita à elite.

A aliança estabelecida entre a ADP e os movimentos sociais conservadores anteriormente citados se consolidou durante a campanha eleitoral de 1962. Tratava-se da eleição que definiria a composição do Poder Legislativo que acompanharia João Goulart até o final do seu mandato. Os liberais se mobilizaram, principalmente em decorrência do temor que tinham em relação ao franco crescimento que o PTB vinha apresentando nas últimas eleições. Um resultado favorável aos petebistas resultaria no crescimento da bancada da FNP e, conseqüentemente, no aumento da possibilidade de efetivação das Reformas de Base nos moldes defendidos pelo governo. Concordamos, assim, com Dreifuss (1981), quando ele afirma que a política eleitoral havia se tornado, para as classes dominantes, uma questão de autopreservação.

É necessário destacar a enorme influência exercida pelo IBAD durante o período pré-eleitoral em 1962. Em troca do financiamento ilegal¹²² da campanha de deputados, senadores e governadores, realizado pelo empresariado nacional e estrangeiro, os ibadianos ficaram responsáveis pela elaboração dos programas eleitorais. A doação de investimentos não levou em conta a filiação partidária dos

122 Segunda a Constituição de 1945 era ilegal a realização de financiamentos estrangeiros de candidaturas. O DECRETO LEI N 9.258, de 14/05/1946, estabelecia, entre outros artigos, que seria cancelado o registro do partido quando se provasse que recebe, de procedência estrangeira, orientação político-partidária, contribuição em dinheiro ou qualquer outro auxílio” in BENEVIDES, Maria Victória. *UDN e o udenismo: ambigüidade do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. São Paulo: Paz e Terra, 1981. p. 166.

candidatos, mas sim sua orientação política, evidenciando quanto o sistema partidário brasileiro era incapaz de transparecer, de forma clara e homogênea, sua identidade ideológica. Essa foi a forma mais eficaz encontrada pelo “bloco no poder” para exercer sua influência sobre o Congresso Nacional, assegurando à ADP a maioria das cadeiras, tanto no Senado, quanto na Câmara Federal. Entendemos que esse momento marcou o início da intensificação da disputa polarizada dentro do Poder Legislativo, a qual contribuiu decisivamente para a eclosão do Golpe de 1964.

João Goulart também havia depositado grandes expectativas nessas eleições e nas implicações que ela poderia proporcionar para a efetivação das Reformas de Base. Em um discurso realizado em Volta Redonda no dia 1º de maio de 1962, o então presidente solicitou aos eleitores,

“ouvir os seus candidatos e verificar o que pensam sobre o regime e a ordem social e escolher os homens mais representativos de seus anseios e aspirações. Nesta escolha os trabalhadores, sempre vanguardeiros de justas reivindicações de nossa sociedade, terão papel preponderante, já que deles, de sua luta e de seu voto, dependerão as tendências do futuro Congresso Nacional” ¹²³.

Notamos, assim, como as tensões entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo já se faziam presentes antes mesmo do restabelecimento do governo presidencialista.

A estratégia adotada pelo IBAD se mostrou altamente eficaz. Entre 1963 e o decreto do AI-2, a Ação Democrática Parlamentar contou com quase 200 congressistas, os quais tiveram atuação destacada nos debates tensionados entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo. Ela se tornou, na prática, um canal do IBAD dentro do Congresso¹²⁴, contribuindo para a consolidação de uma ampla ala conservadora. Além de exercer uma enorme influência sobre o parlamento, impedindo a realização das Reformas de Base nos moldes propostos pelo PTB, a atuação dos congressistas da ADP também foi decisiva no processo de elaboração do discurso político que defendia a necessidade de uma intervenção militar. Portanto, tendemos a concordar com Dreifuss, uma vez que através da ADP, “o bloco econômico dominante expressava suas reivindicações, traduzindo seu poder

123 Trecho do discurso proferido por João Goulart em Volta Redonda no dia 01/05/1962.

124 Segundo Dreifuss (1981), o deputado João Mendes da Costa Filho, integrante da ADP, era o principal articulador dos interesses do IBAD no Congresso Nacional. Outros parlamentares que receberam apoio financeiro do IBAD. IN: DREIFUSS, René Armand. 1964: *A Conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 333/334.

sócio-econômico em autoridade ideológica e política” ¹²⁵. Consolidou-se, assim, a aliança do “bloco no poder” no Congresso Nacional, representada pelos diversos fracionamentos da burguesia associada à aristocracia fundiária, voltada para a monopolização do poder político e econômico. Nesse contexto, torna-se evidente a utilização do Poder Legislativo como um espaço de representação de seus interesses de classe.

Portanto, entendemos que a aproximação entre os blocos interpartidários e alguns movimentos sociais evidenciou a transformação do sistema político brasileiro, caracterizada pela conscientização e mobilização das diferentes classes sociais. Seguindo a linha de raciocínio estabelecida por Caio Navarro de Toledo, encaramos a formação das organizações suprapartidárias como uma “demonstração eloqüente do aguçamento das contradições sociais e da consequente intensificação da luta ideológica de classes no seio da formação social brasileira” ¹²⁶. A atuação delas contribuiu decisivamente para que o Congresso Nacional adquirisse contornos de campo de batalha durante o governo João Goulart.

Desta forma, o surgimento dos blocos interpartidários reforça ainda mais os indícios de que o sistema partidário passava por um realinhamento, em que alguns partidos, como o PSD, corriam risco de fragmentação, enquanto outros, como o PTB, se fortaleciam. É importante destacar que este processo foi pautado pelo processo de polarização tanto do sistema partidário - como um todo -, quanto internamente em cada um dos partidos. Analisando a transformação mencionada, Lucília Delgado afirma que “descaracterizados, os partidos dividiam-se em inúmeras facções internas que, rotineiramente, passavam a aliar-se às facções de outros partidos, também fragmentados” ¹²⁷, contribuindo, assim, para o fortalecimento dos blocos.

Ao avaliar a postura dos parlamentares nos momentos de votação, constatamos que a atuação dos blocos interpartidários era mais coesa do que a dos principais partidos políticos. A grande diversidade de concepções políticas existente

¹²⁵ Idem. p. 337.

¹²⁶ TOLEDO, Caio Navarro de. O Governo Goulart e o Golpe de 64. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 71.

¹²⁷ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. PTB: do Getulismo ao Reformismo. São Paulo: Marco Zero, 1989. p. 206.

entre os integrantes dos partidos impedia que eles votassem conjuntamente. Em contrapartida, essa era uma prática muito comum entre os blocos interpartidários. Nesse contexto, notamos que a organização interna da Frente Parlamentar Nacionalista era muito rígida frente o comportamento político de seus integrantes, chegando inclusive a interferir nas suas relações com os respectivos partidos. O agrupamento possuía uma declaração de princípios¹²⁸ e um conjunto de termos de compromisso¹²⁹ que, caso fossem desrespeitados por algum membro, resultaria no seu desligamento do bloco. Todos eram orientados a defender suas posições nacionalistas durante as respectivas reuniões partidárias. No entanto, caso fossem obrigados a se submeter às decisões majoritárias, deveriam respeitá-las. “Portanto, havia de um lado a preocupação de apoiar as manifestações parlamentares nacionalistas, e de outro lado cuidava-se de ter presente o caráter interpartidário da frente”¹³⁰. Porém, é necessário ressaltar que a atuação dos parlamentares foi limitada, enquanto representantes dos blocos interpartidários. Isso ocorreu porque o regimento interno do Congresso Nacional restringia os direitos de atuação desses agrupamentos em um claro sinal de defesa da legitimidade dos partidos políticos.

Concluimos que a formação das organizações suprapartidárias também foi consequência da ausência de uma identidade partidária coesa e homogênea entre os principais partidos da República de 46. Condição esta que pode ser apontada

128 A Frente Parlamentar Nacionalista, no sentido de encontrar medidas eficazes de que decorressem benefícios gerais amplos para a nação, recomendava: “1) revisão dos tratados, acordos ou convênios contrários aos interesses nacionais; 2) estímulo à criação de indústria de base; 3) intervenção do Estado sempre que for necessário para acelerar o processo de desenvolvimento do país; 4) amparo às indústrias novas e fomento da produção dos alimentos, que representa poupança de divisas; 5) defesa do sistema legal que dê ao Estado o controle da exploração de nossas riquezas e recursos naturais básicos; 6) disciplina e definição do conceito de justa remuneração dos capitais estrangeiros aplicados no país, vedado o retorno dos lucros excessivos; 7) nacionalização das agências de publicidade; 8) combate aos monopólios privados, principalmente os que resultem da ação do capital alienígena; 9) elaboração de leis que melhorem as condições de trabalho nas fábricas e nos campos; que promovam a reforma e que reestruturem o nosso sistema bancário e as organizações de seguro, impondo-lhes características nitidamente nacionais; 10) luta incessante contra o pauperismo pela recuperação econômico-social das populações marginais e das regiões subdesenvolvidas do Brasil inclusive pela adoção de melhor distribuição de rendas aos municípios; 11) esforço amplo no sentido de amparar e defender o patrimônio cultural brasileiro de forma a ressalvar os seus valores históricos e tradicionais”. Trecho do pronunciamento realizado por Osvaldo Lima Filho (PTB-PE) no dia 14/11/1965.

129 Os termos de compromisso eram compostos por seis pontos: a democratização institucional; a democratização do ensino e cultura; a reforma agrária; o abastecimento e custo de vida; o desenvolvimento econômico independente, e a política externa independente.

130 Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - CPDOC. Verbete sobre a FNP.

como resultado de uma identificação programática deficitária, caracterizada pela ausência de projetos políticos bem definidos e pelo processo de dissidências e fragmentações internas pelo qual os partidos passavam. Em um período marcado pela polarização política, os congressistas encontraram nos blocos interpartidários um caminho mais coerente para defender seus projetos políticos. Isso só foi possível porque a atuação, tanto da FPN quanto da ADP, era mais coesa do que a dos próprios partidos, que acabavam demonstrando uma incapacidade crescente em representar efetivamente os interesses de determinados grupos e classes sociais. Portanto, a adesão junto aos blocos indicava a manifestação de concepções políticas em comum entre parlamentares de diferentes partidos.

Finalizando, é necessário destacar que a eclosão do Golpe de 1964 foi determinante para o fim da existência dos blocos interpartidários. Enquanto os membros de maior atuação da FPN foram rigorosamente perseguidos pelo governo militar, tendo inclusive seus direitos políticos cassados, muitos integrantes da ADP acabaram vinculando-se a ARENA, assumindo cargos políticos de confiança durante o regime militar.

Capítulo 2 – A agenda reformista do Poder Executivo

Após termos apresentado o caráter conservador do Poder Legislativo, examinaremos neste capítulo os elementos reformistas que compunham a agenda política do governo João Goulart. Iniciaremos a reflexão analisando os princípios ideológicos que pautaram a elaboração da agenda reformista defendida pelo Poder Executivo, destacando, principalmente, a influência exercida pelo trabalhismo e pelas diferentes correntes do PTB.

Uma das críticas mais corriqueiras dirigidas contra João Goulart durante sua presidência indagava “as reais intenções” existentes por trás do projeto de governo intitulado Reformas de Base. Constantemente ele era definido como fator responsável pelo surgimento das tensões, articulações e conflitos políticos que culminaram no Golpe de 1964. Esse questionamento não era exclusividade dos políticos oposicionistas da época, estando presente também em alguns dos principais estudos sobre o período. Nesse contexto, avaliando o comportamento político do governo João Goulart, Wanderley Santos afirma que o presidente não tomou nenhuma iniciativa quanto à maioria das questões centrais do seu programa de governo, nem mesmo para tornar claras suas próprias preferências. O autor conclui que as propostas de Jango “só foram articuladas em sua última mensagem ao Congresso, quando a crise já havia ido longe demais para ser enfrentada pelas medidas legislativas convencionais” ¹³¹. Além de atribuir um caráter de inevitabilidade à eclosão do Golpe de Estado, ele acaba responsabilizando, em grande parte, o Poder Executivo pelo acontecimento.

Partindo dessa interpretação, analisaremos o projeto reformista petebista, avaliando sua consistência enquanto projeto político orgânico e examinando a maneira como ele foi apresentado aos parlamentares. Em seguida, verificaremos como as Reformas de Base contrariavam os interesses socioeconômicos do “bloco no poder” representados no Congresso Nacional, trabalhando com a hipótese de

131 SANTOS, Wanderley Guilherme. Sessenta e Quatro: Anatomia da Crise. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1986. p. 40.

que este foi um dos motivos que levou à sua inviabilização. De tal modo, questionaremos a possibilidade de efetivação das Reformas de Base em meio ao contexto democrático e a estrutura parlamentar da República de 46. Trata-se de uma reflexão de extrema importância, uma vez que constantemente o caráter conservador do Poder Legislativo é indiretamente legitimado através do argumento de que a agenda reformista do Poder Executivo era obscura, representando uma ameaça à democracia brasileira.

2.1 Formação da política nacionalista desenvolvimentista

A presença de projetos reformistas no programa político do PTB não foi uma inovação realizada pelo governo João Goulart. Referências à efetivação da Reforma Agrária, Reforma Política e à extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores rurais já existiam desde a fundação do partido¹³². Foi, porém, principalmente durante a década de 1950, com a incorporação da orientação “nacional-popular” no debate político, e com o início do distanciamento do partido em relação ao getulismo, que o projeto reformista realmente tornou-se a principal bandeira do PTB. Dada a grande importância do conceito, realizaremos uma breve reflexão sobre o contexto político existente por trás das ideias de “nacional” e “popular”, defendidas pelos petebistas e por alguns intelectuais¹³³. No decorrer da análise, atentaremos para a identificação de algumas características particulares dessa corrente ideológica, como: a dicotomia entre modernização e arcaísmo, a luta contra o inimigo externo e a idealização da concepção de povo enquanto agente político.

O discurso nacionalista surgiu no Brasil durante a Primeira República, estando, em um primeiro momento, vinculado a uma perspectiva cultural. Sob grande influência do folclorismo, a primeira geração de nacionalistas pautava seu trabalho pelo objetivo de formular a identidade do povo brasileiro. Além de defenderem uma ideia de nacional atrelada ao tradicional, a maioria deles exaltava

132 Todos os pontos mencionados já estavam presentes nas Diretrizes do Partido Trabalhista Brasileiro, estabelecidas em 1945.

133 Vale ressaltar que a incorporação da ideologia nacional popular no sistema partidário não foi uma exclusividade do PTB. Membros da “Ala Moça” do PSD e diversos integrantes de outros partidos que compunham a Frente Parlamentar Nacionalista também a adotaram.

as manifestações culturais populares, através das quais foi preservada uma cultura “milenar” romanticamente idealizada. Naquele contexto, a cultura popular passou a ser encarada como “um elemento simbólico que permite aos intelectuais tomarem consciência e expressarem a situação periférica da condição do país em que se encontram” ¹³⁴. Já em um segundo momento, influenciado pelo movimento modernista, o nacionalismo ganhou uma abordagem mais política, variando entre leituras mais libertárias (Manifesto Antropófago) e outras mais conservadoras (Verdeamarelismo), porém sempre vinculado à questão da aliança de classes.

A partir de meados da década de 1950, a concepção de nacional passou a variar conforme os matizes ideológicos dos diversos grupos políticos que a adotaram. Na opinião de Francisco Weffort, tornou-se claro o quanto a ideologia nacionalista se transformou em uma espécie de idioma político dominante. “Por meio dessa linguagem, era toda uma nova sociabilidade política que se impunha bem acima dos círculos de militantes políticos ou dos detentores da ciência política. Essa foi justamente a originalidade da efervescência nacionalista” ¹³⁵. É necessário destacar que a nova concepção surgiu sem nenhuma relação com a anterior, promovendo uma grande ruptura com a leitura folclorista, até então predominante, nos meios culturais e políticos brasileiros. De tal modo, foi superada a necessidade de reforçar a idéia de Nação e de povo brasileiro em formação.

A grande transformação ideológica ocorrida na época advém da introdução da concepção de povo ¹³⁶ junto à de nacional, originando a categoria “nacional-popular”. O povo era entendido como o núcleo orgânico de uma sociedade dividida, em cujo epicentro estavam os trabalhadores (urbanos e rurais), traduzidos pelos intelectuais e defendidos pelos políticos nacionalistas. O que antes se tratava da busca de uma identidade foi substituído por uma postura de confronto através do “advento do povo como sujeito político e a sua mobilização a serviço da soberania nacional” ¹³⁷. Portanto, a corrente nacional popular se diferenciava das concepções nacionalistas

134 ORTIZ, Renato. O popular e o nacional. IN: A moderna tradição brasileira. Cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 161.

135 PÉCAULT, Daniel. Os intelectuais e a política no Brasil. São Paulo: Ática, 1990, p. 106.

136 Esse conceito foi alvo de diversas contradições e diferenças internas de concepção, algumas superáveis por alianças político-culturais, outras não.

137 PÉCAULT, Daniel. Os intelectuais e a política no Brasil. São Paulo: Ática, 1990. p. 99.

predominantes durante a década de 30, uma vez que se distanciava de seu caráter orgânico, hierarquizado e integrador.

Nesse contexto, a formulação do novo conceito promoveu a migração do nacionalismo de direita para o nacionalismo de esquerda¹³⁸, e a consolidação da crença de que a nova ideologia poderia abrir as portas para uma revolução burguesa tardia. Dentre as inúmeras correntes que passaram a trabalhar com a categoria nacional popular, destacamos a atuação do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) e a dos CPCs (Centro Popular de Cultura), vinculados ao Partido Comunista Brasileiro. O surgimento desses novos atores marcou o início de “um período onde intelectuais ingressaram acadêmicos e metamorfosearam-se em políticos”¹³⁹, vide a atuação de Darcy Ribeiro e Celso Furtado. Foi também um momento no qual diversos intelectuais “radicalizaram-se”, abordando diferentes questões teóricas, discutindo os limites da dependência cultural e os perigos da absorção de traços de ideologia nacionalista. Analisando a transformação no campo dos autores nacionalistas, Daniel Pécault afirma

“que a ideologia desenvolvimentista do ISEB era muito mais do que um simples meio para um grupo de intelectuais se situar na órbita do poder. Ela se tornou, progressivamente, o horizonte de pensamento no qual se colocava a opinião pública, quaisquer que fossem as suas divisões”¹⁴⁰.

No decorrer do intenso processo de industrialização ocorrido durante as décadas de 1950 e 1960, a superação do subdesenvolvimento, do arcaísmo e do imperialismo, pautada pela necessidade de colocar o país em outro estágio sociológico, tornaram-se palavras de ordem entre os nacionalistas de esquerda. Os isebianos elaboraram uma leitura desenvolvimentista, atrelada à ideia de construção de um Brasil soberano e popular, integrando, assim, as entidades “nação” e “progresso” na maioria dos seus discursos políticos. Desta maneira, a oposição

138 É importante destacar que o discurso nacionalista não era uma exclusividade da esquerda, sendo também compartilhado por setores das Forças Armadas. No entanto, sem a utilização da categoria nacional popular. Segunda a professora Marilena Chauí, esse foi um período onde todos reivindicavam “o direito de serem os legítimos representantes do povo e dos interesses da nação”. IN: CHAUÍ, Marilena. Seminários. São Paulo: Brasiliense, 1980. p. 65.

139 MOTA, Carlos Guilherme. Ideologia da cultura brasileira: 1933 a 1974. São Paulo: Ática, 1994. p. 154.

140 PÉCAULT, Daniel. Os intelectuais e a política no Brasil. São Paulo: Ática, 1990. p. 139.

entre o “arcaico” e o “moderno”, destinada à consolidação do desenvolvimentismo, tornou-se um dos principais pilares ideológicos do conceito nacional popular.

O novo perfil de intelectuais originou uma inevitável aproximação entre o ISEB e os partidos e movimentos sociais mais a esquerda, contribuindo para a formação de um vínculo político entre os intelectuais engajados e as classes populares. Daniel Pécault sugere que “aliando-se ao movimento em favor das reformas de base, os isebianos não só se aproximaram de organizações como o Partido Comunista, que animavam esta campanha, como também redefiniram a posição dos intelectuais” ¹⁴¹. A mesma interpretação é compartilhada por Álvaro Viera Pinto, um dos principais pensadores isebianos, pois, segundo ele, ao se confundir com o movimento de emancipação das massas, a ideologia nacional popular promoveu o encontro entre as elites intelectuais e o povo.

Em meio às transformações discursivas promovidas pelos novos atores políticos nacionalistas, enfatizamos a integração das entidades povo e poder. Dentre eles, se destaca um grupo de isebianos, nomeados nacional-marxistas, que atribuíam ao povo a responsabilidade de liderar o processo de transformação da realidade nacional através da pressão política e de sua atuação cotidiana. O comportamento desses intelectuais foi pautado pelo objetivo de formular uma nova ideologia, que criasse as condições necessárias para liberar o dinamismo das forças produtivas, tornando possível a emancipação do povo e da Nação. Eles entendiam que esse processo dependia da formação de uma consciência política popular “tendo como pano de fundo uma troca recíproca, pela qual os intelectuais se apropriariam da experiência das camadas populares enquanto essas assimilariam o saber dos intelectuais” ¹⁴².

De tal modo, o povo passou a ser encarado tanto como objeto, quanto destinatário dos pronunciamentos públicos. Os próprios discursos de João Goulart, que analisaremos no quinto capítulo, representam um nítido exemplo desta conduta. Notamos, inclusive, que, além da idealização da função política dos setores populares da sociedade, existia também uma preocupação constante na definição

141 PÉCAULT, Daniel. Os intelectuais e a política no Brasil. São Paulo: Ática, 1990. p. 103.

142 MOTA, Carlos Guilherme. Ideologia da cultura brasileira: 1933 a 1974. São Paulo: Ática, 1994. p. 104.

de uma aliança de classes, articulando a integração entre as entidades “desenvolvimento” e “unidade política”. Surgia, assim, um projeto de nação, que reivindicava o papel de defensor do povo.

Influenciados por uma visão romantizada do povo enquanto agente transformador da realidade nacional, os movimentos sociais e partidos políticos de esquerda adotaram um discurso de caráter emancipador, incitando as massas a resistir contra o inimigo imperialista. Logo, surgiu a visão de que a transformação da realidade nacional e a emancipação das massas deveria ser realizada através da luta contra o adversário em comum, caracterizado como antipatriótico e/ou inimigo externo. Reivindicava-se a elaboração de um nacionalismo confrontador, voltado à modernização econômica e visando à “independência” nacional. Dentre as inúmeras implicações da utilização desse discurso, estava o apoio à agenda da Política Externa Independente defendida por setores do Poder Executivo durante a década de 1960.

2.2 O PTB adere à ideologia nacional-popular

A inserção de elementos da ideologia nacional popular no projeto de governo petebista foi articulada, principalmente, por Alberto Pasqualini, o “teórico do trabalhismo”. De origem gaúcha, Pasqualini foi um político de destaque no Rio Grande do Sul, tendo ocupado importantes cargos tanto no Poder Executivo, quanto no Legislativo. Filiado ao PTB desde 1946, ele teve grande importância na sua organização interna, tendo sido considerado o articulador da identidade ideológica do partido. Atuando junto à ala dos “doutrinários ideológicos”, Pasqualini foi um dos principais responsáveis pela formulação da agenda política reformista proposta durante o governo João Goulart.

Sem muito prestígio interno durante os primeiros anos do PTB, logo os doutrinários reformistas começaram a disputar a liderança do partido com a ala “getulista pragmática”, a qual era formada por burocratas, sindicalistas pelegos e ex-integrantes do governo Vargas durante o Estado Novo. Na opinião de Lucília Neves (1989), o trabalhismo defendido pelos getulistas pragmáticos era reflexo de uma

dupla influência: exercida, por um lado, pela natureza ideológica do trabalhismo inglês; por outro, vinculada aos meios de doutrinação do operariado através dos sindicatos e do Ministério do Trabalho. De tal modo, formou-se um trabalhismo caracterizado pelo personalismo de Getúlio Vargas e por uma orientação política paternalista.

Os dois grupos defendiam a existência de um Estado forte e interventor, partindo da concepção de que a transformação da sociedade deveria ser “feita de cima para baixo por ação de uma elite que incorporasse no pacto social a classe trabalhadora”¹⁴³. Porém, logo surgiram diferenças políticas entre os ideólogos e os pragmáticos. Enquanto Pasqualini defendia a tese de que o Estado teria que ser o agente das transformações, Getúlio Vargas adotava uma postura contrária, reivindicando para si o papel de líder realizador das reformas. Em termos gerais, as duas correntes divergiam perante: à forma como o partido se relacionava com os sindicatos, à maneira como eram costuradas as alianças partidárias e, principalmente, em relação ao desenvolvimento do projeto político de mobilização social.

Podemos afirmar que o conjunto de propostas defendidas por Pasqualini contribuiu para sua definição como um político à esquerda do varguismo. Por conseguinte, ele foi acusado, inúmeras vezes, de promover a aproximação do PTB em relação ao PCB. Naquele período, os dois partidos procuravam exercer influência direta sobre as organizações socialistas e, principalmente, junto aos movimentos alinhados às práticas nacionalistas. É evidente que, ao adotar um discurso desenvolvimentista a favor da industrialização nacional, defendendo a formação de uma vasta coalizão nacionalista, o PCB aproximou-se do governo João Goulart e apoiando a realização das Reformas de Base. Como mencionamos anteriormente, a identificação entre petebistas e comunistas também esteve atrelada à atuação dos isebianos, que acabaram se vinculando a inúmeras organizações de esquerda, dentre elas a Ação Popular.

143 VASCONCELLOS, Laura Vianna. O trabalhismo de Alberto Pasqualini. Artigo apresentado no IX Encontro Estadual de História - Seção Rio Grande do Sul. p. 3.

O trabalhismo defendido pela ala dos doutrinários reformistas era caracterizado pela tradução do nacionalismo em um projeto econômico, através de um discurso modernizante, destinado à mobilização popular. Segundo as interpretações de Lucília Neves, tratava-se de “um projeto nacional bastante preciso, bem definido e concatenado com a visão de futuro que alimentou as esperanças de parte da população brasileira” ¹⁴⁴. Entre outras coisas, os petebistas vinculados a essa corrente almejavam a distribuição de riquezas e a ampliação dos benefícios sociais.

Associada ao nacionalismo, a orientação estatista era pautada pela ideia de que a extensão dos direitos sociais dos trabalhadores só seria garantida caso o país adquirisse uma estrutura econômica autônoma. “Nesse sentido, os direitos sociais, embora fossem meta-base do partido, tornavam-se agora o subproduto de uma tarefa histórica maior – a libertação econômica do país” ¹⁴⁵. Tudo isso voltado a uma concepção de que caberia ao Estado apaziguar

“as injustiças sociais e garantir direitos básicos aos trabalhadores, como acesso à terra, habitação e educação, promoção de infraestrutura para faculdades e escolas oficiais, administração do Fundo Social, determinação de salário mínimo digno e incentivo à formação de cooperativas” ¹⁴⁶.

Construiu-se, assim, uma visão de Estado interventor voltado para a efetivação da justiça social.

Porém, é necessário destacar que o próprio Alberto Pasqualini fazia questão de se distanciar de qualquer associação em relação à ideologia comunista, enfatizando constantemente sua discordância em relação à socialização dos meios de produção. Corriqueiramente, ele se dizia defensor de um capitalismo mais humanizado, caracterizado pela solidariedade e cooperação entre as diferentes classes sociais, em contraposição ao lucro desmedido e às práticas egoístas que originavam a luta de classes. Em suas obras, é possível identificar uma visão

144 NEVES, Lucília de Almeida. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo. IN: FERREIRA, Jorge (org.). O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 173.

145 D ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. Os anos de Chumbo. A memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume –Dumará, 1994. p. 122.

146 VASCONCELLOS, Laura Vianna. O trabalhismo de Alberto Pasqualini. Artigo apresentado no IX Encontro Estadual de História - Seção Rio Grande do Sul. p. 3.

desenvolvimentista do capitalismo, sistema que, segundo ele, deveria ser mantido através de um Estado forte e voltado ao estabelecimento da paz social. Tratava-se da busca de uma fundamentação social para a manutenção da propriedade privada e do sistema capitalista. Deste modo, Pasqualini entendia que as relações entre o capital e o trabalho deveriam ser “reguladas por uma legislação justa que tenha em conta o esforço e a cooperação” ¹⁴⁷. Consequentemente, trabalhismo e capitalismo solidário eram tidos como expressões equivalentes.

Paulatinamente, e principalmente após a morte de Vargas, o trabalhismo pasqualinista se colocou como uma alternativa ao personalismo carismático getulista. O PTB passou por uma transformação, abandonando seu caráter personalista para tornar-se uma agremiação de crescente marca reformista. Foi nesse contexto que, durante a campanha eleitoral de 1958, o partido apresentou, pela primeira vez à sociedade, sua nova plataforma política intitulada Reformas de Base. Esse conjunto de propostas reformistas estava atrelado à intensificação do processo de industrialização e, principalmente, à defesa do patrimônio econômico e cultural do país. De certa forma, o forte apelo nacionalista do projeto não chegou a surpreender seus opositores, uma vez que essa já era uma característica da política petebista, voltada para a mobilização popular, desde os tempos de Getúlio Vargas.

Em meio ao contexto de crescente participação dos operários e trabalhadores rurais no cenário político nacional, as Reformas de Base tornaram-se rapidamente a principal bandeira política do PTB e também um importante instrumento propagandístico. Intencionalmente, os petebistas se valeram do forte apelo que o discurso de um Brasil industrializado, soberano e popular possuía perante a sociedade, em busca de um maior número de eleitores. Nesse contexto, San Tiago Dantas, um dos principais defensores da incorporação dos ideais nacionalistas ao trabalhismo, defendia que o projeto se preocupasse principalmente com o “princípio da independência e segurança nacional destinado a promover a cooperação do

147 GRIJÓ, Luiz Alberto. Alberto Pasqualini: o teórico do trabalhismo. IN: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). Nacionalismo e reformismo Radical. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 91.

capital estrangeiro com a preservação de nossa irrestrita faculdade de decisão a respeito de nossos próprios problemas”¹⁴⁸.

A criação do projeto das Reformas de Base refletia a existência de uma preocupação interna com a definição das premissas ideológicas e programáticas que formavam a nova identidade partidária petebista. Analisando a nova identidade programática do PTB, Maria D Araujo constata que “o discurso ideológico do PTB revestia-se assim de uma economicismo com boa acolhida nas urnas e em grande parte da opinião pública”¹⁴⁹. Portanto, como bem observa a autora, o partido se tornou porta-voz de uma mobilização política jamais vista na história brasileira, unificando demandas de classes sociais que não possuíam representantes diretos no Poder Legislativo.

2.3 As Reformas de Base

Expressão maior do reformismo atrelado à ideologia nacional popular, o projeto de Reformas de Base era composto das seguintes propostas: Reforma Agrária, Reforma Política, Reforma Bancária, Reforma Universitária, Reforma Tributária e Reforma Administrativa. No entanto, é preciso destacar, mais uma vez, que muitas dessas pautas já existiam desde a fundação do PTB, porém não unidas sob a mesma plataforma. O próprio PSD já conhecia o conteúdo dos projetos de Reforma Política e Agrária, uma vez que durante as negociações para a formação da aliança eleitoral JK/Jango, os petebistas haviam condicionado seu apoio à adoção de uma política reformista conjunta. Além disso, as Reformas de Base também foram o principal elemento propagandístico da campanha vitoriosa de João Goulart para a vice-presidência, nas eleições de 1960. Portanto, passamos a questionar a tese de que o projeto não obteve êxito em decorrência de sua suposta falta de clareza. Simultaneamente, avaliaremos os elementos que impediram sua efetivação.

148 BENEVIDES, Maria Victória. O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo (1945-1964). São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 97.

149 D ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. Os anos de Chumbo. A memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1994. p. 122.

O projeto incorporava a ideia de nação em defesa do povo, oriunda da ideologia nacional popular. Além disso, ele recebia influência do trabalhismo e de elementos da social democracia, resultando em uma perspectiva de governo marcada pelo estatismo, assistencialismo, nacionalismo, distributivismo (de bens e benefícios) e reformismo. Vale destacar, também, a influência exercida pela orientação economicista decorrente de uma leitura desenvolvimentista. De tal modo, o PTB reforçava sua proposta de manutenção e extensão dos direitos sociais trabalhistas, em busca da reformulação da estrutura econômica e social do país.

Dentre o conjunto de propostas que compunham as Reformas de Base, a Reforma Agrária era a que melhor representava o objetivo de associar um planejamento nacionalista de industrialização a uma política distributivista. O projeto vinculava a desapropriação das terras improdutivas ao aumento do rendimento e ao desenvolvimento do agronegócio. De tal modo, o governo condicionava seu êxito à necessidade de modernização da produção agrária brasileira, ao mesmo tempo em que defendia a integração do trabalhador rural aos “benefícios da civilização”. Seu forte apelo assistencialista partia da promessa de tornar o direito à propriedade rural acessível ao maior número de famílias dos trabalhadores rurais, as quais deveriam ser beneficiadas com lotes de terra e com o protecionismo da produção nacional. O planejamento previa ainda a priorização da produção de gêneros alimentícios voltados ao consumo do mercado interno, tornando-a obrigatória em todos os estabelecimentos.

É importante destacar que o projeto de Reforma Agrária não questionava o direito à propriedade privada, como acusavam alguns de seus opositores. Partindo da premissa de “justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos”¹⁵⁰, seus proponentes se ancoravam na Constituição Federal para condicionar o uso da terra ao bem estar social, defendendo, assim, a ampliação do número de propriedades privadas. Caso a proposta tivesse sido aprovada, se tornaria ilícito manter a terra improdutiva, e, persistindo essa condição, o governo reservaria para si o direito de desapropriá-la.

150 Trecho do projeto presente na Mensagem Presidencial de 1964.

Vinculada à realização da Reforma Agrária, porém sem fazer parte das Reformas de Base, a extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores rurais era uma das principais propostas do governo João Goulart. Na opinião de Aspásia Camargo (1986), sua efetivação poderia garantir a transformação dos trabalhadores rurais em uma classe social autônoma com representação política direta no Poder Legislativo. Também é importante lembrar que os eleitores do PTB se concentravam nas regiões urbanizadas do país, sendo o interior dominado eleitoralmente pelos partidos mais conservadores. Desta maneira, a possível efetivação do projeto também era uma maneira eficaz para que os petebistas obtivessem maior número de votos em regiões em que possuíam pequeno eleitorado.

Assim como Maria Celina D Araujo (1989), entendemos que a proposta de extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores rurais contribuiu decisivamente para a deterioração da relação entre os pessedistas e petebistas. Ainda em agosto de 1958, a bancada do PSD votou contra o projeto nº 4.264 (conhecido como Estatuto do Trabalhador Rural), apresentado pelo PTB. Os pessedistas alegavam ser impossível aprovar a medida, em decorrência da grande disparidade existente entre as diferentes regiões do país. Não questionamos o argumento apresentado. Porém, entendemos que as bases do PSD, formadas por grandes proprietários de terra, compuseram o fator responsável pelo fracasso do projeto, uma vez que ele contrariava seus interesses econômicos. Era do conhecimento de todos que, caso a nova legislação fosse aprovada, os gastos dos latifundiários com mão-de-obra sofreriam um elevado crescimento.

Existiam outras propostas integrantes das Reformas de Base que também sinalizavam a preocupação do Poder Executivo com a realização de políticas sociais distributivistas. Dentre elas, destacamos a Reforma Tributária¹⁵¹. Além de visar o combate à sonegação fiscal, o projeto previa a redução dos impostos cobrados das populações mais carentes. Suas principais diretrizes eram: “distribuição mais

151 Essa proposição governamental dividia-se em oito capítulos, englobando os seguintes assuntos: imposto de renda, imposto de consumo, imposto do selo, imposto único sobre lubrificantes líquidos e gasosos, imposto único sobre energia elétrica, contribuições de melhoria, disposições sobre conselhos de contribuintes, conselho superior de tarifas e processo fiscal e disposições diversas. IN: BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves (org.) Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

equitativa da carga fiscal e maior eficiência da arrecadação e da fiscalização”¹⁵². Ancorados nas análises documentais, discordamos dos autores que alegam o desconhecimento dos congressistas em relação ao projeto, uma vez que, ainda no período parlamentarista, João Goulart havia solicitado sua efetivação¹⁵³ ao Congresso Nacional. Posteriormente, em 1963, o presidente retomou o assunto na mensagem presidencial destinada ao Poder Legislativo, manifestando seu interesse de melhorar a distribuição da renda nacional e de diminuir o déficit de caixa do Tesouro através da modernização do aparelho arrecadador. É evidente que esse, como os outros pontos das Reformas de Base até aqui apresentados, beneficiaria, prioritariamente, o operariado e os trabalhadores rurais.

Pautadas pela orientação nacionalista e destacando a necessidade de defender o patrimônio econômico nacional, as Reformas de Base também propunham a realização de alterações no sistema bancário. Esse projeto foi apresentado pela primeira vez à sociedade e ao Poder Legislativo, através do Plano Trienal. Posteriormente, o tema foi retomado na mensagem presidencial enviada ao Congresso em 1963, através da qual o Poder Executivo destacou a necessidade de alterar as políticas monetária e bancária, por meio da criação de um órgão governamental centralizado e voltado ao controle dos processos inflacionários. Encaramos o fato de o governo reivindicar para si o domínio do sistema de créditos e de investimentos nas forças de produção como sendo um nítido indício da influência exercida pela ideologia nacional popular, que defendia a concepção de que o Estado deveria ter um papel centralizador no âmbito financeiro.

A presença do ideal reformista, intrínseco ao projeto das Reformas de Base, também estava presente nas propostas de Reforma Administrativa e Universitária. Enquanto a primeira previa a “necessidade urgente e indeclinável de reestruturação da máquina administrativa federal”¹⁵⁴, a segunda destacava a importância de alterar os “dispositivos constitucionais disciplinadores da educação nacional, a fim de

152 Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social: 1963-1965. Presidência da República. p. 194.

153 Projeto nº 3.612, de 1961.

154 Trecho do projeto. IN: BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves (org.) Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

ampliarem-se as garantias de liberdade do docente e redefinir-se o instituto da cátedra” ¹⁵⁵. Ambas eram fruto do ideal de modernização e racionalização que caracterizavam o discurso político da época.

Analisando a formulação dos dois projetos, questionamos, novamente, as acusações que atribuem às Reformas de Base uma falta de clareza. A Reforma Administrativa foi submetida pelo Poder Executivo a apreciação dos congressistas em 1963¹⁵⁶. Já a Reforma Universitária foi apresentada detalhadamente na Mensagem Presidencial destinada ao Poder Legislativo em 1964, destacando, ponto a ponto, a necessidade de integrar ao texto constitucional a ampliação da liberdade aos professores no exercício do magistério, assim como a regulamentação de sua carreira. Vale lembrar que nenhuma das duas chegou a ser encaminhada para a votação no Congresso Nacional.

Um dos pontos mais controversos das Reformas de Base propunha a realização de uma Reforma Política no sistema eleitoral, a fim de tornar o poder político “expressão legítima dos interesses populares e não da minoria dominante” ¹⁵⁷. Assim como as outras propostas anteriormente apresentadas, ela previa a realização de alterações na Constituição Federal. Os artigos que determinavam quais cidadãos poderiam ser eleitores eram considerados antidemocráticos, por limitar o acesso de grande parte da sociedade ao campo de tomada das decisões políticas. É necessário lembrar que a lei eleitoral vigente não permitia que analfabetos e militares de baixa patente votassem. Foi então, ancorado na ideologia nacional popular, e na sua idealização do papel político destinando ao povo, que João Goulart passou a defender a proposta de tornar elegível todos os alistáveis¹⁵⁸.

Prontamente, os grupos mais conservadores do Poder Legislativo se manifestaram contra o projeto. Isso ocorreu porque a inserção das camadas

¹⁵⁵ Idem.

¹⁵⁶ Data de 11/07/1963 a proposta de criação da “Coordenação do Planejamento Nacional, órgão aparelhado para orientar as providências governamentais e estabelecer os critérios a serem observados na execução de projetos prioritários, possibilitando o desdobramento do Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social”. IN. BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves (org.) Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

¹⁵⁷ Trecho da proposta presente na mensagem presidencial de 1964.

¹⁵⁸ Esse era um dos pontos mais polêmicos da proposta, uma vez que ele abria uma brecha legal para a reeleição de João Goulart.

populares no cenário de decisões políticas ameaçaria diretamente o monopólio político exercido pelos setores que compunham o “bloco no poder”. O amplo domínio que as oligarquias agrárias tinham nas regiões com os mais baixos índices de alfabetização, aliado à capacidade de instrumentalizar a dominação social em voto, permitia que elas mantivessem seu poder frente às sucessivas perdas eleitorais que vinham sofrendo nas localidades urbanizadas e industrializadas do país. Portanto, caso a Reforma Política fosse aprovada, ela abalaria diretamente a estrutura que garantia a existência de uma sólida bancada ruralista no Congresso Nacional.

Segundo dados de 1963, apenas 21% dos 80 milhões de habitantes brasileiros preenchiam todos os pré-requisitos para se tornarem eleitores. Em decorrência da proibição do direito de voto aos analfabetos, a quantidade de trabalhadores rurais e operários votantes não condizia com a porcentagem que eles representavam do todo na sociedade, tornando-os sub-representados no sistema político nacional. Nesse contexto, Aspásia Camargo alerta que os latifundiários possuíam um “incontrolável temor de ver ingressar na cena política camadas sociais constituídas em clientelas políticas que pudessem ser enquadradas, tal como o fora a classe operária com Getúlio Vargas” ¹⁵⁹. Entendemos também que essa preocupação foi potencializada pela reivindicação popular em relação ao direito a terra, e pelo crescente processo de organização dos grupos de trabalhadores rurais, vide o surgimento das Ligas Camponesas.

Adotando a mesma postura conservadora, muitos militares se opuseram à extensão do direito de voto aos oficiais de baixa patente. Ivo D’Aquino, ministro do Supremo Tribunal Militar, foi um dos principais opositores da proposta, alegando que, caso aprovada, ela fragilizaria dois dos principais pilares das Forças Armadas: a disciplina e a hierarquia.

A acusação de que o projeto era um instrumento golpista, arquitetado para que Jango se perpetuasse na presidência, era outro argumento constantemente utilizado para deslegitimá-lo. Porém, vale lembrar que a proposta foi apresentada

159 CAMARGO, Aspásia. A Questão Agrária: Crise de Poder e Reformas de Base (1930 a 1964). In: FAUSTO, Boris. História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano, Tomo III. São Paulo: Difel, 1986. p. 211.

pela primeira vez ao Congresso Nacional ainda durante o governo Juscelino Kubitschek, pelas mãos de Armando Falcão. Portanto, torna-se questionável o argumento de que ela seria somente um pretexto para que João Goulart, ou até mesmo Leonel Brizola, pudessem concorrer nas eleições presidenciais previstas para 1965.

Não possuímos elementos suficientes para afirmar qual partido seria mais beneficiado pela eventual aprovação do direito de voto aos analfabetos. Ao mesmo tempo em que os candidatos petebistas poderiam tirar proveito da expansão desse benefício entre os trabalhadores rurais que simpatizavam com sua proposta de extensão da legislação trabalhista, não podemos nos esquecer que tanto o PSD quanto a UDN tinham sua principal fonte de votos em localidades menos urbanizadas. Analisando as possibilidades de crescimento eleitoral dos partidos, a partir da influência exercida pela infra-estrutura sócio-econômica, Gláucio Soares ressalta a dificuldade de projetar o crescimento eleitoral do PTB, uma vez que os operários e trabalhadores rurais ainda não estavam eleitoralmente mobilizados. Ele conclui que os candidatos petebistas só passariam a ser a “opção política das classes trabalhadoras quando o nível de desenvolvimento econômico as conscientiza como classe para si” ¹⁶⁰. Portanto, a simples aprovação do voto para analfabetos não garantiria o crescimento do PTB. De tal modo, entendemos que a oposição realizada por udenistas e pessedistas foi consequência simultânea, do temor em relação a um possível enfraquecimento de seus partidos, e de uma visão elitista da política.

A necessidade de realizar alterações na Constituição Federal, seja incorporando novas normas ou modificando artigos já estabelecidos, era a proposta reformista do governo João Goulart que mais incomodava os opositores. Sem elas, seria impossível, por exemplo, realizar as Reformas Agrária e Política. Porém, o Diretório Nacional da UDN se recusou a negociar, manifestando-se publicamente contra qualquer alteração no texto constitucional.

160. SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Sociedade e Política no Brasil*. Editora. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973. p. 290.

Encaminhando para a conclusão do capítulo, discordamos que a falta de clareza e o desconhecimento sejam argumentos válidos para justificar os empecilhos impostos pelo Poder Legislativo durante as negociações relacionadas às Reformas de Base. Antes mesmo da renúncia de Jânio Quadros, durante a realização da XIII Convenção Nacional do PTB, os membros do partido já haviam definido que a linha central de suas atuações no Congresso Nacional seria destinada à realização de modificações no texto constitucional. A questão era tratada como indispensável para a efetivação da agenda reformista.

Portanto, para entendermos a postura intransigente adotada pelos udenistas e pessedistas, não podemos esquecer que a Constituição de 1946 era um importante instrumento de manutenção dos privilégios de classe, cívicos e políticos, do “bloco no poder”. Eles temiam que o fim da concentração fundiária e a transformação de analfabetos em eleitores promovessem a inserção das camadas populares na cena política. Consequentemente, eles concentraram suas forças para preservar a predominância política que o Poder Legislativo possuía perante o Poder Executivo.

Após termos analisado o projeto de Reformas de Base a partir das premissas ideológicas que o fundamentavam, destacando os momentos em que as propostas foram encaminhadas para o conhecimento do Poder Legislativo, discordamos das interpretações que o definem como frágil e obscuro. Por mais que a Reforma Agrária tenha sido o único projeto amplamente discutido e votado no Congresso Nacional, vimos que a maioria das outras propostas já eram conhecidas pela sociedade, desde a fundação do PTB.

Além do Plano Trienal, que já no período parlamentarista indicava as Reformas de Base como sendo o eixo central do plano de governo de João Goulart, a Mensagem Presidencial de 1963 contribuiu para o esclarecimento das intenções reformistas do Poder Executivo. Nesse documento, o presidente indicava que utilizaria os “anseios do povo” como instrumento de pressão sobre o Poder Legislativo visando à realização de sua agenda reformista: “Aguardando uma fecunda sessão legislativa, seja-me permitido manifestar a certeza de que o

Congresso Nacional, identificado com as mais legítimas manifestações do povo, possibilitará ao Executivo a adoção da política de renovação estrutural da qual depende o encontro do Brasil com seus altos e magníficos destinos”¹⁶¹.

Afirmar que o projeto tornou-se claro tarde de mais, somente após a divulgação da Mensagem Presidencial de 1964, além de ser um equívoco, contribui para a elaboração de leituras que apontam para a inevitabilidade do Golpe de Estado. Por mais que também acreditemos que em março de 1964 o projeto golpista da direita já estava consolidado, refutamos a tese de que não havia possibilidade de soluções democráticas para os conflitos entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo. Neste ponto, concordamos com a crítica feita por Argelina Figueiredo (1993), quando a autora afirma que esse tipo de interpretação comete o erro de promover uma racionalização do passado na forma de um determinismo, promovendo a inversão da relação entre causa e consequência.

Não questionamos o fato do projeto de Reformas de Base apresentar alguns pontos inconsistentes, nem mesmo discordamos que, em muitos momentos, os petebistas tenham adotado práticas fisiológicas. Porém, essa era uma característica intrínseca a todos os partidos que compunham o sistema partidário brasileiro, não servindo, assim, como justificativa para explicar o surgimento e a consolidação do golpismo no Congresso Nacional. Também discordamos da utilização desses argumentos para explicar os motivos que determinaram a queda de João Goulart. Outros projetos de governo apresentados durante a República de 46, como o Plano SALTE ou o Plano de Metas, possuíam fragilidades semelhantes ao plano de governo proposto pelos petebistas, e nem por isso contribuíram para a eclosão de Golpes de Estado.

Entendemos que a realização das Reformas de Base originaria alterações estruturais na economia e na sociedade brasileira, resultando, inclusive, em mudanças na composição do poder político. Por se tratar de uma proposta de redistribuição de renda e de combate à desigualdade social existente no país, é evidente que o projeto beneficiaria os interesses de determinados setores da

161 Trecho da Mensagem Presidencial encaminha ao Congresso em março de 1963.

sociedade, ao mesmo tempo em que prejudicaria outros. É importante destacar que os grupos que compunham o “bloco no poder” não seriam os únicos a serem prejudicados, caso elas fossem aprovadas. Sua efetivação também se chocava diretamente com os interesses econômicos estrangeiros, principalmente no ponto específico da Lei de Remessa de lucros¹⁶². Além disso, o governo estadunidense encarava as Reformas de Base como um projeto de caráter socialista, tornando o Brasil uma “má influência” para os outros países da América Latina, no contexto mundial da Guerra Fria.

Por mais que o trabalhismo anunciasse seu repúdio em relação à luta de classes, é evidente, como bem notou a professora Lucília Neves, que as Reformas de Base favoreceriam o crescimento das “reivindicações de forte teor conflitivo por parte dos trabalhadores”¹⁶³. Trabalhismo este que contribuía para a formação da identidade coletiva dos operários ao refletir seus interesses de classe. Além disso, ele não era visto com bons olhos pelos membros do “bloco no poder”, uma vez que poderia influenciar diretamente a temida proletarianização da classe média.

Avaliando o conjunto de desentendimentos políticos atrelados ao projeto de Reformas de Base, Aspásia Camargo afirma que a

“persistência das causas que alimentam os apelos reformistas atesta, sem dúvida, a natureza de suas origens, que definiríamos como estruturais, isto é, arraigadas a rígidas relações de classes, cujos efeitos repercutem direta ou difusamente nos demais pontos estratégicos da vida social”¹⁶⁴.

De tal modo, concluímos que os debates relacionados à realização do projeto contribuíram para a formação de um cenário de divergências e disputas entre diferentes classes sociais, elemento decisivo para a articulação do movimento golpista entre os militares e os setores mais conservadores do Poder Legislativo.

162 Aprovada em setembro de 1962, ela previa um limite de 10% sobre o capital destinado às remessas de lucro para o exterior. Analisando o seu conteúdo, identificamos a influência da ideologia nacional-popular, pautada pela luta contra o inimigo externo, na sua elaboração

163 NEVES, Lucília de Almeida. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo. IN: FERREIRA, Jorge (org.). O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 202.

164 CAMARGO, Aspásia. A Questão Agrária: Crise de Poder e Reformas de Base (1930 a 1964). In: FAUSTO, Boris. História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano, Tomo III. São Paulo: Difel, 1986. p. 126.

Capítulo 3 - O Protagonismo desempenhado pelo Poder Legislativo e a ascensão de João Goulart à presidência.

Durante a República de 46, o exercício da carreira parlamentar foi marcado pelo clima de incerteza política que caracterizava o regime democrático brasileiro. Constantemente os congressistas reclamavam publicamente do pouco reconhecimento que seu trabalho recebia da sociedade. Nesse caso, entendemos que a instabilidade era fruto do frescor da memória em relação ao período ditatorial varguista, e também decorrente das diversas tentativas de Golpe de Estado articuladas por setores do Congresso Nacional e das Forças Armadas. No entanto, defendemos a tese de que, mesmo em meio a lamentações e desconfianças, o Poder Legislativo desempenhou um papel de protagonismo político em diferentes momentos do período entreditaduras.

Portanto, analisaremos a atuação do Poder Legislativo através de uma reflexão comparada, avaliando as vicissitudes e dinâmicas que caracterizaram sua atuação frente à Constituição de 1946 e os governos democraticamente eleitos. Em princípio, interpretaremos a atuação dos congressistas no decorrer do processo de efetivação da solução parlamentarista, ocorrido após a renúncia de Jânio Quadros. Posteriormente, no quinto capítulo, voltaremos a analisar a atuação dos parlamentares, focalizando outro momento de crise política: o evento que afastou João Goulart da presidência e deu início à legitimação do Golpe de 1964 ao decretar vago o cargo presidencial.

Antes de iniciarmos as análises documentais, nos deparamos com uma série de questões que orientaram a reflexão comparativa anteriormente apresentada: qual foi a responsabilidade do Poder Legislativo sobre o processo de renúncia de Jânio Quadros? A atuação dos parlamentares nos momentos de crise política ocorreu de forma negociada ou foi marcada pela disputa entre projetos de governo conflitantes? Teve o Congresso Nacional uma conduta coesa perante os valores democráticos no decorrer dos dois acontecimentos que colocaram o poder efetivo do texto

constitucional em risco? Adotaram os congressistas uma postura radicalizada nos momentos em que a democracia correu risco de ser interrompida?

Apesar de ter sido o presidente eleito com a maior aprovação nas urnas até aquele momento da história brasileira, Jânio Quadros acabou não conseguindo formar uma sólida base governista no Congresso Nacional para efetivar sua agenda política. O apoio que recebeu dos setores políticos mais conservadores durante a campanha presidencial se fragmentou logo nos primeiros meses de seu governo, principalmente em decorrência da adoção da Política Externa Independente. Os parlamentares udenistas, supostamente mais próximos dos ideais políticos representados pelo Poder Executivo, condenavam qualquer ação política que articulasse uma relação com os países atrelados ao bloco socialista. Consequentemente, o restabelecimento das relações comerciais com a URSS e com a China, além da homenagem militar feita a Che Guevara, tornaram-se fatores cruciais para o fim da aliança entre o presidente e os congressistas que compunham as bases do seu governo de coalizão. Surgiu, assim, uma nítida contradição entre uma política interna conservadora e uma política externa progressista, caracterizada pelo não alinhamento.

A delicada situação vivida pelo governo ganhou o conhecimento de toda a Nação quando o governador do estado da Guanabara denunciou a existência de supostas intenções golpistas do presidente, em um discurso transmitido ao vivo para todo o país. Ao descrever os fatos ocorridos durante uma reunião particular que tivera com Jânio Quadros, Carlos Lacerda analisou o contexto de crise política afirmando que “no Brasil, no momento, cifra-se, resume-se, consiste afinal numa pequena, astuta, mas medíocre trama palaciana para resolver por meios ilegítimos dificuldades que todos reconhecemos e que devemos resolver por meios legítimos”¹⁶⁵. A grande influência de Lacerda dentro da UDN foi decisiva para o gradual afastamento de Jânio Quadros de sua principal base aliada. De tal modo, esse evento simbolizou o auge do tensionamento entre os poderes Executivo e Legislativo, durante o ano de 1961.

¹⁶⁵ Trecho do discurso proferido por Carlos Lacerda, transmitido ao vivo pela TV no dia 24/08/61. Retirado do site <http://www.politicaparahistoricos.com.br/>. Acesso em: Dez. 2012.

Porém, nem todos os parlamentares condenavam a política diplomática adotada por Jânio Quadros. Curiosamente, membros do PTB e do PSD, partidos da maioria que inicialmente se opuseram ao governo dentro do Senado Federal e da Câmara de Deputados, tornaram-se os principais defensores do restabelecimento das relações diplomáticas com os países da chamada “cortina de ferro”. Portanto, mesmo não podendo caracterizar a aproximação entre eles como a formação de uma aliança, seria um erro afirmar que o Poder Executivo estava totalmente isolado do Poder Legislativo. Lima Teixeira (PSD), líder da bancada da maioria no Senado, ao se pronunciar no Congresso Nacional, momentos antes da divulgação da renúncia do presidente, declarou seu total apoio à PEI, ao mesmo tempo em que condenou o ato de insubordinação realizado por Carlos Lacerda. O eixo central de sua fala cobrava da UDN uma solução para a crise política instaurada: “poderia o Líder da Minoria, neste instante, restabelecer a verdade e esclarecer a opinião pública sobre a atitude do governador Carlos Lacerda, indiscutivelmente uma das figuras de proa da União Democrática Nacional?”¹⁶⁶.

Por mais que o Congresso Nacional acompanhasse de perto o tensionamento que tomava conta da cena política, podemos afirmar que o pedido de renúncia surpreendeu a grande maioria dos parlamentares. Não pretendemos nos aprofundar na análise das pretensões do presidente ao abdicar do cargo. Diversos autores interpretam a decisão como parte de uma trama golpista, na qual, possivelmente, Jânio Quadros apostava na rejeição que alguns setores do Poder Legislativo e das Forças Armadas tinham em relação ao vice João Goulart. O presidente também acreditava que seus eleitores sairiam às ruas pedindo uma reconsideração. De tal modo, acredita-se que ele renunciou apostando na recusa de seu pedido, fato que garantiria seu retorno à presidência com poderes ampliados.

Porém, o que de fato ocorreu é que nenhum parlamentar ameaçou pedir ao presidente que ele revisse sua decisão. Nem mesmo os congressistas mais conservadores, que não viam com bons olhos João Goulart, solicitaram sua permanência. Na realidade, Jânio Quadros foi duramente criticado por tomar uma decisão sem justificativas claras, contribuindo decisivamente para a intensificação da

166 Diário do Congresso Nacional. Sessão II – Senado Federal. 26/08/1961. p. 1817.

crise política nacional. Alguns comunicados, feitos logo após a renúncia, especularam sobre os motivos que levaram o ex-presidente a tomar essa decisão. Além de descartarem qualquer responsabilização das Forças Armadas, nenhum congressista relacionou a renúncia ao caráter conflituoso existente na relação entre o Poder Executivo e Poder Legislativo. Inclusive, muitos deles tentaram isentar o Congresso Nacional de qualquer tipo de culpa, como, por exemplo, o senador Nogueira da Gama (PTB), que em um pronunciamento direcionado ao presidente do Senado afirmou: “Sr. Presidente, temos convicção de que não contribuímos de qualquer modo para o ato voluntário praticado pelo ex-presidente da República. Estamos seguramente convencidos de que de nós não partiu uma atitude, por menor que fosse, de influir, de qualquer modo, no gesto de S. Exa.” ¹⁶⁷.

Analisando o processo de desgaste da relação entre Jânio Quadros e os congressistas, alguns autores¹⁶⁸ defendem a tese de que a efetivação da Política Externa Independente, e a adoção de uma postura investigativa dos casos de corrupção ocorridos durante o governo JK, foram fatores decisivos para que o governo Jânio Quadros se tornasse insustentável. Na opinião de Lucia Hippolito, a adoção de uma postura indiferente por parte dos congressistas frente o afastamento do presidente ocorreu porque durante seu mandato ele “desprezou a configuração partidária do Congresso, não negociou com os partidos, ignorou as regras do jogo político e tentou governar apesar do Legislativo” ¹⁶⁹. Desta maneira, inúmeros parlamentares adotaram uma conduta de enfrentamento direto contra o Poder Executivo e sua postura suprapartidária, barrando a maioria de seus projetos, determinando, assim, a formação do contexto de crise do governo, que resultou na renúncia¹⁷⁰.

Após a confirmação do afastamento de Jânio Quadros, todas as atenções se voltaram para o processo de sucessão presidencial. Segundo o artigo 79 da

167 Diário do Congresso Nacional. Sessão II – Senado Federal. 27/08/1961. p. 1802.

168 Entre eles: LABAKI, Almir. 1961, *a crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

169 Hippolito, Lucia. *De Raposas e Reformistas – o PSD e a Experiência democrática brasileira (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 111.

170 É interessante notar que essa conduta se repetiu durante o governo João Goulart, contribuindo para a formação de uma nova crise política e, conseqüentemente, para a eclosão do Golpe de Estado.

Constituição Federal de 1946, “substitui o Presidente, em caso de impedimento, e sucede-lhe, no de vaga, o Vice-Presidente da República” ¹⁷¹. Porém, naquele momento, o então vice-presidente João Goulart encontrava-se na China, cumprindo pautas da agenda da Política Externa Independente¹⁷². A situação, que já era delicada, tornou-se ainda mais complicada no dia seguinte à renúncia, quando surgiram rumores de que membros das Forças Armadas¹⁷³ se opunham à efetivação de João Goulart à presidência. Se impondo como guardiões da democracia nacional os militares afirmavam que,

“no cumprimento de seu dever constitucional de responsáveis pela manutenção da ordem, da lei e das próprias instituições democráticas, as Forças Armadas do Brasil, através da palavra autorizada dos seus ministros, manifestam a Sua Excelência o Sr. Presidente da República, como já foi amplamente divulgado, a absoluta inconveniência, na atual situação, do regresso ao país do Vice-Presidente, Sr. João Goulart” ¹⁷⁴.

O impasse estava criado, o poder efetivo da Constituição fragilizado e o regime democrático brasileiro corria o risco de sofrer um Golpe de Estado.

Nesse contexto, o que realmente nos interessa é a forma como os parlamentares lidaram com o impasse institucional criado pelo desligamento de Jânio Quadros, buscando uma solução que não deslegitimasse a Constituição Federal.

Mesmo tendo conhecimento da iminente ameaça de Golpe de Estado, o Congresso Nacional optou pela adoção de uma postura ponderada, a qual perdurou durante todo o período de negociações, evitando a tomada de decisões precipitadas. Auro de Moura Andrade, senador pelo PSD e presidente do Senado, desempenhou um importante papel de liderança no Poder Legislativo, se recusando a deliberar

171 Trecho da Constituição Federal de 1946.

172 Orientação das relações diplomáticas brasileiras, adotada durante o governo Jânio Quadros, que previa uma atuação independente frente à bipolaridade EUA-URSS no contexto da Guerra Fria.

173 É importante destacar que as Forças Armadas não estavam coesas em torno da postura de barrar a efetivação de João Goulart. O General Lott, conhecido por seu caráter legalista, foi preso ao pronunciar publicamente sua insatisfação perante a atitude tomada pelos Ministros Militares. No artigo em que aborda a questão agrária Aspásia Camargo afirma, “a ala legalista das Forças Armadas discordava fortemente da intervenção unilateral dos ministros, mas compartilhava da reserva com que os ministros encaravam os pontos de vista políticos de Goulart”.

174 Manifesto dos Militares contra a posse de João Goulart na presidência da República quando da renúncia de Jânio Quadros (26/08/1961) in FICO, Carlos. *Além do Golpe. Versões e Controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 223.

sobre qualquer tema enquanto João Goulart e os militares não se pronunciassem de forma oficial:

“tenho confiança nas Forças Armadas do Brasil, tenho confiança no espírito patriótico do nosso povo, tenho confiança no Congresso Nacional e espero em Deus que essa confiança se realize e se concretize numa solução que convenha, realmente aos interesses da democracia; que salvguarde os que oriente (sic.) e defenda a pátria brasileira” ¹⁷⁵.

Em meio a uma grande crise institucional, cautela tornou-se o norte do comportamento dos congressistas. Notamos, assim, a presença da prática do bacharelismo, caracterizada pelo comportamento conservador voltado à negociação, e pelo apego irrestrito às normas jurídicas.

Ainda que alguns congressistas ligados às Forças Armadas, como Silvestre Péricles (PSD) e Caiado de Castro (PTB), negassem em seus pronunciamentos qualquer tipo de intenção golpista das Forças Armadas - alegando que historicamente seus atos de intervenção sobre o Poder Executivo sempre foram caracterizados pela manutenção do poder nas mãos de civis - era nítido o receio de que uma postura radicalizada pudesse originar o fechamento do Congresso Nacional e, conseqüentemente, a tomada da presidência. Todavia, por mais que o Poder Legislativo se esforçasse para garantir a posse do vice-presidente, nenhum congressista optou pelo enfrentamento direto contra os militares. Mesmo durante os discursos mais enfáticos, marcados pela revolta perante a atitude de Odílio Denys, ninguém ousou afirmar que as Forças Armadas estavam articulando um Golpe Militar.

O que inicialmente era apenas uma suspeita, tornou-se concreto no dia 28 de agosto quando Ranieri Mazzilli (PSD), presidente da Câmara dos Deputados, comunicou oficialmente a todos os membros do Poder Legislativo que os

“Ministros Militares, na qualidade de Chefes das Forças Armadas, responsáveis pela ordem interna, me manifestaram a absoluta

175 Trecho do discurso pronunciado por Auro de Moura Andrade no Senado Federal.

inconveniência, por motivos de segurança nacional, do regresso ao país do Vice-Presidente João Belchior Marques Goulart”¹⁷⁶.

Iniciou-se, assim, um intenso processo de negociação, articulado pelos parlamentares, para impedir a ação golpista iniciada pelos militares. Durante aproximadamente dez dias, tanto senadores, quanto deputados, temendo um possível fechamento do Congresso Nacional e a efetivação do Golpe de Estado, realizaram uma série de sessões extraordinárias na tentativa de cumprir a lei presente no texto constitucional.

Uma das primeiras estratégias adotadas pelos parlamentares, principalmente pelos petebistas, para garantir a posse de João Goulart, foi a de tentar desconstruir a prerrogativa de que sua ascensão à presidência simbolizava um risco à democracia nacional. Em meio a toda a polarização ideológica característica do período da Guerra Fria, inúmeros discursos foram realizados com o intuito de desassociar a imagem de Jango e a do PTB dos ideais socialistas. Recorrentemente, os valores democráticos do vice-presidente foram ressaltados, e o seu caráter equilibrado, descrito como adequado para resolver os impasses políticos então vigentes.

De tal modo, percebemos que a grande maioria dos congressistas, mesmo aqueles filiados aos partidos conservadores como a UDN e o PRP¹⁷⁷, formaram uma ampla e homogênea coalizão na tentativa de garantir a ascensão de João Goulart ao cargo presidencial. O pronunciamento de Paulo Fender (PTB) simboliza perfeitamente a linha de argumentação por eles utilizada:

“Não tinha nessas declarações, Sr. Presidente, nenhum outro propósito, senão registrar perante a história que os homens do Partido Trabalhista Brasileiro estão vinculados à democracia brasileira para robustecê-la, para vivificá-la, para honrá-la e não para abatê-la, para degradá-la ou para traí-la”¹⁷⁸.

176 Trecho da mensagem oficial enviada ao Congresso pelo presidente interino, Ranieri Mazzilli, notificando do veto dos ministros militares In FICO, Carlos. *Além do Golpe*. Versões e Controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 223.

177 Plínio Salgado, um dos maiores ícones do conservadorismo nacional, declarado inimigo do Comunismo enviou uma carta a Odílio Denys afirmando que “em relação à pessoa do atual vice-presidente da República, dou meu testemunho pessoal de que se trata de um homem equilibrado, que muitas vezes me manifestou sua índole e pensamento conservadores”.

178 Diário do Congresso Nacional. Sessão II – Senado Federal. 28/08/1961. p. 1830.

Depois de quase uma semana de intensos debates, os Ministros Militares se mantiveram intransigentes, obrigando os congressistas a buscar uma solução que, ao mesmo tempo, agradasse os golpistas e respeitasse o direito de posse previsto na Constituição Federal. Assim, no dia 28 de agosto, o Poder Legislativo decretou a formação de uma Comissão Mista¹⁷⁹, composta por membros de todos os partidos que possuíam representação no Senado e por oficiais das Forças Armadas, destinada a formular uma Emenda Constitucional que garantisse o cumprimento da lei. Após apenas duas reuniões, foi elaborada a proposta de alteração da forma de governo, passando do presidencialismo para o parlamentarismo. De certa forma, ela não tinha um caráter inovador, uma vez que durante a República de 46 já haviam sido realizadas duas tentativas de implantação do parlamentarismo, sendo que uma terceira tramitava naquele mesmo momento na Câmara dos Deputados.

Logo após a sua apresentação, o projeto passou a ser encarado pela maioria dos parlamentares como a única saída possível para a solução do impasse político. Antes mesmo da votação, muitos congressistas se referiam à Emenda Constitucional como se ela já tivesse sido sancionada. Porém, apesar do amplo apoio destinado à proposta, as argumentações que defendiam sua aprovação expunham concepções políticas conflitantes. Uma ala moderada do PTB passou a defender a alteração da forma de governo, seguindo uma linha mais conciliatória, como podemos identificar na fala do senador Paulo Fender:

“O Partido Trabalhista Brasileiro está colaborando com os outros partidos no Congresso Nacional – isto é que precisa ficar claro. – Se ele não abre mão da Presidência da República para o Presidente João Goulart, também não deixará, jamais de concorrer com o que dele for necessário para que se encontre a solução alfa, a solução exigida nesta hora, para a pacificação dos espíritos e a felicidade do Brasil”¹⁸⁰.

Já os membros do “Grupo Compacto”, adotaram uma linha de argumentação que expunha sua insatisfação em relação à proposta, ao mesmo tempo em que defendiam a aprovação da mesma: “Irei votá-lo. Não o farei sem profundo constrangimento. Além de ser adepto do presidencialismo, penso que a mudança do

179 A comissão era composta pelos seguintes senadores: Aloysio de Carvalho, Afonso Arinos, Nogueira da Gama, Gaspar Veloso, Jefferson de Aguiar, Heribaldo Vieira e Nelson Maculan.

180 Diário do Congresso Nacional. Sessão II – Senado Federal. 01/09/1961. p.1889.

sistema de governo não poderá atingir, sem ofensa à vontade soberana do povo, o atual período governamental”¹⁸¹. Divergências a parte, os petebistas atuaram de forma coesa, motivados pelo objetivo de garantir a efetivação de João Goulart à presidência.

Existia também um grupo de congressistas que propunha a adoção do regime parlamentarista, convencidos de que o presidencialismo era a origem da crise política que resultou na renúncia de Jânio Quadros, e consequentemente, no impasse criado pela postura golpista das Forças Armadas. Oriundos principalmente da Ação Democrática Parlamentar, eles passaram a defender a ideia de que o novo sistema seria a solução para todos os problemas políticos da Nação. Um dos principais porta-vozes deste grupo, o senador Afonso Arinos (UDN), chegou à seguinte conclusão: “amadureci na convicção, na sincera, na sofrida, na dramática convicção de que o sistema presidencial falhou no nosso país”¹⁸².

Em meio às negociações, o papel desempenhado pelo PSD na formulação da Emenda Parlamentarista pode ser encarado como “mais uma demonstração de sua importância como fiador do equilíbrio político, evitando a vitória de posições radicais (à esquerda e à direita) que se farão presentes no desenrolar de toda a crise”¹⁸³. Portanto, o comportamento dos pessedistas ilustrou muito bem a figura do “bom pessedista”, caracterizada pelo comportamento moderado e conciliatório, voltado para a manutenção da ordem sócio-econômica vigente. A forma como Auro de Moura Andrade conduziu as negociações simbolizou claramente a conduta conciliatória adotada pelo seu partido, na luta pelo cumprimento do texto constitucional. Além disso, o encontro realizado entre Tancredo Neves e João Goulart no Uruguai, com o objetivo de convencer o vice-presidente a aceitar a alteração da forma de governo, é uma demonstração do esforço feito pelos pessedistas para evitar o Golpe de Estado. Caso Jango não tivesse sido

181 Pronunciamento de Argemiro Figueiredo transcrito no Diário do Congresso Nacional. Sessão II – Senado Federal. 03/09/1961. p.1961.

182 Diário do Congresso Nacional. Sessão II – Senado Federal. 03/09/1961. p. 1945.

183 Hippolito, Lucia: *De Raposas e Reformistas* – o PSD e a Experiência democrática brasileira (1945-1964). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 112.

convencido, o PTB rejeitaria em bloco a proposta parlamentarista, dificultando, assim, a efetivação de uma solução negociada.

Além da convicção antigolpista, entendemos que a atuação do PSD também foi pautada pelo objetivo de retomar o controle do Poder Executivo. Durante o governo Jânio Quadros o partido viveu um de seus períodos mais conturbados, pois, pela primeira vez, desde a sua fundação, encontrava-se afastado da presidência, estando à frente apenas de um único ministério. Partindo do pressuposto de que a aprovação da Emenda Parlamentarista era praticamente certa, o PSD passou a cobiçar o cargo de Primeiro Ministro, planejando sua volta ao papel de protagonista da cena política nacional. A conduta adotada pelos membros do partido naquele momento também foi motivada por interesses vinculados às próximas eleições presidenciais, as quais corriam sérios riscos de não ocorrer, caso o Golpe Militar fosse concretizado. Segundo Lucia Hippolito, o pessedistas viam “na posse de Jango o fim do obstáculo maior à volta do partido ao governo em 1965, já que Jango estará constitucionalmente impedido de concorrer contra Juscelino” ¹⁸⁴. Nesse sentido, concordamos com a tese de Almir Labaki (1986), através da qual ele afirma que o Partido Social Democrático saiu como o grande vencedor no desfecho da crise, deixando de ser a oposição perseguida, para se tornar o partido majoritário no primeiro gabinete parlamentarista.

Todavia, durante as votações da Emenda Parlamentar, três membros do PSD¹⁸⁵ votaram contra o parlamentarismo, evidenciando, assim, o início de uma fragmentação interna do partido. Apesar de ter justificado seu voto em decorrência do fato de o povo não ter sido consultado, sendo que “ele é o único, no regime democrático, capaz de fixar as normas políticas” ¹⁸⁶, Juscelino Kubitschek, obviamente, se opôs à alteração, pois tinha intenção de concorrer ao cargo presidencial nas eleições seguintes. Já os outros dois senadores se limitaram a justificar seus votos a partir da convicção de que o presidencialismo era a melhor forma de governo para o país. É interessante notar que, apesar de serem contrários

184 Idem, p. 115.

185 Foram eles os senadores: Ari Viana, Jarbas Maranhão e Juscelino Kubitschek

186 Diário do Congresso Nacional. Sessão II – Senado Federal. 03/09/1961. p. 1923.

à decisão tomada, todos eles exaltaram, no decorrer de seus pronunciamentos, a postura legalista adotada pelo Poder Legislativo.

Devemos destacar também o posicionamento contrário à aprovação da Emenda Parlamentarista adotado por alguns congressistas ligados à Frente Parlamentar Nacionalista. Eles exigiam o cumprimento exato do texto constitucional, atribuindo ao projeto um caráter antidemocrático, tendo em vista que o povo não havia sido consultado. Na tentativa de convencer os membros do Senado Federal, Cunha Mello (PTB) declarou sua intenção de voto:

“Não votarei, pois, Senhor Presidente em favor da chamada Emenda Parlamentarista (...) se é ao povo que se quer atender, se é às inspirações nacionais que se quer corresponder: se é ao espírito e à letra da Constituição que se quer respeitar, se é ao desenvolvimento nacional que se quer prosseguir, se é à sua liberdade econômica que se quer conseguir, mantidos os quadros da Democracia: se se quer fortalecer e não enfraquecer, se se quer é reagir contra as ameaças totalitárias de direita ou de esquerda que pairam sobre a Nação brasileira; se se quer, enfim, seguir a vocação nacional na direção de si mesma; se o Congresso Nacional a si mesma não quer trair; se o povo não se quer trair, e se a nós mesmos não desejamos trair, então Senhor Presidente, só há uma decisão a se tomar: a de se manter o regime na sua integridade, a de se cumprir a Constituição que o consagra, a de se exigir que o garantam para a tranquilidade da Nação brasileira” ¹⁸⁷.

Opiniões divergentes à parte, notamos a constante preocupação dos congressistas em ressaltar a autonomia de suas decisões. Mesmo sendo evidente o caráter conciliatório da Emenda, destinada principalmente a agradar as Forças Armadas e a evitar a intervenção militar, todos os parlamentares que se pronunciaram fizeram questão de destacar que apoiavam o projeto sem a pressão de qualquer força externa:

“Por isso, quero que fique incorporado no discurso de Vossa Excelência este esclarecimento para que não se diga, em nenhum momento, que a Comissão encarregada de examinar a Mensagem Presidencial submeteu-se a injunções de caráter militar, que agiu sob coação de poderes externos” ¹⁸⁸.

Não sabemos se a estratégia foi adotada para iludir a sociedade ou até mesmo para endurecer a negociação com os Ministros Militares. Contudo, é claro que o Poder

187 Diário do Congresso Nacional. Sessão II – Senado Federal. 03/09/1961. p. 1913.

188 Pronunciamento de Argemiro Figueiredo transcrito no Diário do Congresso Nacional. Sessão II – Senado Federal. 02/09/1961. p. 1895.

Legislativo esteve pressionado pela iminente realização de um Golpe de Estado durante todo o processo que sucedeu a renúncia de Jânio Quadros.

Por mais que o presidente do Senado se recusasse a atrelar a posse de João Goulart à aprovação da Emenda Parlamentarista, a relação existente entre elas era óbvia. O vice seria efetivado à presidência e a Constituição parcialmente respeitada. Ao mesmo tempo em que seria feita a vontade da maioria dos congressistas, através da efetivação de Jango, as reivindicações das Forças Armadas também seriam atendidas, com a limitação do poder presidencial em decorrência da criação do cargo de Primeiro Ministro.

Deste modo, no dia 02 de setembro, a proposta foi votada e aprovada por ampla margem no Congresso¹⁸⁹, afastando, temporariamente, o risco de uma intervenção militar: “as mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal promulgam, nos termos do art. 217,§ 4º, da Constituição Federal, a seguinte Emenda Constitucional nº4, Ato Adicional institui o sistema parlamentar de governo”¹⁹⁰.

É muito difícil avaliar se o Poder Legislativo venceu a disputa com as Forças Armadas durante a crise marcada pela renúncia de Jânio Quadros. Os petebistas eram contrários à intervenção militar, por motivos óbvios. No entanto, sozinhos eles seriam incapazes de efetivar a solução negociada. Já os pessedistas, por influência do recente histórico da ditadura varguista, temiam sua exclusão da cena política caso a intervenção das Forças Armadas se efetivasse. Além disso, o PSD acreditava que a intervenção armada atrapalharia seus planos de retomar o Poder Executivo, conforme explicamos anteriormente. Nesse contexto, diversos parlamentares se julgaram vitoriosos por terem evitado o esfacelamento da Constituição Federal. Em contrapartida, é necessário realçar que a grande maioria deles era defensora do regime presidencialista.

No entanto, entendemos que bem sucedidos foram os militares e os parlamentares conservadores, agrupados principalmente em torno do PSD e da

189 O projeto foi aprovado com grande facilidade, tanto na Câmara de Deputados - 236 votos favoráveis e 55 contrários (sendo 40 deles de membros do PTB) -, quanto no Senado Federal, 46 votos favoráveis e 5 contrários.

190 Diário do Congresso Nacional, Sessão I, sexta feira 3 de setembro de 1961.

UDN, uma vez que eles temiam o possível fortalecimento dos movimentos populares com a ascensão de João Goulart à presidência. O Golpe Militar só não foi concretizado porque udenistas e pessedistas, representantes dos interesses de classe do “bloco no poder”, não viam com bons olhos o estabelecimento de um regime militar. A efetivação da solução parlamentarista representava a garantia de que o PSD continuaria dominando o sistema partidário. Portanto, a conservação do regime democrático significava a manutenção da ordem sócio-econômica vigente¹⁹¹.

De qualquer forma, é evidente o papel de protagonismo desempenhado pelo Poder Legislativo, tanto na formação da crise política que resultou na renúncia de Jânio Quadros, quanto no decorrer das negociações dela decorrentes. Analisando o evento como um todo, concordamos com a opinião de Caio Navarro de Toledo quando ele afirma que “se o Golpe militar era derrotado, um Golpe político, no entanto, era perpetrado contra o regime vigente, pois a carta de 1946 proibia, taxativamente, toda e qualquer reforma constitucional num clima insurrecional”¹⁹². Logo após a consumação do parlamentarismo, congressistas ligados à Frente Parlamentar Nacionalista realizaram uma leitura semelhante do evento, classificando-o como um “Golpe Branco”. Desta maneira, impediu-se a implantação do regime militar, mas não a execução do Golpe de Estado, uma vez que a Constituição Legal do Estado brasileiro havia sido violada.

191 Por manutenção da ordem sócio-econômica vigente entendemos a manutenção da ordem social estabelecida pelas elites, onde ordem e legalidade eram mais valorizadas do que a igualdade e liberdade, em um cenário de manutenção de determinados privilégios de classe.

192 TOLEDO, Caio Navarro de. *O Governo Goulart e o Golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 18.

Capítulo 4 - As Reformas de Base e a intensificação da crise política

Após termos verificado o protagonismo exercido pelo Poder Legislativo na consolidação da Emenda Parlamentarista, e identificado a maneira como o Congresso Nacional se constituía enquanto espaço de representação de diferentes interesses de classe, interpretaremos, neste capítulo, a maneira como os conflitos ocorridos entre os poderes Executivo e Legislativo contribuíram para a intensificação da crise política, no decorrer do governo João Goulart.

Nesse caso, entendemos ser necessária uma reflexão inicial sobre o presidencialismo de coalizão, predominante no sistema político vigente durante a República de 46, avaliando, principalmente, os fatores que dificultaram a formação de uma sólida base governamental durante o governo João Goulart. Logo, promoveremos uma análise dos condicionamentos estruturais junto aos quais estavam atrelados os eventos que contribuíram para a formação da crise política que resultou no Golpe de Estado.

Em um segundo momento, analisaremos o contexto político no qual se deu o restabelecimento do regime presidencialista. Trata-se de uma reflexão de suma importância para sustentarmos a tese de que João Goulart já havia assumido a presidência em meio a um contexto de crise política, refutando, assim, as teorias de que ele teria sido o principal responsável pela formação dos conflitos que resultaram no Golpe de 1964. Nesse contexto, abordaremos algumas interpretações que atribuem ao comportamento do ex-presidente a responsabilidade pela paralisia decisória do sistema político¹⁹³. De tal modo, destacaremos, no decorrer do capítulo, a existência de uma grande semelhança entre as diferentes obras que abordam esse tema, uma vez que a maioria delas tende a responsabilizar principalmente o Poder Executivo pelo fracasso das Reformas de Base, atribuindo,

193 SANTOS, Wanderley Guilherme. *Sessenta e Quatro: Anatomia da Crise*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1986.

consequentemente, menor importância à postura conservadora predominante no Poder Legislativo.

Finalizando, examinaremos os motivos que determinaram a inviabilização das Reformas de Base via Congresso Nacional. Nesse contexto, daremos atenção especial aos debates relacionados à Reforma Agrária, analisando as estratégias adotadas pelos parlamentares, e também destacando a existência de projetos conflitantes vinculados a interesses de classe divergentes. De tal modo, avaliaremos até que ponto o PSD e a UDN estavam realmente dispostos a negociar a realização da agenda reformista proposta pelo PTB, contrapondo a tese de que o fracasso das Reformas de Base esteve ligado à adoção de uma postura radical e intransigente por parte do presidente e de seu partido nos momentos de negociação.¹⁹⁴

4.1 O presidencialismo de coalizão

Entendemos que a categoria “presidencialismo de coalizão”, utilizada por diversos autores¹⁹⁵, é uma ferramenta fundamental para analisarmos as práticas e relações típicas entre os poderes Executivo e Legislativo durante República de 46. A estrutura de governo existente no período se caracterizava pela constante necessidade de negociação entre a presidência e o Congresso Nacional, voltada à efetivação de diferentes projetos políticos. Quanto menor o apoio do Congresso ao presidente, maior tinha que ser o seu poder de barganha para aprovar a agenda política. Nesse contexto, a chefia das empresas estatais e o controle dos ministérios eram valiosos instrumentos que ele possuía para a construção de uma sólida base governamental. Consequentemente, a estruturação de coalizões políticas também dependia da conciliação de diferentes interesses de classe.

Segundo Sérgio Abranches (1988), o funcionamento do presidencialismo de coalizão está atrelado a três fatores: a composição do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, o comportamento partidário dentro do Congresso Nacional e os instrumentos políticos do Poder Executivo, previstos na Constituição Federal, para

194 FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961 – 1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

195 Dentre eles, destacamos Wanderley Guilherme dos Santos e Sérgio Abranches.

se relacionar com o Poder Legislativo. Podemos afirmar que todos eles se configuraram como obstáculos para o governo João Goulart.

Inicialmente, é importante lembrar que Jânio Quadros e João Goulart foram os únicos presidentes, durante a República de 46, a governarem sem o apoio da maioria do Congresso Nacional. Não por coincidência, ambos não conseguiram chegar até o final de seus mandatos ¹⁹⁶. Por mais que o PTB tivesse sido o partido com o maior crescimento nas eleições de 1958 e 1962¹⁹⁷, os resultados não foram suficientes para que se tornasse a maior bancada do Poder Legislativo¹⁹⁸. A consequente dependência de Jango em relação ao apoio do PSD, partido com maior representação tanto no Senado Federal quanto na Câmara de Deputados, reforçou o papel dos pessedistas como articuladores do desempenho do presidencialismo de coalizão.

Diversos elementos do comportamento partidário dentro do Congresso Nacional também dificultaram o desenvolvimento das negociações políticas durante o governo João Goulart, impossibilitando a “formação de uma base parlamentar majoritária e estável que permitisse a aprovação das Reformas de Base propostas pelo Poder Executivo” ¹⁹⁹. Dentre eles, podemos destacar: a inexistência de alianças sólidas, a falta de um padrão consensual dentro dos partidos e um grau muito baixo de disciplina partidária²⁰⁰. Vale lembrar que as coalizões efetivadas durante a República de 46 não apresentavam um alinhamento ideológico, tornando as alianças no Poder Legislativo muito mais flexíveis e, consequentemente, instáveis. Portanto, além de tentar atrair os partidos para a sua base através da distribuição de

196 Não consideramos a falta de apoio da maioria da bancada do Congresso Nacional um fator decisivo para a inviabilização dos governos. No entanto, é inegável sua contribuição para a formação de cenários de crise política.

197 Segundo David Fleischer, os principais fatores que determinaram o crescimento eleitoral do PTB foram: o processo de industrialização e urbanização pelo qual o país passava, e o crescimento da expansão organizacional do partido, uma vez que no momento de sua fundação ele não possuía representação em muitos estados e na maioria dos municípios.

198 Após as eleições de 1962, o PSD passou a contar com 28,9% das cadeiras da Câmara de Deputados. Já o PTB contava com a segunda maior bancada, 28,4% do total. Esses dados foram retirados de: FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961 – 1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

199 SANTOS, Wanderley Guilherme. *Sessenta e Quatro: Anatomia da Crise*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1986.

200 Como destacamos anteriormente, além de não possuir uma ideologia partidária homogênea, raramente os membros de um partido votavam em bloco durante a República de 46.

ministérios, Jango tinha que, constantemente, negociar com as frentes. Somando-se a esses fatores, o caráter personalista da representação proporcional era outro item que contribuía para a inconstância do governo, intensificando a crise de governabilidade. Assim como Wanderley Santos (1986), acreditamos que, juntas, essas características contribuíram para a intensificação da crise política - caracterizada pela ruptura do sistema partidário - e, conseqüentemente, para a eclosão do Golpe de 64.

Além de todas as dificuldades apresentadas, não podemos nos esquecer de que a Constituição de 46 limitava os instrumentos políticos do Poder Executivo, ao mesmo tempo em que reforçava os do Poder Legislativo. A dinâmica do processo decisório do Senado e da Câmara impedia a adoção de estratégias individualistas por parte da presidência, impossibilitando a imposição de qualquer projeto de governo.

Neste contexto, é necessário levar em consideração o poder de decisão das comissões parlamentares, decorrente do seu direito de veto sobre qualquer projeto analisado. O fato de elas serem compostas a partir do critério da proporcionalidade de representação dos partidos dentro das casas que compunham o Poder Legislativo tornou-se mais um obstáculo às intenções reformistas do governo João Goulart. Portanto, concordamos com Lucia Hippolito quando ela afirma que a Constituição de 1946 praticamente impedia que um partido aprovasse, isoladamente, qualquer projeto, uma vez que eram necessárias maiorias qualificadas para a apresentação e votação das matérias. Segunda a autora, “a lei praticamente compele os partidos à aliança, transformando o Congresso no foro da negociação por excelência. Esta condição confere ao Legislativo um papel de vital importância [...]”²⁰¹.

Portanto, podemos afirmar que a lógica da negociação do presidencialismo de coalizão influenciou, de maneira decisiva, a relação entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo durante a presidência de João Goulart. A necessidade do seu governo em formar alianças para aprovar as Reformas de Base foi alvo de diversas

201 HIPPOLITO, Lucia. De raposas e reformistas – o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p.61.

críticas. Ao tentar articular apoios à esquerda e à direita, ele foi corriqueiramente criticado, tanto pelos políticos da época, quanto por alguns autores²⁰², que passaram a classificá-lo com um político indeciso, ambíguo e até mesmo manipulador. Além disso, a alta rotatividade de ministros durante o ano de 1963 é descrita como um elemento definidor da instabilidade política do seu governo, direcionando para a conclusão de que Jango foi incapaz de estruturar uma maioria no Congresso Nacional.

Particularmente, discordamos dessas afirmações que acabam por centrar suas interpretações apenas nos atores políticos. Entendemos que as análises mencionadas cometem o equívoco de não levar em consideração a grande polarização política existente durante a década de 1960. Além de representar a existência de um crescente processo de conflito entre interesses de classe divergentes, o tensionamento também aponta o esgotamento da possibilidade de sustentação do presidencialismo de coalizão. As teses que indicam a incapacidade administrativa de João Goulart simplesmente desprezam seu histórico de negociação com o Poder Legislativo durante o período em que foi vice-presidente do Brasil e sua carreira política como presidente do PTB. Muitas vezes, essas obras parecem se levar pelas críticas construídas à época para legitimar a necessidade da intervenção golpista dos militares.

4.2 O início dos conflitos entre Poder Executivo e Poder Legislativo

Antes ainda de iniciarmos a análise dos conflitos entre os poderes Executivo e Legislativo, precisamos esclarecer a concepção de crise com a qual trabalharemos, diferenciando suas vertentes política e econômica. Partindo das reflexões de Nicos Poulantzas²⁰³, entendemos a crise econômica como algo intrínseco ao sistema capitalista, funcionando como um estágio necessário à sua sobrevivência e reprodução. Elas fazem parte da contradição fundamental entre capital/trabalho. Portanto, a crise econômica não se configura como uma ameaça ao capitalismo ou à

202 Dentre eles podemos destacar: Hélio Gaspari, Marco Antônio Villa, entre outros.

203 Ver: POULANTZAS, Nicos. O Estado em crise. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

estrutura política vigente. O risco só se efetiva quando a crise econômica torna-se uma crise política.

Já a formação da crise política está atrelada principalmente a “modificações substanciais das relações de força da luta de classes, modificações que, elas mesmas, determinam de modo específico os elementos próprios da crise no seio dos aparelhos do Estado” ²⁰⁴. Inúmeros elementos contribuem para a sua caracterização, entre eles: a intensificação das contradições entre as classes em luta; a formação de alianças de classe seja no bloco do poder ou por parte das classes exploradas; a emergência de novas forças sociais; a acentuação das contradições internas entre os grupos que compõem o bloco no poder e, conseqüentemente, uma politização destas contradições; o questionamento da hegemonia das elites por parte dos grupos explorados; e a formação de crises ideológicas que levam à ruptura do laço representantes – representados do bloco no poder, atingindo seus partidos e também alguns outros aparelhos do Estado que os representam. Entre as classes dominadas, a crise política costuma se manifestar através da sua crescente organização política autônoma, a qual resulta na intensificação de suas reivindicações atrelada à politização de suas lutas. Como veremos a seguir, muitos dos indícios aqui destacados fizeram parte da realidade política brasileira vigente durante o governo João Goulart.

Ao distinguir a crise econômica da crise política é necessário ressaltar que a primeira não se traduz nem automaticamente nem necessariamente na segunda. É inclusive plausível que algumas crises políticas não possuam nenhuma relação com uma crise econômica, a qual se transforma em uma crise estrutural somente quando se traduz em uma crise político-ideológica. A relação entre elas remete diretamente às lutas de classe presentes nas relações de produção e exploração. Logo, encararemos a crise política como sendo um momento de ruptura que acaba por originar uma recomposição ou um revezamento das classes no poder. A luta política de classe, que tem por objetivo o poder e o aparelho de Estado, também não é redutível à luta econômica. Destacamos assim a necessidade de interpretar como as crises econômicas se manifestam politicamente, rompendo com uma leitura

204 Idem. p. 12

determinista que encara a crise política apenas como reflexo/extensão de crises econômicas anteriores.

No que se refere especificamente à crise política precisamos ter outro cuidado. Não acreditamos que o sistema político funcione sempre de modo harmonioso, por auto-regulação interna. Logo, é um erro interpretar as crises como produtos da imperfeição das instituições. Poulantzas alerta que as crises não devem ser vistas como momentos acidentais

“nos quais explodem elementos anômalos ou heterogêneos ao funcionamento normal, equilibrado e harmonioso do sistema, mas que elementos genéricos de crise (devido à luta de classes) estão constantemente em ação na reprodução do capitalismo” ²⁰⁵.

Portanto, ao trabalhar com a concepção de que as disputas são características intrínsecas às relações políticas, entendemos que uma situação de crise é qualitativamente diferente de uma crise política consolidada. No caso específico do governo João Goulart, podemos defini-la como uma crise política consolidada, uma vez que seu governo foi marcado por uma ruptura institucional entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, em meio a um processo de transformação estrutural no sistema político vigente.

Ao tratar a crise política como um momento passageiro até o restabelecimento do equilíbrio oculta-se as contradições e lutas de classes inerentes à reprodução do Estado Capitalista. Essas concepções reduzem os conflitos político-sociais a conflitos de ideias e de opinião. De tal modo, não trabalharemos com a definição que a descreve como sendo um momento ou instante disfuncional que se instaura de modo súbito, caracterizando assim uma disfunção/imperfeição das instituições. A crise política pode ter uma solução institucional ou não, dependendo da conjuntura, dos projetos envolvidos e das próprias instituições.

Retomando as análises que tentam explicar a eclosão do Golpe de 64 a partir das teorias da “paralisia decisória” e da “radicalização dos atores”, discordamos da concepção de que a competição entre atores radicalizados se configura como um fator determinante para a ruptura dos sistemas democráticos. Concordamos que o

205 Idem. p. 4.

radicalismo²⁰⁶ contribui para a formação da crise política quando ele não é absorvido pelas instituições. Porém, entendemos o conflito como um aspecto inerente à política, não sendo sempre redutível às soluções institucionais; não porque os atores tenham "perdido as oportunidades", mas porque a correlação de forças se impõe de maneira a destruir as próprias instituições.

Diversas são as teses que tentam definir o momento de surgimento da crise política que predominou durante o governo João Goulart. Para alguns autores os debates em torno do projeto de Reforma Agrária marcaram o início do tensionamento entre Poder Executivo e Poder Legislativo. Outros acreditam que a crise se formou antes mesmo do restabelecimento do regime presidencialista, quando sob as regulamentações do parlamentarismo, Jango fez campanha aberta pela antecipação do plebiscito. Em contrapartida, trabalharemos com a concepção de que ele já assumiu a presidência nacional em meio a uma grave crise política decorrente da renúncia de Jânio Quadros e do veto militar imposto à sua posse.

Neste tópico, analisaremos principalmente o modo como os conflitos entre os poderes Executivo e Legislativo contribuíram decisivamente para a intensificação da crise política que resultou no Golpe Político Militar de 1964. Examinaremos também como a luta política de classes interferiu no crescimento das divergências entre os dois poderes. Portanto, apresentaremos como a dinâmica interna do Congresso Nacional colaborou para a que a crise do governo se transformasse em uma crise do regime. No entanto, gostaríamos de esclarecer, desde já, o fato não acreditamos que o conservadorismo predominante no Poder Legislativo tenha sido o único fator responsável pelo surgimento da instabilidade política que marcou o governo João Goulart.

As análises que apresentaremos a seguir estão relacionadas, principalmente, às negociações entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo durante alguns dos momentos mais delicados do governo João Goulart. Partimos do pressuposto de que o Congresso Nacional é o principal lugar de debate e negociação política e, em

206 Radicalismo esse que pode ser expresso de duas formas: enquanto demandas sociais e políticas de grupos sociais desfavorecidos ou subrepresentados; e também como norte de atuação dos integrantes do bloco no poder tendo como norte a defesa da ordem social, mesmo que para isso seja necessário contrariar as instituições.

última instância, de aprovação de leis e projetos. Ao utilizar os pronunciamentos realizados no Congresso como fonte documental, trabalhamos com a tese de que “o movimento em plenário e os discursos na tribuna são apenas a ponta do *iceberg*; a verdadeira atividade passa-se no interior das comissões do Congresso e nas articulações entre as principais lideranças” ²⁰⁷. Logo, também fundamentamos as interpretações a partir das diretrizes políticas adotadas pelos principais partidos, examinando os projetos encaminhados pelo Poder Executivo para a aprovação no Senado e na Câmara de Deputados.

4.2.1 Restabelecimento do presidencialismo

O parlamentarismo foi efetivado com a escolha de Tancredo Neves para exercer o cargo de Primeiro Ministro. Naquele momento, muitos congressistas chegaram a afirmar que a crise política nacional havia sido solucionada. No entanto, a troca do regime de governo não foi suficiente para acabar com os conflitos entre os poderes Executivo e Legislativo, e nem para frear o processo de polarização do sistema partidário. De tal modo, a constatação de que a instabilidade política continuava reinando em nosso país frustrou os congressistas que acreditavam ser o presidencialismo a origem da fragilidade do regime democrático vigente durante a República de 46.

Segundo Wanderley G. Santos e Argelina Figueredo, os conflitos entre João Goulart e alguns parlamentares iniciaram-se já nos primeiros dias do novo governo. Isso porque, desde sua posse sob o regime parlamentarista, o presidente deixou bem claro a intenção de antecipar a realização do plebiscito que decidiria sobre o restabelecimento do presidencialismo.

“Cumpre-nos, agora, mandatários do povo, fiéis ao preceito básico de que todo o poder dele emana, devolver a palavra e a decisão à vontade popular que nos manda e que nos julga, para que ela própria

207 HIPPIÓLITO, Lucia. De raposas e reformistas – o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 66.

dê seu referendun supremos às decisões políticas que em seu nome estamos solenemente assumindo neste instante”²⁰⁸.

Nesse contexto, não foram poucos os congressistas que acusaram Jango de ser manipulador e oportunista. Críticas essas, muito semelhantes as quais foram utilizadas posteriormente para legitimar a necessidade de uma intervenção militar.

Como bem descreve Lucia Hippolito (1985), a campanha pelo restabelecimento do presidencialismo se deu em duas etapas: a primeira caracterizada pelo empenho do Poder Executivo em construir alianças no Poder Legislativo visando à aprovação da proposta de antecipação da data do plebiscito, e a segunda pautada pela necessidade de convencer os eleitores de que o regime presidencialista era a melhor forma de governo.

Devemos destacar que os debates relacionados à antecipação do plebiscito não eram pautados somente pela escolha do que viria a ser a melhor forma de governo. Muitos dos que se colocaram a favor ou contra a antecipação, o fizeram em decorrência do fato de que João Goulart se tornaria o presidente, caso o presidencialismo fosse restabelecido. Nesse contexto, ao mesmo tempo em que inúmeros integrantes do “bloco no poder” e das Forças Armadas se manifestavam publicamente contra a antecipação do plebiscito, diversos setores da sociedade, dentre eles a CGT e a UNE, fizeram ampla campanha a favor. Guardadas as devidas proporções, podemos afirmar que já nesse momento se fazia presente o clima de conflito entre interesses de classe divergentes, semelhante ao que predominou durante a presidência de Jango após o restabelecimento do presidencialismo.

Os defensores da manutenção do regime parlamentarista justificavam sua contrariedade em relação à antecipação do plebiscito através do argumento de que o novo regime precisava vigorar durante um período mais longo para que pudesse ser corretamente avaliado. Em contrapartida, os defensores do presidencialismo defendiam que a consulta ao povo fosse antecipada para reparar o erro político de ter efetivado o governo parlamentarista sem a aprovação popular.

208 Trecho do discurso de posse de João Goulart IN: FICO, Carlos. Além do Golpe. Versões e Controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro, RJ. Editora Record, 2004. Página 232.

Entendemos que as divergências políticas decorrentes dos debates sobre a antecipação do plebiscito eram indícios do caráter conflitante que a cena política viria a ter durante o governo presidencialista de João Goulart. Já nesse momento, identificamos a polarização do sistema partidário opondo petebistas de um lado e udenistas de outro. No centro do debate se encontravam os pessedistas, exercendo o papel de fiel da balança. No entanto, vale destacar, que já nesse período é possível identificar o início do processo de fragmentação interna ocorrido no PSD, o qual resultou na sua transição para a oposição.

Em um primeiro momento, os pessedistas, mesmo fazendo parte da base governista, se colocaram contra a proposta de antecipação do plebiscito. Porém, existiam alguns integrantes do PSD, ligados principalmente ao ex-presidente JK, que apoiavam o restabelecimento do presidencialismo por causa das eleições presidenciais previstas para ocorrer em 1965. Foi então, com a ajuda justamente dos setores mais próximos à “Ala Moça”, que o Poder Executivo conseguiu costurar a aliança partidária necessária para aprovar a antecipação do plebiscito.

Após garantir a antecipação do plebiscito no Congresso Nacional, a campanha a favor do presidencialismo tornou-se muito mais tranquila. Contando com o apoio do PSD, inclusive com a adesão de JK e de outros prováveis presidenciais, a opção pelo restabelecimento do regime presidencialista foi garantida com mais de 80% dos votos. Vale destacar que, no dia 1º de janeiro de 1963, portanto uma semana antes da data do plebiscito, buscando o apoio das lideranças sindicais o governo majorou os salários em 75%.

Por mais que todo esse processo não tenha resultado em um distanciamento do Poder Executivo em relação ao Poder Legislativo, entendemos que ele já apresentava sinais do tensionamento político que viria a prevalecer durante o governo presidencialista de João Goulart, indicando inclusive, quais seriam seus principais opositores. Essa observação é de suma importância, pois constatada evidências de crise política antes mesmo da efetivação do presidencialismo, podemos confrontar as teses que tendem a responsabilizar exclusivamente João

Goulart pela formação da crise política que resultou na eclosão do Golpe de 1964. Portanto, assim como Lucia Hippolito, concluimos que,

“a batalha institucional travada durante 16 meses permite detectar novos arranjos partidários dentro do Congresso, que só fazem confirmar a escalada da polarização e o abandono do centro por parte do PSD, cuja divisão interna assume contornos mais nítidos”²⁰⁹.

4.2.2 O Plano Trienal

Em dezembro de 1962, faltando apenas uma semana para a realização do plebiscito que definiria a volta do regime presidencialista, foi apresentado ao Congresso Nacional o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social. Em linhas gerais, o projeto pode ser compreendido como a combinação de algumas propostas reformistas em meio a um planejamento de estabilização e sustentação do crescimento econômico.

Tendo em vista que o fim do regime parlamentarista era tido como certo, o projeto formulado por Celso Furtado, ministro extraordinário do planejamento, pode ser encarado como o programa de governo de João Goulart para os três anos de presidência que ainda lhe restavam. Ao mesmo tempo em que visava convencer o Poder Legislativo da necessidade de efetivar sua agenda reformista, almejando principalmente o apoio dos setores conservadores, o plano tinha ainda o objetivo de

“ganhar a confiança dos credores externos, especialmente as autoridades governamentais dos Estados Unidos, no sentido de assegurar um reescalonamento e financiamento da dívida externa brasileira, assim como uma ajuda financeira adicional”²¹⁰.

Acreditamos ser fundamental a análise do Plano Trienal, uma vez que ele apresentava as diretrizes políticas que o Poder Executivo pretendia negociar com o Poder Legislativo e com determinados setores da sociedade. Nesse caso, por mais que João Goulart houvesse assumido a presidência em meio a uma crise política, devemos lembrar que até o momento da apresentação do documento elaborado por

209 HIPÓLITO, Lucia. De raposas e reformistas – o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 222.

210 FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961 – 1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993. p. 91.

Celso Furtado, a relação entre os dois poderes ainda não estava fragilizada. Portanto, defenderemos a tese de que o projeto contribuiu para o início dos desentendimentos entre o presidente e parte dos congressistas, e também para o acirramento das tensões entre os diferentes setores da sociedade, uma vez que suscitou o conflito entre interesses de classe divergentes.

Os oito objetivos traçados pelo Plano Trienal como metas a serem cumpridas durante o governo João Goulart se dividiam em duas frentes constantemente relacionadas: uma voltada para as questões econômicas e outra destinada à resolução dos aspectos da desigualdade social. Constatamos que a tendência de atrelar as reformas econômicas às questões sociais era uma nítida influência da agenda política petebista formulada desde os tempos de Alberto Pasqualini. De tal modo, enquanto o projeto prometia promover o crescimento da renda nacional, combater a inflação e refinar a dívida externa; ele também tinha a intenção de contribuir para a melhoria das condições de vida, promovendo investimentos nas áreas de saúde e educação, possibilitando o acesso à cultura, diminuindo as disparidades regionais de níveis de vida e criando “condições para que os frutos do desenvolvimento se distribuam de maneira cada vez mais ampla pela população” ²¹¹.

Já no caso específico das Reformas de Base, elas encontravam-se divididas em dois grupos: o primeiro previa a “racionalização da ação do governo, em cujo campo, no Brasil, destacam-se as reformas administrativas e bancárias” e o segundo estava voltado à “eliminação de entraves institucionais à utilização ótima de fatores de produção, destacando-se as reformas fiscal e agrária” ²¹². Consequentemente, as propostas eram apresentadas “mais como um meio de remover obstáculos ao desenvolvimento do que como medidas redistributivas” ²¹³, adquirindo assim o caráter de instrumentos de política indispensáveis ao desenvolvimento econômico. É importante destacar, que já neste momento, o Poder Executivo condicionava a

211 Plano trienal de desenvolvimento econômico e social: 1963-1965 / Presidência da República, 1962. Síntese. p. 8.

212 Plano trienal de desenvolvimento econômico e social: 1963-1965 / Presidência da República, 1962. Síntese. p. 189.

213 FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961 – 1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993. p. 96.

efetivação da agenda reformista ao apoio do Poder Legislativo, reafirmando assim o poder legal do Congresso Nacional.

Como indicamos anteriormente, a maneira como a questão agrária era abordada constitui um bom exemplo da vinculação realizada entre os aspectos do desenvolvimento econômico e as questões sociais. Parte do quarto capítulo do Plano Trienal apresenta uma análise minuciosa das atividades agrícolas e de abastecimento de alimentos no território brasileiro. Inicialmente é estabelecida uma descrição da produção agrícola destacando os obstáculos, inclusive alguns de ordem institucional, que contribuíam para o descompasso entre a agricultura e a indústria. A produção lenta decorrente da falta de assimilação de novas técnicas e a condição das terras destinadas à produção de alimentos são apontados como os principais fatores responsáveis pelo caráter obsoleto da agricultura, justificando, assim, a necessidade da realização da Reforma Agrária.

“Todos os estudos e investigações sobre as causas do atraso relativo a agricultura brasileira, a sua baixa produtividade e da pobreza das populações rurais conduzem, unânime e inevitavelmente, à identificação das suas origens na deficiente estrutura agrária do país, a qual se constitui no mais sério obstáculo à exploração racional da terra, em bases capitalistas e de permanente aprimoramento tecnológico da atividade agrícola, que viriam a emprestar à produção a flexibilidade reclamada pelo processo de desenvolvimento da economia nacional e pelo rápido crescimento da população” ²¹⁴.

É necessário destacar, que o projeto não apresentava propostas concretas de distribuição das áreas improdutivas, limitando-se apenas a algumas diretrizes: isenção de tributação às populações mais carentes, concessão de terras aos arrendatários e desapropriação de “todas as terras, consideradas necessárias à produção de alimentos, que não estejam sendo utilizadas ou o estejam para outros fins, com rendimentos inferiores a médias estabelecidas regionalmente” ²¹⁵. Mesmo sem fazer referências à forma como as indenizações seriam feitas, ao designar quais terras seriam desapropriadas, o projeto já dava sinais da amplitude da Reforma Agrária pretendida.

214 Plano trienal de desenvolvimento econômico e social: 1963-1965 / Presidência da República, 1962. Síntese. p. 213.

215 Idem. p. 217.

No entanto, a estratégia de convencer a sociedade da importância de se realizar as reformas, atrelando as questões econômicas às sociais, não foi bem sucedida. Partindo da premissa de que o “Plano Trienal pode ser visto como uma tentativa por parte do governo de promover um acordo (e eventualmente um pacto) entre grupos comerciais e industriais, por um lado, e trabalhadores, por outro” ²¹⁶, passamos a refletir como as questões externas à relação entre os poderes Legislativo e Executivo foram responsáveis pelo fracasso do projeto. Entendemos que elas contribuíram para a intensificação do conflito entre diferentes setores da sociedade e, conseqüentemente, para a eclosão do Golpe de 1964.

Não configura entre os objetivos desta dissertação uma análise aprofundada dos elementos que impediram a viabilização do Plano Trienal. Porém, gostaríamos de esclarecer que discordamos das teses que definem uma suposta incapacidade de João Goulart em construir um apoio multiclasista, ou a incompatibilidade entre o caráter conservador do Poder Legislativo e a proposta reformista do Poder Executivo, como sendo os motivos para o seu fracasso. Creditamos o fiasco do projeto ao intenso quadro de divergência de interesses de classe que caracterizava a sociedade brasileira naquele período²¹⁷. Tanto os empresários, quanto os operários, se recusaram a negociar e a ceder em nome da efetivação do projeto. Enquanto os representantes do comércio e da indústria alegavam que o governo possuía uma tendência intervencionista e estatizante, sendo sua proposta incompatível com os anseios da iniciativa privada; o operariado condenava a proposta do governo definindo-a como uma política de estagnação salarial.

Assim como Caio Navarro, entendemos que a o fracasso do Plano Trienal – e também a crise econômica – vai além de uma suposta incompetência administrativa de João Goulart. Ele é resultado de fatores estruturais e da polarização política, pautada pela tensão entre diferentes setores da sociedade (grupos sindicais e corporativos). Enquanto o “bloco no poder” fechava o cerco, pois “seus lucros e

216 FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961 – 1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993. p. 92.

217 Assim como Aspásia Camargo, entendemos que os projetos reformistas apresentados durante a República de 46 dependiam de uma ampla coalizão e de um cenário de alianças de classes para obter êxito.

propriedades estavam sendo ameaçados e os trabalhadores em greve não eram reprimidos pelas forças federais”²¹⁸, os operários endureciam as negociações tirando proveito da sua crescente mobilização²¹⁹. Vale ressaltar, que além de conflituarem entre si, tanto os empresários quanto o operariado adotaram uma tática de enfrentamento direto contra o Poder Executivo.

Porém, por mais que o Plano Trienal não tenha gerado grandes conflitos entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo no momento de sua divulgação, seu fracasso foi um dos fatores determinantes para o fim do frágil apoio que o governo João Goulart possuía de setores da burguesia industrial. Além disso, a tensão existente entre as classes sociais passou a se manifestar de forma mais intensa no Congresso Nacional, contribuindo para a polarização dos interesses representados pelos congressistas. Nesse contexto, é importante destacar, como veremos a seguir, que o Poder Legislativo foi incapaz de absorver os desentendimentos, colaborando para que a crise do governo começasse a ganhar um caráter de crise do regime.

4.2.3 Negociação dos diferentes projetos de Reforma Agrária

Iniciamos a reflexão sobre a questão da Reforma Agrária partindo da premissa elaborada por Aspásia Camargo, de que a oligarquia agrária exerceu durante boa parte da República de 46 o domínio político das funções do Estado, pautando o processo de transformação social no campo e mantendo sob seu “controle o alargamento e a complexificação da comunidade política”²²⁰. Consequentemente, os grandes latifundiários garantiram o monopólio da terra e um rígido domínio político sobre as populações rurais. Essa situação fez com que os diferentes presidentes desse período hesitassem em promover políticas assistencialistas que interferissem nos preços da produção e distribuição dos alimentos. Portanto, analisaremos, a partir de agora, como os conflitos relacionados

218 TOLEDO, Caio Navarro de. O Governo Goulart e o golpe de 64. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 91.

219 Em 1963 ocorreram em todo o país 172 greves de trabalhadores” IN: TOLEDO, Caio. O Governo Goulart e o Golpe de 64. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 90.

220 CAMARGO, Aspásia. A Questão Agrária: Crise de Poder e Reformas de Base (1930 a 1964). In: FAUSTO, Boris. História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano, Tomo III. São Paulo: Difel, 1986. p. 123.

aos diferentes projetos de distribuição da terra foram pautados por interesses de classe divergentes.

Mesmo sendo um país com grandes extensões territoriais, durante a década de 1960 o Brasil ainda possuía uma produção agrícola precária. Grande parte do território que poderia ser destinada à agropecuária estava sob controle de poucos proprietários, os quais não exploravam todo seu potencial, impedindo a racionalização e a mecanização da produção. O sub-aproveitamento do potencial produtivo, que caracterizava os grandes latifúndios, tornava as pequenas e médias propriedades as principais responsáveis pelo abastecimento das cidades. De tal modo, a produção insuficiente gerava inflacionamento dos gêneros alimentícios, tornando nítida a necessidade da distribuição equitativa da terra.

Além da grande concentração das terras, as regiões do interior do país eram caracterizadas pelas precárias condições de vida de seus habitantes. Sem os requisitos básicos de saúde, e com um alto índice de analfabetismo decorrente do baixo nível da estrutura educacional, os trabalhadores rurais estavam fadados a condições de trabalho degradantes. Tal situação fazia com que eles dependessem da “intervenção paternalista do Estado a fim de reduzir os contrastes e evitar a eclosão de incontroláveis conflitos” ²²¹. Essa dependência, também decorrente do fato de não possuírem porta-vozes políticos diretos, tornou a população do campo refém do setor “progressista” da classe política na luta pelos seus direitos. No entanto, a extensão da legislação trabalhista para os trabalhadores rurais sempre esbarrava no caráter conservador do Poder Legislativo.

Nesse contexto, durante a República de 46 e, principalmente a partir do governo Vargas (1951-1954), todos os presidentes destacaram a necessidade de realizar a Reforma Agrária no país. Tendo em vista que diversos setores da sociedade apoiavam a proposta, a demonstração de preocupação em relação aos males originados pela existência dos latifúndios improdutivos se tornou uma interessante estratégia para angariar votos. Porém, é necessário destacar, desde já,

221 Idem. p. 125.

a inexistência de uma concepção homogênea em relação à forma como a terra deveria ser distribuída.

Foi assim que o Poder Executivo consolidou-se como o principal foco de elaboração das propostas de Reforma Agrária. Em contrapartida, ele também era o alvo preferido das manifestações de massas que exigiam a redistribuição das terras improdutivas. Vale destacar, que esses projetos obtiveram uma repercussão maior na década de 1960 em decorrência do fortalecimento do movimento dos trabalhadores rurais e do crescimento do seu potencial de pressão sobre o sistema político. Nesse contexto, não podemos considerar uma novidade o discurso reformista adotado por João Goulart.

Porém, todas as tentativas de Reforma Agrária realizadas durante a República de 46 fracassaram ao esbarrar em artifícios legais, ou até mesmo, em simples recusas apresentadas no Congresso Nacional. Devemos ressaltar que, inúmeras vezes, setores da própria sociedade civil também se opuseram à realização da redistribuição das terras. Logo, a aprovação de qualquer projeto reformista elaborado pelo Poder Executivo dependia simultaneamente do êxito das coalizões partidárias e também das alianças de classe que respaldavam a presidência.

Passamos então a examinar a maneira como as negociações em torno dos diferentes projetos de Reforma Agrária contribuíram para a intensificação da crise política entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo durante o governo João Goulart. No entanto, não faremos uma narrativa reconstituindo os debates realizados entre os principais partidos, uma vez que diferentes autores²²² já realizaram essa análise com grande eficiência. Nossa reflexão avaliará que tipo de Reforma Agrária os três diferentes projetos encaminhados ao Congresso queriam promover, interpretando quais seriam os setores da sociedade beneficiados, em qual nível e em detrimento de quais forças sociais e políticas.

Partimos da tese de que

222 Entre eles: Aspásia Camargo, Argelina Figueredo e Jorge Tapia.

“a questão agrária não pode ser tratada, no caso do Brasil, ao nível institucional – passível de ser absorvida no confronto das forças políticas – pois encontra suas origens em sólidas alianças que definem com rigidez o perfil e sua própria estrutura” ²²³.

É necessário ter claro que existe por trás dessa questão sólidas alianças de classe que ao mesmo tempo, enrijeciam a estrutura agrária do país, e impediam a realização de políticas distributivistas. Portanto, examinaremos também as formas institucionais de encaminhamento dos diferentes projetos, atentando principalmente para a maneira como ocorreram as negociações durante o processo de formação e ruptura das alianças partidárias no Congresso Nacional.

Conforme vimos anteriormente, João Goulart já havia indicado através do Plano Trienal, ainda no período parlamentarista, que a realização da Reforma Agrária seria uma das principais bandeiras de seu governo. Porém, foi somente a partir do restabelecimento do regime presidencialista que o Poder Executivo passou a intensificar a pressão sobre o Poder Legislativo com o intuito de efetivar o projeto. A negociação entre os dois poderes iniciou-se em 15/03/1963, através da Mensagem Presidencial destinada à abertura dos trabalhos legislativos. O documento cumpriu basicamente com os objetivos de formalizar, justificar e legitimar a necessidade de realização da política reformista. Mesmo sem especificar detalhes de como seria executada a Reforma Agrária, o presidente já destacava a necessidade de alterar alguns trechos da Constituição Federal²²⁴ para torná-la viável:

“à proporção que os anteprojetos forem concluídos pelos ilustres juristas incumbidos de elaborá-los, enviarei, também, as mensagens para a reforma dos nossos Códigos, trabalho de longo alcance político e social, que está sendo coordenado pelo Ministro da Justiça”
²²⁵.

223 CAMARGO, Aspásia. A Questão Agrária: Crise de Poder e Reformas de Base (1930 a 1964). In: FAUSTO, Boris. História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano, Tomo III. São Paulo: Difel, 1986. p. 128.

224 Os petebistas alegavam que os artigos 141 e 147 tornavam a Constituição Federal contraditória, uma vez que o primeiro era extremamente conservador ao exigir indenização prévia em dinheiro para as terras destinadas à Reforma Agrária, beneficiando assim o proprietário; e o segundo mais progressista ao condicionar o uso da terra ao “bem estar social”.

225 Trecho da Mensagem Presidencial destinada à abertura dos trabalhos do Poder Legislativo enviado ao Congresso Nacional no dia 15/03/1963.

A estratégia de redação da Mensagem Presidencial se assemelha muito à utilizada no Plano Trienal. No texto o presidente defendeu a tese de que “a estrutura agrária predominante no país constitui enorme entrave ao nosso progresso econômico e social” ²²⁶. Assim, na visão do governo, a redistribuição das terras improdutivas além de ser uma maneira de solucionar a grave crise econômica, também poderia contribuir para o término das tensões sociais que alarmavam a sociedade brasileira. Deste modo, foi atribuído à Reforma Agrária um lugar de destaque em relação às outras propostas reformistas presentes no documento, sendo inclusive ressaltado o caráter de urgência necessário à sua realização.

Em seguida, ao afirmar que “ao legislativo cabe dotar o Executivo dos instrumentos essenciais às transformações”, João Goulart demonstrava ter ciência de que seria necessária uma grande negociação com o Congresso Nacional para viabilizar a redistribuição das terras improdutivas. Analisando a utilização do argumento “interesses do povo brasileiro”, é possível notar indícios da estratégia adotada pelo presidente de, ao se colocar como porta voz dos anseios populares, pressionar o congressistas a aprovarem as Reformas de Base²²⁷.

Foi assim que, em 15/04/1963, Bocaiúva Cunha, líder do PTB na Câmara dos Deputados, encaminhou ao Congresso Nacional a Emenda Constitucional nº 1 solicitando a realização de reformulações nos artigos 141 e 147 da Constituição Federal²²⁸. Por se tratar de um pedido de alteração do texto constitucional, o projeto deveria passar primeiro pela avaliação de uma comissão parlamentar²²⁹ para depois ser votado pelas casas do Poder Legislativo. A redação do projeto foi orientada pelo intuito de privilegiar o princípio de “interesse social” sobre determinados interesses particulares, sem, no entanto, infligir o direito à propriedade privada. Deste modo, a proposta condicionava o uso da propriedade ao bem estar social:

“I – dispor sobre a justa distribuição da propriedade, como igual oportunidade a todos e, para este início efeito, regular a

226 Idem.

227 No próximo capítulo veremos como essa tática foi mais recorrente no ano de 1964.

228 Diário do Congresso Nacional, 16/04/1963. p. 1313.

229 Inicialmente a Comissão foi formada por 11 membros: três da UDN (Aliomar Baleeiro, Ernani Sátiro e Pedro Aleixo), três do PSD (Martins Rodrigues, Ulysses Guimarães e Gustavo Capanema), três do PTB (Bocaiúva Cunha, Leonel Brizola e Doutel de Andrade), um do PSP (Arnaldo Cerdeira) e um do PDC (Plínio de Arruda Sampaio).

desapropriação dos bens indispensáveis, assegurando ao proprietário indenização justa, mediante títulos da dívida pública (...). V – a cada família será assegurada uma propriedade rural ou urbana, que satisfaça o mínimo vital que a lei estabelecer” ²³⁰.

Fazendo referência à necessidade de eliminar as formas anti-sociais e anti-econômicas do uso da terra, a proposta pretendia promover o aumento do número de unidades familiares no campo. Entretanto, ela também possuía uma abordagem mais econômica voltada ao desenvolvimento de empresas agrícolas através da expansão e diversificação da produção atrelada à divisão das terras improdutivas.

O direito à indenização prévia em caso de desapropriação foi mantido no projeto apresentado pelo petebista. No entanto, o ponto central da proposta previa a alteração no formato das indenizações aos proprietários das terras destinadas à Reforma Agrária, a qual deixaria de ser feita em dinheiro passando a ser realizada através de títulos da dívida pública. A proposta ainda limitava a 10% ao ano o valor da correção de qualquer desvalorização monetária, pois, segundo os governistas, somente assim o projeto de Reforma Agrária seria financeiramente viável.

Alguns pontos do projeto acabaram originando conflitos entre os membros da comissão responsável pela sua avaliação. Um dos principais era a divergência em relação à concepção de indenização justa. O intuito dos petebistas de utilizar o valor declarado para o recolhimento do imposto territorial como critério para definir o valor das terras desagradava tanto os udenistas quanto os pessedistas. Outros dois trechos da proposta de reformulação do artigo 147 também resultaram em discordâncias. O primeiro deles, ao propor que “a cada família será assegurada uma propriedade rural ou urbana, que satisfaça o mínimo vital que a lei estabelecer” ²³¹, foi decisivo para a perda do apoio pessedista, uma vez que a maioria deles era contrária à extensão do reformismo às cidades. Também em decorrência da objeção dos pessedistas, o objetivo de promover a isenção “de quaisquer tributos federais, estaduais, municipais, por prazo e forma que a lei determinar, as terras, os bens e

230 Trechos da proposta de Emenda Constitucional apresentada por Bocaiúva Cunha aos deputados federais no dia 15/04/1963.

231 Trecho da Emenda Constitucional nº 1 encaminhada por Bocaiúva Cunha, líder do PTB na Câmara, para a avaliação do Poder Legislativo.

os atos que se relacionam com a execução das reformas agrárias e territorial urbana”²³², acabou sendo condenado.

A proposta de arrendamento compulsório presente no projeto petebista - mecanismo criado para eliminar certas formas de parceria e arrendamento - também foi responsável pela postura contrária adotada pelos pessedistas e udenistas. Caso aprovada, ela acabaria com uma das formas mais antigas de manutenção da exploração dos trabalhadores rurais e, conseqüentemente, com o controle que as oligarquias agrárias possuíam sobre essa comunidade política.

Porém, por mais que o governo tentasse construir o discurso de que a Reforma Agrária beneficiaria a sociedade como um todo, uma vez que amenizaria os tensionamentos sociais e contribuiria para a solução da crise financeira, é evidente que o projeto apresentado favoreceria os trabalhadores rurais sem propriedades em detrimento dos latifundiários donos de terras improdutivas.

Passamos então a tentar entender porque a viabilização da Emenda Constitucional petebista fracassou no Congresso Nacional. Nesse processo, levaremos em consideração o fato da redefinição de alianças necessária para a aprovação do projeto ter originado embaraços político-institucionais dentro do Poder Legislativo, além de confrontar sólidos interesses de classe.

Os pessedistas foram os primeiros a se colocar contra a Emenda Constitucional apresentada pelo PTB, recorrendo constantemente ao argumento da inconstitucionalidade das modificações constitucionais propostas. Isto nos leva à conclusão de que a recusa também foi pautada por critérios políticos de interpretação da Constituição Federal. Nesse caso, o “bloco no poder” não estava disposto a negociar a alteração dos artigos que garantiam a manutenção do seu monopólio da terra.

Nesse contexto, falando em nome do seu partido, e assumindo para si o papel de defensor da democracia, o pessedista Amaral Peixoto deslegitimou a proposta petebista afirmando que ela representava uma ameaça ao regime democrático. Em seu discurso ele destacou o temor em relação ao clima de agitação

232 Idem.

que pairava sobre a discussão da Reforma Agrária, enfatizando ser a “favor de uma Reforma Constitucional que previsse desapropriação com títulos reajustáveis da dívida pública, a fim de garantir os proprietários contra a desvalorização” ²³³. Sua fala evidencia a preocupação primordial tanto dos pessedistas quanto dos udenistas em defender os interesses de classe dos latifundiários.

No entanto, uma ressalva deve ser feita. Não existia, em nenhum dos três partidos, uma visão homogênea de como a Reforma Agrária deverias ser realizada. Dentro do PTB alguns setores mais próximos a Jango, e consequentemente distantes do Grupo Compacto liderado por Leonel Brizola, eram favoráveis a uma amenização da proposta, a qual, segundo eles, possibilitaria uma negociação mais efetiva com os pessedistas. Já as divergências entre os membros do PSD foram expostas pelo setor da “Ala Moça”, grupo composto por diversos parlamentares vinculados à FPN, que defendia o apoio ao projeto petebista de Reforma Agrária. Em contrapartida, as bases ruralistas do partido eram extremamente contrárias à realização de emendas constitucionais, exigindo que as indenizações das terras improdutivas fossem feitas exclusivamente em dinheiro.

Em meio às negociações do projeto apresentado por Bocaiúva Cunha, foi realizada, em abril de 1963, a XIV Convenção Nacional da UND em Curitiba. Os debates realizados estiveram relacionados, basicamente, à avaliação da conjuntura política do governo João Goulart e à análise do projeto das Reformas de Base.

Em relação ao contexto político, a interpretação predominante era a de que “o governo que se instalou em setembro de 1961 não vem se comportando de maneira a inspirar ou merecer a confiança da Nação” ²³⁴. Nesse contexto, seguindo a linha, comum entre os udenistas, da Vigília Cívica o partido assumiu o papel de “lutar pela sobrevivência das instituições. Temos que combater a corrupção. Temos que tomar posição clara e decidida, na luta ideológica, defendendo os princípios cristãos sob os quais nos formamos” ²³⁵. Portanto, nesse momento, é possível identificar a estratégia adotada pela UDN, de tentar construir a ideia de que o governo João

233 CAMARGO, Aspásia. A Questão Agrária: Crise de Poder e Reformas de Base (1930 a 1964). In: FAUSTO, Boris. História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano, Tomo III. São Paulo: Difel, 1986. p. 212.

234 Arquivo UDN (Instituto Histórico Geográfico Brasileiro/RJ). DL. 1240.10. p. 16.

235 Arquivo UDN (Instituto Histórico Geográfico Brasileiro/RJ). DL. 1240.10. p. 17.

Goulart representava uma ameaça à democracia, legitimando, assim, sua orientação golpista.

“No processamento das Reformas de Base, cuja adoção é imposta pelas aspirações populares e pela evolução dos conceitos de justiça social, deve a UDN adotar posições definidas no sentido de eliminar privilégios e discriminações incompatíveis com o bem comum, sem aceitar entretanto que, sob o pretexto da urgente efetivação dessas reformas estruturais, se mobilizem contras as instituições democráticas pressões indébitas e ameaças de qualquer natureza”

²³⁶

Pautados pela má repercussão que uma postura negativa em relação aos projetos reformistas poderia exercer sobre o eleitorado, os udenistas fizeram questão de afirmar seu apoio à realização das Reformas de Base, “desde que enquadradas dentro da Constituição e das deliberações do Congresso, o combate a qualquer tipo de proposta de Emenda Constitucional e a luta contra posições políticas extremistas” ²³⁷. Porém, é nítido que eles não estavam dispostos a negociá-las nos moldes propostos pelo PTB, uma vez que recusavam qualquer tipo de alteração na Constituição.

Referente especificamente à Reforma Agrária os udenistas foram claros ao reafirmar o quanto sua posição partia do objetivo inicial de resguardar o pleno direito à propriedade privada. Além disso, indicavam que não estavam dispostos a negociar a proposta petebista de alteração no formato das indenizações às terras desapropriadas.

Vale destacar que, no decorrer da Convenção Nacional do partido, realizada em 1963 na cidade de Curitiba, surgiram divergências entre os udenistas. Em meio aos diversos setores conservadores que compunham o partido, a ala da “Bossa Nova”, vinculada à Frente Parlamentar Nacionalista, defendeu de Emenda Constitucional apresentada pelo PTB. No entanto, todas suas propostas foram derrotadas, contribuindo decisivamente para o fortalecimento dos setores conservadores do partido e, conseqüentemente, para o deslocamento da UDN ainda mais para a direita.

²³⁶ Discurso de Adauto Cardoso durante a Convenção de Curitiba. Arquivo UDN (Instituto Histórico Geográfico Brasileiro/RJ). DL. 1240.10. p. 49.

²³⁷ 233 Arquivo UDN (Instituto Histórico Geográfico Brasileiro/RJ). DL. 1240.10. p. 21.

Logo após a Convenção, a UDN promoveu a troca dos seus representantes na Comissão responsável pela análise da Emenda Constitucional nº 1, indicando assim que votaria contra o projeto. Os novos integrantes assumiram uma postura de dura oposição dentro do grupo, reforçando o poder moderador exercido pelo PSD, em meio a um cenário político marcado pela polarização entre udenistas e petebistas. De tal modo, entendemos que a Convenção de Curitiba foi determinante para o fracasso da política reformista defendida pelo PTB, uma vez que, naquele momento, a UDN havia decidido vetar qualquer indicativo de Emenda Constitucional.

Deste modo, como já era esperado, no dia 13/05/63, a Emenda Constitucional nº1 foi derrotada na votação realizada pela Comissão, por 7 (PSD, UND, PSP) votos a 4 (PTB e PDC). Diversos argumentos foram apresentados no plenário para justificar a recusa em relação ao projeto, sendo a crítica frontal a qualquer tipo de alteração no texto constitucional o mais recorrente.

Assim que foi tornada pública a decisão da Comissão, o líder do PTB na Câmara, o deputado Bocaiúva Cunha, realizou um duro pronunciamento criticando o resultado da votação. O ponto mais interessante de sua fala não é a discordância em relação aos udenistas, de quem a postura contrária ao projeto já era esperada. Chama a nossa atenção as críticas direcionadas aos pessedistas; sendo este um dos primeiros sinais de desentendimento entre os dois partidos da base no ano de 1963. Segundo o deputado:

“ao Partido Social Democrático o que preocupou ontem na Comissão foi indenizar fazendeiros ricos, aqueles homens que não exploram suas terras, os donos do latifúndio improdutivo, só eles realmente atingias pela reforma constitucional nos termos em que a propomos”²³⁸.

Porém, logo em seguida, suas críticas foram rebatidas pelo deputado udenista Ernani Sátiro. Recorrendo às acusações de que a proposta reformista apresentada pelo PTB fazia parte de um projeto comunista, ele afirmou: “não votaria nunca a emenda do PTB, porque, se aprovada, extinto estaria o direito de propriedade”²³⁹. Dando continuidade, ele apresentou o fator que determinou a

238 Trecho retirado do Diário da Câmara de Deputados, 23/05/1963 p. 2632. O pronunciamento foi feito no dia 13/05/1963.

239 Idem. p. 2502.

decisão da UDN em vetar a proposta petebista: “o que condenamos, entretanto é a pressão ilegal, é a movimentação das massas, é a concessão de prazos, é a ameaça de revolução, de o povo fazer a reforma pelas próprias mãos” ²⁴⁰. Analisando as declarações de ambos os deputados torna-se claro o quanto os debates relacionados à Reforma Agrária ganharam o contexto de confronto entre interesses de classe divergentes.

Examinando, ainda, a repercussão do veto à proposta de Emenda Constitucional elaborada por Bocaiúva Cunha, chama a nossa atenção o pronunciamento realizado por Aniz Badra (PDC/SP). Em sua fala, o deputado fez a leitura de um manifesto produzido pela Associação de Rural de Marília, intitulado “Grito de alerta ao braço defensor da democracia”, o qual reforça, de maneira clara, o quanto os interesses de classe dos latifundiários estavam solidamente representados no Congresso Nacional:

“Aqui em São Paulo somos cerca de trezentos mil proprietários rurais, representando cerca de um milhão de eleitores e mais de dois milhões de seres humanos, que se necessário for e os deputados desejarem, aí compareceremos em Brasília, para fazermos também a nossa pressão em defesa de nossos representantes e da democracia (...) apoiemos nossos legítimos representantes no Congresso Nacional, pois eles precisarão de nosso apoio. Ajudem-nos a vencer a coação, a corrupção e o comunismo ateu e anticristão”

²⁴¹

Deste modo, adotando um discurso orientado, principalmente, pela defesa do direito de propriedade privada os representantes das oligarquias agrárias atacaram o projeto das Reformas de Base, classificando-o como expressão do comunismo internacional voltada para a “cubanização” do país. Finalizando, eles ainda afirmaram que, caso necessário, partiriam para o enfrentamento direto contra o governo: “mas não nos pegarão desprevenidos e somente com derramamento de sangue conseguirão ou não seu intuito” ²⁴².

Assim como Aspásia Camargo, entendemos que as negociações em torno do projeto apresentado por Bocaiúva Cunha foram pautadas pela

240 Ibid.

241 Trecho retirado do Diário da Câmara de Deputados, 14/05/1963 p. 2267. O pronunciamento foi feito no dia 13/05/1963.

242 Ibid.

“insistência dos proprietários em vetar uma rápida redistribuição da propriedade e a resistência dos mais radicais em detalhar proposta e negociá-las com os partidos conservadores no Congresso, embaralha um cenário de aparente consenso e conduzem o surto reformista a um penoso e difícil impasse”²⁴³.

Nesse contexto, concluímos que os udenistas rejeitaram a proposta apresentada pelo PTB porque ela prejudicava diretamente os interesses da classe social por eles representada. A recusa do partido em relação ao projeto de Reforma Agrária deve ser inserida no contexto de resistência das oligarquias agrárias à maioria das políticas sociais voltada aos trabalhadores rurais. Caso as terras improdutivas fossem redistribuídas, os latifundiários provavelmente perderiam a mão de obra de fácil exploração através de um custo mínimo e o monopólio da terra, sua principal fonte de poder político no interior do país. Além disso, eles entendiam que a Reforma Agrária poderia contribuir para a politização dos trabalhadores rurais e, conseqüentemente, para a intensificação da luta pela extensão da legislação trabalhista ao campo. De tal modo, os membros do partido adotaram a estratégia de deslegitimar a proposta petebista caracterizando-a como parte de um projeto comunista que levaria à subversão da ordem social brasileira.

Após barrarem a proposta da Emenda Constitucional formulada pelo PTB, udenistas e pessedistas apresentaram novos projetos de Reforma Agrária, temendo que a adoção de uma posição contrária à redistribuição das terras improdutivas se refletisse nas urnas. Nesse contexto, a multiplicidade de propostas apresentadas acabava encobrindo a existência de interesses e compromissos de classe com natureza diversas. De tal modo, o fato dos três principais partidos defenderem a realização da Reforma Agrária “não aludia à necessidade de reforma em si – com o qual todos os grupos e partidos concordavam – mas ao que se entendia por ela”²⁴⁴.

Temendo que a sociedade identificasse o partido como sendo contrário à redistribuição das terras improdutivas, a UDN apresentou ao Congresso Nacional, no dia 13/05/1963, logo após o veto à Emenda Bocaiúva Cunha, um novo projeto de

243 CAMARGO, Aspásia. A Questão Agrária: Crise de Poder e Reformas de Base (1930 a 1964). In: FAUSTO, Boris. História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano, Tomo III. São Paulo: Difel, 1986. p. 201.

244 BENEVIDES, Maria Victória. UDN e o udenismo: ambigüidade do liberalismo brasileiro 1945-1965. São Paulo: Paz e Terra, 1981. p. 189.

Reforma Agrária. A contraproposta foi elaborada por uma comissão de udenistas, liderados pelo senador Milton Campos. É necessário destacar, que ela não representava os anseios dos integrantes do partido como um todo. Na realidade, a proposta foi pensada pela ala mais liberal do partido - a “Bossa Nova” - a partir da prerrogativa de atender “de um lado, o interesse nacional pela produtividade da terra e de outro o imperativo democrático da acessibilidade da terra ao maior número” ²⁴⁵.

Em relação às alterações presentes no projeto, pela primeira vez alguns udenistas concordavam em modificar o formato das indenizações destinadas aos proprietários de terras desapropriadas. Ao invés da exclusividade de pagamento em dinheiro eles também aceitavam que o ressarcimento fosse feito através de títulos da dívida pública. No entanto, referente à definição dos valores eles propunham: “II – a indenização será feita pelo justo preço, em títulos da dívida pública, que, vencendo juros, serão resgatáveis em prestações anuais, sujeito o seu valor à correção proporcional à desvalorização da moeda” ²⁴⁶. Apesar disso, em todo o projeto não havia nenhuma referência à maneira como seria estipulada a definição do valor das propriedades. Ausência essa que tornava obscura a amplitude da reforma a ser realizada. Já em relação aos condicionantes que poderiam determinar a desapropriação por “interesse social”, os udenistas recusaram tanto a desapropriação das terras de arrendamento compulsório, quanto a extensão do projeto reformista para as regiões urbanizadas.

Ao analisarmos essa proposta, devemos lembrar que assim como no PSD, grande parte dos integrantes da UDN eram proprietários rurais. Deste modo, conseguimos compreender os motivos que determinaram o caráter limitado da proposta udenista em comparação ao projeto apresentado pelos petebistas. A união de todos os elementos anteriormente apresentados nos leva a crer que, caso fosse aprovada, a Reforma Agrária teria uma amplitude muito restrita, além de favorecer os interesses econômicos dos proprietários de terras improdutivas. Nesse caso, concordamos com Maria Benevides (1981), quando ela afirma que o projeto udenista atendia, basicamente, os interesses de classe dos integrantes do “bloco no poder” através, do que ela classifica como negócio agrário.

²⁴⁵ Idem. p. 192.

²⁴⁶ Correio da Manhã. 1º Caderno, página 6 do dia 20/04/1963.

No dia 07/08/1963 o projeto de Reforma Agrária udenista foi votado na Câmara dos Deputados, sendo vetado por 164 votos a 69²⁴⁷. É interessante identificar que a derrota foi decorrente da união estabelecida entre diversos parlamentares pessedistas e petebistas. Aliás, essa foi, provavelmente, uma das últimas vezes em que os dois partidos atuaram conjuntamente no Congresso Nacional²⁴⁸.

Portanto, da derrota do projeto elaborado pela UDN podemos tirar duas conclusões. A primeira é a de que ainda não estavam totalmente esgotadas as possibilidades de negociação da redistribuição das terras improdutivas entre o PSD e o PTB. Ao vetarem o projeto de Milton Campos ambos partidos demonstravam a existência de um resquício de confiança na possibilidade de aprovar uma Reforma Agrária atrelada à Reforma Constitucional. A segunda é que ainda não havia se consolidado o processo de aproximação política entre o PSD e a UDN, que analisaremos no próximo capítulo.

Antes de avaliarmos o conteúdo do projeto de Reforma Agrária pessedista, é necessário lembrar que o PSD possuía antigos compromissos com as oligarquias agrárias, que além de comporem algumas de suas principais bases, garantiam a maior parte dos votos oriundos do interior do país. Como vimos, o próprio comportamento dos membros do partido durante as negociações da Emenda Bocaiúva Cunha refletia a vinculação deles com os interesses dos grandes latifundiários. Neste contexto, concordamos com Aspásia Camargo (1986) quando ela afirma que a predisposição do PSD em negociar uma Reforma Agrária “possível” também foi motivada pelo intuito de impedir que os conflitos políticos, que vinham ocorrendo no interior do país, levassem à perda do controle exercido pelas oligarquias agrárias sobre as massas rurais.

Desde 1962, quando o PTB ainda não havia manifestado sua intenção de vincular as Reformas de Base à Reforma Constitucional, o PSD já havia divulgado as diretrizes da Reforma Agrária que pretendia realizar. Segundo determinação da

247 Diário da Câmara dos Deputados. Dia 08/08/1963. p. 5224.

248 Para mais informações ver: FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961 – 1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993. p. 130.

direção nacional, presente no documento intitulado Declaração de Brasília²⁴⁹, o projeto de redistribuição das terras improdutivas deveria ser orientado tanto por um objetivo social – “a eliminação da miséria em que vive a maior parte das nossas populações rurais e a continuada elevação de seu padrão de vida”²⁵⁰- quanto por outro mais econômico –

“o aumento rápido da nossa produtividade agrícola, de modo que se alcancem, por um lado, abundância e excelência de gêneros alimentícios para consumo do povo em geral, e, por outro, as quantidades e variedades de matérias-primas necessárias a indústria nacional e de produtos agrícolas próprios às exportações”²⁵¹.

No entanto, não havia nenhuma referência em relação a quais terras seriam destinadas à reforma e também sobre como as indenizações deveriam ser efetuadas.

São evidentes as inúmeras semelhanças existentes entre a proposta pessedistas e o Plano Trienal elaborado durante o governo João Goulart. Além de indicar a adoção da mesma estratégia para justificar a realização Reforma Agrária, elas também evidenciam o quanto a redistribuição das terras improdutivas era primordial para a sociedade brasileira.

Foi então, após o fracasso dos projetos propostos pelo PTB e pela UDN que, em meio a um cenário de disputa entre as alas reformistas e os setores conservadores do partido, que o PSD finalmente especificou a maneira como pretendia realizar a Reforma Agrária. O fato do projeto apresentado pelo deputado Oliveira Brito não ter se oposto à realização de algumas alterações na Constituição Federal defendidas pelos petebistas simbolizou uma vitória da ala reformista do partido. Logo, entendemos que tal decisão demonstra um avanço em direção à efetivação da Reforma Agrária pretendida pelo Poder Executivo. Mesmo assim, não podemos esquecer que uma parte significativa das bases partidárias do PSD, compostas por grandes bancadas ruralistas, não aceitava que as terras desapropriadas fossem indenizadas através de títulos da dívida pública.

249 Este documento foi elaborado durante a IX Convenção Nacional do partido, realizada em 15/03/1962.

250 Declaração de Brasília. IN: CPDOC-FGV.

251 Idem.

Porém, por mais que os pessedistas tenham aceitado realizar alterações no texto constitucional, possibilitando que as indenizações fossem realizadas através de títulos da dívida pública, discordamos das análises que defendem a tese de que a proposta do PSD representava uma tentativa de acordo com o PTB. Contrapondo os projetos apresentados, encontramos diversos trechos que indicam a existência de uma rígida divergência em relação à forma como os dois partidos pretendiam promover a redistribuição das terras. Caso os pessedistas estivessem realmente interessados em articular um projeto de Reforma Agrária conjuntamente com o PTB, seria necessário negociar também o seu caráter social.

A proteção monetária aos latifúndios era um dos principais pontos que os pessedistas não aceitavam negociar. O projeto apresentado possuía um indicativo de condicionar as indenizações à correção dos títulos variando de “30% a 50% da eventual desvalorização da moeda, anualmente apurada” ²⁵², representando, assim, uma limitação da proposta petebista, uma vez que desta maneira o governo federal não teria recursos financeiros suficientes para desapropriar o número de propriedades pretendidas.

Nesse ponto, é interessante notar a maneira como a proposta do PSD atendia às condições apresentadas pelas associações rurais, as quais afirmavam aceitar a Reforma Agrária somente caso ela promovesse a capitalização da grande propriedade, ou seja, o incremento da produtividade facilitando a obtenção de créditos, o acesso aos insumos e à mecanização agrícola. Esta é uma, dentre as inúmeras evidências, de que o PSD evitava contrariar os interesses econômicos dos grandes latifundiários. Concordamos assim, com as interpretações que questionam até que ponto o projeto pessedista não estaria mais preocupado em defender os interesses de classe das oligarquias agrárias, do que promover uma redistribuição de grande amplitude que poderia favorecer diretamente os trabalhadores rurais.

Tal interpretação se sustenta a partir da análise do 4º artigo do projeto, que reservava ao dono da terra desapropriada uma extensão territorial de até 500 hectares referente à metade da área destinada à Reforma Agrária. O 6º artigo

252 Artigo 1º, Parágrafo 2º do projeto de Reforma Agrária elaborado pelo PSD. O Estado de São Paulo, 10/07/1963.

também favorecia os latifundiários ao definir que os proprietários rurais dedicados exclusivamente à atividade agrícola receberiam “a indenização de sua propriedade desapropriada nos termos do artigo 1º será paga de 10% a 30% em dinheiro, e o restante em títulos da dívida pública, de acordo com o que dispuser a lei” ²⁵³.

Outro ponto de grande divergência entre os dois partidos estava relacionado à definição de quais terras seriam desapropriadas. Diversos artigos presentes na proposta apresentada pelo PSD restringiam a amplitude da Reforma Agrária pretendida pelo PTB. Dentre eles, destacamos o 2º artigo, que limitava as desapropriações “aos imóveis indispensáveis a cada plano da reforma agrária e só poderão recair em propriedades rurais inaproveitadas para fins agrícolas ou pastoris, ou exploradas em condições antieconômicas” ²⁵⁴. Outros entraves estavam presentes no 3º artigo, que impedia a expropriação de “propriedades agrícolas, pastoris ou exploradas para fins industriais da área inferior a 500 hectares, desde que situadas fora de um raio de 50 quilômetros em torno de cidades de população igual ou superior a 50 mil habitantes” ²⁵⁵.

Ao aceitar a existência de latifúndios no território nacional, desde que eles fossem produtivos, o PSD evidenciava sua maior preocupação em relação às questões econômicas (produtividade) em detrimento das sociais (distribuição de terras). Essa postura já estava presente desde a Declaração de Brasília, quando foi estabelecida a diretriz de que “ter-se-á ainda em vista, na mesma ordem de idéias, que a grande propriedade só se configurará como latifúndio condenável se permanecer inculta ou com insuficiente ou inadequada exploração” ²⁵⁶. Ou seja, seu projeto reformista estava nitidamente voltado ao benefício daqueles que já possuíam terras. Deparamo-nos, assim, com mais uma grande diferença em relação à proposta de Reforma Agrária defendida pelos petebistas, uma vez que além de questionarem a concepção de “imóveis indispensáveis”, eles também condenavam a existência de latifúndios, sendo eles produtivos ou não.

253 Idem.

254 Artigo 2º do projeto de Reforma Agrária elaborado pelo PSD. O Estado de São Paulo, 10/07/1963.

255 Artigo 3º do projeto de Reforma Agrária elaborado pelo PSD. O Estado de São Paulo, 10/07/1963.

256 Declaração de Brasília. IN: CPDOC-FGV.

Também limitando o número de propriedades que seriam desapropriadas para a realização da Reforma Agrária e, conseqüentemente, favorecendo novamente os interesses de classe do “bloco no poder”, o 7º artigo presente no projeto pessedista definia como área de

“exploração econômica satisfatória, para os fins dos artigos anteriores, a propriedade agrícola, pastoril ou mista, cujo rendimento seja pelo menos igual à média dos índices de produtividade de propriedades da mesma região, com análogas possibilidades e idênticas características de clima e solo” ²⁵⁷.

Essa definição tornou-se alvo de protestos dos petebistas, uma vez que ela utilizava como critério de determinação de produtividade a situação precária da produção agrícola brasileira. Logo, o embasamento nos baixos índices de produção tornaria a Reforma Agrária menos abrangente justamente nas regiões onde ela era mais necessária, ou seja, nas localidades subdesenvolvidas do país.

Concluimos que a preocupação central do projeto proposto pelo PSD não era o aumento do número das famílias assentadas, mas sim a defesa do direito à propriedade privada, resguardando assim determinados privilégios de classe. Nesse contexto, o partido só aceitava negociar uma Reforma Agrária que não colocasse em risco a manutenção da ordem no campo, ou seja, que não alterasse a situação de domínio político que os latifundiários exerciam sobre as comunidades de trabalhadores rurais através do monopólio da terra.

Dentre as principais críticas realizadas pelos petebistas em relação à contraproposta de Reforma Agrária apresentada pelo PSD, vale destacar aquelas que a acusavam de promover a “perpetuação do monopólio da terra” e a “institucionalização do latifúndio”. Bocaiúva Cunha foi um dos principais opositores do projeto, acusando-o de ser pautado pela intenção de promover um “negócio agrário” ao invés de uma justa distribuição da terra.

Analisando a recusa de setores do PTB em relação ao projeto apresentado pelo PSD, Aspásia Camargo defende a tese de que

“a inflexibilidade do PTB em não ceder às concessões pessedistas reforça de imediato a onda anti-reformista, e seu empenho em levar

257 Artigo 7º do projeto de Reforma Agrária elaborado pelo PSD. O Estado de São Paulo, 10/07/1963.

mais adiante a redefinição do pacto social, conduz o governo a um difícil impasse, que transfere o confronto das forças políticas do campo institucional para o conflito de classes”²⁵⁸.

Concordamos com a constatação de que o comportamento dos petebistas contribuiu para o esgotamento da possibilidade de efetivação da Reforma Agrária via Congresso Nacional. Porém, essa análise deve ser fragmentada, de forma que demonstre a heterogeneidade de visões existentes entre os petebistas. Não foram todos os membros do partido que optaram por recusar a negociação das propostas pessedistas. Essa atitude foi tomada pelos setores mais à esquerda, organizados em torno da Frente de Mobilização Popular e liderados por Leonel Brizola. Em linhas gerais, eles não concordavam com a política conciliadora adotada por João Goulart, pressionando-o constantemente para o afastamento em relação ao PSD. Consequentemente, após a constatação de que a Reforma Agrária nos moldes pretendidos pelo PTB não seria aprovada pelo Congresso Nacional, esses setores levaram o debate para as ruas, acirrando, assim, os conflitos entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo.

Mesmo assim, não concordamos com as teses que responsabilizam somente os petebistas pelo esgotamento da possibilidade de uma solução negociada no campo institucional. A intransigência perpassava todos os partidos em uma cena política marcada pela polarização. Ao responsabilizar somente o PTB, estaríamos negligenciando a interferência exercida nesse processo pelos diversos setores anti-reformistas existentes no Congresso Nacional.

Em busca dos motivos que determinaram o fracasso dos três projetos de Reforma Agrária apresentados no ano de 1963, entendemos que essa reflexão dever ser iniciada a partir da compreensão de que maneira cada um deles representava diferentes interesses de classe. Ou seja, quais setores da sociedade seriam mais favorecidos pelos diferentes projetos. Caso contrário, realizaríamos uma análise produzindo uma fetichização do conceito de “reformas”, retirando-lhe o caráter substantivo e ideológico. Não podemos desconsiderar a incompatibilidade

258 CAMARGO, Aspásia. A Questão Agrária: Crise de Poder e Reformas de Base (1930 a 1964). In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano, Tomo III. São Paulo: Difel, 1986. p. 224.

entre a concepção de política e sociedade que estruturava o projeto petebista e as contrapropostas apresentadas pelos pessedistas e udenistas. Enfim, não basta dizer que o PSD e a UDN eram favoráveis à negociação das reformas com o PTB. É necessário também analisar a existência de divergências políticas entre os diferentes projetos.

Portanto, inicialmente, é necessário destacar que o projeto das Reformas de Base era alvo de diferentes interpretações. Quando vinculado ao discurso desenvolvimentista, ele acabava sendo matizado por diferentes interesses de classe, fato que nos leva a entender porque nenhum setor da sociedade, seja da esquerda ou de direita, se opunha à sua realização. As correntes mais conservadoras promoviam uma leitura atrelada ao processo de desenvolvimento capitalista nacional sem levar em conta as questões distributivistas. Por isso afirmavam que mudanças estruturais não eram necessárias para a sua efetivação. Já os grupos mais à esquerda, como a CGT e o “Bloco compacto” do PTB, entendiam que o projeto poderia promover a diminuição da desigualdade social. Desta maneira, adotavam um discurso mais incisivo quanto à necessidade de realização imediata das reformas através de mudanças no texto constitucional. A existência de leituras divergentes do projeto também se deve ao fato de que o reformismo não era uma bandeira exclusiva do PTB.

Nesse caso, defendemos a tese de que a formulação dos projetos de Reforma Agrária apresentados pelo PSD e pela UDN foi marcada pela influência direta dos argumentos utilizados para recusar a proposta de Emenda Constitucional elaborada pelo PTB. Para nós é evidente que as principais divergências entre os três projetos estavam relacionadas tanto à forma de indenização quanto a quais terras seriam desapropriadas, ou seja, quais setores da sociedade seriam mais beneficiados com uma eventual Reforma Agrária. Portanto, entendemos que a incompatibilidade existente entre eles era decorrente do fato das propostas pessedistas e udenistas se aproximarem mais dos interesses de classe das oligarquias agrárias, enquanto a petebista tendia a contrariá-los.

Para entendermos a grande resistência que inúmeros parlamentares tinham em relação ao projeto reformista do PTB é necessário levar em consideração que,

caso fosse aprovado, ele originaria inúmeras mudanças na estrutura sócio-econômica do país e, conseqüentemente, alterações na composição do poder político. Portanto, entendemos que o fracasso do governo na formação das coalizões partidárias e na construção de uma sólida estrutura de alianças multiclaccistas, necessárias para a efetivação das Reformas de Base via Congresso Nacional, ocorreu porque o projeto apresentado pelo PTB confrontava diretamente os interesses de classe do “bloco no poder”.

É necessário destacar, que essa divergência na representação de determinados interesses de classe não se limitava ao sistema partidário, estando presente também na incompatibilidade entre o caráter conservador predominante no Poder Legislativo²⁵⁹ frente à linha reformista adotada pelo Poder Executivo. Nesse caso, assim como Gláucio Soares (2001), acreditamos que, conjuntamente, o fato de a maioria dos congressistas atuarem em nome da representação dos interesses de classe do “bloco no poder”, ao mesmo tempo em que operários e trabalhadores rurais possuíam uma baixa representatividade, foram fatores que determinaram a formação de uma hegemonia conservadora no Congresso Nacional impedindo, conseqüentemente, a elaboração de uma solução negociada.

Devemos lembrar também que o caráter conservador predominante no Poder Legislativo não é uma característica referente somente ao período do governo João Goulart. O Congresso brasileiro era disperso e possuía um processo decisório lento, marcado por negociações clientelistas e coalizões partidárias instáveis. Fatores que contribuíram para o surgimento das tensões entre o Poder Executivo e o Legislativo. De tal modo, todas as iniciativas referentes à distribuição de terras realizadas durante a República de 46 foram impedidas em decorrência da forte bancada ruralista existente no Congresso Nacional. Além disso, o poder das oligarquias agrárias ainda era reforçado pelo caráter privatista e antipopular da Constituição de 1946.

No entanto, a existência de uma hegemonia conservadora no Poder Legislativo não pode ser associada a uma caracterização homogênea do perfil

259 Este conservadorismo era decorrente principalmente do fato do sistema político brasileiro e da estrutura partidária apresentarem traços de continuação histórica do período pré República de 46.

ideológico dos parlamentares. Na realidade, durante os debates relacionados à Reforma Agrária o Congresso Nacional sofreu um intenso processo de polarização – o qual já vinha acontecendo desde o final da presidência de JK - fruto da divergência decorrente dos diferentes projetos de modernização capitalista, e expresso através da formação dos blocos interpartidários. Portanto, nesse ponto, concordamos com Wanderley Santos quando ele afirma que a polarização do sistema partidário contribuiu para a decadência da capacidade operacional do Poder Legislativo, impedindo a efetivação de soluções negociadas e dificultando a formação da coalizão necessária para aprovar a agenda reformista do PTB.

Conclui-se que no decorrer desse período o sistema político brasileiro passou do pluralismo moderado para o pluralismo polarizado, composto por congressistas radicalizados em situação de constante confronto. Em outras palavras, o sistema político deixou de ser razoavelmente operacional tornando-se um sistema incapaz de produzir decisões sobre as questões mais prementes à época.

Fazendo um exercício de reflexão mais amplo, veremos que a implantação de projetos nacionais reformistas a partir da Revolução de 30, só foi possível nas ocasiões em que o Poder Executivo promoveu um afastamento em relação ao presidencialismo de coalizão. Em uma análise inicial identificamos três momentos, sendo que dois deles ocorreram em contextos ditatoriais: seja durante a Era Vargas ou no decorrer do Regime Militar. Durante a República de 46, apenas Juscelino Kubitschek conseguiu efetivar uma agenda política reformista. No entanto, ele não precisou negociar constantemente com o Poder Legislativo, uma vez que seu governo foi marcado pela ação de Grupos Executivos. Ao que parece, o Congresso Nacional é historicamente no Brasil um obstáculo às políticas do Executivo, tanto para implantação do capitalismo quanto para a realização reformas sociais.

Nesse caso, encaramos o processo de retração e fechamento do Poder Legislativo, em relação às propostas oriundas do Poder Executivo, como o resultado da autopreservação dos grupos que nele se representavam. Ou seja, diante de questões sociais de difícil absorção institucional, o Congresso não foi capaz de absorver os conflitos entre diferentes interesses de classe, optando por manter os privilégios que representava e, conseqüentemente, impossibilitando a realização de

qualquer reforma. Como bem aponta René Dreifuss, o fato de o governo ter perdido o suporte institucional necessário para a aprovação das diretrizes políticas de sua administração foi decorrente da atuação dos representantes do “bloco no poder” que influenciavam as “decisões políticas através do bloqueio das diretrizes reformistas do governo e daqueles do bloco trabalhista de esquerda no Congresso” ²⁶⁰.

De tal modo, discordamos das teses que afirmam que a aprovação de um projeto reformista negociado foi impossibilitada em decorrência de uma suposta incapacidade administrativa de João Goulart, da intransigência dos petebistas, da falta de clareza do projeto petebista ou até mesmo da perda de oportunidades reais para a aprovação das reformas. Esses tipos de análises cometem o equívoco de desconsiderar o processo de intensificação da luta de classes ocorrido no decorrer da República de 46. Além disso, é necessário destacar que Jango trabalhou intensamente para a consolidação de uma solução negociada entre o PTB e o PSD. Não foi a toa que ele promoveu alterações nos cargos de comando de importantes Ministérios e uma reformulação no seu “gabinete visando com isto ampliar o apoio parlamentar para a aprovação da emenda constitucional” ²⁶¹. A opção por nomes como os de Tancredo Neves, Amaury Silva e Oswaldo Lima Filho, políticos reconhecidos pela conduta moderada, indica o quanto o presidente estava disposto a negociar com o PSD.

Encaminhando para a conclusão deste capítulo, entendemos que as divergências relacionadas à negociação da Reforma Agrária foram responsáveis pela intensificação da disputa entre os poderes Executivo e Legislativo, estimulando o combate frontal de inúmeros parlamentares contra o governo, seja por parte dos conservadores anti-reformistas, ou dos setores mais à esquerda que exigiam a imediata implantação das Reformas de Base. O evento pode ser considerado um dos maiores revés político do governo João Goulart. Pois, temendo a perda do controle que vinham exercendo sobre o sistema político desde o início da República de 46, o PSD deu uma guinada à direita, reforçando o caráter conservador predominante no Poder Legislativo e no sistema partidário. Consequentemente, a

260 DREIFUSS, René Armand. 1964: A Conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 319.

261 FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961 – 1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993. p. 121.

base do governo no Senado Federal e na Câmara dos deputados - a qual já era frágil - começou a se desfazer, esgotando assim a possibilidade de efetivação das demais reformas via Congresso Nacional.

Entendemos que o início do distanciamento entre os dois partidos da base governista contribuiu para que os pessedistas começassem a se aproximar dos udenistas. Pois, como afirma Lucia Hippolito, foi em decorrência dos debates atrelados à Reforma Agrária que foram determinados “novos arranjos e combinações políticas, dentro e fora do Congresso” ²⁶². Essa reconfiguração de alianças²⁶³ entre os partidos com maior representação no Poder Legislativo configura o que Poulantzas entende por acentuação das contradições internas entre as frações que compõem o “bloco no poder”, um dos principais sinais de consolidação da crise política. Neste caso, foi determinante também para o fortalecimento do movimento golpista.

Portanto, a polarização do sistema partidário, pautada durante o ano de 1963 pelo fracasso do Plano Trienal e pela não efetivação da Reforma Agrária, contribuiu para a perda da capacidade de negociação entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo. Além disso, diversos setores da sociedade começaram a manifestar sua insatisfação em relação às decisões dos congressistas, evidenciando o tensionamento que pairava sobre o sistema de representação política brasileiro. A eminente possibilidade de ruptura dos laços entre representantes e representados era um sinal que a crise ideológica começava a tomar conta dos aparelhos do Estado e dos partidos políticos. Consequentemente, o que até então podia ser definido como uma crise do governo começou a ganhar o caráter de uma crise do regime político. Nesse contexto, o governo João Goulart encontrou-se em um impasse: romper com a tradição de tentar controlar e instrumentalizar o Poder Legislativo ou instaurar um novo tipo de negociação através da aproximação junto às massas.

262 HIPÓLITO, Lucia. De raposas e reformistas – o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p.224.

263 Nesse contexto, destaca-se também o “manifesto de afastamento do governo” articulado pelo deputado Aluísio Castro (PSD/BA), subscrito por 42 deputados. Para mais informações ver: HIPÓLITO, Lucia. De raposas e reformistas – o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p.230.

Capítulo 5: Quando a crise do governo tornou-se uma crise do regime: a eclosão do Golpe de 64

O período do governo João Goulart foi único na história do país, uma vez que, além da grave crise financeira, foi caracterizado pelas freqüentes crises político-institucionais, extensa mobilização política das classes populares, ampliação e fortalecimento do movimento operário e dos trabalhadores rurais, crise do sistema partidário e acirramento da luta ideológica de classes. Portanto, reuniu elementos tanto da crise econômica quanto da crise política, formando o que Poulantzas (1977) define como crise estrutural.

Após constataremos as inúmeras divergências existentes entre a tendência reformista do Poder Executivo e o caráter conservador predominante no Poder Legislativo durante o governo João Goulart, e termos analisado a ocorrência de conflitos políticos entre os dois poderes – principalmente em relação às questões referentes às Reformas de Base – examinaremos, neste capítulo, como se deu a transição da crise política para o Golpe de Estado, identificando os fatores políticos responsáveis por esse processo. Como critério de análise, iremos inserir a reflexão dentro do contexto das diversas iniciativas golpistas articuladas por setores do “bloco no poder”, durante a República de 46.

A reflexão proposta será conduzida a partir da concepção de que a politização da sociedade originou transformações no sistema partidário e na vida parlamentar; ao mesmo tempo em que o antigo projeto golpista contribuiu para uma articulação das classes médias. Inicialmente, examinaremos a consolidação do projeto golpista dentro do Congresso Nacional. Partimos da premissa de que a aproximação política ocorrida entre o PSD e a UDN, atrelada às divergências entre os poderes Executivo e Legislativo e à emergente cena política de conflito entre diferentes setores da sociedade, foi determinante para a transformação da crise do governo em uma crise do regime. Logo, identificaremos tanto o momento no qual os pessedistas passaram para a oposição, quanto aquele em que eles aderiram aos setores conspiradores.

Acreditamos que essa reflexão será determinante para demonstrar que o Poder Executivo só recorreu às massas e aos movimentos sociais de esquerda após a aproximação entre udenistas e pessedistas. No entanto, é necessário destacar, desde já, que evitaremos a realização de uma análise pautada pela relação causa e efeito. De tal modo, questionaremos as obras que defendem a tese de que a aproximação entre o PSD e a UDN foi decorrente da adoção de uma postura radical, ou da falta de um compromisso democrático, por parte do Poder Executivo. Nesse contexto, nos contraporemos também aos estudos que afirmam ser a intervenção militar um ato em defesa do regime democrático, realizado em decorrência da existência de um projeto golpista articulado por João Goulart. Ao analisarmos a formação dos acordos políticos no Congresso Nacional, destacaremos o protagonismo do Poder Legislativo na execução e legitimação da ação conspiratória, concluiremos o capítulo sustentando a tese de que o Golpe de Estado ocorrido no Brasil em 1964 pode ser definido como um Golpe Político Militar.

5.1 Golpe Prolongado

Diferentemente de boa parte da bibliografia trabalhada, entendemos que a interpretação do Golpe de 64 deve ser inserida dentro de um recorte temporal mais extenso do que apenas o período referente à presidência de João Goulart. Partimos da concepção de que a intervenção realizada pelas Forças Armadas não pode ser analisada como um evento independente, isolada dos inúmeros conflitos políticos que a antecederam. É necessário situar o episódio dentro do processo de deterioração da relação entre os poderes Executivo e Legislativo que culminou na queda de Jango, sem desconsiderar o histórico de iniciativas golpistas²⁶⁴ executadas pelas Forças Armadas e por membros da UDN, durante a República de 46.

Pensando a relação entre diferentes momentos de crise política, Nicos Poulantzas afirma que elas possuem “um processo efetivo, com ritmo próprio, com tempos fortes e tempos fracos, com altos e baixos, e que pode frequentemente se

264 Entre elas, podemos destacar: a crise originada em 1954 em decorrência do suicídio de Vargas; o impasse decorrente da vitória de JK nas eleições presidenciais; e a instabilidade política gerada pela renúncia de Jânio Quadros.

estender por um longo período”²⁶⁵. Portanto, articulando a curta e a longa duração²⁶⁶, analisaremos a relação existente entre os diversos procedimentos golpistas destacando o fato do projeto nunca ter sido totalmente abandonado.

Além disso, entendemos que a compreensão dos elementos responsáveis pela queda do presidente democraticamente eleito não deve se limitar a uma compreensão restrita à análise do comportamento político de determinados atores políticos. Ou seja, uma simples avaliação e condenação das atitudes de João Goulart não é suficiente para explicar sua exclusão do cargo presidencial. Logo, nossa reflexão não deve ser imediatizada, pois acabaria ocultando um extenso grupo de agentes e fatores que contribuíram para a eclosão do Golpe de Estado.

Nesse contexto, destacamos a obra “*O Governo Goulart e o Golpe de 64*” de Caio Navarro de Toledo por ser uma das únicas teorias explicativas a trabalhar com o pressuposto da existência de um projeto golpista anterior à ascensão de João Goulart à presidência. O autor descreve, de forma panorâmica, os principais acontecimentos conflituosos do governo Jango, apontando constantemente para a evolução do projeto golpista.

“Apesar de ter sido precipitada pelo comício do dia 13, a intervenção das Forças Armadas, na verdade, vinha sendo preparada desde os primeiros dias em que Goulart tomara posse no regime parlamentarista. Se naquela ocasião era reduzido o número de conspiradores de primeira hora, vários acontecimentos ocorridos no período, envolvendo as Forças Armadas, contribuíram para aumentar o quadro dos descontentes”²⁶⁷.

Adotamos a mesma linha de raciocínio para questionar a tese de que o Golpe de 64 foi resultado de um receio dos conservadores que, temendo uma possível ação revolucionária planejada pelos sindicatos e pelas Ligas Camponesas, resolveram antecipar-se, tomando o Estado. Segundo os adeptos desta interpretação, os setores populares teriam alimentado ainda mais os projetos golpistas já existentes em alguns setores do Congresso Nacional e das Forças

265 POULANTZAS, Nicos. *O Estado em crise*. Rio de Janeiro: Graal, 1977. p. 12.

266 Não estamos trabalhando aqui com a concepção braudeliana de longa duração. O que propomos, na realidade, é que o Golpe de 64 seja interpretado dentro de todo um contexto da República de 46.

267 TOLEDO, Caio Navarro de. *O Governo Goulart e o Golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 100.

Armadas. De certa forma, eles defendem a concepção de que a incapacidade da esquerda não foi responsável pelo planejamento do projeto golpista, mas sim pela sua rápida e fácil realização, concluindo que eles subestimaram ou não conseguiram enxergar a conspiração arquitetada pela direita, ao mesmo tempo em que não deram o devido apoio ao Poder Executivo. É necessário tomar cuidado com as análises ancoradas nesse argumento, uma vez que elas contribuem para tornar assimilável e justificável a ação golpista.

Para contrapor essa leitura, utilizaremos a categoria “Golpe Prolongado”²⁶⁸, a qual foi elaborada para refutar as teses que apontam João Goulart como principal responsável pela eclosão do Golpe de 64, ou seja, para contrapor a justificativa de que a intervenção militar tinha como único objetivo eliminá-lo do poder. Manoel de Queiroz (1997) defende a tese de que existe uma correlação entre as diversas tentativas de Golpe articuladas durante a República de 46. Em meio aos inúmeros indícios que comprovam sua hipótese, podemos destacar o fato de todas elas terem sido articuladas pelos mesmos atores, entre eles: os militares, o empresariado industrial, a classe média²⁶⁹ e a elite agrária agrupada em torno da UDN. Outro importante argumento utilizado pelo autor parte do fato de o tensionamento existente entre projetos de modernização capitalista divergentes ser anterior à ascensão de Jango à presidência.

Examinando a queda de João Goulart a partir da perspectiva do golpismo prolongado, questionamos algumas teorias explicativas que tendem a isolar a intervenção realizada pelas Forças Armadas em 1964, das inúmeras articulações golpistas ocorridas durante a República de 46. Nesse caso, discordamos dos estudos que explicam a instauração do regime militar a partir da concepção de que Jango era supostamente incapaz de presidir o país²⁷⁰. O fato de ele não ter recebido apoio absoluto nem da esquerda e nem da direita, e de seu governo ter sido marcado por constantes conflitos entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, são alguns dos argumentos utilizados para desqualificá-lo. No entanto, essas obras não

268 QUEIROZ, Manoel Virgílio de. *A elaboração de uma crise: a inculpação e o alarmismo no Golpe contra Goulart (1961/1964)*. Tese de doutorado apresentada à USP. São Paulo, 1997.

269 Ver: SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, Editor, 1985.

270 VILLA, Marco Antonio. *Jango: um perfil (1945-1964)*. São Paulo: Globo, 2004.

levam em consideração o quadro de instabilidade política nacional existente desde o início da década de 1960, o qual, inclusive, contribuiu para a renúncia de Jânio Quadros. Como demonstramos no decorrer desta dissertação, a polarização do sistema político não foi uma exclusividade do período no qual o petebista governou o Brasil.

Utilizando a mesma linha de raciocínio, também é possível questionar as teses que atrelam a instauração do regime militar à ameaça golpista oriunda dos grupos políticos de esquerda²⁷¹. O mesmo vale para as interpretações que indicam uma suposta radicalização de Jango nos últimos dias do seu governo como fator responsável pela sua queda²⁷². De fato, alguns sindicatos e movimentos sociais de esquerda utilizaram as greves como estratégia voltada para pressionar o Poder Legislativo a efetivar as Reformas de Base. O próprio presidente se aproximou desses setores com o intuito de aumentar a pressão sobre o Congresso Nacional. Porém, não existem evidências históricas concretas que comprovem a existência de projetos golpistas, seja da autoria dos movimentos sociais de esquerda, ou de João Goulart²⁷³. Não acreditamos que a pressão exercida por esses atores, em busca de um novo pacto constitucional, possa ser equivalida a um projeto de Golpe de Estado. Em contrapartida, é evidente a existência de uma latente predisposição golpista contra Goulart desde o Golpe realizado em 1961. Durante todo o período que presidiu o país, Jango sofreu uma crescente ameaça golpista proveniente dos setores mais conservadores da sociedade. Mesmo durante os inúmeros momentos em que adotou uma postura conciliatória perante seus opositores, o projeto golpista não foi abandonado, o que confirma a existência de uma postura golpista prolongada.

As análises mencionadas encaram o Golpe como uma ação de momento, destinada apenas a solucionar um “problema pontual”, seja o do presidente

271 FERREIRA, Jorge. O trabalhismo radical e o colapso da democracia no Brasil. IN: 1964/2004: 40 anos do Golpe. Rio de Janeiro: Editora FAPERJ / 7Letras, 2004.

272 FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961 – 1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

273 Assim como Daniel Aarão, concordamos que alguns movimentos sociais de esquerda possuíam um horizonte revolucionário. Porém, essa não era a prioridade de suas agendas política no momento analisado. A prioridade era promover a Reforma Constitucional, contando com o apoio do Poder Executivo.

incapacitado, da radicalização do Poder Executivo ou da ameaça comunista. No nosso entendimento, elas perderam sua validade com a consolidação dos 20 anos de regime militar. Ao discordarmos dessa concepção, examinaremos nos próximos tópicos como a ação golpista desempenhada pelos militares foi resultado de um longo processo conspiratório, determinando, assim, os elementos políticos decisivos para a sua execução.

Conforme mencionamos anteriormente, não temos a intenção de isentar João Goulart dos equívocos por ele cometidos²⁷⁴. Porém, é necessário destacar que, em meio ao objetivo de legitimar a necessidade de intervenção das Forças Armadas²⁷⁵, os setores conservadores promoveram uma intensa campanha destinada a construir uma imagem pejorativa do presidente²⁷⁶. Trabalhando com a concepção de que existia um projeto golpista anterior à ascensão de Jango à presidência, acreditamos que “o presidente destituído era apenas uma das muitas figuras e situações visadas por esse plano, fazia parte dele enquanto tal, mas não era a sua determinante e, portanto, era um momento e não o objetivo da sedição”²⁷⁷. Entendemos que Jango não era o principal alvo das ações golpistas, tanto que, durante o desenrolar do Golpe de 1964, o General Amaury Kruel lhe ofereceu uma trégua caso ele aceitasse as reivindicações políticas e econômicas do grupo golpista. Logo, o que devemos nos perguntar é: porque a intervenção militar se tornou possível justamente durante o seu mandato? Quais novos elementos surgiram tornando viável um antigo projeto golpista marcado por sucessivos fracassos?

Porém, antes de continuarmos com as análises, uma ressalva deve ser feita. Ao trabalhar com o conceito de “Golpe Prolongado”, é necessário tomar cuidado

274 Dentre as atitudes tomadas pelo presidente que contribuíram para o tensionamento do clima político destacamos o pedido de Estado de Sítio enviando ao Congresso Nacional no final de 1963. Esse equívoco dificultou ainda mais a construção de uma base governista voltada à aprovação do projeto de Reformas de Base. A aproximação de João Goulart junto aos movimentos sociais de esquerda durante o ano de 1964, vide a realização do Comício da Central do Brasil, também contribuiu para o tensionamento da crise política. Porém, não encaramos a adoção dessa prática como um equívoco do presidente, mas sim como o resultado do esgotamento da possibilidade de aprovar as Reformas de Base via Poder Legislativo.

275 Para mais detalhes ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Jango e o Golpe de 64 na caricatura. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

276 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Jango e o Golpe de 64 na caricatura. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

277 QUEIROZ, Manoel Virgílio de. A elaboração de uma crise: a inculpação e o alarmismo no Golpe contra Goulart (1961/1964). Tese de doutorado apresentada à USP. São Paulo, 1997. p. 7.

para não elaborar uma interpretação que aponte para a inevitabilidade do Golpe de 64, como se o governo João Goulart já estivesse condenado desde o seu início. Assim como Argelina Figueredo (1993), acreditamos que estas interpretações cometem o erro de promover uma racionalização do passado na forma de um determinismo absoluto.

5.2 A polarização do Poder Legislativo

Assim como diversos autores com os quais trabalhamos, entendemos que a polarização²⁷⁸ do sistema partidário brasileiro, durante os últimos anos da República de 46, foi um dos principais fatores responsáveis pela transição da crise política para o Golpe de Estado. Além do crescente enfrentamento entre os pólos opostos do Congresso Nacional - representados pelo PTB, mais a esquerda, e pela UDN, mais a direita - o cenário de fragmentação tornou-se mais intenso durante o governo João Goulart, quando o PSD abandonou a postura centrista que havia pautado sua atuação política durante o período entreditaduras.

Inicialmente abordaremos os fatores que determinaram a fragilização da aliança estabelecida entre petebistas e pessedistas, a partir de meados da década de 1950. Ao analisarmos o processo de fragmentação da base governista no Poder Legislativo durante a presidência de João Goulart, contraporem os estudos que definem a polarização do sistema partidário como sendo resultado da incapacidade administrativa do ex-presidente, ou até mesmo, fruto de uma suposta radicalização do Poder Executivo. No entanto, também examinaremos a maneira como algumas decisões de João Goulart contribuíram para a intensificação da crise política.

No decorrer deste tópico analisaremos também a maneira como o processo de ruptura da aliança entre petebistas e pessedistas se manifestou no Poder

278 Wanderley Guilherme dos Santos foi um dos primeiros autores a definir o sistema partidário brasileiro durante o governo João Goulart como sendo polarizado. Trabalhando com as reflexões teóricas de Giovanni Sartori, ele define um sistema político polarizado a partir das seguintes características: a existência de partidos anti-sistema, existência de oposições bilaterais pautadas por questões ideológicas, fuga do partido de centro caracterizado pela adoção de uma política extremista e através da existência de oposições irresponsáveis. Por fim, ele conclui que os sistemas políticos polarizados são os mais suscetíveis às crises políticas. Ver mais em: SANTOS, Wanderley Guilherme. Sessenta e Quatro: Anatomia da Crise. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1986. p. 26-28.

Legislativo, abordando, principalmente, o comportamento político da direção dos partidos com maior representação no Congresso Nacional. É necessário enfatizar que levaremos em consideração a grande heterogeneidade ideológica existente entre os membros de cada uma das agremiações. Logo, na maioria das vezes, as decisões partidárias que relataremos não condiziam necessariamente com a concordância de todos os parlamentares, os quais acabavam se dividindo em diferentes blocos interpartidários.

Portanto, trabalhando com a ideia de que setores da UDN mantiveram a postura golpista mesmo após o restabelecimento do regime presidencialista em 1963, desenvolveremos a hipótese de que o setor golpista foi reforçado pelos pessedistas no último trimestre do mesmo ano. Nesse contexto, destacaremos como o afastamento do PSD em relação à base governista foi decisivo para a intensificação da crise do governo João Goulart e, conseqüentemente, para a eclosão do Golpe de Estado.

5.2.1 Quando o PSD tornou-se oposição ao governo João Goulart

Como vimos anteriormente, o Partido Social Democrático e o Partido Trabalhista Brasileiro surgiram vinculados a uma identidade política em comum, o getulismo. Ambos faziam parte de um mesmo projeto político que visava a “construção de condições para que Vargas não fosse alijado completa e definitivamente da vida política nacional, no período da redemocratização em 1945”²⁷⁹. Apesar de buscarem a representação de diferentes setores da sociedade, e de seus projetos de governo conterem, inicialmente, pequenas divergências ideológicas, os dois partidos sempre lançaram candidaturas conjuntas nos processos eleitorais de escolha do Presidente da República. Vale lembrar também, que o anticomunismo estabeleceu forte identificação entre eles no momento de suas fundações.

A relação entre o PSD e a UDN, durante os primeiros anos da República de 46, também foi pautada pelo envolvimento político que ambas as agremiações

279 DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do Getulismo ao Reformismo*. São Paulo: Marco Zero, 1989. p. 261.

tinham com o getulismo. Enquanto os pessedistas traduziam a continuidade do projeto de governo elaborado por Getúlio Vargas, incorporando em seus quadros inúmeros ex-interventores e ex-ministros da ditadura estadonovista, os udenistas constituíam a única força partidária antigetulista no início do período de redemocratização. Porém, por mais que os partidos divergissem em relação à forma como pretendiam conduzir o Estado e suas políticas públicas, além de constantemente enfrentarem-se na disputa pelo cargo presidencial, podemos afirmar que a atuação deles representou, na maioria das vezes, os interesses dos setores da sociedade integrantes do “bloco no poder”.

Já a relação entre petebistas e udenistas pode ser enquadrada dentro do que Giovanni Sartori entende por oposição bilateral pautada por questões ideológicas; uma das principais características de um sistema político polarizado. Isso ocorreu principalmente porque os dois partidos tinham concepções divergentes de como conduzir a modernização capitalista do Estado brasileiro. Enquanto o PTB defendia a adoção de uma política reformista, orientada pelo nacionalismo e pela maior participação do Estado na economia, a UDN atrelava-se aos propósitos do empresariado dos setores bancário e industrial, defendendo a adoção de um regime amplamente liberal. Além também de representar os interesses de classe dos latifundiários. Vale destacar que as discordâncias entre eles tornaram-se mais evidentes a partir de 1954, quando o PTB iniciou um processo interno de reformulação ideológica que determinou a guinada de setores do partido mais à esquerda.

Deste modo, chegamos à configuração das alianças partidárias que compunham o Poder Legislativo em âmbito nacional, no início do governo presidencialista de João Goulart. As bases governistas eram compostas principalmente pela aliança PSD e PTB, e a oposição liderada pela UDN. Vale lembrar, que o apoio petebista foi de extrema importância para a sustentação da governabilidade dos presidentes pessedistas durante a República de 46. Em contrapartida, é necessário destacar que somente a aliança entre eles não foi, em nenhum momento, suficiente para garantir a estabilidade do governo João Goulart ou a aprovação das Reformas de Base.

Formulado esse cenário panorâmico da relação entre os partidos com maior representação no Poder Legislativo, analisaremos, a partir de agora, a intensificação da polarização do sistema partidário nacional, a qual pode ser caracterizada pelo gradual distanciamento do PSD em relação ao PTB, simultaneamente à sua aproximação junto à UDN. Partimos da premissa de que os desentendimentos ocorridos durante o governo João Goulart foram decisivos nesse processo. Porém, defenderemos a tese de que ele se iniciou antes mesmo da renúncia de Jânio Quadros, já no final da década de 1950.

Um dos primeiros fatores que identificamos como agente determinante do distanciamento entre petebistas e pessedistas foi a reformulação ideológica vivenciada pelo PTB após o suicídio de Getúlio Vargas. Influenciado pelo trabalhismo de Alberto Pasqualini, o partido passou a priorizar o atendimento às demandas do assalariado urbano na formulação de seus projetos de governo, se tornando, em alguns momentos, um pólo de oposição ao programa federal pessedista. Dessa maneira, o PTB rompeu laços com antigos projetos do PSD, atacando a timidez das reformas implementadas pelos presidentes pessedistas; ao mesmo tempo em que estabelecia novos compromissos políticos pautados pelo discurso reformista e nacionalista. Nesse ponto, concordamos com Lucília Delgado quando ela constata que a aliança entre petebistas e pessedistas fragilizou-se “quando seus projetos político-econômicos de longo prazo, no final dos anos de 1950, passaram a situar-se como embates de primeiro plano na vida política nacional”²⁸⁰.

Isto posto, entendemos que o afastamento também foi originado pela transformação da identidade ideológica petebista, uma vez que ela aproximou o partido de movimentos sociais que questionavam as condições econômicas e sociais brasileiras, promovendo uma guinada à esquerda de seus principais integrantes. Não foi a toa que, a partir desse momento, o PTB começou a integrar em seus quadros diversos políticos oriundos do PCB, os quais se encontravam excluídos da cena política em decorrência da ilegalidade partidária imposta aos comunistas.

280 DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do Getulismo ao Reformismo*. São Paulo: Marco Zero, 1989. p. 85.

É necessário destacar que o distanciamento ideológico se refletiu nas urnas. O PTB passou a atrair outro perfil de eleitores, intensificando a disputa pela hegemonia partidária no Congresso Nacional. Nesse contexto, as eleições legislativas de 1958²⁸¹, consideradas por alguns autores a primeira manifestação da nacionalização da política nacional²⁸², representaram um importante marco no processo de fragilização da aliança entre as duas agremiações. Enquanto a agenda política petebista se aproximava cada vez mais dos interesses de classe dos assalariados urbanos – em meio ao processo de industrialização e urbanização vivido no país²⁸³ - o projeto de governo pessedista continuava a priorizar as demandas conservadoras das elites que compunham o “bloco no poder”. De tal modo, concordamos com a tese de que o “crescimento eleitoral do PTB foi, concomitantemente, causa e efeito para que sua tendência partidária hegemônica assumisse posições mais reformistas”²⁸⁴. Consequentemente, o temor pessedista frente o crescimento eleitoral petebista²⁸⁵ tornou-se mais um elemento a dificultar a estruturação de alianças entre os dois partidos em âmbito federal.

Os sinais do distanciamento político entre o PSD e o PTB se tornaram mais evidentes durante a campanha para as eleições presidenciais de 1960. A chapa composta por Lott e João Goulart recebeu apoio de ambas as direções nacionais, no entanto internamente integrantes dos dois partidos se contrapunham à candidatura conjunta.

Fortalecido pelo constante crescimento eleitoral, o PTB estabeleceu algumas exigências políticas para concretizar a aliança com o PSD. Dentre elas, o partido requereu um maior comprometimento dos pessedistas com a Reforma Agrária e a

281 Nestas eleições, o PTB atingiu o número de 66 deputados federais e 5 senadores, passando a controlar 20,2% da Câmara de Deputados. Os outros principais partidos dominavam, respectivamente: 35,3% (PSD) e 21,5% (UDN).

282 D ARAÚJO, Maria Celina. *A ilusão trabalhista: O PTB de 1945 a 1965*. Tese de doutoramento IUPERJ. Rio de Janeiro, 1989. p. 118.

283 Vale destacar que nesse momento houve uma intensificação da politização dos trabalhadores brasileiros, caracterizado pelo crescimento do número de sindicatos de trabalhadores no Brasil, o qual chegou ao seu auge durante o governo João Goulart.

284 DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do Getulismo ao Reformismo*. São Paulo: Marco Zero, 1989. p. 207

285 Outro elemento que nos ajuda a entender o crescimento eleitoral petebista está atrelado ao proveito que o partido tirou de sua maior participação nas injunções administrativas governamentais durante o governo JK.

redistribuição das rendas públicas²⁸⁶, através da realização de ajustes na Constituição Federal. De tal modo, concordamos plenamente com a leitura da cena política realizada por Lucília Delgado, através da qual a autora afirma que o

“ano de 1959 caracterizou-se por uma situação paradoxal: a confirmação da aliança PSD-PTB, com vistas à eleição para o Poder Executivo, e a união PSD-UDN, com objetivo de impedir a aprovação de projetos reformistas e nacionalistas”²⁸⁷.

Além disso, é necessário destacar que setores petebistas mais à esquerda, próximos ao Partido Comunista Brasileiro, sentiam-se desconfortáveis perante o discurso anti-comunista recorrentemente adotado pelo candidato Henrique T. Lott.

Em relação ao PSD, as discordâncias frente à formação da aliança com o PTB expunham a intensa fragmentação interna pela qual o partido passava. Enquanto o grupo da “Ala Moça”, composto por políticos de caráter mais reformista, apoiava a candidatura de João Goulart para vice-presidente; as velhas lideranças do partido, intituladas a “Ala das Raposas”, rejeitavam vigorosamente a vinculação da legenda junto ao discurso reformista petebista. Segundo Maria Benevides (1981), o próprio presidente JK articulou entre os pessedistas o apoio à candidatura do udenista Juracy Magalhães. Esse processo de crescente discordância interna vivenciado pelas bases pessedistas foi decisivo para a polarização do sistema partidário e, conseqüentemente, para a intensificação da crise política que viria a se agravar durante do governo João Goulart. Notamos, assim, que a intensa polarização política também se manifestava internamente nos principais partidos.

Antes ainda do restabelecimento do regime presidencialista, o domínio pessedista sobre o sistema partidário nacional sofreu um novo golpe. As eleições de 1962 eram de suma importância, uma vez que estabeleceriam a configuração de forças no Poder Legislativo para o restante do governo João Goulart. Já sob influência da plataforma de Reformas de Base, a participação do operariado urbano e dos trabalhadores rurais no processo eleitoral foi decisiva, sendo o resultado final foi amplamente favorável ao PTB. Com a nova configuração do Congresso Nacional,

286Para entrar em contato com as outras exigências: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do Getulismo ao Reformismo*. São Paulo: Marco Zero, 1989. p. 201.

287 DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do Getulismo ao Reformismo*. São Paulo: Marco Zero, 1989. p. 203.

a maioria pessedista na Câmara de Deputados foi reduzida a somente duas cadeiras²⁸⁸. Deste modo, o PTB tornou-se o único partido a apresentar um processo de constante crescimento eleitoral durante o período da República de 46²⁸⁹.

Portanto, chegamos à conclusão de que o sistema partidário já se encontrava em intensa polarização - caracterizada, dentre outras coisas, pela fragilização da aliança política entre petebistas e pessedistas - antes mesmo do início do governo presidencialista de João Goulart. De tal modo, assim como Lucília Neves (1989), entendemos que a aliança entre os dois partidos só foi segura durante a década de 1950 porque a hegemonia do PSD sobre o PTB era absoluta em âmbito federal, e também no domínio do Congresso Nacional. A partir do momento em que a ascensão eleitoral petebista ameaçou o controle exercido pelo PSD sobre o sistema partidário, e os petebistas reforçaram o discurso reformista, iniciou-se o processo de concretização da ruptura entre eles.

O ano de 1963, marcado pelo restabelecimento do presidencialismo, foi crucial para o aceleração da polarização do sistema partidário e também para a transformação da crise do governo em uma crise do regime. A maneira como a distribuição de terras improdutivas e a extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores rurais foram debatidas no Congresso Nacional contribuiu decisivamente para a fragmentação da aliança que compunha a base governista. É importante lembrar, como vimos no capítulo anterior, que após o fracasso na negociação dos três diferentes projetos de Reforma Agrária, houve um endurecimento político da postura dos udenistas e pessedistas em relação ao programa de governo proposto pelo PTB. Logo, entendemos que após esses acontecimentos, o PSD aproximou-se paulatinamente da UDN, reforçando a coalizão anti-reformista dentro do Poder Legislativo, e atuando na condição de oposição ao governo João Goulart.

288 O PSD passou a contar com 118 deputados e o PTB com 116. Em porcentagem, a configuração da Câmara ficou da seguinte maneira: PSD 30,3%, UDN 23,4%, PTB 29,8%. Além disso, nessas eleições o PSD conquistou apenas 6 dos 21 postos do senado federal em disputa.

289 Em sua tese *A elaboração de uma crise: a inculpação e o alarmismo no golpe contra Goulart (1961/964)*, Manoel Queiroz produziu uma tabela sobre o declínio do voto conservador (PSD+UDN+coligação à direita), durante a República de 46, nas eleições para cargos legislativos. Os dados são os seguintes: 1945 = 77%, 1950 = 65%, 1954 = 61%, 1958 = 59%, 1962 = 47%.

É necessário destacar que a fragmentação da base governista também foi determinada pelos interesses políticos de alguns setores do PTB, como a Frente Ampla, que reivindicava a ruptura com o PSD. Alguns autores²⁹⁰ interpretam essa atitude como um equívoco político, afirmando que os petebistas se enganaram ao acreditar que conseguiriam a aprovação de sua agenda política sem a anuência dos pessedistas. Particularmente discordamos dessa linha de interpretação. Entendemos que a opção pela ruptura com o PSD só tornou-se majoritária dentre os petebistas a partir do momento em que eles perceberam a impossibilidade de aprovação das Reformas de Base via Congresso Nacional. Além disso, o distanciamento entre os integrantes dos dois partidos não deve ser interpretado somente a partir da atuação de determinados atores políticos. Logo, devemos levar em consideração a interferência que o distanciamento ideológico, pautado pelo conflito de projetos de modernização capitalista divergentes, exerceu sobre essa fragmentação.

Não foram apenas acontecimentos atrelados ao Poder Legislativo que determinaram a intensificação da polarização do sistema partidário durante o governo João Goulart. Duas medidas executadas pelo Poder Executivo, após o fracasso da efetivação do projeto de Reforma Agrária petebista, também contribuíram para que os pessedistas se distanciassem da base governista. A primeira delas foi a reforma ministerial promovida por Jango em junho de 1963. Se valendo da velha prática política característica dos governos de coalizão de barganhar apoio parlamentar através da concessão de cargos no alto escalão do governo, o presidente buscou o apoio dos setores mais reformistas do PSD, em uma última tentativa de aprovar as Reformas de Base via Congresso Nacional. Ministros ligados a Brizola, ou seja, aos setores mais a esquerda do PTB, foram afastados, em uma nítida tentativa de agradar o PSD. Em seus lugares foram nomeados pessedistas que se identificavam com as políticas nacionalistas e reformistas²⁹¹.

290 Dentre eles destacamos, Argelina Figueredo e Wanderley Guilherme dos Santos.

291 Dentre os novos ministros nomeados estavam: Carvalho Pinto (Fazenda), Oliveira Brito, Expedito Machado e Abelardo Jurema. San Tiago Dantas havia saído do Ministério da Fazenda e Celso Furtado do Planejamento. Houve também a troca dos ministros militares.

A substituição foi um grande fiasco. Além de não conseguir o almejado apoio pessedista para a realização das Reformas de Base, tendo em vista que a fragmentação do PSD resultou no fortalecimento do setor conservador, a decisão também gerou insatisfação entre os setores mais a esquerda do PTB. Consequentemente, apenas contribuiu para a intensificação da polarização do sistema partidário, e para o fracasso da tentativa de formação de um compromisso centrista que garantisse a aprovação da agenda governista. Ainda sobre a reformulação interna do Poder Executivo, concordamos com Wanderley Santos, (1986) quando ele afirma que a alta rotatividade nos cargos ministeriais, durante o governo João Goulart, configurou um cenário de instabilidade política. Porém, mais do que fruto de uma desordem administrativa, entendemos que ela foi resultado da busca pela estabilidade governamental em meio a um cenário político extremamente polarizado.

Um segundo equívoco foi cometido por João Goulart já no final de 1963. Pressionado pelas Forças Armadas e alvo de denúncias caluniosas feitas por Carlos Lacerda, o presidente pediu ao Congresso Nacional o decreto de Estado de Sítio. Como bem descreve Lucia Hippolito (1985), a

“reação ao pedido de Estado de Sítio mobiliza igualmente as esquerdas, o PSD e a oposição parlamentar, todos contra a medida; os governadores Magalhães Pinto, Miguel Arraes, Mauro Borges e Ademar de Barros também a condenavam”²⁹².

Frente à recusa da grande maioria dos parlamentares, o evento representou muito bem a maneira como Jango encontrava-se politicamente isolado e sem apoio no Poder Legislativo. Além disso, o pedido também foi decisivo para que o PSD se consolidasse na condição de oposição ao governo, tendo em vista que ele contribuiu para uma aproximação entre os pessedistas e udenistas. Nesse contexto, podemos afirmar que a atitude tomada pela maioria dos pessedistas configura o que Giovanni Sartori classifica como fuga do partido de centro pautada por uma decisão extremada, contribuindo decisivamente para a intensificação da crise política.

Devemos destacar que esse acontecimento foi decisivo para o fortalecimento do projeto golpista articulado pelos setores conservadores da sociedade e do Poder

292 HIPPOLITO, Lucia. De raposas e reformistas – o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 237.

Legislativo. Em meio à campanha de desconstrução da imagem pública de João Goulart articulada pelo complexo IPES/IBAD²⁹³ - destinada a legitimar a necessidade de sua exclusão da presidência - o pedido de Estado de Sítio tornou-se o argumento necessário para sustentar a tese de que o presidente representava uma ameaça à democracia brasileira, estando cada vez mais subordinado aos interesses do “inimigo comunista”.

Mesmo reconhecendo esses equívocos, gostaríamos de destacar nossa discordância em relação aos estudos que responsabilizam majoritariamente o Poder Executivo pela paralisação do sistema decisório, ou até mesmo, pela fragmentação do sistema partidário. No nosso entendimento, a inoperância do Poder Legislativo é decorrente principalmente da polarização do sistema partidário, a qual já vinha ocorrendo antes mesmo da ascensão de Jango à presidência, sendo concretizada pela transição do PSD para a oposição.

Ancorada em garantias constitucionais - que muitas vezes contribuíam para a primazia do Poder Legislativo sobre o Poder Executivo e para a manutenção dos privilégios de classe do “bloco no poder” (pautada pelos interesses de classe voltados à manutenção do monopólio da terra) - a aliança conservadora (UDN-PSD) foi decisiva para o impedimento da concretização do projeto reformista proposto pelos petebistas. Consequentemente, a inoperância do sistema tornou-se um sinal evidente da transição da crise do governo para a crise do regime democrático vigente durante a República de 46. Crise essa que poder ser caracterizada pela incapacidade das instituições políticas de absorver os conflitos de classe que emergiam da sociedade, e pelos constantes conflitos entre os poderes Executivo e Legislativo.

293 Para ter mais informações sobre esse processo ver: DREIFUSS, René Armand. 1964: A Conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981.

5.2.2 PSD: da oposição para a conspiração

Partindo do pressuposto de que “o rompimento do PSD é o sinal esperado pelos vários grupos de conspiradores civis e militares” ²⁹⁴ para efetivar o Golpe de Estado, uma vez que o Poder Executivo encontrava-se isolado no Congresso Nacional, passamos a analisar agora como e quando se deu a transição dos pessedistas da condição de oposição do governo, para a de co-organizadores do movimento golpista. No decorrer dessa reflexão, desenvolveremos uma argumentação que se contrapõe à tese de que “o movimento de 1964 não teve a chancela do PSD, como teve da UDN, do PSP e de outros partidos menores. O PSD – isto é, o comando nacional – passou para a oposição e não para a conspiração” ²⁹⁵. Além disso, também discordamos da concepção de que o PSD “jamais contribuiu para o rompimento da normalidade constitucional; em toda a sua história nunca o partido se afastou da observância escrita da legalidade e da continuidade institucional” ²⁹⁶.

Após diversos setores do Poder Legislativo recusarem o pedido de Estado de Sítio, se proliferou, dentre as fileiras do Congresso Nacional, a acusação de que João Goulart tramava a execução de um Golpe de Estado para se perpetuar no poder. De tal modo, o presidente do Senado Federal, o pessedista Auro de Moura Andrade, iniciou a organização da Vigília Cívica. Sob o pretexto de que pretendia resguardar a democracia brasileira perante as ameaças oriundas do Poder Executivo, ele convocou, no dia 13 de novembro de 1963, todos os parlamentares para participar de uma série de sessões extraordinárias durante o período de recesso parlamentar.

“Os membros do Senado Federal subscrevem o presente ato tendo em visto a gravidade da situação política bem como da econômica, financeira e social, e em consequência o indisfarçável dever dos parlamentares de se manterem em permanente vigilância prontos a votar os instrumentos legais de natureza urgente que se tornem necessárias, no período que deveria corresponder ao recesso constitucional do Poder Legislativo, resolvem com fundamento no

294 HIPÓLITO, Lucia. De raposas e reformistas – o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 242.

295 HIPÓLITO, Lucia. De raposas e reformistas – o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 234.

296 Idem. p. 233.

artigo 39 parágrafo único convocar o Congresso Nacional para com esse objetivo, se reunir extraordinariamente de 16 de dezembro do ano em curso a 8 de março de 1964. Senado Federal 13 de outubro de 1963”²⁹⁷.

Notamos que a convocação da Vigília Cívica foi realizada basicamente por senadores ligados à UDN e o PSD²⁹⁸, fato que já indica a consolidação da aproximação entre os dois partidos. Entendemos que a participação dos udenistas se inseria dentro do projeto de ataque ao governo João Goulart, realizado também pela grande mídia e pelo complexo IPES/IBAD, voltado à legitimação da necessidade de afastá-lo da presidência. Já a adesão de boa parte dos senadores pessedistas evidencia o fortalecimento do setor golpista existente no partido, tendo em vista que a direção nacional não tentou impedi-los. Devemos destacar também, que os parlamentares envolvidos na convocação do evento estiveram, meses depois, diretamente envolvidos na organização, execução e legitimação do Golpe de Estado. Em suas investigações sobre a participação de setores do Poder Legislativo no Golpe de 1964, Lucia Hippolito afirma que “Auro de Moura Andrade já participa a alguns meses do grupo conspirador que atua em São Paulo, liderado pelo general Cordeiro de Farias e pelo governador Ademar de Barros”²⁹⁹.

Além de escancarar a ruptura existente entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo após um ano de sucessivos desentendimentos, a convocação da Vigília Cívica contribuiu para intensificar o clima de desconfiança que pairava na sociedade brasileira. Na realidade, esta era a intenção por trás da organização do evento. Ao justificar sua participação, o senador udenista Mem de Sá afirmou: “é uma desconfiança. Assinei porque era um instrumento afirmativo da desconfiança ao

297 Assinaram o pedido: Pedro Ludovico (PSD), Atilio Fontana (PSD), Jefferson Aguiar (PSD), Walfredo Gurgel (PSD), Gilberto Marinho (PTN), Lobão da Silveira (PSD), José Feliciano (PSD), Irineu Bornhausen (UDN), Daniel Krieger (PSD), Milton Campos (UDN), João Agripino (UDN), Rui Palmeira (UDN), Eurico Rezende (UDN), Júlio Leite (PSD), Sebastião Archer (PSD), Eugênio Barros (PSD), Leite Neto (PSD), Guido Modin (PTB), Raul Giuberti (PSP), Joaquim Parente (UND), Silvestre Péricles (PST), Mem de Sá (PSD), Dinarte Mariz (UDN), Cattete Pinheiro (PST), Aloysio de Carvalho (PL).

298 Segundo Lucia Hippolito, “Na Câmara, Bilac Pinto (ligado ao grupo que conspira em torno do governador Magalhães Pinto) e Armando Falcão (aliado do governador Carlos Lacerda e um dos elementos de ligação entre a conspiração militar e o Congresso) atraem a adesão do PSD à ideia de Vigília Cívica”. IN: HIPPOLITO, Lucia. De raposas e reformistas – o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

299 HIPPOLITO, Lucia. De raposas e reformistas – o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 240.

presidente da República durante o recesso. E foi esse o objetivo” ³⁰⁰. O mesmo argumento foi utilizado um mês depois, durante a abertura dos trabalhos extraordinários, pelo vice-líder da UDN no senado, Eurico Rezende:

“esse período de convocação extraordinária do Congresso Nacional, certo de que os seus objetivos já estão alcançados, ou, retificando a sua única finalidade já está alcançada – a de nos mantermos em posição de vigilância contra possíveis medidas de exceção que o Poder Executivo, porventura, deseje pôr em prática” ³⁰¹.

Adotando uma postura mais comedida, os senadores pessedistas não optaram pelo confronto direto contra o Poder Executivo. A maioria deles se desvinculou da justificativa de que a organização do evento havia sido motivada pela existência de uma trama golpista presidencial. Nesse contexto, destacamos o pronunciamento feito por Pedro Ludovico no primeiro dia de Vigília Cívica: “fui dos que assinaram a convocação extraordinária não pelo receio de que o Senhor Presidente da República queira sair das normas legais para impor seu ponto de vista. Absolutamente” ³⁰². A mesma linha argumentativa, a qual tenta construir a ideia de que os pessedistas estavam apenas tentando auxiliar o Poder Executivo, se repete no comunicado do senador Atílio Fontana:

“se convocado extraordinariamente o Congresso poderá dar valiosa colaboração ao Presidente da República, votando projetos, realmente de grande urgência, como os temos vários em tramitação na Câmara e no Senado. Essa é minha intenção” ³⁰³.

Deste modo, a maioria dos integrantes do PSD alegava que o período seria de suma importância para a tomada de decisões políticas cruciais para o futuro do país.

Em uma tentativa de evitar o tensionamento da sua relação com os congressistas, o presidente João Goulart não se manifestou contrário à organização da Vigília Cívica. Além disso, ele buscou utilizar a convocação a seu favor destacando a importância do momento para a aprovação das Reformas de Base. No entanto, os congressistas petebistas não adotaram o mesmo tom conciliador, reforçando ainda mais a polarização que vigorava no Poder Legislativo. Em sua fala, Artur Virgílio, líder do PTB no senado, condenou a convocação do evento:

300 Trecho presente no diário do Senado Federal referente ao dia 15/11/1963. p. 3384.

301 Trecho presente no diário do Senado Federal referente ao dia 16/12/1963. p. 3927.

302 Trecho presente no diário do Senado Federal referente ao dia 16/12/1963. p. 3928.

303 Trecho presente no diário do Senado Federal referente ao dia 15/11/1963. p. 3385.

“Qual terá sido o objetivo dessa medida: Efeito político visando ao Sr. Presidente da REPÚBLICA? Tentativa de colocar S. Excelência sob suspeita perante a opinião pública, dando a entender que, no recesso, alguma medida pudesse ser adotada contra a democracia?”

304

Nesse contexto, a principal preocupação dos petebistas era refutar as acusações de que o presidente estava envolvido na organização de Golpe de Estado.

De maneira geral, interpretamos a convocação da Vigília Cívica como sendo parte integrante da trama golpista elaborada dentro do Poder Legislativo. Seu principal objetivo era caracterizar o presidente João Goulart como uma ameaça à democracia brasileira, legitimando, assim, a necessidade de sua exclusão do cargo presidencial. Por mais que os pessedistas não tenham adotado publicamente esse discurso, eles conheciam a postura golpista dos udenistas e tinham a percepção do que representava sua aproximação em relação a eles. Conforme constatamos nas análises documentais, a grande maioria dos congressistas sabia que as sessões previstas para ocorrer durante a Vigília seriam esvaziadas, como de fato foram. Logo, não seria esse o espaço apropriado para efetivar as negociações entre os poderes Executivo e Legislativo que se encontravam estagnadas. Entendemos que, além de concretizar a saída do PSD da base aliada, a associação do partido à Vigília Cívica também representou o início de sua transição para a condição de conspirador.

Encaminhando para a conclusão da reflexão sobre os fatores que contribuíram para a polarização do sistema partidário, e que resultaram, conseqüentemente, na eclosão do Golpe de Estado, gostaríamos, ainda, de nos contrapormos à tese de que

“de outubro de 1963 a março de 1964 verifica-se a acelerada agonia do regime, provocada por uma falsa demonstração de força das esquerdas, que gera como reação o recrudescimento da conspiração civil militar. Tudo isso assistido por um Poder Executivo errático, que ora fortalece as esquerdas, ora corteja as já fugidas forças de centro”

305

304 Trecho presente no diário do Senado Federal referente ao dia 15/11/1963. p. 3929.

305 HIPPIÓLITO, Lucia. *De raposas e reformistas – o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 239.

Ou seja, discordamos da leitura de que a intervenção militar tenha sido decorrente de uma suposta radicalização dos movimentos sociais de esquerda, dos petebistas, ou até mesmo, dos representantes do Poder Executivo.

Como vimos anteriormente, a agonia do regime partidário já havia se iniciado antes mesmo da ascensão de João Goulart à presidência. Também descartamos a tese de recrudescimento golpista, uma vez que diversos setores da UDN mantinham o projeto de conspiração civil, desde a renúncia de Jânio Quadros. Nesse caso, mesmo concordando que o Poder Executivo tenha cometido equívocos políticos, e que a atuação dos movimentos sociais de esquerda tenha contribuído para a intensificação da crise parlamentar e dos conflitos políticos na sociedade, entendemos que o deslocamento dos pessedistas para a condição de oposição e, posteriormente para a conspiração, tenha sido o fator decisivo para a eclosão do Golpe de 1964.

Para fundamentar esse raciocínio, não podemos esquecer do importante papel político desempenhado pelo PSD durante a República de 46. Possuindo a maior bancada no Poder Legislativo, e tendo comandado a presidência do país durante boa parte desse período, o partido tornou-se o fiel da balança do sistema partidário, atuando diversas vezes como moderador do sistema e solucionador das crises políticas. No entanto, a maioria de seus integrantes abandonou a postura conciliatória a partir do momento no qual percebeu que a supremacia política do partido no Congresso Nacional e na sociedade estava ameaçada. Formou-se, assim, a aliança conservadora entre pessedistas e udenistas³⁰⁶, a qual foi decisiva para o êxito do Golpe de Estado.

Ao refletirmos sobre a aproximação entre eles na formação da oposição ao governo João Goulart dentro do Congresso Nacional, devemos lembrar que o golpismo era um dos principais princípios políticos da UDN. Princípio esse que não era oculto, e que foi reforçado pelo fato de Jango representar os preceitos predominantes que sustentavam o discurso intervencionista udenista, entre eles: antigetulismo, anticomunismo e antinacionalismo. Os pessedistas não eram

306 Além disso, fatores como o mau relacionamento entre o presidente e setores das Forças Armadas, e a desconfiança do governo estadunidense em relação às pretensões de João Goulart, em meio ao contexto da Guerra Fria, também contribuíram para a formação do bloco golpista.

ingênuos. Além de conhecerem a histórica postura golpista da UDN, também sabiam o quanto sua aproximação fortaleceria a oposição. De fato, o Comando Nacional do PSD não oficializou a adesão do partido ao movimento golpista, mas, na prática, ao se aproximarem da UDN, seus integrantes tinham consciência de que estavam se associando os setores golpistas. Consequentemente, revigorou-se a concepção elitista de política da UDN, a qual acreditava que o projeto de modernização capitalista do Estado brasileiro só seria viável através do estabelecimento de um governo autoritário.

Levando em consideração que o PSD e a UDN “são partidos da ordem, defensores da mesma política agrária e salarial – enfim, dois partidos conservadores e das classes dominantes” ³⁰⁷, identificamos outros fatores que contribuíram para a formação do bloco golpista. Dentre eles, gostaríamos de destacar o temor que tanto udenistas, quanto pessedistas, possuíam em relação ao processo de politização dos trabalhadores, caracterizado pelo crescimento do número de sindicatos operários e pela rápida institucionalização do movimento dos trabalhadores rurais. Temendo que a aprovação das Reformas de Base contribuísse para a intensificação deste processo, e inclusive para uma maior participação de operários e trabalhadores rurais nos espaços de decisões políticas, os partidos conservadores passaram a cogitar o rompimento do regime democrático como meio de evitar a perda de seus privilégios políticos e sociais.

Defendemos, então, que a polarização do sistema partidário seja interpretada também como o resultado direto da crescente divergência entre os interesses de classe representados no Congresso Nacional. Logo, concordamos com Aspásia Camargo quando ela sustenta a tese de que a “polarização crescente das tensões entre proprietários rurais e trabalhadores, repercute sobre os partidos e incita o PSD a definir posições avançadas, tendo em vista a composição das bases do partido, de cunho fortemente ruralista” ³⁰⁸. Consequentemente, ao mesmo tempo em que o conflito de determinados interesses de classe resultou na polarização dos partidos

307 BENEVIDES, Maria Victória. *UDN e o udenismo: ambigüidade do liberalismo brasileiro 1945-1965*. São Paulo: Paz e Terra, 1981. p. 218.

308 CAMARGO, Aspásia. *A Questão Agrária: Crise de Poder e Reformas de Base (1930 a 1964)*. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano, Tomo III. São Paulo: Difel, 1986. p. 99

dentro do Poder Legislativo, a disputa política decorrente desta fragmentação colaborou para o tensionamento das posições políticas na sociedade. Deste modo, concluímos que o conflito conjuntural entre os poderes Executivo e Legislativo contribuiu diretamente para a potencialização dos conflitos ideológicos da sociedade, sendo crucial para o desgaste do governo João Goulart e para a legitimação do Golpe de Estado.

Por fim, é necessário destacar que a consolidação do projeto golpista em meio a alguns setores do Poder Legislativo foi posterior ao fracasso das negociações dos diferentes projetos de Reforma Agrária no Congresso Nacional, e anterior à suposta radicalização do Poder Executivo ou dos movimentos sociais de esquerda. Fatores esses que abordaremos no próximo tópico. Portanto, desenvolveremos a hipótese de que a adesão do PSD ao movimento golpista, configurada pelo seu distanciamento em relação ao centro, simbolizou a etapa final da transformação da crise do governo João Goulart em uma crise do regime democrático, contribuindo decisivamente para a eclosão do Golpe de 1964.

5.3 O Poder Executivo e o Poder Legislativo adotam novas estratégias da ação política

Retomando a tese de que a negociação fracassada dos diferentes projetos de Reforma Agrária esgotou a possibilidade de efetivação das Reformas de Base via Congresso Nacional, transferindo o confronto das forças políticas do campo institucional para a luta de classes, analisaremos, neste tópico, os conflitos ocorridos entre Poder Legislativo e Poder Executivo durante o último mês do governo João Goulart. De tal modo, examinaremos as estratégias adotadas pelos dois poderes, seja na tentativa de justificar a necessidade de excluir o presidente de seu cargo, ou em decorrência do intuito de forçar os congressistas, através da pressão popular, a aprovarem a agenda governista.

A reflexão será pautada pelo objetivo de contrapor a tese de que, ao optar pela via política da radicalização durante o mês de março de 1964, o Poder Executivo foi diretamente responsável pela eclosão do Golpe de Estado. Ao mesmo

tempo, refutaremos as interpretações que atribuem ao Poder Legislativo uma conduta política passiva, ou até mesmo caracterizada por certa paralisia, durante o mesmo período, eximindo-o assim de qualquer responsabilidade pela queda do presidente democraticamente eleito.

Ao questionarmos o caráter valorativo existente por trás do conceito de radicalização, adotado tanto pelos opositores de João Goulart quanto por boa parte dos autores com os quais trabalhamos, discutiremos a concepção de democracia que a ele está atrelada. Mesmo não concordando com sua utilização para caracterizar a conduta do governo no mês que antecedeu o Golpe de Estado, retomaremos o conteúdo trabalhado no tópico anterior para demonstrar que a aproximação do presidente junto às massas só se efetivou após a consolidação do projeto golpista conservador no Congresso Nacional. Esta é uma reflexão de suma importância, uma vez que os conflitos ocorridos após a realização da Vigília Cívica determinaram a etapa final da transição da crise do governo para a crise do regime democrático vigente durante a República de 46.

5.3.1 O Poder Executivo recorre às massas

Após o abandono do Plano Trienal³⁰⁹ e das sucessivas tentativas fracassadas de aprovar o projeto de Reforma Agrária, tornou-se evidente que o Poder Executivo não conseguiria efetivar as Reformas de Base através de um acordo com o Congresso Nacional. Constatada a impossibilidade, João Goulart abandonou a estratégia conciliatória que havia adotado durante todo o ano de 1963, e passou a pressionar o Poder Legislativo através de uma aproximação em relação às massas, conforme propunham as correntes mais a esquerda do PTB. Nesse contexto, o Comício da Central do Brasil foi o primeiro, dentre uma série, de eventos planejados com o objetivo de forçar os parlamentares a aprovarem a agenda reformista proposta pelo governo.

309 Como vimos anteriormente, ele foi alvo de duras críticas tanto dos empresários quanto dos movimentos sindicais.

A Central Geral dos Trabalhadores, a Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base e políticos³¹⁰ ligados à alta cúpula do PTB se responsabilizaram pela organização do evento, que pretendia contar com a enorme presença de sindicatos e movimentos sociais de esquerda. A maneira como foi realizada a divulgação evidencia o descontentamento das classes trabalhadoras em relação a não efetivação das Reformas de Base, demonstrando o quanto os operários e trabalhadores rurais estavam mais atuantes na cena política nacional.

“[...] as entidades sindicais e organizações que subscrevem esta convocação, na qualidade de autênticas e legítimas representantes de todas as categorias profissionais de trabalhadores da cidade e do campo, dos servidores públicos civis e militares, dos estudantes e das demais camadas e setores populares, juntamente com a Frente Parlamentar Nacionalista, convoca os trabalhadores e o povo em geral para participarem da concentração popular que será realizada no próximo dia 13 de março sexta-feira, com início às 17h30min, na Praça da República ao lado da central do Brasil e para a qual está convidado, e comparecerá, o senhor presidente da República. Os trabalhadores e o povo em geral demonstrarão, nesta oportunidade, que estão decididos a participar, ativamente, das soluções para os problemas nacionais e manifestarão uma inabalável disposição a favor das Reformas de Base, entre as quais a agrária, a bancária, a administrativa, a universitária e a eleitoral, e querem vê-las concretizadas neste ano de 1964. De igual forma, manifestando em praça pública a defesa das liberdades democráticas e sindicais, exigiremos também a extensão dos direitos do voto aos analfabetos, soldados, marinheiros e cabos, e a elegibilidade para todos os eleitores, bem como necessidade da imediata anistia a todos os civis e militares indiciados e processados por crimes políticos e pelo exercício de atividades sindicais. Conclamamos os trabalhadores e o povo em geral para esta demonstração cívica de unidade e patriotismo, na defesa das soluções populares e nacionalistas e de que, de sua mobilização, depende o êxito de qualquer programa que vise ao atendimento das necessidades sociais e dos supremos interesses na nação, como a reformulação da política econômico-financeira e de medidas outras que conduzam ao fortalecimento do monopólio estatal do petróleo e a ampliação da PETROBRÁS, à efetivação da reforma agrária, como a declaração de utilidade pública ou de interesse social para efeito de desapropriação e entrega aos camponeses sem terra, das áreas inaproveitadas situadas às margens dos açudes, ferrovias e rodovias, cujo o decreto deverá o presidente da República assinar na oportunidade daquele ato público. Tudo pela concretização das Reformas de Base! Tudo pelas

310 Entre eles podemos citar José Gomes Talarico e Gilberto Crockart de Sá.

liberdades democráticas e sindicais! Todos à concentração popular do dia 13 de março às 17h30min na Praça da República!”³¹¹.

Antes ainda de analisarmos o significado da participação de João Goulart no Comício da Central do Brasil, é necessário nos aprofundarmos na interpretação do contexto político no qual o evento foi realizado. Retomando a concepção de consciência de classe apresentada no início da dissertação, entendemos que os operários e trabalhadores rurais viviam naquele período uma crescente insatisfação perante as relações capitalistas de trabalho, questionando principalmente a concentração das terras produtivas no país. Esse processo é evidenciado pelo aumento do número de sindicatos, pela formação das Ligas Camponesas e também através das lutas pela extensão da legislação trabalhista para os trabalhadores rurais³¹².

Nesse contexto, a ocorrência de inúmeras greves pode ser encarada como um fortalecimento do movimento sindical, além de um possível meio de ruptura das estruturas que garantiam às elites o monopólio do poder político (a concentração de terra e a restrição do direito a voto aos analfabetos). Portanto, assim como Caio Toledo, entendemos que esse foi um dos períodos de maior politização das classes trabalhadoras em toda história brasileira. Segundo ele, os

“tempos de Goulart singularizaram-se dentro da história política brasileira: neles, a política deixou de ser privilégio do parlamento, do governo e das classes dominantes, para alcançar de forma intensa a fábrica, o campo, o quartel”³¹³.

Operários e trabalhadores rurais estavam decididos a efetivar suas reivindicações políticas pressionando os poderes Executivo e Legislativo, até então dominados pelos setores que compunham o “bloco no poder”. De tal modo, o confronto das forças políticas, que durante a maior parte da República de 46 esteve restrito ao campo institucional, começou a ganhar, cada vez mais, contornos de um verdadeiro cenário de luta de classes.

311 Trecho transcrito de COSTA, Sérgio Amad. O CGT e as lutas sindicais brasileiras (1960-64). São Paulo: Grêmio Politécnico, 1981. p. 143.

312 Segundo Caio Navarro de Toledo, houve 435 greves durante os três anos que João Goulart presidiu o país, frente às 177 ocorridas durante o governo JK.

313 TOLEDO, Caio Navarro de. O Governo Goulart e o golpe de 64. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 67.

Em meio a esse processo, destaca-se a formação da Frente de Mobilização Popular. Fundada em 1962, sob a orientação de Leonel Brizola e Sérgio Magalhães, o grupo uniu sindicatos como o CGT e a PUA, congressistas integrantes da Frente Parlamentar Nacionalista, além de membros do Poder Executivo. Na prática, tratava-se de um movimento extraparlamentar, organizado em plano nacional, que constantemente exigiu do Poder Legislativo um maior comprometimento com as causas e reivindicações populares. O próprio governo João Goulart³¹⁴ foi inúmeras vezes criticado pela política conciliatória adotada durante as negociações das Reformas de Base. Segundo Lucilia Delgado, “foi uma experiência em que a militância política ultrapassou o estágio da luta eminentemente corporativa para se incorporar a um novo estágio da luta social e política”³¹⁵. Portanto, entendemos que a Frente passou a ter um caráter de bloco classista, evidenciando a formação do cenário de luta de classes que se efetivou no período.

A adesão da FMP junto ao grupo responsável pela organização do Comício da Central do Brasil trouxe a tona o receio que as classes integrantes do “bloco no poder” tinham em relação ao processo de proletarização das classes médias, à maior participação das classes populares na cena política e à mobilização das associações estudantis. É necessário lembrar, que naquele período as direções sindicais pressionavam constantemente o Congresso Nacional, ameaçando-o através da possibilidade de realização de greves gerais. Era claro o quanto operários e trabalhadores rurais não se sentiam representados pelo Poder Legislativo, não sendo essa uma bandeira radical, mas sim a constatação de uma sub-representação política efetiva.

Nesse contexto, o fortalecimento do sindicalismo dentro da esfera de tomada de decisões do PTB³¹⁶ contribuiu para o crescimento do temor das elites em relação ao processo de politização das classes trabalhadoras e, conseqüentemente, para a maturação do projeto conservador de Golpe de Estado. De tal modo, concordamos

314 Dirigiu críticas em relação à demora na realização das Reformas de Base, ao conteúdo do Plano Trienal e também condenou o pedido de Estado de Sítio.

315 DELGADO, Lúcia de Almeida Neves. PTB: do Getulismo ao Reformismo. São Paulo: Editora Marco Zero, 1989. p. 216.

316 É necessário destacar, que mesmo durante esse processo de fortalecimento do movimento sindical, o PTB continuou tentando manter uma relação de controle e tutela com os diferentes sindicatos.

com a interpretação realizada por Aspásia Camargo (1986), através da qual ela afirma que a emergência da atuação política das classes populares durante o governo João Goulart perturbou, de maneira profunda, a aliança das classes dominantes que compunham o “bloco no poder”.

Foi assim que, no dia 13 de março de 1964, aconteceu, no Rio de Janeiro, o Comício da Central do Brasil. Mesmo com a tentativa do governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, de esvaziar o pronunciamento, decretando feriado naquele dia, o evento contou, segundo dados oficiais, com a presença de aproximadamente 200 mil pessoas em meio a inúmeras faixas de sindicatos³¹⁷ e bandeiras do Partido Comunista. O primeiro orador a subir no palanque foi José Serra, então presidente da UNE. Em seguida, discursaram Miguel Arraes e Leonel Brizola, dois dos principais representantes da ala mais a esquerda do PTB. Jango foi o último a falar, para uma platéia já eufórica quanto às possibilidades de efetivação das Reformas de Base.

A presença de João Goulart no Comício da Central do Brasil tinha como principais objetivos a aprovação das Reformas de Base e a legitimação do caráter democrático da proposta de reforma constitucional. Após colher sucessivos fracassos no Congresso Nacional durante o ano de 1963, o presidente decidiu adotar um novo comportamento político, caracterizado pelo enfrentamento direto contra seus opositores. Aliás, esse posicionamento já estava claro antes mesmo de ele discursar, uma vez que, Leonel Brizola e Miguel Arraes haviam convidado o governo a abandonar a política conciliatória até então praticada, exigindo a adoção de uma política voltada a questões nacionalistas e populares. É necessário lembrar que essa estratégia de enfrentamento direto já vinha sendo exercida por alguns setores do PTB³¹⁸ e por inúmeros outros políticos ligados a FNP, desde a derrota da Emenda Bocaiúva Cunha.

Em linhas gerais, entendemos que o conteúdo do discurso proferido por Jango é um reflexo direto do cenário de tensionamento e enfrentamento político que caracterizou o mês que antecedeu o Golpe de 1964. Tanto que, já no início de sua

317 Para evitar que o feriado decretado por Lacerda pudesse esvaziar o evento, o governo financiou inúmeros ônibus para levarem os sindicalistas até o Comício.

318 Liderados por políticos como: Miguel Arraes, Leonel Brizola e Almino Afonso.

fala, o presidente fez questão de condenar a postura política dos inimigos de seu governo:

“Democracia para esses democratas não é o regime da liberdade de reunião para o povo: o que eles querem é uma democracia de povo emudecido, amordaçado nos seus anseios e sufocado nas suas reivindicações. A democracia que eles desejam impingir-nos é a democracia antipovo, do anti-sindicato, da anti-reforma, ou seja, aquela que melhor atende aos interesses dos grupos a que eles servem ou representam” ³¹⁹.

Analisando o documento percebemos que o presidente relacionou constantemente as propostas de seu governo aos anseios populares. Essa associação era parte central da estratégia de legitimar a postura de enfrentamento direto perante setores da sociedade contrários à realização das Reformas de Base.

“[...] mas estaria faltando com meu dever se não transmitisse, também, em nome do povo brasileiro, em nome das cento e cinquenta ou duzentas mil pessoas que aqui estão, caloroso apelo ao Congresso Nacional, para que venha ao encontro das reivindicações populares, para que, em seu patriotismo, sinta os anseios da Nação, que quer abrir caminho, pacífica e democraticamente, para melhores dias” ³²⁰.

Ao mesmo tempo em que rebateu as acusações de que estava tramando a execução de um Golpe de Estado para manter-se no poder, João Goulart condenou seus opositores por não legislarem a favor dos anseios populares. Desta forma, ele tentou caracterizar as propostas de seu programa de governo como democráticas, uma vez que eram, segundo ele, fruto das reivindicações que emanavam do povo em defesa da soberania nacional. Foi, ancorado nesse argumento, que ele tentou legitimar a necessidade da realização das Reformas de Base:

“Governo nenhum, trabalhadores, povo nenhum, por maior que seja seu esforço, e até mesmo o seu sacrifício, poderá enfrentar o monstro inflacionário que devora os salários, que inquieta o povo assalariado, se não forem efetuadas as reformas de estrutura de base exigidas pelo povo e reclamadas pela Nação” ³²¹.

E também da reforma constitucional:

319 Trecho do discurso de João Goulart realizado no Rio de Janeiro no dia 13 de Março de 1964, retirado de transcrição feita por Hélio Silva no livro “1964: golpe ou contra golpe?” publicado pela Editora Civilização Brasileira no ano de 1975.

320 Idem.

321 Idem.

“Não receio ser chamado de subversivo pelo fato de proclamar, e tenho proclamado e continuarei a proclamando em todos os recantos da Pátria – a necessidade da revisão da Constituição, que não atende mais aos anseios do povo e aos anseios do desenvolvimento desta Nação” ³²².

Ao adotar uma postura mais incisiva, o presidente demonstrou sua preocupação em desvencilhar-se das críticas de político conciliador, recorrentemente realizada pelos movimentos sociais de esquerda e, inclusive, por integrantes do seu partido: “[...] tenho autoridade para lutar pela reforma da atual Constituição, porque esta reforma é indispensável e porque seu objetivo único e exclusivo é abrir o caminho para a solução harmônica dos problemas que afligem o nosso povo” ³²³.

Vale destacar, também, que não foi apenas a maneira como João Goulart se expressou durante o discurso que caracterizou sua opção pelo enfrentamento. Mesmo sem a aprovação do Poder Legislativo, o presidente anunciou no final do discurso a assinatura do decreto da SUPRA³²⁴ e a encampação de todas as refinarias particulares de petróleo. Novamente ele recorreu à estratégia de se colocar no lugar de porta voz dos anseios populares para caracterizar as medidas como democráticas.

“A reforma agrária não é capricho de um governo ou programa de um partido. É produto da inadiável necessidade de todos os povos do mundo. Aqui no Brasil, constitui a legenda mais viva da reivindicação do nosso povo, sobretudo daqueles que lutaram no campo” ³²⁵.

A aprovação do decreto da SUPRA e a estatização das refinarias gerou grande desconforto entre os setores do Poder Legislativo contrários à realização das Reformas de Base. A medida foi encarada como um indício de que o governo poderia iniciar um projeto de distribuição de terras improdutivas mesmo sem o aval dos congressistas. Além disso, os sinais de que o governo levaria em frente o projeto de Reforma Urbana – recusada no Congresso Nacional durante o ano de

322 Idem.

323 Idem.

324 A SUPRA havia sido criada para planejar, elaborar e executar a Reforma Agrária. O projeto de lei havia sido aprovado em 1962, só que as primeiras desapropriações por ele realizadas só aconteceram em 1964.

325 Trecho do discurso de João Goulart realizado no Rio de Janeiro no dia 13 de Março de 1964, retirado de transcrição feita por Hélio Silva no livro “1964: golpe ou contra golpe?” publicado pela Editora Civilização Brasileira no ano de 1975.

1963 - também contribuíram para que muitos dos opositores de Jango se decidissem pela adesão junto os setores golpistas do Congresso Nacional. Segundo João Goulart:

“Dentro de poucas horas, outro decreto será dado ao conhecimento da Nação. É o que vai regulamentar o preço extorsivo dos apartamentos e residências desocupados, preços que chegam a afrontar o povo e o Brasil, oferecidos até mediante o pagamento em dólares. Apartamento no Brasil só pode e só deve ser alugado em cruzeiros, que é dinheiro do povo e a moeda deste país. Estejam tranqüilos que dentro em breve esse decreto será uma realidade” ³²⁶.

Identificamos, no decorrer de todo o pronunciamento, a existência de uma preocupação constante de João Goulart em refutar as acusações de que sua aproximação junto às massas simbolizava um ato radicalizado. Já sabendo que sua opção pelo enfrentamento direto seria utilizada como argumento para sustentar a acusação de que ele representava uma ameaça ao regime democrático brasileiro, ele afirmou:

“Perdem seu tempo os que temem que o governo passe a empreender uma ação subversiva na defesa de interesses políticos ou pessoais; como perdem igualmente o seu tempo os que esperam deste governo uma ação repressiva dirigida contra os interesses do povo” ³²⁷.

Em seguida, ele também demonstrou já ter conhecimento da existência de uma campanha golpista para derrubá-lo do poder, constatando que ela seria intensificada a partir daquele momento:

“Ao encerrar, trabalhadores, quero dizer que me sinto reconfortado e retemperado para enfrentar a luta que tanto maior será contra nós quanto mais perto estivermos do cumprimento de nosso dever. À medida que esta luta apertar sei que o povo também apertará sua vontade contra aqueles que não reconhecem os direitos populares, contra aqueles que exploram o povo e a Nação” ³²⁸.

Mesmo assim, João Goulart encerrou o pronunciamento reafirmando a sua postura de enfrentamento, convocando o apoio do povo contra qualquer medida de seus inimigos.

“O governo, apesar dos ataques que tem sofrido, apesar dos insultos, não recuará um centímetro sequer na fiscalização que vem

326 Idem.

327 Idem.

328 Idem.

exercendo contra a exploração do povo. E faço um apelo ao povo para que ajude o governo na fiscalização dos exploradores do povo, que são também exploradores do Brasil” ³²⁹.

Na opinião de alguns autores³³⁰, a participação do presidente no Comício da Central do Brasil, associada aos decretos anunciados no decorrer do evento, simbolizou “a escolha de Goulart pela política de radicalização pregada pelas esquerdas” ³³¹. Deste modo, eles afirmam que a associação de Jango às massas simbolizou a formação de uma união política entre Poder Executivo, setores radicais do PTB e alguns movimentos sociais de esquerda, que planejavam o fechamento do Congresso Nacional e a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte voltada para a realização das Reformas de Base.

Nesse sentido, Wanderley Santos afirma que, ao se aproximar dos grupos mais radicalizados, Goulart fechou aos poucos os canais possíveis de negociação. Em seguida ele condena a estratégia adotada pelo presidente alegando que “a radicalização doutrinária, creio, é um mau caminho para se atingir a meta do desenvolvimento social” ³³². Já Argelina Figueredo (1993) entende que a radicalidade dos discursos exacerbaram as suspeitas sobre as intenções golpistas do Poder Executivo, contribuindo para que a oposição se apropriasse do tema da defesa da legalidade e dissociasse, através de todos os meios de comunicação possíveis, o governo do regime. Em certa medida, ambas as interpretações têm em comum o objetivo de confirmar a tese de que o Golpe de 1964 também foi consequência da existência de um iminente projeto golpista, ou até mesmo da falta de compromisso democrático, de alguns sindicatos e movimentos sociais de esquerda.

Partindo da concepção de que

“a radicalização do Estado não deve ser avaliada pelo conteúdo das medidas que fomenta, nem sempre significativo, mas pelos efeitos

329 Idem.

330 Dentre eles, Alfred Stepan, Thomas Skidmore, Argelina Figueredo e Wanderley Guilherme dos Santos.

331 FERREIRA, Jorge. O trabalhismo radical e o colapso da democracia no Brasil. IN: 1964/2004: 40 anos do golpe. Rio de Janeiro: FAPERJ/7Letras, 2004. p. 49.

332 SANTOS, Wanderley Guilherme. Sessenta e Quatro: Anatomia da Crise. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1986, p. 137

que produziram ou poderiam produzir sobre uma sociedade mobilizada e uma classe política cindida nos centros de poder”³³³,

discordamos das teses que tendem a responsabilizar os movimentos sociais e o governo João Goulart - em decorrência da aproximação estabelecida entre eles a partir do Comício da Central do Brasil – pela intensificação dos conflitos políticos que resultaram na eclosão do Golpe de 1964.

Também divergimos das análises que responsabilizam o Poder Executivo pela perda de capacidade do Congresso Nacional de absorver as crises políticas que emergiram da sociedade, no mês que antecedeu o Golpe de Estado. Como vimos anteriormente, o Poder Legislativo já se encontrava inoperante desde meados de 1963, em decorrência da polarização do sistema partidário e do acirramento da luta de classes. Já não existiam mais canais possíveis de negociação entre os diferentes projetos de modernização capitalista em disputa. De tal modo, entendemos que a inoperância era decorrente tanto da influência exercida pelos setores contrários às Reformas de Base, quanto da falta de convergência tática dos grupos favoráveis; e não fruto de uma suposta incapacidade administrativa ou radicalidade política do presidente.

É necessário destacar que a utilização do conceito “radicalização” para descrever a aproximação de João Goulart em relação às massas era comum, principalmente, entre setores da sociedade contrários à realização das Reformas de Base, e temerosos quanto o processo de politização das classes trabalhadoras. Possuindo um caráter pejorativo, o conceito tornou-se um importante instrumento semântico na campanha de desconstrução da imagem pública do presidente, articulada pelos setores conservadores, com o intuito de legitimar a necessidade de uma intervenção militar. Deste modo, passamos a questionar sua utilização na descrição da conduta política de Jango no mês que antecedeu sua queda. Além disso, também entendemos que o fato de considerar radical o ato do presidente se dirigir diretamente às massas transparece uma concepção elitista de democracia, semelhante àquela defendida pelos udenistas.

333 CAMARGO, Aspásia. A Questão Agrária: Crise de Poder e Reformas de Base (1930 a 1964). In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano, Tomo III. São Paulo: Difel, 1986. p. 128.

Mesmo divergindo das análises que responsabilizam o Poder Executivo pela eclosão do Golpe de 1964, concordamos que a esquerdização do governo João Goulart - caracterizada pela sua aproximação junto aos movimentos sociais que questionavam a legitimidade do Poder Legislativo e de alguns setores do governo - contribuiu diretamente para a intensificação do tensionamento que pairava sobre a cena política nacional. Nesse contexto, a adoção de uma postura de enfrentamento determinou o crescimento da desconfiança de setores conservadores do Congresso Nacional. Após a realização do Comício da Central do Brasil, os integrantes do “bloco no poder” passaram a se sentir ameaçados, uma vez que o evento simbolizou o reforço e a legitimação das reivindicações populares.

No entanto, discordamos das análises que afirmam que a

“esquerda e direita lutavam naquele momento pela tomada do poder, por vias não democráticas, como que numa corrida em que largavam em igualdade de condições e objetivos idênticos, tratando-se de observar apenas quem foi mais forte ou chegou antes para definir o rumo do país”³³⁴.

Entendemos que a interpretação não se sustenta, uma vez que houve sucessivas tentativas de Golpe de Estado articuladas pela elite conservadora e pelas Forças Armadas durante a República de 46, contrariando, assim, a tese de que largavam em igualdade de condições. Além disso, não podemos afirmar que ambas possuíam objetivos idênticos. A conjuntura dos últimos meses do governo Jango era muito mais favorável a interesses de setores da esquerda, tornando contraditória a tese de que eles tinham o objetivo de derrubar o governo. Vale ainda destacar, que muitas obras partem desse pressuposto para responsabilizar os movimentos sociais de esquerda pela implantação do regime militar.

No nosso entendimento, ao se aproximar das massas, João Goulart colocou em prática o plano de utilizar a mobilização popular para pressionar o Poder Legislativo a aprovar seu programa de governo. Desta forma, o Comício da Central do Brasil representou a última esperança do Poder Executivo quanto à possibilidade de efetivação das Reformas de Base. Além de ter respaldo de setores mais a esquerda do PTB, essa estratégia também estava atrelada a uma concepção política

334 MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. Revista Brasileira de História. São Paulo. V. 28, nº55 p. 245-263 (p. 252).

isebiana, influenciada pela ideologia nacional popular, a qual indicava que caberia ao povo a responsabilidade de liderar as transformações socioeconômicas através da pressão política e da atuação cotidiana.

Deste modo, não avaliamos a aproximação do presidente em relação às massas como sendo um desrespeito ao sistema democrático, muito menos como um indício da existência de um projeto golpista organizado pelo Poder Executivo. Na realidade, a encaramos como resultado tanto da pressão exercida por setores mais a esquerda do PTB e dos sindicatos, quanto da necessidade de formar uma base política para a efetivação do projeto governista. Tudo isso atrelado à falta de apoio institucional do Poder Legislativo. Ou seja, ela foi fruto da perda de capacidade de direção política do seu governo. De tal modo, assim como Lucia Hippolito, entendemos que a guinada à esquerda do governo João Goulart foi pautada pelo objetivo de “não perder o comando do eleitorado petebista nem a liderança junto à massa operária e à estrutura sindical” ³³⁵. Inclusive, é necessário destacar que a aproximação do presidente junto às massas foi posterior à adesão da cúpula do PSD ao antigo projeto golpista udenista.

Portanto, o fato de o governo João Goulart ter se aproximado dos setores mais a esquerda do PTB e das massas – que viviam um intenso processo de formação de consciência de classe a partir de uma maior politização –, validando assim suas reivindicações, configurou-se como elemento decisivo para que o “bloco no poder” recorresse ao Golpe de Estado na tentativa de preservar seus privilégios de classe.

5.3.2 O Poder Legislativo adere ao projeto golpista conservador

Após analisarmos o contexto político no qual se deu a aproximação de João Goulart em relação às massas, examinaremos neste tópico a maneira como os congressistas reagiram perante a nova tentativa governamental de efetivar as Reformas de Base. Pretendemos destacar o papel decisivo desempenhado por alguns setores do Congresso Nacional na etapa final de transição da crise política

335 HIPPOLITO, Lucia. De raposas e reformistas – o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 108.

do regime para o Golpe de Estado. Logo, nos contraporemos às teses que, ao afirmarem que “a agitação política, tanto dentro quanto fora do Congresso, havia ido tão longe que o Legislativo estava imobilizado e era incapaz de oferecer uma saída para a ameaça de rompimento das regras do jogo” ³³⁶, tendem a responsabilizar majoritariamente o Poder Executivo pela eclosão do Golpe de 1964.

Duas manifestações presidenciais exerceram influência direta na definição da pauta dos debates, realizados no Congresso Nacional, após o período da Vigília Cívica. A primeira delas, como vimos anteriormente, foi o discurso realizado no Comício da Central do Brasil. A segunda foi a Mensagem Presidencial encaminhada por João Goulart aos congressistas, no dia 16 de março de 1964. Segundo a Constituição vigente³³⁷, cabia ao presidente a elaboração de um documento destinado à retomada dos trabalhos legislativos. Durante a República de 46, este foi um instrumento recorrentemente utilizado para apresentar, de uma maneira formal, os projetos de governo aos integrantes do Poder Legislativo. Nesse contexto, João Goulart utilizou a mensagem para reforçar sua intenção de executar as Reformas de Base.

Assim como no discurso da Central do Brasil, o tema central da Mensagem Presidencial era a apresentação das Reformas de Base como solução para os problemas socioeconômicos que afligiam a sociedade brasileira. A maneira como os diferentes projetos reformistas foram apresentados, e o tom de cobrança adotado sempre que o trabalho do Poder Legislativo era abordado, comprovam o abandono da postura conciliatória adotada pelo presidente, durante o ano de 1963. Segundo Darcy Ribeiro, chefe da Casa Civil, e um dos responsáveis pela elaboração do documento, esta foi a “a grande carta político-ideológica” do governo João Goulart.

Mesmo sendo uma forma declarada de pressão sobre os parlamentares, tendo como objetivo a efetivação do conjunto de reformas estruturais, o documento não pode ser encarado como uma afronta às instituições democráticas, ou até mesmo, como um indício de que o Poder Executivo tramava a realização de um Golpe de Estado para se perpetuar no poder. É necessário destacar que o ato de

336 SANTOS, Wanderley Guilherme. Sessenta e Quatro: Anatomia da Crise. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1986. p. 59.

337 Artigo 87 Parágrafo XVIII.

fazer um apelo ao Congresso Nacional o mantém na condição de um espaço de negociação. Se João Goulart estivesse realmente colocando em prática um projeto golpista, ele não teria a preocupação de conservar o Poder Legislativo como um interlocutor de seu governo.

Levando em consideração o tensionamento predominante no cenário político nacional, a mensagem foi elaborada de uma forma que deixasse clara as intenções do governo, sem, no entanto, declarar um enfrentamento direto ao Congresso Nacional. Ao mesmo tempo em que transparecia grande polidez no trato, ela não deixava de abordar os temas responsáveis pelo desgaste da relação entre os poderes Executivo e Legislativo.

“No cumprimento desta missão de paz é que coloco diante dos nobres representantes do povo, para a sua alta apreciação, o corpo de princípios que se me afiguram como o caminho brasileiro do desenvolvimento pacífico e da maturidade da nossa democracia. Faço-o com inteira consciência de minhas responsabilidades e para que jamais se diga que o Presidente da República não definiu com suficiente clareza o seu pensamento e a sua interpretação dos anseios nacionais, deixando de contribuir, por sua omissão, para o equacionamento e a solução do grande problema nacional do nosso tempo” ³³⁸.

A estratégia adotada por João Goulart para pressionar o Congresso Nacional a aprovar as Reformas de Base partia do que o presidente definia como “anseios do povo brasileiro”. Nesse contexto, a proximidade temporal entre a divulgação da Mensagem Presidencial e o Comício da Central do Brasil parece ter sido muito bem planejada, uma vez que a aproximação do presidente em relação às massas tinha como objetivo legitimar sua condição de representante direto das reivindicações populares perante os parlamentares. Além disso, essa vinculação também era utilizada para desconstruir as acusações de que o Poder Executivo teve uma postura antidemocrática no decorrer da negociação de seus projetos de governo.

“Dentro de 48 horas, vou entregar à consideração do Congresso Nacional a mensagem presidencial deste ano. Nela, estão claramente expressas as intenções e os objetivos deste governo. Espero que os senhores congressistas, em seu patriotismo, compreendam o sentido social da ação governamental, que tem por finalidade acelerar o progresso deste país e assegurar aos brasileiros

338 Trecho retirado da Mensagem ao Congresso Nacional, remetida pelo presidente da República na abertura da sessão legislativa de 1964. p. LI

melhores condições de vida e trabalho, pelo caminho da paz e do entendimento, isto é pelo caminho reformista” ³³⁹.

A utilização de uma concepção vertical do que viria a ser a “vontade popular” como instrumento de pressão sobre o Congresso Nacional, é evidente em diversos trechos do documento. Ao mesmo tempo em que questionava a conduta do Poder Legislativo no decorrer do ano de 1963, João Goulart também ressaltava melhorias realizadas pelo seu governo: “[...] na satisfação dos reclamos populares e na defesa dos interesses do País, não me limitei a esperar as medidas legislativas necessárias à implantação das reformas estruturais com a profundidade que a Nação exige” ³⁴⁰.

Deste modo, Jango tornou ainda mais evidente as divergências existentes entre os poderes Executivo e Legislativo, definindo o Congresso Nacional como um obstáculo para a efetivação das Reformas de Base e, conseqüentemente, responsabilizando-o pela consolidação da crise econômica que assolava o país. Identificamos a realização dessas acusações em diversos trechos do documento:

“Em 1963, o Poder Executivo preocupou-se intensamente com alguns problemas básicos, oferecendo-lhes as soluções que, dentro do quadro geral das graves dificuldades nacionais, se lhe afiguraram as melhores, e procurando, para esses efeitos, utilizar todas as suas atribuições legais, ainda quando providências definitivas ou mais eficazes ficassem a depender de cooperação do Poder Legislativo” ³⁴¹.

Porém, ao mesmo tempo em que questionava a conduta de inúmeros parlamentares, o presidente também demonstrava preocupação em se desvincular das críticas que definiam seu governo como antidemocrático. Assim, antecipando-se as condenações que ele esperava receber dos congressistas logo que o documento fosse divulgado, João Goulart procurou destacar a autonomia do Congresso Nacional, reforçando a ideia de que cabia ao mesmo conduzir as reformas almejadas pela população. Tal atitude torna-se clara em passagens como a que destacamos a seguir, quando ele tenta desconstruir as acusações de que faria as Reformas de Base mesmo sem a anuência do Poder Legislativo.

339 Trecho do discurso proferido por João Goulart no Comício da Central do Brasil no dia 13/03/1964.

340 Trecho retirado da Mensagem ao Congresso Nacional, remetida pelo presidente da República na abertura da sessão legislativa de 1964. p. XI.

341 Idem. p. XXXI.

“Momento há no desenvolvimento histórico de um povo em que sua própria sobrevivência e autonomia no comando do seu destino se podem pôr em risco, caso se deixe abrir uma brecha entre as aspirações populares e as instituições responsáveis pela ordenação da vida nacional. Para fazer face a esse risco, permito-me sugerir a Vossas Excelências, Senhores Congressistas, se julgado necessário para a aprovação das Reformas de Base indispensáveis ao nosso desenvolvimento, a utilização de um instrumento de via democrática, jurídico e eficaz, que torne possível, salvaguardá-la mediante consulta à fonte mesma de todo poder legítimo que é a vontade popular”³⁴².

Esse trecho da Mensagem Presidencial ilustra muito bem a existência de uma pequena diferença semântica na formulação dos dois pronunciamentos analisados. No discurso da Central do Brasil, Jango assumiu a condição de *realizador* dos “anseios populares”, procurando adquirir o apoio das massas para pressionar o Congresso Nacional a aprovar seu projeto de governo. Porém, perante os congressistas, ele se desloca da condição de *realizador* para a de *transmissor*, ou seja, o representante dos “anseios populares”. Ao mesmo tempo em que apresentava uma suposta solução para a crise econômica brasileira, ele automaticamente atribuía ao Congresso Nacional a responsabilidade de eliminar os problemas que afligiam a sociedade. Deste modo, ele tentou despersonalizar suas divergências com os parlamentares, criando uma oposição entre a “vontade popular” e o trabalho desempenhado pelo Poder Legislativo.

Logo que chegou ao Congresso Nacional, a Mensagem Presidencial causou grande agitação entre os membros da bancada oposicionista. Segundo testemunho de Darcy Ribeiro, o texto foi lido de maneira minuciosa por udenistas e pessedistas em busca de indícios que pudessem ser utilizados para acusar o presidente de tramar um Golpe de Estado. Foi assim que, já na primeira sessão ordinária de 1964, se configurou o cenário de enfrentamento direto entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo. O primeiro indício do agravamento da tensão entre os dois poderes, o qual evidenciara a adesão de setores do PSD ao movimento conspiratório, pode ser identificado no discurso de abertura realizado pelo presidente do Senado Federal, Auro de Moura Andrade (PSD-SP).

342 Trecho retirado da Mensagem ao Congresso Nacional, remetida pelo presidente da República na abertura da sessão legislativa de 1964. p. LVIII.

Dialogando diretamente com trechos da Mensagem Presidencial, e com o discurso realizado por João Goulart no Comício da Central do Brasil, o pronunciamento feito por Auro de Moura Andrade visava reforçar as acusações de que o Poder Executivo planejava a execução de um Golpe de Estado para perpetuar-se no poder. Deste modo, o início de sua fala tinha como objetivo ressaltar a instabilidade da cena política nacional: “[...] é indisfarçável a gravidade do momento (...) ninguém se sente seguro e todos olham ansiosamente para os dias vindouros” ³⁴³. Em seguida, recorrendo às críticas corriqueiramente direcionadas contra o governo, o presidente do Senado passou a responsabilizar o Poder Executivo pela instalação do clima de insegurança na sociedade, evidenciando, assim, a postura de enfrentamento que inúmeros congressistas adotaram a partir daquele momento.

“Para isso estamos decididos a interromper as causas de tantas incompreensões na vida brasileira, entre elas a marcha do comunismo, fonte de clima de intranquilidade, de ameaças crescentes às liberdades do povo, de perturbação de seu trabalho, de queda da produção, de desordem social, de degenerescência de costumes, que invadem as escolas, os lares, os campos, as oficinas e os templos e tantos males fazem à Nação (...)” ³⁴⁴.

Notamos também que Auro de Moura Andrade tinha a preocupação de refutar a crítica de que o Congresso Nacional não estaria legislando a favor dos interesses populares. Assim, defendendo a concepção de que o Poder Legislativo estava em dia com suas responsabilidades perante o povo brasileiro e a Constituição Nacional, ele afirmou: “[...] estamos dentro da Constituição, cumprimos os nossos árduos deveres para com o povo, mantemos a independência e a autoridade do Poder Legislativo e realizamos o princípio harmônico com os demais poderes” ³⁴⁵. Deste modo, além de se defender das acusações, ele também reforçou a tese de que o Presidente da República não respeitava a isonomia dos três poderes.

Em tom de resposta à exigência de que o Congresso Nacional deveria se unir ao Poder Executivo para efetivar as Reformas de Base, Auro de Moura Andrade

343 Trecho do discurso realizado pelo senador Auro de Moura Andrade. Presente no Diário do Congresso Nacional, referente ao dia 15/03/1964. p. 88.

344 Idem.

345 Idem.

condenou o comportamento político do Poder Executivo caracterizando-o como antidemocrático.

“Ao contrário, porém, para a desordem, para a perturbação da tranqüilidade do povo, para o desrespeito aos princípios mais puros e mais válidos do regime, ninguém poderá contar conosco, pois aí também estamos dispostos a todos os sacrifícios para impedir que deflagre sobre a Nação a terrível desgraça do fim da sua Constituição democrática e de sua fidelidade à fonte das liberdades cristãs entre os homens” ³⁴⁶.

As críticas direcionadas contra a maneira como João Goulart pretendia aprovar as Reformas de Base faziam parte da estratégia de legitimar a necessidade de uma intervenção militar através do pretexto de que o governo planejava executar um Golpe de Estado.

Nesse contexto, ele condenou a plataforma das Reformas de Base proposta pelo Poder Executivo, atribuindo a ela um caráter golpista:

“[...] o Congresso deve partir decididamente para a votação das reformas, traduzindo-as de modo a que modifiquem e elevem os níveis de vida nos campos e nas cidades e de modo a que retirem os pretextos de subversão da ordem constitucional e democrática no país” ³⁴⁷.

No mesmo sentido, também questionou as intenções presidenciais referentes à proposta de Reforma Constitucional: “[...] é mister esclarecer ao povo que nada existe acima da Constituição, pois todos a ela estão sujeitos: o Presidente da República, o Congresso, o Poder Judiciário, as Forças Armadas e o próprio povo”³⁴⁸.

É, no entanto, o final do pronunciamento, que mais chama a nossa atenção. Além de reforçar o clima de tensionamento, a fala do senador evidencia o quanto os desentendimentos presentes no Poder Legislativo haviam extrapolado o espaço do Congresso Nacional, acirrando a luta de classes. Nesse contexto, Auro de Moura Andrade convocou alguns setores da sociedade a ficarem de prontidão perante uma eventual necessidade de enfrentamento direto.

“Mas para isso os democratas precisam arregimentar-se: chamar homens e mulheres, reunir a mocidade das escolas e das oficinas,

346 Idem.

347 Idem.

348 Idem.

encontrar seus chefes, organizar suas lutas, ir às praças, aos jornais, aos rádios e às televisões, proclamar em toda a parte sua fé no regime e defender perante a História a independência deste país, a liberdade deste povo, a autoridade das Leis e o respeito à Constituição (...) reúnam-se os homens bons da Pátria para criar dias melhores, senão para evitar dias piores”³⁴⁹.

Perante a convocação feita pelo presidente do Senado, incitando alguns setores da sociedade a se prepararem para um possível enfrentamento contra os setores que apoiavam o governo, o líder do PTB no Senado, Artur Virgílio, adotou a mesma postura combativa, indicando como a polarização e a tensão presentes no Congresso Nacional estavam prestes a ganhar as ruas:

“[...] vamos aceitar a luta com os adversários do governo nos termos em que ela vier. Vamos travar essa campanha da forma como fomos solicitados. De minha parte, reafirmo o que já disse: não sou homem de ficar na defensiva nesta hora. A melhor arma de defesa que gosto de manejar é o ataque”³⁵⁰.

Por fim, gostaríamos ainda de destacar o trecho final do pronunciamento, no qual o presidente do Senado recorreu à Declaração de Direitos e Deveres para dar um recado ao Poder Executivo:

“Se respeitardes as nossas leis, os nossos direitos; se defenderdes as nossas instituições e a nossa segurança; se promoverdes o nosso progresso e bem-estar; se assegurardes as nossas crenças e as nossas liberdades, podeis contar com todo o nosso apoio e toda a nossa dedicação. Senão, não! Para a democracia, o Congresso dá todo o apoio. Senão, não!”³⁵¹.

Este era o sinal de que o Poder Legislativo não iria ceder às pressões do Poder Executivo. Consolidava-se, assim, a ruptura total entre os dois poderes.

Enquanto algumas lideranças do PTB exigiram uma explicação de Auro de Moura Andrade em decorrência das acusações indiretamente direcionadas contra o Poder Executivo:

“É pois natural, Sr. Presidente, que se peça a interpretação dessas palavras; que V. Ex^a, com sua nunca desmentida bravura cívica e moral esclareça a quem quiser referir quando falou em homens bons da República com uma missão nesta hora: ‘em homens que devem se arregar para preservar as instituições das investidas de

349 Idem.

350 Diário do Senado Federal, 16/03/1964. p. 531.

351 Trecho do discurso realizado pelo senador Auro de Moura Andrade. Presente no Diário do Congresso Nacional, referente ao dia 15/03/1964. p. 88.

homens maus'. E também, quais aqueles que ameaçam as liberdades que a democracia dá?"³⁵².

Pessedistas e udenistas uniram-se na defesa do presidente do senado, demonstrando, o quanto atuavam coesos em torno do projeto de derrubar João Goulart. Segundo eles, Auro de Moura Andrade não estava fazendo uso do palanque para defender anseios próprios, mas sim para divulgar a opinião da maioria dos parlamentares: "[...] repito, o discurso de V. Exa. foi impessoal, sereno, patriótico. Interpretou o sentimento da maioria dos parlamentares brasileiros" ³⁵³.

O clima de enfrentamento direto entre os poderes Executivo e Legislativo prevaleceu durante todo o mês de março, contribuindo diretamente para a intensificação da polarização do Congresso Nacional. Nesse contexto, pessedistas e udenistas deram prosseguimento à tática adotada a partir da instauração da Vigília Cívica, insistindo nas acusações de que João Goulart tramava a realização de um Golpe de Estado para se perpetuar no poder. Deste modo, o Comício da Central do Brasil também foi utilizado para sustentar as especulações em relação às supostas intenções golpistas do presidente:

"Depois do discurso de 13 do corrente mês, proferido pelo Presidente da República no comício da Guanabara, não houve quem não admitisse, de pronto, que estava dado o grande passa para o golpe – as classes conservadoras, sindicatos estudantis, donas de casa, produtores e empregados, todos sem exceção ficaram convencidos de que poucos os dias do Congresso" ³⁵⁴.

Além das falas marcadas pelo tom de denúncia, existiam outras que se caracterizavam pela postura de enfrentamento adotada contra o Poder Executivo, como podemos notar no pronunciamento feito por João Agripino (UDN),

"Não imagine sua excelência que poderá ficar no poder impunemente, sem derramamento de sangue. Se sua Excelência alimentava a esperança de desmoralizar as Forças Armadas e o Congresso, humilhar a quantos quisesse, grandes ou pequenos, para depois se plantar no poder ditatorialmente, enganou-se redondamente (...) não estamos dispostos a capitular sem luta" ³⁵⁵.

352 Diário do Senado Federal de 16/03/1964. p. 531

353 Trecho da fala do senador Filinto Müller, lidera da bancada da UDN no Senado Federal, defendendo Auro de Moura Andrade. IN: Diário do Senado Federal, 16/03/1964. p. 536.

354 Trecho do discurso feito por João Agripino (UDN) no Senado Federal. IN: Diário do Senado Federal, 16/03/1964. p. 534.

355 Idem. p. 634.

Analisando a ruptura entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo no ano de 1964, gostaríamos de destacar a atuação dos udenistas no processo de transição da crise do regime para o Golpe de Estado. Como vimos anteriormente, diversos setores da UDN mantiveram o golpismo como um princípio político durante todo o período da República de 46. Esta concepção política, ancorada na fé inabalável da presciência das elites e na ideia de que o povo não possuía maturidade suficiente para exercer seus direitos políticos, foi reforçada a partir da aproximação de João Goulart em relação às massas. Desta maneira, inúmeros udenistas passaram a questionar a legitimidade do governo, afirmando que a verdadeira democracia só seria efetivada após um período de governo autoritário. Foi assim que, defendendo a legalidade de uma possível intervenção armada, os udenistas se aproximaram das Forças Armadas no processo de execução do Golpe de Estado.

Constatado o posicionamento público de diversos parlamentares a favor da exclusão de João Goulart do cargo presidencial, chegamos à conclusão de que o Poder Legislativo teve atuação decisiva na execução do Golpe de Estado, e não apenas na elaboração do projeto intervencionista. Esse protagonismo também poder ser identificado na postura omissa que muitos parlamentares adotaram frente à iminente intervenção militar. Logicamente, em intensidades diferentes, mas, tanto aqueles que conspiraram, quanto os que se omitiram, estiveram diretamente envolvidos na participação do Poder Legislativo no processo de execução do golpe.

Encaminhando para a conclusão, entendemos que, após a realização do Comício da Central do Brasil e a divulgação da Mensagem Presidencial de 1964, houve um fortalecimento dos setores golpistas dentro do Congresso Nacional – caracterizado pela formação da aliança entre pessedistas e udenistas – em decorrência do temor que os integrantes do “bloco no poder” tinham em relação à aproximação do Poder Executivo em relação às massas. Nesse sentido concordamos com Aspásia Camargo quando ela afirma que “a nova estratégia adotada por João Goulart para aprovar as Reformas de Base contribuiu para o

processo de transferência do confronto das forças políticas do campo institucional para o conflito de classes”³⁵⁶.

De tal modo, comparando o comportamento dos integrantes do Poder Legislativo durante o mês de março de 1964 com aquele que havia sido apresentado durante o ano de 1963, identificamos o fortalecimento dos setores conservadores, caracterizado pelo discurso de defesa da ordem. Esse tipo de pronunciamento foi corriqueiramente utilizado, tanto por udenistas, quanto por pessedistas, com o intuito de convencer a opinião pública da necessidade de uma intervenção militar para garantir a manutenção do regime democrático. É necessário destacar que esse não era um discurso isolado no Congresso Nacional, sendo também constantemente utilizado pela mídia e por outros setores conservadores da sociedade.

Nesse contexto, a tese desenvolvida por René Dreifuss no livro *1964: A Conquista do Estado* é de extrema importância. Descrevendo o protagonismo do Poder Legislativo no processo de formulação e execução do Golpe de 1964, o autor relata como a elite orgânica enxergava no Congresso Nacional uma importante esfera legitimadora do discurso intervencionista. Defendendo a tese de que “o objetivo estratégico do complexo IPES/IBAD era levar a estrutura política a um ponto de crise, no qual os civis apoiariam soluções extraconstitucionais e os militares se sentiriam compelidos a intervir como moderadores (...)”³⁵⁷, Dreifuss ressalta quanto a atuação do complexo IPES/IBAD demonstrou como os conflitos internos no Congresso Nacional ganharam contornos de luta de classe. Foi deste modo que, por meio da Ação Democrática Parlamentar – “o verdadeiro partido da burguesia” –, os integrantes do “bloco no poder” promoveram sua inserção na política nacional, traduzindo sua primazia socioeconômica em autoridade política, moldando, assim, a opinião pública.

Portanto, chegamos à conclusão de que a participação de setores do Poder Legislativo na execução do Golpe de Estado foi pautada por interesses de classe, tendo-se em vista que, para os integrantes do “bloco no poder”, a intervenção militar

356 CAMARGO, Aspásia. A Questão Agrária: Crise de Poder e Reformas de Base (1930 a 1964). In: FAUSTO, Boris. História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano, Tomo III. São Paulo: Difel, 1986. p. 224.

357 DREIFUSS, René Armand. 1964: A Conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 319.

era preferível à ampliação da cidadania e ao processo de politização das classes trabalhadoras. Vale destacar que,

“em favor das classes produtoras, alinharam-se as bases do PSD e oficialmente a UDN, além do PSD, PRP e outros partidos menores. No âmbito da sociedade civil, além da imprensa conservadora, representada pelo estado de São Paulo, alinham-se também parte da Igreja (...)”³⁵⁸.

Deste modo, o Congresso Nacional foi instrumentalizado pelo núcleo central dos golpistas como esfera legitimadora de determinados interesses de classe contrários ao projeto de governo apresentado pelo PTB. Podemos identificar essa posição predominante entre os congressistas no discurso proferido pelo senador petebista Aurélio Viana:

“Tenho a impressão de que o que muita gente teme é isto mesmo. Há muita gente que está certa, certíssima de que as massas brasileiras se transformarão em povo e o fim do caudilhismo é chegado. E, por medo de perder o comando das massas, embora sabendo que o fim de uma velha era é chegado, preferem então, mergulhar o país no desconhecido de uma ditadura (...)”³⁵⁹.

5.4 O Golpe Político Militar de 1964

Em meio ao clima de tensão e enfrentamento político que caracterizou a relação entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo a partir do final de 1963, tornaram-se constantes as especulações – verídicas ou não - sobre a possibilidade de eclosão de um Golpe de Estado articulado tanto pela direita quanto pela esquerda. Deste modo, em comparação com a sucessão de fatos que levou à renúncia de Jânio Quadros, podemos afirmar que a sociedade brasileira não foi surpreendida pela efetivação do Golpe de 1964. O clima de tensão que caracterizou o último mês do governo Jango era do conhecimento de todos, sendo constantemente debatido no Congresso Nacional. Nesse contexto, um pronunciamento merece destaque. Aurélio Vianna (PSB), em discurso proferido no Senado Federal um dia antes da queda de João Goulart, cobrou do Poder Legislativo a adoção de uma postura mais enfática na defesa do governo

358 CAMARGO, Aspásia. A Questão Agrária: Crise de Poder e Reformas de Base (1930 a 1964). In: FAUSTO, Boris. História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano, Tomo III. São Paulo: Difel, 1986. p. 224.

359 Diário do Senado Federal, 16/03/1964. p. 530.

democraticamente eleito, denunciando, assim, a existência de um movimento golpista:

“[...] sei que a insatisfação se apossou de grandes áreas deste país, senão do país inteiro, e que a intranquilidade já principiou, pela insegurança e incerteza do dia de amanhã, e que no momento em que as forças políticas deste país deveriam estar reunidas traçando planos que implicassem em transformações, que levassem o povo nelas – forças políticas – confiar, verificamos uma certa apatia ou a convicção, a certeza de que ninguém deterá o cataclisma, o maremoto que, segundo as forças apáticas, vem vindo.”³⁶⁰

5.4.1 Divergências entre as Forças Armadas e o Poder Executivo

Dentre os inúmeros fatores que contribuíram para o tensionamento da cena política brasileira, resta-nos ainda abordar a deterioração da relação entre o Poder Executivo e as Forças Armadas. Conforme vimos anteriormente, a insatisfação dos militares em relação a João Goulart já existia desde a década de 1950, quando ele comandou o Ministério do Trabalho durante o governo Vargas. Em virtude de sua relação próxima com os movimentos sindicais, Jango foi constantemente acusado pelos militares de simpatizar com os comunistas. Além disso, não podemos esquecer que a alta cúpula militar tentou impedir sua posse após a renúncia de Jânio Quadros. A situação, que já era delicada, tornou-se ainda pior no ano de 1964, quando os líderes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica passaram a condenar a maneira como o presidente intervinha nas suas decisões internas. Consequentemente, os sucessivos conflitos contribuíram para que os diferentes setores das Forças Armadas³⁶¹ concordassem com a necessidade da realização de uma intervenção armada destinada à tomada do poder. Formou-se assim a coesão que havia faltado três anos antes, na tentativa fracassada de Golpe de Estado.

A primeira manifestação clara de que os militares haviam aderido à articulação do Golpe de Estado, que vinha sendo elaborada por diferentes setores da sociedade, tornou-se pública com o vazamento de uma instrução reservada,

360 Diário do Congresso Nacional. Sessão II – Senado Federal. 31/03/1964. (p. 631).

361 Porém, devemos destacar que até os últimos momentos que antecederam o Golpe o presidente João Goulart contou com apoio de algumas lideranças legalistas das Forças Armadas como, o General Kruehl do Segundo Exército em São Paulo e o General Ladário Teles do Terceiro Exército em Porto Alegre.

dirigida à alta cúpula do Exército. Formulado pelo Chefe do Estado-Maior, Humberto de Alencar Castelo Branco, o documento abordava o tensionamento da cena política nacional após a realização do Comício da Central do Brasil, fazendo algumas ressalvas em relação ao “advento de uma Constituinte como caminho para a consecução das reformas de base e o desencadeamento, em maior escala, de agitações generalizadas do ilegal poder do CGT”³⁶². Deste modo, o General alertou as Forças Armadas em relação ao suposto surgimento de movimentos antidemocráticos, enfatizando a possibilidade de eclosão de um golpe oriundo das esquerdas.

Em um período onde diferentes setores da sociedade trocavam acusações sobre a articulação de projetos golpistas voltados à tomada do Estado, dois acontecimentos acabaram contribuindo para a intensificação do tensionamento entre o presidente e as Forças Armadas. O primeiro deles iniciou-se no dia 26 de março de 1964, com a eclosão da revolta de marinheiros e fuzileiros navais. Os rebelados exigiam de seus comandantes melhores condições de trabalho, lutando principalmente por aumento salarial, pelo direito de votar e pelo fim das restrições ao casamento. Agravando ainda mais a situação, os oficiais rebelados resolveram se refugiar no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara, órgão diretamente ligado ao Comando Geral dos Trabalhadores. Tal atitude foi veementemente condenada pelos ministros militares, uma vez que o movimento sindical era associado aos ideais comunistas. Além disso, ele também pode ser interpretado como uma vinculação das divergências internas existentes nas Forças Armadas com o contexto de luta de classes que se acirrava no país.

De tal modo, esse evento expôs o processo de fragilização da hierarquia militar. Nesse caso, concordamos com Antonio Rego quando ele afirma que “havia um medo difundido entre os oficiais mais graduados quanto à tentativa de sindicalizar os cabos e sargentos, sob a organização da Confederação Geral dos

362 Trecho da instrução reservada tirada de transcrição IN: FICO, Carlos. Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. São Paulo: Record, 2004. p. 310.

Trabalhadores”³⁶³. Mesmo assim, a baixa oficialidade se aproximava cada vez mais da luta política efetivada pela classe dos trabalhadores.

O Ministro da Marinha tentou resolver a situação enviando um contingente de soldados para prender os marinheiros rebelados no sindicato. No entanto, aqueles que estavam destinados a terminar com a revolta acabaram aderindo a ela. Para o temor dos integrantes do “bloco no poder”, o processo de politização que vinha ocorrendo entre os operários e trabalhadores rurais começava a se manifestar também entre os militares de baixa patente. Pressionado, João Goulart se viu obrigado a intervir na situação. Na tentativa de solucionar o caso, ele trocou a chefia do Ministério. Porém, a nomeação foi severamente criticada pela alta cúpula das Forças Armadas, que acusou o presidente de ter feito a escolha a partir de uma lista pré-estipulada pelo CGT. A crise se agravou quando os principais líderes do movimento grevista foram anistiados pelo novo ministro, ao invés de serem presos, conforme exigiam os generais. Prontamente, os militares manifestaram sua revolta em relação à forma como Jango conduziu as negociações, sendo a sua decisão encarada como um desrespeito à hierarquia e disciplina militar. Além disso, o presidente ainda foi acusado publicamente de cooptar com os valores socialistas identificados na CGT.

Analisando esse evento, não podemos esquecer que, segundo a Constituição de 1946³⁶⁴, cabia ao Presidente da República ocupar o topo da hierarquia das Forças Armadas exercendo o papel de seu comando supremo. Todavia, diversos congressistas questionavam a forma como João Goulart lidava com as questões internas das instituições militares. Ao analisar a negociação entre Jango e os marinheiros rebelados, João Agripino (UDN) afirmou: “Era a quebra, sem nenhum vislumbre de dúvida, da disciplina e da hierarquia; era a humilhação de toda a Marinha, que tinha uma velha tradição de glória dentro dessa disciplina e hierarquia militares”³⁶⁵. Em seguida, após acusar o presidente de desrespeitar a hierarquia

363 REGO, Antônio Carlos Pojo do. O Congresso Brasileiro e o Regime Militar (1964-1985). Rio de Janeiro: FGV. 2008, p.67.

364 Art. 176 da Constituição - As forças armadas, constituídas essencialmente pelo Exército, Marinha e Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei.

365 Diário do Congresso Nacional. Sessão II – Senado Federal. 31/03/1964. Página 634.

militar, ele o ameaçou indicando a possibilidade da eclosão de um Golpe de Estado: “Que autoridade tem o Sr. Presidente da República para pretender, agora, que as Forças Armadas o sustentem no poder, quando ele pretendeu destruir-lhes a estrutura?” ³⁶⁶. Deste modo, entendemos que a fala do senador representou um sinal evidente da aproximação entre alguns setores do Poder Legislativo e outros das Forças Armadas na articulação do movimento golpista.

O segundo evento que contribuiu para o desgaste da relação do presidente com a alta cúpula militar foi a sua participação na comemoração dos 40 anos da Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar realizada no dia 30 de março de 1964, no automóvel Clube do Rio de Janeiro. Falando diretamente para os membros de baixa patente do exército, sem a presença de seus superiores, João Goulart procurou se desvencilhar da imagem de opositor das Forças Armadas. A iminente possibilidade de eclosão de um Golpe de Estado foi explicitada pelo próprio presidente, que fez questão de mencionar quem eram os culpados pela sua elaboração:

“[...] a crise que se manifesta no país foi provocada pela minoria de privilegiados que vive de olhos voltados para o passado e teme enfrentar o luminoso futuro que se abrirá à democracia pela integração de milhões de patrícios nossos na vida econômica, social e política da Nação, libertando-os da penúria e da ignorância (...) intrigas e envenenamentos que grupos poderosos estão procurando criar contra o governo, contra os mais altos interesses da pátria e contra a unidade de nossas Forças Armadas (...) O IBAD os interesses econômicos, os grandes grupos nacionais e internacionais não tem competência para julgar os atos do presidente da República [...]” ³⁶⁷.

Ao analisarmos o conteúdo deste pronunciamento, percebemos que o presidente tentou se desvencilhar das críticas realizadas pelos seus opositores e, principalmente, das acusações feitas por Castelo Branco. Sua estratégia consistiu em elogiar os preceitos hierárquicos e disciplinares que sustentam as instituições militares, questionando a existência dos mesmos valores nos ideais dos setores golpistas. O seguinte trecho do discurso ilustra bem a postura adotada por Jango:

³⁶⁶ Idem.

³⁶⁷ Trechos do Discurso de João Goulart durante reunião de Sargentos no Automóvel Clube em 30 de março de 1964, retirado de transcrição feita pelo Jornal do Brasil em 31 de março de 1964.

“Ninguém mais do que eu, neste país, deseja o fortalecimento e a coesão das nossas Forças Armadas. Ninguém mais do que eu deseja a glória da nossa Marinha de Guerra. Ninguém mais do que eu deseja que ela viva permanentemente num clima de compreensão, de entendimento, de respeito e de disciplina”³⁶⁸.

João Goulart procurou ainda se desvencilhar da imagem de anti-católico e de inimigo da instituição familiar; críticas que formavam a base do argumento utilizado pelo movimento golpista para convencer as classes médias e os setores conservadores da sociedade a defenderem a necessidade de realização de uma intervenção militar³⁶⁹.

“Reconheço que há muitos iludidos de boa fé. Venho adverti-los de que estão sendo manipulados em seus sentimentos por grupos de facções políticas, agências de publicidade e órgãos de cúpula das classes empresariais. Aconselho, portanto, que todo brasileiro que hoje esteja envolvido, por motivos religiosos, em comícios políticos, que medite um pouco se está realmente defendendo a doutrina daquele que pela salvação da humanidade morreu na cruz, ou apenas os interesses de alguns grupos financeiros eleitorais... Continuemos, ao lado de nossas mães, mulheres e filhos, a acompanhar suas orações e a prestigiar e respeitar a sua fé e os seus sentimentos, que são também os nossos”³⁷⁰.

Porém, a presença de João Goulart na solenidade dos subalternos foi encarada por seus opositores como um ato de grande imprudência. Na visão dos militares, sua atitude constitui-se em um afrontamento aos valores hierárquicos das Forças Armadas, uma vez que o presidente se dirigiu diretamente às baixas patentes, questionando a postura de suas lideranças. Diversos pesquisadores compartilham da mesma leitura, afirmando que João Goulart havia radicalizado nesse momento, cometendo um ato de suicídio político diretamente responsável pelo desencadeamento do Golpe de Estado³⁷¹.

Particularmente, discordamos da afirmação de que esse evento simboliza o suicídio político de João Goulart ou, até mesmo, que tenha sido o mais radical de todos os seus pronunciamentos. Com o intuito de entender a origem dessas interpretações, voltamo-nos para a tese desenvolvida por Carlos Fico (2004), na

368 Idem.

369 Derivante desta construção simbólica articulou-se a Sociedade Brasileira de defesa da Tradição, Família e Propriedade, a qual articulou uma forte oposição contra o governo.

370 Trechos do Discurso de João Goulart durante reunião de Sargentos no Automóvel Clube em 30 de março de 1964, retirado de transcrição feita pelo Jornal do Brasil em 31 de março de 1964.

371 GASPARI, Elio. A Ditadura Envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 63.

qual ele afirma que a queda do presidente dependia da iniciativa dos militares. Segundo Fico, eles estavam apenas esperando que o presidente tomasse uma iniciativa marcadamente ilegal para que fosse possível e legítima a realização da intervenção armada. Neste contexto, entendemos que a definição da presença de Jango, no evento realizado no Automóvel Clube, como sendo um ato de desrespeito à hierarquia das Forças Armadas, foi pautada pela busca de uma justificativa para a efetivação do Golpe de Estado.

Realizamos também o exercício de tentar descobrir por que boa parte da historiografia considera este como sendo um dos discursos mais radicais de João Goulart. Concordamos que o momento no qual o pronunciamento foi realizado era um dos mais delicados, se não o mais, de todo o seu governo. Porém, o conteúdo não pode ser avaliado somente pelo contexto em que foi proferido. Dentre os inúmeros motivos que contribuem para essa interpretação, destacamos a reprodução que alguns autores fazem das críticas elaboradas contra Jango, pelos principais meios de comunicação da época³⁷². Analisando a revista “O Cruzeiro”, publicada no dia 10 de abril de 1964, é possível identificar uma das origens da interpretação de que este teria sido um ato de radicalidade. O texto, escrito pelo jornalista Adirson Barros, defende a ideia de que este foi um “discurso violento de esquerda, que tornou irresistível sua permanência no poder. O discurso desencadeou o golpe, foi a gota d’água. Goulart marchou para o sacrifício”³⁷³. Segundo Adirson, os chefes militares consideraram a reunião uma afronta à hierarquia, definindo-a como uma indisciplinada confraternização, a qual levou ao início da revolta militar. Assim, notamos como a revista validou a leitura elaborada pelas Forças Armadas. No entanto, é importante lembrar que a revista “O Cruzeiro”, assim como outros grandes veículos da mídia, estava atrelada ao interesse de classe do “bloco no poder” na tentativa de legitimar a intervenção golpista.

Em contrapartida, encaramos o discurso realizado no Automóvel Clube do Rio de Janeiro como sendo a última tentativa de João Goulart de se manter na

372 Alfred Stepan, além de ter sido um dos primeiros autores a analisar o governo João Goulart e o Golpe de 1964, também foi um dos primeiros a construir a tese de que o presidente havia optado pela radicalização no último mês do seu governo. Aparentemente, essa leitura foi consagrada por inúmeros outros autores que o sucederam.

373 Revista O Cruzeiro. Edição Especial de 10 de abril de 1964.

presidência. Além de rebater as críticas que o acusavam de tramar um golpe para perpetuar-se no poder, o presidente também questionava a integridade dos valores disciplinares dos líderes das Forças Armadas. Entendemos, deste modo, que ele esperava adquirir a confiança dos subalternos visando à desestabilização do movimento golpista. Tendo em vista que a ordem de intervenção viria das lideranças, Jango depositou suas esperanças na recusa dos militares de baixa patente que, como no evento da revolta dos marinheiros, já haviam demonstrado uma postura de questionamento perante as ordens de seus superiores. O trecho a seguir ilustra o último fio de esperança do presidente:

“[...] a minha palavra, o meu apelo, é para que os sargentos brasileiros continuem cada vez mais unidos, cada vez mais disciplinados naquela disciplina consciente, fundada no respeito recíproco entre comandantes e comandados. Que respeitem a hierarquia legal, que se mantenham cada vez mais coesos dentro das suas unidades e fiéis aos princípios básicos da disciplina. Que continuem prestigiando as nossas instituições, porque em nome dessas instituições, em nome dessa disciplina, os sargentos jamais aceitarão sectarismos, partam de onde partirem, porque o caminho que lhes está traçado é o caminho que me foi traçado também” ³⁷⁴.

Concluindo a análise do pronunciamento, gostaríamos de destacar também uma passagem que evidencia o conhecimento do presidente em relação ao planejamento da intervenção militar:

“Com fé em Deus e confiança no povo, quero afirmar, claramente, nesta noite, na hora que, em nome da disciplina, se estão praticando as maiores indisciplinas, que não admitirei que a desordem seja promovida em nome da ordem; não admitirei que o conflito entre irmãos seja pregado e que, em nome de um anti-reformismo impatriótico, se chegue a conclamar as forças da reação para se aramarem contra o povo e contra os trabalhadores; não permitirei que a religião dos meus pais, a minha religião e a de meus filhos, seja usada como instrumento político de ocasião, por aqueles que ignoram o seu sentido verdade e pisoteiam o segundo mandamento de Deus” ³⁷⁵.

Para compreendermos a convergência de fatores responsáveis pela eclosão do Golpe de 1964, avaliando as diferenças deste período em relação ao contexto da renúncia de Jânio Quadros, precisamos ainda recapitular o que motivou os outros setores da sociedade a conspirarem contra o governo João Goulart. Inicialmente

374 Trechos do Discurso de João Goulart durante reunião de Sargentos no Automóvel Clube em 30 de março de 1964, retirado de transcrição feita pelo Jornal do Brasil em 31 de março de 1964.

375 Idem.

temos que ter em mente que o governo democraticamente eleito sofria pressões oriundas tanto da direita quanto da esquerda, em um período marcado pelo acirramento da luta de classes. Além disso, o Poder Legislativo já não possuía o mesmo compromisso de outros tempos com o regime democrático.

A adesão da elite agrária foi motivada pelo receio em relação às Reformas de Base. Temendo a possibilidade de perder o privilégio de monopólio de posse da terra, ela comandou, dentro do Congresso Nacional - principalmente através da bancada ruralista - os embates contra o Poder Executivo. Como vimos anteriormente, a articulação do Poder Legislativo também foi pautada pela atuação do PSD, uma vez que, em virtude do crescimento eleitoral do PTB e do processo de proletarização da sociedade, o partido deixou de ter garantias de que permaneceria dominando o sistema político nacional.

Condicionada pela eficaz campanha de deslegitimação do presidente realizada pela mídia e por órgãos como o IPES e o IBAD³⁷⁶ - responsáveis por despertar o temor em relação ao “inimigo comunista” e à possibilidade de confisco de suas poucas propriedades - e também prejudicada pela crise inflacionária, a classe média logo se vinculou ao projeto golpista. Já o empresariado urbano aderiu à oposição contra João Goulart, temendo o intenso processo de proletarização que ocorria no país. Em ambos os casos, o processo de desenvolvimento da consciência de classe dos operários e trabalhadores rurais não era visto com bons olhos.

Além disso, é necessário destacar que João Goulart não era unanimidade entre os setores da esquerda. Seu governo sofria constante pressão dos sindicatos, dos movimentos de trabalhadores rurais e de setores do PTB articulados por Leonel Brizola, pela efetivação das Reformas de Base.

Por fim, é necessário destacar que as Forças Armadas temiam que, caso João Goulart permanecesse na presidência, governando junto às massas, os subalternos iriam se aproximar ainda mais dos movimentos sociais de esquerda, rompendo assim com as concepções políticas de seus superiores.

376 Trabalharemos com essa temática no terceiro capítulo. Para mais informações ver, MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Jango e o Golpe de 64 na caricatura. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2006; DREIFUSS, René Armand. 1964: A Conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981.

Sob a prerrogativa de que a permanência de João Goulart na presidência representava uma ameaça à integridade das Forças Armadas e ao regime democrático, iniciou-se, no dia 31 de março de 1964, o Golpe de Estado, a partir da cidade de Juiz de Fora - MG. Lideradas pelo General Olímpio Mourão Filho, as tropas do 1º Exército tomaram com extrema facilidade o poder, surpreendendo a todos, inclusive os conspiradores. Não houve sinais efetivos de resistência por parte dos movimentos sociais de esquerda que apoiavam a efetivação das Reformas de Base. Posteriormente, em Porto Alegre, o presidente também optou por não enfrentar o levante militar, evitando a possível eclosão de uma Guerra Civil. Não podemos deixar de ressaltar a contribuição política dada por Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais, à realização da ofensiva militar. Em um comunicado oficial divulgado horas antes do levante ele declarou: “tem as Forças Armadas não só o direito como também o dever de pugnar pela sua própria integridade, pois de outra maneira não cumprirão o pesado e glorioso destino que a Constituição lhes assinala” ³⁷⁷.

5.4.2 A legitimação do Golpe de Estado

A repercussão da intervenção vitoriosa realizada pelas Forças Armadas foi encarada de diferentes maneiras no Congresso Nacional. Ao mesmo tempo em que “a queda de João Goulart foi recebida com euforia por todas as forças que lhe faziam oposição, estivessem ou não diretamente envolvidas na conspiração, e com certo alívio pelo comando nacional do PSD” ³⁷⁸, como podemos notar no pronunciamento realizado pelo udenista Eurico Rezende - “Sr. presidente e Srs. Senadores, desejo congratular-me com nossas Forças Armadas e com a brava conduta democrática do povo brasileiro que, num momento de rara inspiração por iniciativa dos governadores de Minas Gerais e São Paulo, souberam inaugurar nova era neste país” ³⁷⁹ - ela também foi condenada, principalmente, pelos congressistas

377 Trecho do pronunciamento feito por Magalhães Pinto transcrito no Diário do Congresso Nacional. Sessão II – Senado Federal. 31/03/1964. p. 633.

378 HIPOLITO, Lucia. De Raposas e Reformistas – o PSD e a Experiência democrática brasileira (1945-1964). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 247.

379 Trecho do discurso de Eurico Rezende (UDN-ES) transcrito no Diário do Congresso Nacional. Sessão II – Senado Federal. 03/04/1964. p. 695.

vinculados à Frente Parlamentar Nacionalista, que repudiaram a atitude dos militares: “Condeno a mazorca que se fez neste país, porque a mazorca rasgou a Constituição da República, a mazorca humilhou a Nação inteira perante o mundo (...) a Constituição, de fato, está rasgada, neste país já não existe liberdade” ³⁸⁰. Assim, como havia ocorrido durante na maior parte do período em que João Goulart governou o país, o Poder Legislativo demonstrou estar imerso em meio a opiniões divergentes e conflitantes.

Dentre essas divergências, um acontecimento foi crucial para a consolidação e legitimação do Golpe de Estado, contribuindo inclusive para que João Goulart desistisse de resistir contra ele. No dia 02 de abril de 1964, durante uma esvaziada sessão extraordinária, a qual teve duração de apenas vinte minutos, o senador Auro de Moura Andrade decretou vago o cargo de Presidente da República, alegando que João Goulart havia o abandonado. Ao afirmar que o presidente havia descumprido com suas obrigações constitucionais, sem apresentar os motivos que o levaram a deixar Brasília, o senador estava ocultando a ação golpista, ao mesmo tempo em que atribuía a ela um caráter democrático. Deste modo, ficou registrado nos Anais do Congresso Nacional que Jango havia optado por deixar a presidência, e não que ele havia sido impedido pelas Forças Armadas de dar continuidade ao seu governo.

É necessário ressaltar que o decreto de vacância não foi votado pelos parlamentares, sendo apenas comunicado pelo presidente do Senado. Durante a segunda sessão conjunta realizada no dia 02/04/1964, os membros da base aliada presentes no Congresso Nacional tentaram, sem êxito, impedir a efetivação do Golpe de Estado. Um dos principais relatos sobre este episódio foi feito por Darcy Ribeiro, que havia sido chefe da Casa Civil durante o governo João Goulart: “[...] fiquei em Brasília para manter o governo, esperando uma ação militar do Terceiro Exército (...) não deu. Auro de Moura Andrade, presidente do Congresso, antecipou o Golpe, reunindo os deputados e senadores às onze horas da noite” ³⁸¹. Portanto, interpretamos como autoritário e precipitado o decreto de vacância do cargo presidencial, uma vez que João Goulart ainda se encontrava em território nacional.

380 Trecho do pronunciamento feito por Artur Virgílio transcrito Diário do Congresso Nacional. Sessão II – Senado Federal. 03/04/1964. p. 697.

381 RIBEIRO, Darcy. Confissões. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 354.

O decreto de vacância do cargo presidencial foi um ato de fundamental importância para atribuir um caráter democrático à ação golpista. É necessário destacar que os integrantes do “bloco no poder” não podiam simplesmente “dominar as classes exploradas por meio do Estado, através do simples emprego da violência, da força física. Esta violência deve sempre se apresentar como legítima, por uma atuação, por meio do Estado, da ideologia dominante capaz de provocar um certo consenso da parte de algumas classes e frações dominadas” ³⁸². Desta forma, as Forças Armadas continuaram se beneficiando da atuação do Poder Legislativo, sendo a decisão de não fechar o Congresso Nacional mais uma iniciativa voltada para legitimar o regime militar em formação. Nesse contexto, concordamos com a tese de Antônio Rego de que os militares “acreditavam que o Legislativo dava ao regime a legitimidade necessária para se apresentar perante a opinião pública como uma intervenção contra a ameaça representada por Goulart à instituição política (...)” ³⁸³. Nunca é de mais lembrar, que as Forças Armadas possuíam inúmeros aliados civis dentre os parlamentares.

O anúncio de que o cargo de Presidente da República havia sido decretado vago contribuiu ainda mais para o crescimento do tensionamento político que reinava em Brasília. Os debates se caracterizaram pela disputa entre aqueles que alegavam que João Goulart havia abandonado a presidência e outros que afirmavam que ele havia sido impedido de dar continuidade ao seu governo.

Deste modo, a maioria dos congressistas, integrantes principalmente do PSD e da UDN, defendeu publicamente a atitude de Auro de Moura Andrade, a partir da argumentação de que “houve o abandono – fato. Não nos cabia, porque somos julgadores, indagar das causas do fato. Teríamos que tomar o fato e procurar, no esforço de salvar a Democracia, no esforço de restabelecer o império absoluto e pleno da nossa Constituição” ³⁸⁴. Em contrapartida, os parlamentares oriundos principalmente do PTB e da Frente Nacional Parlamentarista, questionaram a atitude do presidente do Senado, como podemos ver no pronunciamento feito pelo senador

382 POULANTZAS, Nicos. O Estado em crise. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

383 REGO, Antônio Carlos Pojo do. O Congresso Brasileiro e o Regime Militar (1964-1985). Rio de Janeiro: FGV. 2008.

384 Trecho do pronunciamento de Wilson Gonçalves transcrito no Diário do Congresso Nacional. Sessão II – Senado Federal. 03/04/1964. p. 704.

Oscar Passos (PTB): “[...] nosso protesto pela forma brutal, ilegal e violenta como se procedeu, ontem, na sessão do Congresso Nacional. Foi designado novo presidente da República através de simples comunicação. Embora o presidente eleito estivesse dentro do território nacional, declarou-se vago o cargo e foi empossado seu substituto legal” ³⁸⁵. Devemos destacar, que a maior parte dos integrantes do Poder Legislativo que se indignou publicamente contra o decreto de vacância teve seus mandatos políticos cassados nos primeiros meses do regime militar.

Analizando ainda a reação dos parlamentares que se mostraram favoráveis ao Golpe de Estado, identificamos a utilização de um argumento central para legitimar a exclusão de João Goulart. Acorados na tese de que o presidente conduzia o país a uma revolução socialista, ou na suspeita de que ele planejava efetivar as Reformas de Base sem a anuência do Poder Legislativo, eles encararam o afastamento do presidente como um ato em defesa do regime democrático brasileiro, “de forma que a interpretação jurídica dada pelo Presidente do Congresso Nacional e a situação de fato verificada no país, apontava o caminho que nos pareceu absolutamente certo, para o restabelecimento da ordem pública e da plenitude das franquias democráticas” ³⁸⁶. Segundo Manoel Queiroz (1997), a formação de um jogo ideológico contrapondo a ameaça comunista representada pelo governo Goulart frente um regime democrático sob risco teve por função mascarar a luta de classes que se formava naquele momento na cena política brasileira.

Já em relação ao decreto de vacância, os valores democráticos foram novamente invocados a partir da premissa de que o presidente do Senado estava apenas cumprindo a lei prevista na Constituição Federal³⁸⁷. Nesse contexto, a defesa da Constituição Federal – outro instrumento que garantia a manutenção dos seus privilégios políticos de classe - foi apenas um pretexto utilizado para configurar a ação dos parlamentares como democrática, legítima.

385 Diário do Congresso Nacional. Sessão II – Senado Federal. 03/04/1964. p. 696.

386 Trecho do pronunciamento de Eurico Rezende transcrito no Diário do Congresso Nacional. Sessão II – Senado Federal. 03/04/1964. p. 696.

387 Devemos lembrar que a Constituição de 46 possuía um caráter elitista ao negar o direito de voto às populações mais carentes, caracterizadas muitas vezes pelo analfabetismo. A mesma garantia os privilégios da elite ao definir que as indenizações de terras destinadas à Reforma Agrária deveriam ser realizadas em dinheiro.

É interessante identificar como esse argumento já havia sido utilizado três anos antes, no decorrer das inúmeras negociações que sucederam a renúncia de Jânio Quadros. Porém, naquele momento, a tentativa de intervenção militar havia sido recusada pelos próprios parlamentares, através da mesma argumentação utilizada para legitimá-la em 1964: “[...] *há quem afirme que foi útil ao Brasil e à democracia. Indago, porém ao povo que não foi ouvido, indago aos representantes do povo que não foram escutados; a Constituição não prescreve todos os remédios para salvaguarda do exercício legítimo do Poder Executivo?*”³⁸⁸. Até mesmo a decisão pelo regime parlamentarista foi legitimada como sendo um ato democrático vinculado ao cumprimento da Constituição Federal, “*para mim Sr. Presidente, estamos realmente em face de uma opção: ou o militarismo ou a democracia. Não concordo com o militarismo e, porque sou democrata, aceito a Emenda parlamentarista*”³⁸⁹.

Notamos, assim, a existência de concepções conflitantes em relação à prática da democracia no Brasil. Enquanto o grupo que apoiou a ação militar utilizava o argumento de cumprimento do texto constitucional para caracterizar sua conduta como democrática, aqueles que foram vitimados pelo Golpe de 64, ou os que foram contrários à adoção do regime parlamentarista, condicionavam a efetivação da democracia à consulta da vontade popular. Curiosamente, após a exclusão de João Goulart, os setores golpistas não se manifestaram no Congresso Nacional questionando a falta de consulta aos interesses populares. Na realidade, em nenhum dos dois eventos analisados a população foi convocada para decidir sobre os rumos da política nacional.

A aprovação do decreto, sem a realização de debates entre os congressistas e sem votação, contrastou drasticamente com a postura de cautela adotada pelo mesmo Poder Legislativo durante a crise que marcou a renúncia de Jânio Quadros. Naquele momento, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados haviam se unido durante aproximadamente dez dias, em uma sequência de sessões extraordinárias

388 Trecho do pronunciamento feito por Artur Virgílio transcrito Diário do Congresso Nacional. Sessão II – Senado Federal. 03/04/1964. p. 699.

389 Trecho do pronunciamento feito por Paulo Fernandes transcrito Diário do Congresso Nacional. Sessão II – Senado Federal. 03/09/1961. p. 1908.

para, a partir de uma votação, deliberar de forma conjunta. Analisando a diferença entre a postura adotada pelos parlamentares nos dois eventos, percebemos que a coesão e o espírito de trabalho coletivo existentes entre eles, durante o processo que efetivou o regime parlamentarista, não se fizeram presentes no período que vai da queda de João Goulart até a ascensão de Castelo Branco à presidência.

Diferenças a parte, entendemos que a opção pelo regime parlamentarista, assim como o decreto de vacância, foram determinados pelo mesmo objetivo. Em ambos os eventos a atuação política da maior parte dos congressistas foi pautada pela necessidade de proteger os privilégios de classe dos integrantes do “bloco no poder”, sendo a manutenção do regime democrático uma questão secundária.

Para identificarmos os elementos que determinaram o envolvimento de inúmeros congressistas com o processo de legitimação do Golpe de 1964 é necessário retomar a influência exercida pelo Poder Legislativo na transição da crise do governo João Goulart para a crise do regime democrático vigente durante a República de 46. Os dois principais partidos representantes da elite conservadora no Congresso Nacional, PSD e UDN, não viam com bons olhos o processo de politização dos operários e dos trabalhadores rurais, encarando-o como uma ameaça real ao seu domínio sobre a estrutura política nacional. Portanto, eles optaram por aliar-se aos militares, impedindo assim que as Reformas de Base fossem efetivadas através da pressão popular.

Deste modo, apesar de todas as decisões tomadas pelo Poder Legislativo terem sido justificadas como atos em defesa da democracia, não concordamos que esse tenha sido o norte de sua atuação. Trabalhamos aqui com a concepção de que a “ordem democrática significa democratização da sociedade como um todo, do ponto de vista das liberdades públicas, mas também do ponto de vista das garantias de igualdade econômica e social” ³⁹⁰. Portanto, em decorrência do acirramento da luta de classes, entendemos que a democracia deixou de ser para eles um instrumento válido, na visão dos integrantes do “bloco no poder”, para garantir o seu predomínio sobre o sistema político. Ao optarem pelo apoio à intervenção armada

390 BENEVIDES, Maria Victória. UDN e o udenismo: ambigüidade do liberalismo brasileiro 1945-1965. São Paulo: Paz e Terra, 1981. p. 266.

iniciada pelos militares, os integrantes do “bloco no poder” demonstraram o quanto priorizavam seus interesses particulares em detrimento da manutenção do regime democrático.

Além do temor em relação ao acirramento da luta de classes que se configurava na sociedade brasileira, entendemos que o amplo apoio de inúmeros setores do Poder Legislativo à intervenção coordenada pelas Forças Armadas também foi pautado pela crença de que os militares iriam afastar João Goulart da presidência, passando o poder rapidamente para as mãos de outro civil. Deste modo, a intervenção militar era vista apenas com um meio de promover a exclusão política da classe trabalhadora, “desarticulando, pela repressão, suas instituições de organização sindical (o CGT, principalmente) e participação autônoma (como foi o caso das Ligas Camponesas), além de seu canal parlamentar privilegiado (o PTB)”³⁹¹. Analisando a mesma questão, Alfred Stepan afirma que “até 1964, teria havido no Brasil um padrão de relacionamento entre os militares e os civis, caracterizável como moderador, isto é, os militares somente eram chamados para depor um governo e transferi-lo para outro grupo de políticos civis, não assumindo efetivamente o poder, até porque não estariam convencidos da sua capacidade e legitimidade para governar”³⁹². Então, de olho nas eleições presidenciais de 1965, a cúpula do PSD acabou confiando na tese de que o Golpe de Estado não daria origem a um regime militar. Identificamos essa concepção, por exemplo, no pronunciamento realizado pelo senador Cunha Mello (PSD): “[...] *com afirmação maior da honradez e do patriotismo das Forças Armadas, aí está a lição da História. Intercederam nos diversos golpes no Brasil, e jamais deles se aproveitaram para assumir o Poder Civil*”³⁹³.

Nesse contexto, foram constantes os encontros do senador Auro de Moura Andrade com o governador Ademar de Barros e com o general Cordeiro Farias durante o ano de 1964. A aproximação do presidente do Senado com os setores golpistas e com “associações empresariais, governadores e políticos, todos aqueles

391 CODATO, Adriano. O Golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais, p. 19.

392 Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar” in Revista Brasileira de História, vol.24, n. 47, pp. 29 – 60. 2004. p. 42.

393 Trecho do pronunciamento feito pelo senador Cunha Mello transcrito Diário do Congresso Nacional. Sessão II – Senado Federal. 28/04/1961. p. 1836.

que subscreviam o argumento que dissociava a autoridade do presidente da autoridade da lei e da Constituição” ³⁹⁴ é mais um indício de que grande parte do Poder Legislativo esteve envolvida no processo de elaboração do Golpe de Estado.

No entanto, não foi somente o decreto de vacância que determinou a legitimação do Golpe de 1964. A maneira como Castelo Branco foi eleito para o cargo de Presidente da República também contribuiu para a legitimação do Golpe de Estado. Durante os nove dias que separam esses dois eventos ocorreram inúmeros conflitos no Congresso Nacional opondo os setores que foram favoráveis ao Golpe frente àqueles contrários.

Logo que assumiu a presidência do país, de maneira interina, Ranieri Mazzilli fez um discurso de posse, através do qual exaltou a partição do Congresso Nacional no Golpe de Estado:

“Como presidente do Congresso Nacional, faço questão de deixar claro que, em Brasília, o Congresso decidiu a revolução. Ele tomou para si todas as iniciativas e executou todas as medidas, o que me faz afirmar ter se constituído em fator decisivo da rapidez com que se encerrou o episódio armado e com que se manteve imaculada de sangue a nação brasileira” ³⁹⁵.

Porém Ranieri Mazzilli não iria governar o país por muito tempo, pois segundo a Constituição Federal,

“vagando os cargos de Presidente e Vice Presidente da República, far-se-á eleição sessenta dias depois de aberta a última vaga. Se as vagas ocorrerem na segunda metade do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita, trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma estabelecida pela lei. Em qualquer dos casos, os eleitos deverão completar o período do seus antecessores”³⁹⁶.

394 FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961 – 1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993. p. 182.

395 REGO, Antônio Carlos Pojo do. O Congresso Brasileiro e o Regime Militar (1964-1985). Rio de Janeiro: FGV. 2008. p. 74

396 Constituição Federal de 1946. Artigo 79. Segundo Parágrafo.

Mesmo assim, sob pressão das Forças Armadas, os pessedistas e udenistas se comprometeram a fazer o quanto antes o processo eleitoral, esperando somente a decisão se civis poderiam participar do processo e a definição de quem seria o candidato militar. Esse empenho pode ser identificado na fala do deputado udenista Afrânio de Carvalho. Três dias após a realização do Golpe de Estado, ele declarou:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados, desejo comunicar à Casa e à Nação a última decisão tomada pela bancada da União Democrática Nacional, em reunião realizada há poucos instantes, decisão tomada por unanimidade, de abreviar a interinidade da eleição do novo Presidente” ³⁹⁷.

Portanto, entendemos que esse tipo de atitude mostra o quanto a UDN havia validado a intervenção armada e o quanto eles estavam envolvidos no processo de legitimação do novo regime em formação.

Foi deste modo que udenistas e pessedistas apresentaram no dia 07/04/1964 o projeto de Emenda Constitucional 1.902, propondo a seguinte alteração do texto constitucional: “

“Vagando o cargo de Presidente e Vice-Presidente da República na segunda metade do período presidencial, far-se-á a eleição pelo Congresso Nacional, para ambos os cargos. Art. 2º. Para essa eleição o Congresso Nacional será convocado por quem se encontre no exercício da Presidência do Senado, mediante edital publicado no Diário do Congresso Nacional com a antecedência de pelo menos 48 horas” ³⁹⁸.

Prontamente os petebistas se colocaram contrários ao projeto alegando que:

“pela maneira como está sendo conduzido e tendo em vista seu teor, suas disposições, não pretende outra coisa senão emprestar, tanto quanto possível, uma configuração jurídica, uma configuração de

397 Diário da Câmara dos Deputados, 04/04/1964, p.2046.

398 Diário da Câmara dos Deputados, 08/04/1964, p. 2150.

legitimidade aos atentados que no país vêm sendo praticados às leis e à Constituição”³⁹⁹.

Enquanto isso, em uma reunião realizada entre Castelo Branco e a alta cúpula pessedista, foi definido que o General assumiria o Poder Executivo respeitando a Constituição vigente, inclusive se responsabilizando em convocar novas eleições presidenciais no final de 1965. Além disso, o acordo ainda estabelecia que o pessedista José Maria Alkmim seria o vice presidente, evidenciando, assim, o papel determinante desempenhado pelo PSD na legitimação do Golpe.

Com o acordo concretizado, e o projeto 1.092 validado pelo Congresso Nacional, os castelistas receberam o apoio necessário do PSD, e também da UDN, para efetivar no Poder Legislativo a nomeação de Castelo Branco para a presidência. Foi assim que, inúmeros parlamentares se revezaram no palanque das duas casas do Congresso Nacional, exaltando a figura de Castelo Branco como líder do movimento revolucionário que salvou a democracia brasileira. Tentavam assim, convencer seus colegas, de que o General deveria assumir a presidência do país. Nesse sentido, em um pronunciamento feito na Câmara de Deputados, Cunha Bueno (PSD) afirmou:

“Sr. Presidente, aproveitando viagem inadiável à cidade do Rio de Janeiro, tive ontem a oportunidade de manter longa e informal conversação com o General Castelo Branco, um dos candidatos à Presidência da República. Declaro Sr. Presidente, à Casa e à Nação que foi a melhor possível a impressão que pude colher deste candidato. Ouvi de S. Ex^a, entre outras coisas, que se por ventura for conduzido à chefia da Nação, porá em execução vários pontos e ideias coincidentes com aqueles identificados na última revolução”⁴⁰⁰.

Relatando esse processo, o jornalista Carlos Castello Branco afirma:

“A UDN havia já adotado formalmente a candidatura do General Castelo Branco e o PSD, embora não tivesse ainda formalizado essa

399 Trecho da fala do líder do PTB na Câmara dos Deputados, Doutel de Andrade, presente no Diário da Câmara dos Deputados, 08/04/1964, p. 2151.

400 Diário da Câmara dos Deputados, 10/04/1964, p. 2240.

tendência, não escondia que via nessa indicação a solução adequada às circunstâncias. O Chefe do Estado Maior é visto pelos pessedistas como homem enérgico e isento, capaz de assegurar a ordem e conduzir o País à normalidade institucional para possibilitar as eleições de 65 sem interferência dos poderes públicos em favor de qualquer das correntes disputantes”⁴⁰¹.

Foi assim que, no dia 11/04/1964, o Congresso Nacional se reuniu em uma sessão conjunta elegendo o General Humberto de Alencar Castelo Branco o novo presidente do Brasil⁴⁰².

Evidenciado o protagonismo do Poder Legislativo no processo que resultou no Golpe de 1964, resolvemos utilizar o conceito “Golpe Político-Militar”, de autoria de Caio Navarro de Toledo (1983), para classificar o evento. Não se trata da substituição da categoria Golpe de Estado, mas sim de um novo meio para se referir ao acontecimento, destacando os mecanismos e as forças que foram decisivas para a sua consolidação. Esse novo conceito contribui para a complementação do termo Golpe Militar, uma vez que essa nomenclatura responsabiliza somente as Forças Armadas pela ação golpista, ocultando, assim, a participação decisiva de outros setores da sociedade e instituições políticas na sua execução. Além disso, o conceito “Golpe Civil Militar”⁴⁰³ também é muito importante para caracterizar de maneira mais completa o evento, uma vez que ele destaca a participação de civis, representantes das forças econômicas dominantes, na trama responsável pela expulsão de João Goulart da presidência.

Seguindo a mesma linha de análise utilizada pelo Caio Navarro de Toledo (1983), defendemos a tese de que o Golpe de 1964 foi resultado de fatores estruturais e da polarização política que caracterizou o período. Dentro do mesmo contexto, após analisar diversos processos históricos que resultaram em ações

401 CASTELLO BRANCO, Carlos. Os militares no poder. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. P. 10.

402 361 votos a favor e 72 abstenções, as quais, na sua maioria, podem ser interpretadas como uma manifestação contrária à instauração do regime militar.

403 Analisando outros aspectos que contribuíram para a efetivação da ação armada que resultou na queda do presidente democraticamente eleito, René Dreifuss formulou o conceito de Golpe Civil-Militar, ressaltando o processo de desestabilização do regime populista vigente, articulado pela ação dos empresários, intelectuais e militares representantes dos interesses financeiros multinacionais. O autor defende a tese de que o Golpe se constituiu em um movimento de classe e não um mero Golpe militar, tendo seu núcleo ativo representado pelo complexo IPES/IBAD.

golpistas efetivadas pelas “elites orgânicas” vinculadas às Forças Armadas, Gramsci afirma que “o momento político militar é o prolongamento e concretização da direção econômica e ideológica que uma classe exerce sobre a sociedade” ⁴⁰⁴. Portanto, optamos por adotar a terminologia Golpe Político Militar para ressaltar quanto a atuação do Poder Legislativo foi decisiva para que os militares tomassem o Poder Executivo, em uma cena política caracterizada pela grande possibilidade de eclosão de um conflito de classes. Ao mesmo tempo, a utilização do conceito também é válida para sustentar o questionamento que realizamos em relação a grande parte da bibliografia analisada, a qual tende culpar principalmente o Poder Executivo pelo estabelecimento do regime militar.

Entendemos que os parlamentares tiveram responsabilidade direta na eclosão dos dois acontecimentos; não apenas ao legitimar, tanto a adoção do parlamentarismo, quanto a formação do regime militar, mas também por terem contribuído decisivamente para a formação das crises políticas que originaram as duas iniciativas golpistas. Portanto, concluímos que o decreto de vacância do cargo presidencial configurou uma ação golpista do Congresso Nacional, caracterizando o protagonismo político do Poder Legislativo.

404 PORTELLI, Hugues. Gramsci e o Bloco Histórico. São Paulo: Paz e Terra. 2002. p. 33.

Considerações Finais

Retomando a tese de Carlos Fico (2004), entendemos que o Golpe de 1964 foi o resultado da convergência de uma série de fatores, sendo eles políticos, econômicos e sociais. Porém, é necessário destacar que a transição da crise política para o Golpe Político Militar não foi resultado de um simples imobilismo do Poder Legislativo originado pela radicalização dos atores ou pela incapacidade administrativa de João Goulart, mas sim a expressão do acirramento da luta de classes ocorrido no decorrer da República de 46.

Partimos do pressuposto de que

“o movimento da história depende da consciência que tal ou qual grupo social tem da possibilidade de ação e luta que lhe são consentidas por determinadas condições objetivas; o grupo social, uma vez reconhecendo as condições materiais de sua ação, torna-se, com meio, livre para transformá-las em meio de liberdade, instrumento para criar uma nova forma ético-política, origem de novas iniciativas”⁴⁰⁵.

Trabalhamos também com a ideia de que qualquer sociedade desigual é conflitiva, e que o conflito move a política e a história. Porém, apenas a constatação de que havia um embate em curso entre diferentes classes sociais durante o governo João Goulart não é suficiente para explicar a eclosão do Golpe de 1964. Logo, discordamos das leituras que apontam para a sua inevitabilidade, uma vez que nem toda luta de classes se transforma em crise política, nem toda crise política se transforma em crise de regime ou de Estado, e nem toda crise de regime se resolve na revolução (ou mesmo no golpe contra-revolucionário). No nosso entendimento, a luta de classes só se converte em crise política quando a mediação histórica é expressa através de um processo paulatino de crise institucional.

Deste modo, no decorrer da dissertação, trabalhamos com o objetivo de definir a especificidade da crise política ocorrida durante o governo João Goulart, explicando porque ela, e não as outras que ocorreram durante a República de 46, resultou em um Golpe de Estado. Porém, somente a identificação de suas particularidades não foi suficiente para entendermos como ela se tornou uma crise

405 POULANTZAS, Nicos. Poder político e classes sociais do Estado capitalista. São Paulo: Martins Fontes, 1986. p. 61.

do regime. Recorremos, assim, ao conceito de “Golpe Prolongado” para interpretarmos a relação existente entre as constantes crises políticas ocorridas no período. Chegamos, então, à conclusão de que elas foram resultado de uma crônica incapacidade das instituições políticas nacionais em absorver as divergências que permeavam a sociedade. Além disso, também percebemos que, desde o restabelecimento do regime democrático pós-término da ditadura varguista, existia um projeto conservador de tomada do Estado.

Compreendida a necessidade de apresentar os fatores responsáveis pelo acirramento da luta de classes durante o governo João Goulart, iniciamos a pesquisa interpretando o contexto histórico no qual se formou a crise política que originou o Golpe Político-Militar de 1964. Assim como Odilon Soares, entendemos que o período da República de 46 foi caracterizado por um progresso econômico, um claro processo de evolução da estrutura política, porém por um lento desenvolvimento social. Em meio a um cenário de elevada desigualdade social, caracterizada pelo monopólio da terra e pela exclusão política de boa parte dos trabalhadores do campo e da cidade, ocorreu um processo de engajamento popular jamais visto na história política brasileira, até aquele momento. Juntos, esses fatores contribuíram para o aguçamento das contradições sociais, resultando em um cenário de iminente conflito direto entre diferentes setores da sociedade.

Diversos foram os fatores que contribuíram para a intensificação da luta de classes naquele período. Mesmo tendo sua atuação política restrita pela existência de uma democracia liberal representativa - caracterizada pela exclusão das camadas populares dos espaços de decisões políticas - operários, trabalhadores rurais, membros de baixa patente do exército, e até mesmo algumas frações da classe média passaram por um processo de politização e, conseqüentemente, a exigir o alargamento de sua participação política. Entre outras coisas, eles reivindicavam o direito de voto aos analfabetos, a reorganização da estrutura agrária do país e uma maior liberdade de organização sindical. Paulatinamente, também pressionaram as elites que dominavam o Estado “em nome da proteção social

diante de um capitalismo em rápida transformação”⁴⁰⁶. Deste modo, o debate sobre as Reformas de Base deixou de limitar-se ao espaço do Congresso Nacional e ganhou as ruas.

O crescente engajamento das camadas populares gerou um grande desconforto entre os integrantes do “bloco no poder” e, conseqüentemente, uma intensificação das práticas políticas conservadoras. Não acreditamos que eles temessem de fato a implantação de um regime socialista no Brasil. Mesmo entendendo o quanto a dicotomia entre socialismo e capitalismo ganhava proporções maiores em meio a Guerra Fria, identificamos certo exagero – e até mesmo má intenção – nas teses que cogitavam a eclosão de uma revolução socialista no país. Influenciada pela defesa de um capitalismo mais humanitário, elaborada por Alberto Pasqualini, a agenda governista de João Goulart não tinha nada de socialista. O próprio Partido Comunista Brasileiro não adotava um discurso revolucionário, uma vez que estava vinculado a uma concepção etapista de tomada do Estado. O verdadeiro temor das elites era decorrente da possibilidade de formação de uma “república sindical” ou, até mesmo, de uma democracia com caráter mais popular e participativa. Como afirma Adriano Codato, nesse contexto estava realmente em jogo “a perda de controle dos políticos populistas diante da ascensão do movimento de massas, e não a sua instrumentalização maquiavélica pelos demagogos, que está no centro da ruptura dessa estrutura de poder”⁴⁰⁷.

Além do tensionamento existente entre os diferentes setores da sociedade, o período também foi marcado por um processo de fragmentação interna da elite política. Basicamente, a discordância entre seus integrantes estava relacionada à existência de dois projetos de Nação divergentes quanto à maneira como deveria ser conduzido o processo de modernização capitalista brasileiro. De um lado, estruturava-se um discurso reformista, adotado pelo Poder Executivo e representado no Congresso Nacional pelo PTB. Em contrapartida, a parte da elite nacional que mais temia o processo de proletarianização da sociedade, representada no Senado Federal e na Câmara de Deputados principalmente por udenistas e pessedistas,

406 CODATO. CODATO, Adriano IN O golpe de 1964 : luta de classes no Brasil - a propósito de "Jango", de Silvio Tendler. Revista Espaço Acadêmico (UEM), v. III, p. 1-4, 2004.

407 Idem.

defendia a realização de uma modernização capitalista conservadora que não colocasse em risco sua hegemonia reacionária.

Portanto, entendemos que a crise política ocorrida durante o governo João Goulart se diferenciou das demais por estar inserida em um processo, inédito até então, de intensa politização dos trabalhadores. Simultaneamente, a fragmentação da elite política nacional também contribuiu para a sua distinção. Configurado o cenário de crise política, caracterizado pelo acirramento da luta de classes, uma ressalva deve ser feita. Entendemos que todas as sociedades possuem situações constantes de tensões entre diferentes classes sociais, variando, logicamente, de intensidade. Neste caso, somente a constatação da existência de uma crise política não é suficiente para explicar a ocorrência do Golpe Político Militar de 1964. Logo, nos preocupamos, no decorrer da dissertação, em explicar como a crise política se transformou em uma crise do regime.

Partindo da concepção de que o Congresso Nacional não é um espaço institucional neutro, constituindo-se em um local de disputa política e conflito de forças heterogêneas, analisamos como o cotidiano do Poder Legislativo expressou o acirramento da luta de classes na sociedade brasileira. Nesse caso, constatamos que a fragmentação da elite política foi responsável pela intensificação da polarização das partes integrantes do Congresso Nacional, a qual já vinha ocorrendo antes mesmo da ascensão de João Goulart à presidência.

Foi assim que passamos a trabalhar com a ideia de que cabe ao Congresso Nacional, assim como às outras instituições que compõem o governo, absorver os conflitos da sociedade. Deste modo, a partir da análise dos discursos proferidos pelos senadores e deputados nos momentos mais conturbados do governo João Goulart, examinamos a atuação dos principais partidos e frentes partidárias, avaliando a maneira como eles representavam determinados interesses de classe. Acabamos constatando no decorrer da análise dos debates relacionados às Reformas de Base, que a maioria dos congressistas adotou uma postura conservadora, privilegiando a manutenção dos interesses políticos dos integrantes do “bloco no poder”.

Portanto, o Poder Legislativo não foi capaz de absorver a crise política e conter as tensões sociais resultantes das reivindicações de operários e trabalhadores rurais, contribuindo diretamente para o estabelecimento da crise do regime. Assim como Aspásia Camargo (1986), entendemos que através de um processo conflituoso - caracterizado pela polarização do sistema partidário – o Congresso Nacional acabou se retraindo para resguardar os interesses dos integrantes do “bloco no poder”. De tal modo, além de vetarem a realização da Reforma Agrária, os congressistas também se ausentaram dos debates políticos relacionados às outras propostas das Reformas de Base. A constatação de que esta foi uma postura intencional para resguardar determinados interesses de classe é fundamental para contrapor as teses de que a inoperância do Poder Legislativo foi fruto de uma suposta incapacidade política, ou até mesmo de uma radicalização de João Goulart.

Não bastando a contribuição para a consolidação da crise do regime, vimos também que, a partir do final de 1963, inúmeros congressistas passaram a articular a realização do Golpe de Estado dentro do Congresso Nacional. Foi assim que, através da utilização de extensos recursos financeiros e “de uma extraordinária perícia profissional e política” ⁴⁰⁸, os representantes do “bloco no poder” conseguiram instituir a hegemonia do seu discurso não apenas dentro das classes dominantes, mas também em boa parte da classe média nacional. A utilização desse mecanismo foi muito importante no processo de fragmentação da base governista, tornando o horizonte golpista cada vez mais justificável perante a sociedade brasileira.

Entendemos que a atuação da maioria dos congressistas, destinada à manutenção dos interesses políticos dos integrantes do “bloco no poder”, era resultado do cenário de luta de classes, ao mesmo tempo em que contribuía para o seu acirramento. Portanto, no decorrer da dissertação, buscamos comprovar o quanto foi decisiva a atuação de alguns setores do Poder Legislativo no processo de formulação, execução e legitimação do Golpe de Estado. Chegamos, assim, a uma

408 Nesse contexto, a atuação do núcleo ativo representado pelo complexo IPES/IBAD, um poderoso aparelho de classe, foi decisiva para o êxito do Golpe de Estado. Para se aprofundar no assunto ver: DREIFUSS, René Armand. 1964: A Conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981.

das principais conclusões deste trabalho: além de potencializar os conflitos ideológicos da sociedade, as decisões políticas tomadas no Congresso Nacional, em meio aos debates sobre as Reformas de Base, foram cruciais para o isolamento político de João Goulart e para o fortalecimento do antigo projeto golpista da UDN e das Forças Armadas.

Logo, passamos a refutar as teses que atribuíam um papel secundário ao Poder Legislativo para explicar a eclosão do Golpe Político Militar de 1964. É importante ressaltar que o Congresso Nacional não foi apenas o reflexo das forças externas que construíram o discurso da necessidade de uma intervenção contra o governo João Goulart. Na realidade, ele foi um meio pelo qual os integrantes do “bloco no poder” garantiram o monopólio de seus privilégios políticos. Um mecanismo utilizado por uma classe para dominar outra. Portanto, a transição da crise política para a crise do regime não é resultado apenas de uma paralisia decisória do governo, mas também de uma cisão no aparelho de Estado e nos poderes constituídos (Congresso, Forças Armadas, Poder Executivo).

A transição da crise institucional da República de 46 para o Golpe de Estado se intensificou durante os últimos dias do governo João Goulart. O fato de o Poder Executivo ter se aproximando dos sindicatos e dos movimentos sociais de esquerda, legitimando suas reivindicações políticas, fez com que os integrantes do “bloco no poder” temessem a aprovação das Reformas de Base mesmo sem a anuência do Congresso Nacional. Consequentemente, a sustentação do regime democrático deixou de ser uma maneira segura para manter seus privilégios de classe, fazendo com que os setores da elite que ainda estavam indecisos optassem finalmente pela realização do Golpe de Estado. Nesse contexto, a atuação do PSD foi determinante para o êxito do projeto golpista. A transição do partido, em um primeiro do momento, da condição de base do governo para a oposição e, posteriormente, para a conspiração, foi o aval necessário que alguns setores do Poder Legislativo esperavam para iniciar a intervenção militar.

Como era de costume na América Latina durante o período da Guerra Fria, e em alguns casos até os dias de hoje, quando a elite sente a possibilidade de perder o controle da estrutura de poder, ela acaba recorrendo às Forças Armadas para

restabelecer o que ela entende por “ordem social”. Devemos lembrar que “O Legislativo coexistiu com os militares, na medida em que a natureza ideológica do movimento militar era em tudo similar às opiniões da maioria conservadora do Congresso” ⁴⁰⁹. Portanto, por defender reformas que poderiam contribuir para a inserção de novas camadas sociais na cena política, o governo João Goulart passou a ser taxado como uma ameaça à democracia brasileira, à ordem social. Foi por isso que a aproximação do presidente junto às massas foi classificada como um ato de radicalização. Tal leitura é fruto de uma visão elitista de política e da incompreensão de que o conflito político é parte integrante do regime democrático. Nesse contexto, concordamos com Adriano Codato quando ele afirma que:

“Os limites políticos da democracia brasileira estão definidos, nessa conjuntura, por duas impossibilidades. Pela impossibilidade de origem anti-liberal para aceitar as “regras do jogo” (daí a campanha direitista pela renúncia de Vargas e a campanha militar para impedir a posse de João Goulart após a renúncia de Janio Quadros). E pela impossibilidade de origem anti-republicana para aceitar a legitimidade do conflito político como constituinte da própria Democracia” ⁴¹⁰.

É, inclusive, ancorados neste argumento, que questionamos as teses de que a aproximação do governo João Goulart junto às massas simbolizou uma falta de compromisso do presidente com o regime democrático. Entendemos que esse tipo de acusação esta vinculada ao caráter elitista que o regime democrático vigente na época possuía.

Devemos destacar que os defensores da intervenção militar acreditavam que o estabelecimento do regime autoritário seria transitório e necessário para a restauração da democracia elitista que almejavam. O principal objetivo deles era “estancar a democracia que se expressava pela demanda da ampliação da cidadania dos trabalhadores rurais e urbanos” ⁴¹¹. Deste modo, o autoritarismo tornou-se novamente uma ferramenta das elites para tutelar as massas, assim como ocorrera em 1937. Nesse contexto, os setores golpistas optaram pelo Golpe de

409 REGO, Antônio Carlos Pojo do. O Congresso Brasileiro e o Regime Militar (1964-1985). Rio de Janeiro: FGV. 2008.

410 CODATO, Adriano IN O golpe de 1964 : luta de classes no Brasil - a propósito de "Jango", de Silvio Tendler. Revista Espaço Acadêmico (UEM), v. III, p. 1-4, 2004.

411 TOLEDO, Caio Navarro de . 1964: o Golpe contra as reformas e a democracia. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 15-28, 2004. p. 19.

Estado enquanto uma ação preventiva⁴¹² frente o acirramento da luta de classes e, principalmente, contra o estabelecimento de uma democracia de massas. Foi assim que ele foi executado no dia 31 de março de 1964 por “uma aliança dos grupos oligárquicos com as classes médias urbanas e as Forças Armadas, sob a proteção e a assistência técnica dos agentes imperialistas”⁴¹³.

Nesse contexto vale ressaltar a tese de Florestan Fernandes, a qual afirma que a ação contra a incipiente democracia burguesa nascida em 1945,

“procurava impedir a transição de uma democracia restrita para uma democracia de participação ampliada (...) que ameaçava o início da consolidação de um regime democrático-burguês, no qual vários setores das classes trabalhadoras (mesmo de massas populares mais ou menos marginalizadas, no campo e na cidade) contavam com crescente espaço político”⁴¹⁴.

Apenas fazendo um parêntese, gostaríamos de destacar que nos surpreendemos com as diferenças existentes entre o conceito de Golpe de Estado com o qual começamos a trabalhar nesta dissertação (BOBBIO, Norberto) e o Golpe ocorrido no Brasil em 1964. Mesmo tendo sido uma forma de se apoderar dos órgãos e das atribuições políticas por meio de um grupo de pessoas que não haviam sido designadas para essas funções, ele não pode ser considerado uma ação repentina – uma vez que já vinha sendo planejado por alguns setores da sociedade desde a década de 1950 e que o próprio presidente João Goulart já fazia menção a ele um mês antes de ser deposto - e nem fruto da imposição de uma minoria, vide a realização das Marchas da Família com Deus pela Liberdade.

No decorrer da dissertação, fizemos questão de enfatizar que o Golpe Político Militar foi concretizado pelo Poder Legislativo, no dia 02 de abril de 1964, com o decreto de vacância do cargo presidencial. Ao legitimar a intervenção das Forças Armadas, entendemos que essa medida foi realizada em nome dos princípios

412 Concordamos com a análise feita por Aspásia Camargo de que “diante da emergência de questões sociais de difícil absorção institucional, e de seu encaminhamento conflituoso através da intensa e contagiante participação, o sistema político, por um processo de autodefesa dos grupos que nele se representam, se retrai e se fecha” in CAMARGO, Aspásia. “A Questão Agrária: Crise de Poder e Reformas de Base (1930 a 1964)”. In: FAUSTO, Boris. História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano, Tomo III. São Paulo: Difel, 1986. p. 129.

413 BENEVIDES, Maria Victória. UDN e o udenismo: ambigüidade do liberalismo brasileiro 1945-1965. São Paulo: Paz e Terra, 1981. p. 129.

414 FERNANDES, Florestan. *Brasil, em compasso de espera*. São Paulo: Hucitec, 1980. p. 113.

liberais perpetrados pela Constituição de 1946. A adoção dessa justificativa demonstra a preocupação da elite nacional em resguardar este que era um instrumento que perpetuava e garantia seus interesses de classe. Além de conter o crescimento do número de sindicatos e o avanço da mobilização dos trabalhadores rurais, o Golpe de Estado também contribuiu para a interrupção, anos depois, do rico debate ideológico e cultural que vinha sendo desenvolvido no país.

Por fim, gostaríamos ainda de apontar rapidamente para uma questão surgida no decorrer da pesquisa. Como se formou a democracia liberal vigente durante a República de 46? Essa indagação é decorrente do fato da democracia ter sido utilizada como argumento, tanto para legitimar, quanto para condenar a realização do Golpe de 1964.

De certa forma, concordamos com o discurso de que o Golpe Político Militar foi realizado com o intuito de resguardar o regime democrático. Porém, é necessário caracterizar que democracia era essa. Ancorada em uma constituição elitista⁴¹⁵ e em um Poder Legislativo composto majoritariamente por integrantes da elite nacional, a democracia vigente no período tornou-se um meio eficaz de legitimação do monopólio político exercido pelos integrantes do “bloco no poder”.

Foi em nome dessa democracia que a formação de um governo militar foi impedida em 1961 e, posteriormente, legitimada em 1964. De fato, vemos certa coesão entre os dois momentos. No mesmo sentido, entendemos que condenar os movimentos sociais de esquerda pela suposta falta de um compromisso democrático é desconsiderar o quanto esse regime era responsável pela exclusão das massas do cenário de decisão política. Na realidade, encaramos os ataques realizados por esses movimentos à democracia vigente durante o governo João Goulart como formas de luta a exigências mais amplas de justiça social.

Nesse contexto, seguindo a linha de reflexão sobre a democracia no mundo contemporâneo desenvolvida por Vladimir Safatle, entendemos a crise do regime democrático vigente durante o governo João Goulart como um indício de que “nossas sociedades democráticas não avançam em direção ao aperfeiçoamento,

415 Dentre os elementos abordados no decorrer da dissertação para a formulação desta definição, gostaríamos de destacar a proibição do direito ao voto aos analfabetos.

mas degradam-se lentamente enquanto se mostram incapazes de superar seus limites”⁴¹⁶. Limites esses, impostos principalmente pelo fato da democracia parlamentar ser extremamente permeável aos interesses econômicos nacionais e internacionais.

Portanto, através de uma análise preocupada em dimensionar como a sociedade condicionou os processos políticos ao mesmo tempo em que foi por eles condicionada, esperamos ter contribuído para o desenvolvimento do debate bibliográfico sobre o Golpe de 1964, o qual ainda está longe de se esgotar. Concluimos, então, que uma compreensão mais ampla do Golpe Político Militar de 1964, depende também de uma reflexão sobre em nome de qual e, ao mesmo tempo, contra qual democracia ele foi realizado.

416 SAFATLE, Vladimir. As neodemocracias. Revista Carta Capital, nº 742, 03/04/2013.

Referências

- ABRANCHES, SERGIO. *Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro*. Revista Dados v. 31, Nº 1, 5-32. 1988
- ANDRADE, Auro de Moura. *Um Congresso contra o arbítrio - Diários e Memórias 1961 a 1967*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985
- BALEEIRO, Aliomar; SOBRINHO, Barbosa Lima. *Constituições Brasileiras Volume V – 1946*. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 1999.
- BARROSO, Luís Roberto. *O direito constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da Constituição brasileira*. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.
- BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves (org.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BENEVIDES, Maria Victória. *UDN e o udenismo: ambigüidade do liberalismo brasileiro 1945-1965*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.
- _____. *O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo (1945-1964)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 2007
- CAMARGO, Aspásia. *A Questão Agrária: Crise de Poder e Reformas de Base (1930 a 1964)*. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano, Tomo III*. São Paulo: Difel, 1986.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- CARDOSO, Francisco Gomes. *Organização, luta e consciência de classe: condições para a conquista da hegemonia pelas classes subalternas*. In: *Jornada de Internacional de Políticas Públicas*. São Luís, 2003.
- CARONE, Edgar. *A Quarta República (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1980.
- CASTELLO BRANCO, Carlos. *Os militares no poder*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

- CHAUÍ, Marilena. *Seminários*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- CODATO, Adriano. *O golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas*. História. Questões e Debates, v. 40, p. 11-36, 2004.
- _____. O espaço político em Marx: a noção de cena política revisitada. In: *3º Congresso Latino-americano de Ciência Política: democracia & desigualdades*, 2006, Campinas, 2006. CD-Rom.
- _____. *O Golpe de 64: luta de classes no Brasil – a propósito de “Jango” de Silvio Tendler*. Revista Espaço Acadêmico (UEM), v. III, p. 1-4, 2004.
- D ARAÚJO, Maria Celina. *A ilusão trabalhista: O PTB de 1945 a 1965*. Tese de doutoramento IUPERJ. Rio de Janeiro, 1989.
- _____. Raízes do golpe: a ascensão e a queda do PTB. In SOARES, Gláucio Ary Dillon; D ARAÚJO, Maria Celina (org.). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- D ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de Chumbo. A memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1994.
- DELGADO, Lúcia de Almeida Neves. *PTB: do Getulismo ao Reformismo*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- _____. Frente Parlamentar Nacionalista: utopia e cidadania. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n.27, p. 61-71, 1995.
- _____. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. Tempo. *Revista do Departamento de História da UFF*, v. 28, p. 123-144, 2010.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FERNANDES, Florestan. *Brasil, em compasso de espera*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- FERREIRA, Jorge. *O trabalhismo radical e o colapso da democracia no Brasil*. IN: *1964/2004: 40 anos do golpe*. Rio de Janeiro: FAPERJ/ 7 Letras, 2004.

- _____. Esquerdas no Panfleto. *A crise política de 1964 no jornal da Frente de Mobilização Popular*. Anos 90 (UFRGS. Impresso), v. 16, p. 81-124, 2009.
- _____. *Brizola em Panfleto* - as idéias de Leonel Brizola nos últimos dias do governo de João Goulart. Projeto História (PUCSP), v. 36, p. 103-122, 2008.
- _____. *Sexta-feira 13 na Central do Brasil*. Nossa História. Nossa História (São Paulo), Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 32-35, 2004.
- _____. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano*. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- FICO, Carlos. *Além do Golpe*. Versões e Controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961 – 1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- FLEISCHER, David. *Os Partidos Políticos no Brasil*. Brasília: UNB, 1981.
- GASPARI, Élio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. *Jango: As múltiplas Faces*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.
- GONÇALVES, Maria da Glória Rodrigues. *Natureza da crise política no Brasil de 1964*. Abordagens e diagnósticos. Dissertação (mestrado) apresentada ao IUPERJ. Rio de Janeiro, 1994.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1999.
- GRIJÓ, Luiz Alberto. Alberto Pasqualini: o teórico do trabalhismo. IN: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). *Nacionalismo e reformismo Radical*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- HIPPÓLITO, Lucia. *De raposas e reformistas – o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

IGLÉSIAS, Francisco. *Constituintes e Constituições brasileiras*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

JUREMA, Abelardo. *Sexta-feira 13: os últimos dias do governo Goulart*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1966.

KINZO, Maria D'Alva. *Representação Política e Sistema Eleitoral*. São Paulo: Símbolo, 1980.

LABAKI, Amir. *1961: A crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Brasiliense, 1986

LAFER, Celso. *Sistema Político Brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. v. 28, nº 55 p. 245-263.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o Golpe de 64 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

OLIVEIRA, Thiago Chagas; FELISMINO, Sandra Cordeiro. Formação política e consciência de classe no jovem Gramsci (1916 - 1920). In: MENEZES, Ana Maria Dorta de. et al. (Org.). *Trabalho, Educação, Estado e a Crítica Marxista*. Fortaleza: UFC, 2009. p. 61-72.

PEREIRA, Osny Duarte. *Que é a Constituição: crítica a carta de 1946 com vistas a Reformas de Base*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais do Estado capitalista*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

_____. *O Estado em crise*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

PRADO JR., Caio. *A Questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

QUEIROZ, Manoel Virgílio de. *A elaboração de uma crise: a inculpação e o alarmismo no golpe contra Goulart (1961/1964)*. Tese de doutoramento apresentada à USP. São Paulo, 1997.

REGO, Antônio Carlos Pojo do. *O Congresso Brasileiro e o Regime Militar (1964-1985)*. Rio de Janeiro: FGV. 2008.

RÉMOND, René (org.). *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

RIBEIRO, Darcy. *Confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma História Conceitual do Político. *Revista Brasileira de História*. v. 15, nº 30, 1995.

_____. *Por uma História do Político*. São Paulo, SP. Editora Alameda. 2010.

RUBIATTI, Bruno de Castro. *Relação entre o Executivo e o Legislativo no período parlamentarista no Brasil (1961-1963)*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, Editor, 1985.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *Sessenta e Quatro: Anatomia da Crise*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1986.

_____. *O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

SILVA, Hélio. *1964: Golpe ou contragolpe?*. Porto Alegre: Civilização Brasileira. 1978.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getulio Vargas a Castelo (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

_____. *Sociedade e Política no Brasil*. Desenvolvimento, Classe e Política durante a Segunda República. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

SOARES, Gláucio; D'ARAUJO, Maria Celina; PINTO, Almir. *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

SOUZA, Maria do Carmo Campelo. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa – Omega, 1990.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

TOLEDO, Caio Navarro de. *O Governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. 1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.24, nº47, p13-28, 2004.

VASCONCELLOS, Laura Vianna. *O trabalhismo de Alberto Pasqualini*. 2009. Dissertação (Mestrado em História Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

VILLA, Marco Antonio. *Jango: um perfil (1945-1964)*. São Paulo: Globo, 2004.